



DOC 096

0361172

08620.015882/2017-79



Recebido na COCETI em 16/13/18

Fernanda M. P. Lima
Fernanda Moreira Pinheiro Lima
 Mat. 266647

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
 * FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
 PRESIDÊNCIA

SBS Quadra 02 Lote 14, Bloco H, Ed. Cleto Meireles
 CEP: 70070-120 - Brasília/DF
 Telefone: (61) 3247-6000- <http://www.funai.gov.br>

Ofício nº 471/2017/Pres-FUNAI

Brasília - DF, 25 de setembro de 2017.

**A Sua Excelência o Senhor
 Senador Magno Malta**

Senador da República

Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Secretaria de Comissões

SENADO FEDERAL

Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 15, Subsolo.

70165900 Brasília - DF.

Assunto: **Solicitação de informações - CPI dos Maus Tratos.**Referência: **Ofício nº 55/2017 - CPIMT**

Senhor Senador,

1. Tendo em vista a solicitação de instrução dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus Tratos, acerca da relação de ONGs voltadas à proteção de crianças e adolescentes que atuam junto aos povos indígenas, informamos o que se segue.

2. Remetemos a referida solicitação às Coordenações Regionais da Funai solicitando que nos informassem da existência de ONGs, voltadas à proteção de crianças e adolescentes indígenas, presente nos seus respectivos territórios de atuação. As informações prestadas, que ora encaminhamos em anexos, referem-se a organizações da sociedade civil que atuam na defesa das populações indígenas, incluindo crianças e jovens.

3. De forma complementar, identificamos ainda duas organizações que realizam trabalhos junto a crianças e jovens indígenas a saber: a Organização Não Governamental **Tribos Jovens** e o Fundo da Nações Unidas para a Infância - **UNICEF**. Há também organizações indígenas que lidam com a temática, como o Conselho Nacional da Juventude Indígena - **CNJI** e a Rede de Juventude Indígena - **REJUIND**.

Anexos:

- I - Memorando nº 456/GAB/SEDISC/CR-CGR/MS (SEI nº 0379776);
- II - Memorando nº 489/GAB-CR/JPR-2017 (SEI nº 0394917);
- III - Relatório DRP Altamira Rodas de Direito (SEI nº 0394947);
- IV - Memorando nº 629/SEDISC-DIT-GAB-CRATO-Funai (SEI nº 0364335)

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente**, em 13/11/2017, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0361172** e o código CRC **20D528E0**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.015882/2017-79

SEI nº 0361172



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL ARAGUAIA TOCANTINS
DIVISÃO TÉCNICA
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAL

DOC 090

MEMO Nº629/2017/SEDISC-DIT-GAB-CRATO-Funai

Palmas, 26 de setembro de 2017

A Coordenação-Geral de Gêneros, Assuntos Geracionais e Mobilização Social
Funai/Brasília

Assunto: referente ao Memorando nº138/2017/COGEM/CGPC/DPDS-FUNAI

Senhores,

1. Informa-se que este SEDISC recebeu na data de hoje o documento em epígrafe concernente à CPI dos Maus Tratos e procurou levantar os dados necessários por intermédio de contato telefônico, considerando-se o prazo exígido para possíveis respostas por escrito.
2. Cumpre-nos registrar que o entendimento de ações voltadas à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas ultrapassa a visão de ações apenas executadas com as crianças e jovens indígenas.
3. Ações voltadas à promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens indígenas perpassam por todas as ações realizadas nas aldeias e que podem ter impactos na vida das aldeias, diz-se então ações de sustentabilidade, monitoramento territorial e ambiental, promoção e fortalecimento culturais, saúde, educação escolar indígena, entre outros aspectos.
4. Há de se destacar que muitos indígenas vivem em contexto urbano e que há todo tempo tem seus direitos negados e suas identidades questionadas. Quando se nega o direito de um pai e uma mãe indígenas, negam-se os direitos do seu povo, das suas crianças e jovens.
5. A perda de suas terras, do acesso a saúde, da falta de acesso a documentação básica, a educação escolar indígena de qualidade, da perda de sua identidade podem ser considerados MAUS TRATOS.
6. Espera-se que a comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar maus-tratos em crianças e adolescentes tenha a sensibilidade de considerar todos os aspectos da violência.



7. Aproveita-se para sugerir que seja encaminhado para a comissão, o material produzido durante a oficina: A Efetivação dos Direitos das Crianças e Jovens Indígenas e as Políticas Públicas, realizada em São Félix do Araguaia, no período de 22 a 24 de agosto de 2017.

8. Durante o referido evento produziu-se uma carta que destaca a necessidade das instituições públicas governamentais e sociedade civil organizada empenharem-se na efetivação dos direitos das crianças e jovens indígenas, e foi registrado um plano de ação que necessitará da participação de todos para que possa ser efetivado.

9. Relacionam-se as Organizações Não Governamentais que se encontram em atividade dentro das áreas indígenas jurisdicionadas a esta Regional:

- 9.1-Conselho Indigenista Missionário
- 9.2-União Geral dos Trabalhadores
- 9.3- Igreja Adventista do 7º Dia
- 9.4-Novas Tribos do Brasil
- 9.5-Prelazia
- 9.6-Centro de Trabalho Indigenista
- 9.7-Operação Amazônia Nativa

10. Coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente

EDUARDO
MARCIO BATALHA
MACEDO

Digitally signed by EDUARDO
MARCIO BATALHA MACEDO
Date: 2017.09.26 16:39:40
-03'00'

Eduardo Márcio Batalha Macedo
Coordenador da Regional Araguaia Tocantins



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
COORDENAÇÃO REGIONAL CAMPO GRANDE
Rua Maracaju, n.º 768, Centro, Campo Grande-MS, CEP 79.002-210
Fone/Fax (67) 3382-2326

Memo. n.º 456 GAB/SEDISC/CR-CGR/MS

Campo Grande, 26 de setembro de 2017.

À Sr.ª Léia do Vale Rodrigues

Coordenadora Geral de Promoção da Cidadania - CGPC

Assunto: Memorando 138/2017COGEM/CGPC/DPDS/FUNAI-MJ

1. Com cumprimentos cordiais, vimos encaminhar, por meio deste, em atenção à solicitação do Memorando supracitado, a listagem de organizações que atuam na área da proteção e promoção de direitos de crianças e adolescentes, que nos foi fornecida pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Campo Grande – MS. Pontuamos que as organizações listadas não possuem como foco específico de atendimento a população indígena, atendendo em parceria e complementariedade com a rede governamental de assistência social as demandas da população não indígena e indígena, não sendo do nosso conhecimento que haja nesta jurisdição instituição que atue exclusivamente com o recorte étnico.
2. Sem mais a informar no momento, colocamo-nos à disposição e despedimo-nos.

Atenciosamente,


JOSÉ RESINA FERNANDES JÚNIOR
Coordenador Regional Substituto da FUNAI – Campo Grande
Portaria Nº 141/PRES/FUNAI, de 17 de fevereiro de 2016

INSTITUIÇÃO	CNPJ	ENDEREÇO	PROGRAMA
Amigos da Criança e do Adolescente - ACA	10.505.554/0001-02	Rua: Carlos Fernando Zahrur Jr.n. 102 - Bairro Taquaral Bosque - CEP: 79.035-410	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Instituto Atos De Amor	15.454.003/0002-53	Rua Quintino Bocaiúva, nº 298 - Jardim Paulista - CEP 79.050-112	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional Casa-Lar
Fundação Ueze Elias Zahran	02.473.284/0001-69	Avenida Afonso Pena, nº 2.440, Bairro Centro CEP:79.002-934	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Obras Sociais Franscisco Thiesen	02.054.553/0001-52	Av. Eng. Lutero Lopes, 565 - Aero Rancho, Campo Grande - MS, CEP 79084-180	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Instituito Manoel Bonifácio	06.239.454/0001-04	Rua Itaóca, nº 196 - Jardim Térumã - CEP 79.097-400	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Assistencial Horizonte	04.644.810/0001-31	Rua Filomena Alexandre Gonçalves, 177 - Bairro: Lar do Trabalhador CEP: 79.112-010	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Camille Flammarión	73.806.432/0001-68	Rua: Pasteur n. 1450 - Bairro: Piratininga CEP: 79.081-080	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Campo-Grandense dos portadores de deficiencia - ACPD	33.089.558/0001-44	Rua: Do Porto n. 658 - Bairro: Coophavila II CEP: 79.097-160	P+E10: Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Crianças do Brasil em Campo Grande-MS	11.646.310/0003-66	FILIAL - Rua : Cerquilho, 62 - Vila Portinho Frederico Pache - CEP:79.051-390	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Casa Lar - Unidade I
	11.646.310/0002-85	FILIAL - Rua: Maragogipe,267 - Bairro: Jd. Tv Morena.	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional – Abrigo Institucional – Unidade II
MATRIZ - Rua: Santana,1450 Bairro: Jd. Tv Morena, Fone: 3043-1410 - CNPJ:11.646.310/0001-02.	11.646.310/0004-47	FILIAL - Rua: Andrelândia,35 Bairro: Vila Carlota	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Casa Lar - Unidade III
Associação das Irmãs Franciscanas de São José	86.185.220/0012-05	Rua: Itamirim, 417 - Bairro Moreninha I CEP: 79.065-060	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação de Amigos do Bairro Dom Antonio Barbosa - Projeto Asas do Futuro	13.133.630/0001-86	Rua Anselmo Selingard n. 1261, Dom Antonio Barbosa - CEP 79.075-020.	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação de Educação Especial Marcelo Takahashi - AEEMT	33.741.612/0001-94	Rua Gomes Freire n.180 - Bairro Santo Amaro CEP: 79.112.050	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio	15.513.948/0001-18	Rua: Agronomica n. 112 - Bairro:Vila Santo Eugenio CEP: 79.060-490	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação de Moradores do Jardim das Perdizes	16.046.229/0001-05	Rua: Lurdes Coelho Costa n. 35 - Bairro: Jardim das Perdizes CEP: 79.060-630	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto

Associação de Pais e Amigos do Autista de Campo Grande - AMA	26.824.425/0001-09	Avenida Bandeirantes, nº 2115 - Bairro Amanabaí CEP: 79.005-671	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	03.025.707/0001-40	AV. Joana D'Arc n. 1.450 - Bairro Santa Branca CEP: 79.070.901	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação dos Amigos das Crianças Com Cancer AAC	02.502.223/0001-82	Avenida Ernesto Geis, n. 3.475 - Bairro Orpheu Baís CEP: 79.005.470	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Escola Clinica Santa Terezinha	73.576.894/0001-36	Rua: Beneditinos n. 364 -Bairro Ypiranga CEP: 79.081.090	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Especial de Apoio à Criança e ao Adolescente - CEACA	03.528.011/0001-37	Rua: Simplicio Mascarenhas, 918 -Bairro Guanandi CEP 79.086-150 - (local do projeto Resgate Associação de Moradores Coophamat) Rua da Lapa, nº 253 - Bairro Coophamat	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Lar do Pequeno Assis	06.112.128/0001-23	Rua: Marrey Júnior, 280 - Bairro: Tiradentes , CEP: 79042-150	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Pestalozzi de Campo Grande	15.413.222/0001-03	Rua: Pernambuco n. 1.253 - Bairro: Centro CEP: 79.010-040	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Projeto Social Solidário - PROSSOL	12.455.254/0001-83	Rua Uirapuru,1023 -Bairro Novos Estados - CEP 79034-600	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Renasce a Esperança	08.674.898/0001-95	Av. Madri,300, Bairro Vila Alba - CEP 79100-480	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Casa da Criança Peniel	97.352.645/0001-25	Rua: Caiová n. 1684 - Bairro Chacara Vendas CEP: 79.041-640	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional- Unidade I e II
	97.352-645/0003-97	Rua: Guerra Junqueiro, 384 -Jd São Bento CEP: 79004-220	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional- Unidade III
Centro de Apoio e Orientação a Criança - Lar da Vovó Miloca	02.955.706/0001-32	Rua Senador Queiroz, n. 510 - Bairro: Jd. Leblon CEP: 79.092.260	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional
Centro de Arte Educação, Cultura Social e Meio Ambiente - Casa de Ensaio	05.076.563/0001-87	Rua: Visconde de Taunay, nº 203 - Bairro: Amambaí CEP: 79.005-390	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Centro de Ensino Maria Edwirges Borges - CEMEB	04.210.755/0001-71	Rua: Ida Baís, n. 41 - Bairro: Nova Lima CEP: 79.017-120	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Centro de Integração da Criança e do Adolescente - CICA	02.535.229/0001-56	Rua: Nair Alves de Castro n. 113 - Bairro: Nossa Senhora do Perpetuo Socorro CEP:79.002-330	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
			Programa Aprendiz Legal em Ocupações Administrativas

			Programa Aprendiz Legal em Comercio e Varejo
			Programa Aprendiz Legal em Arco Bancário
			Programa Aprendiz Legal em Arco Administrativo
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	61.600.839/0024-41	Rua: Rio Grande do Sul n. 210 Complemento 220 - Bairro: Jd. dos Estados CEP: 79.020-010 / Universidade Estácio de Sá - Rua Venâncio Borges do Nascimento, 377 Jardim Tv Morena	Programa Adolescente Aprendiz Arco Ocupacional Bancário/Administrativo Caixa
			Programa Aprendiz Legal em Auxiliar de Alimentação: Preparo e Serviço – Atendente de Lanchonete
			Programa Aprendiz Legal em Logística
			Programa Aprendiz Legal em Operador de Microcomputador
Centro de Promoção Humana e Social Madre Maria Hubert	24.651.390/0007-13	Rua do Sucre,453 Vila Frederico Portinho Pache CEP 79.051-590	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Centro de Promoção Social Palotinas - CPROSPAL	17.593.322/0001-94	Rua dos Mascates, 44 - Jardim Aero Rancho I - CEP: 79083-410	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Centro Social Dom Bosco	03.236.126/0001-58	Rua: São Paulo. 1277 -Bairro Vila Célia CEP: 79.010-050	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Fundação Barbosa Rodrigues	15.529.019/0001-05	Rua: Curinhos n. 159 - Bairro: Santa Luzia - CEP: 79.005.279	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Instituto de Desenvolvimento Humano, Social, Econômico e Cultural Maná dos Ceus para os Povos	11.067.031/0001-86	Av. Senhor do Bonfim n. 261 - Bairro: Novo Amazonas - CEP: 79.034-000	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Instituto Brasileiro de Inovações Pro Sociedade Saudável Centro Oeste - IBISS-CO	03.906.058/0001-97	Rua: Dos Ferroviários n.94 - Bairro: Cabeceira CEP: 79.008-420	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Instituto de Desenvolvimento Evangelico - IDE	03.733.967/0001-70	Rua: Pilares n. 255- Bairro: Portal Caiobá I CEP: 79.396-130	Programa Vigilância e Defesa dos Direitos
			Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto

Instituto Kenneth Martin Coelho - KMC	CNPJ:08.858.092/0001-57	Rua Suína, 189 (antiga R.Tabelião Murilo) - Bairro Vivendas do Bosque Cep:79021.400	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Instituto Luther King	05.530.281/0001-08	Av. Fernando Corrêa da Costa n. 603 - Bairro: Centro CEP: 79.002-820	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Instituto Mirim de Campo Grande MS - Unidade I	15.528.821/0001-72	Rua: Anhandui n. 294 - Bairro: Vila Carvalho Cep: 79.005-051	Programa Específico de Aprendizagem Profissional Unid.I e II
Instituto Sul Matogrossense para cegos - ISMAC	03.271.764/0001-00	Rua: 25 de dezembro n. 262 - Bairro: Centro CEP: 79.002-061	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Legião da Boa Vontade - LBV	33.915.604/0410-69	Av. Gunter Hans n. 5055 - Bairro: Aero Rancho Setor VII- CEP: 79.085-000	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Missão Salesiana de Mato Grosso	03.226.149/0001-81	Missão Salesiana de Mato Grosso / Casa Dom Bosco - Projeto: Rua: Luciana Ota Peresn. 629- Bairro Taquaral Bosque cep 79.035-350 / Rua Padre João Crippa n. 1437 - Bairro Centro CEP: 79.002-390	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Anália Franco	02.879.216/0001-02	Rua: Alberto Albertini n. 394- Bairro: Jardim Moradado Sol - CEP: 79.073-210	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Organização Mundial para Educação Pré Escolar - OMEP	15.556.277/0001-72	Rua: Barão de Ubá n. 556 - Bairro: Tiradentes CEP: 79.041-430	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Recanto da Criança	73.558.132/0001-07	Rua: Gualter Barbosa n. 23 - Bairro: Jd.Campo Belo CEP: 79.015-480	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Salesianos Ampare	03.965.837/0001-63	Rua: Oceania n. 409 - Bairro Tiradentes CEP: 79.042-300	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto Programa Específico de Aprendizagem Profissional
SELETA - Sociedade Caritativa Humanitária	15.452.212/0001-87	Rua: Dolor de Andrade n. 270 - Bairro São Francisco CEP: 79.002-321	Programa Específico de Aprendizagem Profissional
Sociedade Assistencial Meimei	86.816.196/0001-02	Rua: Joaquim Tomaz Ribeiro n. 80 - Bairro: Jardim Alto São Francisco - CEP: 79.116-180	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Juliano Varella	86.835.535/0001-06	Avenida Noroeste n. 6.513 - Bairro: Vila Carvalho CEP: 79.002-010	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação Familiar da Comunidade Negra São João Batista	04.152.699/0001-66	Rua Bernardo Guimarães n. 1750 - Bairro Santa Branca - CEP 79070-200	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Centro Educativo de Múltiplas Atividades de Trânsito - CEMATRAM	09.178.439/0001-83	Rua Marques de Olinda 1460 V. Concordia - CEP: 79.063-500	Programa de Proteção em Regime de Apoio Sócio-Familiar
Cotolengo Sul Matogrossense - Orionópolis	01.367.712/0001-06	Rua: Jamil Basmage n. 996 - Bairro: Mata do Jacinto ,CEP: 79.033-470	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Grupo de Incentivo a Cidadania e Qualidade de Vida - Viver Bem	04.449.949/0001-24	Rua: Randolph Lima n. 320, Bairro Nova Lima - *CEP: 79.017-031	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Sociedade Constantino Lopes Rodrigues	26.857.375/0001-66	Rua: Gualter Barbosa n. 1200 - Bairro: Nova Lima CEP: 79.015-480	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Franciscanas Angelinas - AFRANGEL	01.490.219/0002-60	Rua: do Seminário n. 2.170 - Bairro: Jd. Seminário - CEP: 79.118-051	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Equipe Esperança - Voluntários da Santa Casa	00.282.887/0001-58	Rua: Eduardo Santos Pereira n. 88 - Bairro: Centro - CEP: 79.002-251	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Associação de Auxilio e Recuperação dos Hansenianos - Casa Vovó Tulia	03.273.885/0001-90	Rua: Visconde de Taunay, n.96 - Bairro: Amambai - CEP: 79.005-390	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional - Casa Lar
Associação Atlética do Banco do Brasil- AABB	03.276.854/0001-93	Rua Desembagador Leão Neto do Casmo 615 Jd. Veraneio- CEP: 79.037-100	Programa de Proteção em Regime de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto.
Instituito Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social - Lar Infantil Lygia Hans	60.833.910/0022-01	Rua: Cianorte, 91 Bairro: Jardim Tarumã - CEP 79.097-460	Programa de Proteção em Regime Acolhimento Institucional Casa-Lar
Associação de Amparo a Familia Projeto +1	06.008.195/0001-00	Rua Gaudilei Brun, nº 351 - Parque Res. Iracy Coelho Netto - CEP 79.074-500	Programa de Proteção em Regime de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto.
Associação Tagarela Para o Desenvolvimento do Potencial do Portador de Necessidade Especiais	03.215.565/0001-84	Rua Azulão, nº 192, Bairro Jardim Nhanhã - CEP 79.081-350	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar
Cidade dos Meninos de Campo Grande	03.051.673/0001-69	Rua Farid George, nº 1344, Bairro Jardim Anache - CEP 79.017-185	Programa Específico de Aprendizagem Profissional
Instituto Delta de Educação	01.211.224/0001-05	Rua Irã, nº 102 - Bairro Jardim das Acacias - CEP 79.112-100	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Projeto Fabrica do Som	11.790.673/0001-09	Rua Flávio de Matos, nº 1755, Bairro Jardim Paulista - CEP 79.050-230	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação SUL Mato Grossense de Amparo a Criança - ASSOMAT	03.387.373/0001-55	Rua Portinho, nº 685 - Bairro Bonança - CEP 79.092-130	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação Beneficente Girassol	00.748.740/0001-00	Rua Guaxé, nº 260 - Jardim Anache - CEP 79.017-167	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Sociedade Eunice Weaver de Campo Grande - Educandário Getúlio Vargas	03.224.559/0001-35	Avenida Coronel Antonino Vargas, nº 1200, Bairro Cruzeiro - CEP 79.022-000	Programa de Proteção em Regime de Apoio Socio Educativo em Meio Aberto
Associação dos Diabéticos, Familiares e Amigos do Mato Grosso do Sul - ADIFA-MS	07.447.430/0001-03	Rua Fernando Augusto da Costa, n.86, Bairro Jardim América - CEP 79.080-790	Programa de Proteção em Regime de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Rede Nacional de Apredizagem - RENAPSI	37.381.902/0001-25	Av. Eng. Lutero Lopes, 565 - Aero Rancho, Campo Grande - MS, CEP 79084-180	<i>Após a aprovação tem até 60 dias para entrar com pedido de inscrição de programa</i>
Associação Anandamóyi	10.144.573/0001-42	Rua Indianapólis, nº 1790 - Jardim Noroeste, Campo Grande - MS, CEP 79.045-120	Programa De Proteção Em Regime De Apoio Sócioeducativo Em Meio Aberto



Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Regional de Ji-Paraná

Memorando nº 489/GAB/CR-JPR /2017

Ji-Paraná, 04 de Outubro de 2017

A: Coordenação Geral de Promoção da Cidadania – CGPC

Referente: Memorando Nº 138/2017/COGEM/CGPC/DPDS- FUNAI

Assunto: **Subsídios CPI Maus Tratos**

Senhora Coordenadora

1. Reportamo-nos ao Memorando Nº 138/2017/COGEM/CGPC/DPDS-FUNAI, que trata de solicitação feita a essa Coordenação Regional com dados sobre a presença e atuação de Organizações Não Governamentais – ONGs que desenvolvam ações voltadas à promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

2. Informamos que na área de atendimento da Coordenação **não há nenhuma ONG que atue especificamente e diretamente com o tema**, no entanto, existem várias que atuam de maneira indireta.

3. Passamos a nomeá-las abaixo:

- Associação de defesa Etnoambiental Kanindé;
- Conselho de Missão Entre Povos Indígenas – COMIN;
- Conselho Indigenista Missionário – CIMI;
- Pastoral Indigenista da Diocese de Ji Paraná- RO;
- Organização Indígena Padereéhj (Arara, Gaviaõ e indígenas da T.I Rio Branco);
- Associação Indígena Karo Paigap (Arara);
- Associação do Povo Indígena Zoró;
- Associação Indígena Doa Txato.



**Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Coordenação Regional de Ji-Paraná**

4. Desde já, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**WILLIAM NUNES
DA SILVA JUNIOR**

Assinado de forma digital por
WILLIAM NUNES DA SILVA JUNIOR
Dados: 2017.10.04 17:16:23 -04'00'

William Nunes da Silva Junior
Coordenador Regional Substituto
Portaria 1323/PRES/FUNAI, de 09.12.2014.

**RODAS DE DIREITO: DIÁLOGO, EMPODERAMENTO E
PREVENÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

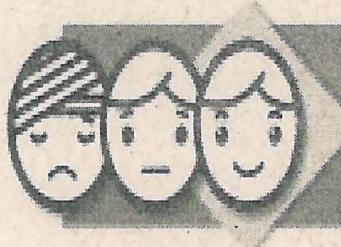
**RELATÓRIO FINAL DO
DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO:
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE
ALTAMIRA – PA**

Altamira/PA
Março de 2013

REALIZAÇÃO



APOIO



Programa de Ações
Integradas e Referenciais de
Enfrentamento à Violência
Sexual Infanto-juvenil
no Território Brasileiro

Secretaria de
Direitos Humanos

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Equipe da Pesquisa

Coordenadores da pesquisa

Profa. Dra. Vilma Aparecida de Pinho
Prof. Me. Assis de Oliveira Costa

Assistentes da pesquisa

Alinéa de Jesus Souza
Carine Costa Alves
Everaldo Sousa Amorim
Gracineti Freitas Pinheiro
Igor Renan Araújo Oliveira
Ivaide Rodrigues dos Santos
Jocélio Ferreira da Silva
Léia Gonçalves de Freitas

Universidade Federal do Pará

PROEX Pró-Reitoria de Extensão
PROEG Pró-Reitoria de Ensino
PROPESP Pró-Reitoria de Pesquisa

Relatório final do diagnóstico rápido participativo: enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira - PA/coordenadores, Vilma de Aparecida Pinho, Assis de Oliveira Costa.- Altamira: [s.n.]; 2012. 230 p. : il.; 21cm.

Rodas de direitos: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

1. Violência Sexual - Altamira (PA). 2. Violência contra os adolescentes Altamira (PA). 3. Abuso Sexual. I. Pinho, Vilma de Aparecida. II. Costa, Assis de Oliveira. III. Universidade Federal do Pará. IV. Fundação Tocaia. V. Título.

CDD: 362.77098115

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	17
2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS.....	21
3. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS INSTITUIÇÕES	26
3.1. Missão institucional.....	26
3.2. Tipos de imóveis e infraestrutura das instituições: setor atendimento e prevenção	29
3.3. Tipos de imóveis e infraestrutura das instituições: setor defesa e responsabilização	31
3.4. Situação dos profissionais disponíveis nas instituições do setor de atendimento e prevenção.....	32
3.5. Situação dos profissionais disponíveis nas instituições do setor de defesa e responsabilização	34
3.6. Organização e funcionamento	38
3.6.1. Questões de organização e funcionamento específicas das instituições de atendimento e prevenção	48
4. INTERFACE DO TRABALHO DA INSTITUIÇÃO COM VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	53
4.1. Defesa e responsabilização	53
4.2. Atendimento e prevenção	60
4.3. Instituições de educação	63
5. SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA É ADOLESCENTES	69
5.1. Conselho Tutelar	69
5.2. Polícia Rodoviária Federal	72
5.3. Polícia Federal	73
5.4. Polícia Militar	73
5.5. Ministério Público Federal	74
5.6. Centro de Referência Especializado de Assistência Social	74
5.6.1. Localidades de ocorrência e de denúncia da violência sexual.....	76
5.7. Escolas	78
5.8. Fórum de Justiça da Comarca de Altamira.....	79
5.8.1. Identificação dos casos judicializados	81
5.8.1.1. Casos judicializados por números absolutos	81
5.8.1.2. Desenvolvimento histórico dos casos judicializados	86
5.8.2. Situação processual dos casos judicializados	96
5.8.3. Perfil das vítimas	100
5.8.3.1. Identificação da faixa etária das vítimas.....	101
5.8.3.2. Definição do sexo e raça/cor das vítimas	102
5.8.3.3. Escolaridade das vítimas	105
5.8.3.4. Local de moradia das vítimas	107
5.8.4. Perfil dos agressores	110
5.8.4.1. Identificação da faixa etária dos agressores	111
5.8.4.2. Definição do sexo e raça/cor dos agressores	113
5.8.4.3. Tipo de vínculo dos agressores com as vítimas.....	116
5.8.4.4. Estado civil dos agressores	119
5.8.4.5. Local de moradia dos agressores	121

5.8.4.6. Profissão dos agressores	124
5.9. História de vida de uma vítima de abuso sexual	125
6. PARTICIPAÇÃO E SUGESTÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS INSTITUIÇÕES	129
6.1. Conhecimento e participação no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	129
6.2. Participação de crianças e adolescentes nos trabalhos desenvolvidos	132
6.3. Sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	135
7. BAIRROS DA CIDADE DE ALTAMIRA.....	139
7.1. Breve contextualização dos bairros participantes da pesquisa	139
7.1.1. Jardim Independente I	139
7.1.2. Jardim Independente II	139
7.1.3. Bela Vista	140
7.1.4. Sudam I.....	140
7.1.5. Sudam II	141
7.1.6. Baixão do Tufi.....	141
7.1.7. Invasão dos Padres	141
7.1.8. Alberto Soares	141
7.1.9. Aparecida.....	142
7.1.10. Centro	142
7.1.11. Boa Esperança	142
7.1.12. Brasília.....	142
7.1.13. Orla do Cais.....	142
7.1.14. Uirapuru.....	143
7.1.15. Jardim Primavera.....	143
7.2. Principais mudanças percebidas nos últimos anos nos bairros	143
7.3. Grau de satisfação da comunidade em relação às condições de infraestrutura	150
7.4. Identificação dos principais problemas de violência nos bairros	151
7.5. Serviços/programas frequentados por crianças e adolescentes nos bairros.....	152
7.6. Ações desenvolvidas pela comunidade	157
7.8. Conhecimento de violência sexual contra crianças e adolescentes	164
7.9. Fontes e locais de denúncia dos casos de violência sexual	167
7.10. Eventos que contribuem para o aumento da violência sexual	169
7.11. Sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município.....	171
8. MOVIMENTOS SOCIAIS.....	174
8.1. Informações básicas sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade	174
8.2. Informações básicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes	175
9. SETOR CORPORATIVO	177
9.1. Informações básicas sobre as empresas	177
9.2. Ações sociais de responsabilidade social e aquelas voltadas para crianças e adolescentes	178
9.3. Participação de crianças e adolescentes nas ações desenvolvidas pelas empresas e destas nas campanhas de sensibilização.....	179
9.4. Constatação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.....	179

9.5. Percepção do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes	180
9.6. Sugestões para a melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	181
10. MAPAS DE IDENTIFICAÇÃO DA GEOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES E DA VIOLÊNCIA SEXUAL.....	183
11. PROPOSIÇÕES FINAIS.....	2055
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	2088
APÊNDICE	210

LISTA DE GRÁFICOS.

Gráfico 1. Atendimento e Registro.....	53
Gráfico 2. Instituições Demandadas da Rede.....	55
Gráfico 3. Aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes	59
Gráfico 4. Sexo das Vítimas por Ano de Ocorrência	69
Gráfico 5. Vítimas por faixa etária e ano de ingresso no Conselho Tutelar.....	70
Gráfico 6. Violência Sexual Intra ou Extrafamiliar.....	75
Gráfico 7. Tipo de Violência: Abuso ou Exploração Sexual	75
Gráfico 8. Casos de Violência Sexual: sexo/idade	76
Gráfico 9. Bairros de Incidência de Violência Sexual de Altamira.....	77
Gráfico 10. Origem da Denúncia	78
Gráfico 11. Categorização da Violência Sexual	82
Gráfico 12. Somatória dos Tipos Penais I	84
Gráfico 13. Somatória dos Tipos Penais II.....	84
Gráfico 14. Quantidade de Processos por Ano	86
Gráfico 15. Processos por Intervalo de 3 Anos	88
Gráfico 16. Processos por Intervalo de 3 Anos	94
Gráfico 17. Evolução dos Processos por Década	95
Gráfico 18. Evolução dos Processos por Década	95
Gráfico 19. Situação Processual I.....	97
Gráfico 20. Situação Processual II	97
Gráfico 21. Situação Processual III	99
Gráfico 22. Vítimas por Idade	101
Gráfico 23. Sexo das Vítimas	103
Gráfico 24. Raça/Cor das Vítimas	104
Gráfico 25. Escolaridade das Vítimas	106
Gráfico 26. Local de Moradia das Vítimas.....	107
Gráfico 27. Bairros de Moradia das Vítimas	108
Gráfico 28. Áreas Rurais de Moradia das Vítimas.....	110
Gráfico 29. Idade do Agressor.....	111
Gráfico 30. Idade dos Aggressores por Intervalo de 5 Anos	112

Gráfico 31. Idade dos Agressores por Intervalo de 5 Anos	112
Gráfico 32. Sexo dos Agressores.....	113
Gráfico 33. Raça/Cor dos Agressores	115
Gráfico 34. Vínculo do Agressor com a Vítima I	117
Gráfico 35. Vínculo do Agressor com a Vítima II	118
Gráfico 36. Estado Civil dos Agressores I	120
Gráfico 37. Estado Civil dos Agressores II	121
Gráfico 38. Divisão Urbano e Rural dos Agressores.....	122
Gráfico 39. Bairro de Moradia dos Agressores I	123
Gráfico 40. Bairro de Moradia dos Agressores II	123
Gráfico 41. Profissão dos Agressores	124
Gráfico 42. Mudanças Positivas para os Profissionais da Educação	144
Gráfico 43. Mudanças Negativas para os Profissionais da Educação	144
Gráfico 44. Mudanças Positivas para os Profissionais da Saúde	145
Gráfico 45. Mudanças Negativas para os Profissionais da Saúde	146
Gráfico 46. Mudanças Positivas e Negativas para as Lideranças.....	146
Gráfico 47. Mudanças Positivas e Negativas para os Adolescentes.....	147
Gráfico 48. Mudanças Positivas para os Moradores	148
Gráfico 49. Mudanças Negativas para os Moradores.....	149
Gráfico 50. Grau de Satisfação dos Entrevistados em Relação aos Serviços Públicos.....	150
Gráfico 51. Principais Problemas de Violência nos Bairros	151
Gráfico 52. Saúde	153
Gráfico 53. Educação	154
Gráfico 54. Assistência Social.....	155
Gráfico 55. Cultura	156
Gráfico 56. Esporte e Lazer.....	157
Gráfico 57. Ações Desenvolvidas nos Bairros	158
Gráfico 58. Participação de Crianças e Adolescentes	159
Gráfico 59. Atividades em que as Crianças e os Adolescentes Participam.....	159
Gráfico 60. Resultados da Participação nas Ações Realizadas nos Bairros	160
Gráfico 61. Avaliação da Participação das Crianças e Adolescentes.....	161
Gráfico 62. Sugestões para Melhorar a Participação.....	163
Gráfico 63. Conhecimento de Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nos Bairros e Município	165

Gráfico 64. Comparativo por Bairro do Conhecimento de Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	166
Gráfico 65. Fontes dos Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	167
Gráfico 66. Locais de Denúncia dos Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes	168
Gráfico 67. Constatação do Aumento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	169
Gráfico 68. Eventos que Contribuem com o aumento da Violência Sexual	170
Gráfico 69. Conhecimento de Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	180
Gráfico 70. Aumento da Violência Sexual.....	181

LISTA DOS MAPAS

Mapa 1. Estado do Pará	20
Mapa 2. Vista geral das instituições na cidade de Altamira.....	184
Mapa 3. Região na estrada do aeroporto	185
Mapa 4. Região do bairro Alberto Soares	185
Mapa 5. Altos do bairro Brasília próximo à nova feira do mercado municipal	186
Mapa 6. Bairro Brasília próximo ao Ginásio Poliesportivo	187
Mapa 7. Bairro Liberdade, próximo à rodovia que dá acesso à estrada da Serrinha.....	188
Mapa 8. Bairro Aparecida	189
Mapa 9. Bairros na região central da cidade I	189
Mapa 10. Bairros na região central da cidade II.....	190
Mapa 11. Bairros da região central da cidade III	191
Mapa 12. Bairros Independente I e II, e Preamem.....	191
Mapa 13. Bairro Sudam I	192
Mapa 14. Bairro Independente II.....	193
Mapa 15. Saída da cidade, sentido Marabá	193
Mapa 16. Vista Geral dos pontos de violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Altamira.....	194
Mapa 17. Balneário do Pedral e região da balsa do Projeto de Assentamento Assurini	195
Mapa 18. Bairros Independente I e II	196
Mapa 19. Região do Estádio Municipal de Altamira no bairro Jardim Independente I.....	196
Mapa 20. Bairro Bela Vista e proximidades do posto de gasolina na saída da cidade, sentido Brasil Novo.....	197
Mapa 21. Região da Avenida Perimetral no bairro Sudam I.....	198
Mapa 22. Proximidades do Ibama e bairro Independente II.....	198
Mapa 23. Região das casas de show do município no bairro Centro	199
Mapa 24. Região da Orla do Cais e bairro Centro.....	199
Mapa 25. Região entre os bairros Baixão do Tufi, Sudam I, Centro e Brasília	200
Mapa 26. Região do bairro Brasília e proximidade do Igarapé Altamira.....	200
Mapa 27. Bairro Brasília e região do Mirante e da Rodovia Transamazônica.....	201
Mapa 28. Bairro Liberdade e proximidades da Rodovia Transamazônica	201
Mapa 29. Bairro Mutirão	202

Mapa 30. Bairros Brasília e Aparecida.....	202
Mapa 31. Bairros Aparecida e Invasão dos Padres	203
Mapa 32. Bairro Alberto Soares	203
Mapa 33. Bairro São Domingos (atual Nova Altamira).....	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instituições participantes da pesquisa.....	22
Quadro 2: Instituições separadas por setor e missão	26
Quadro 3. Profissionais existentes nas instituições de atendimento e prevenção	32
Quadro 4. Profissionais das instituições de defesa e responsabilização.....	35
Quadro 5. Dados básicos de acesso às instituições	38
Quadro 6. Informações armazenadas.....	41
Quadro 7. Planejamento e periodicidade	46
Quadro 8. Monitoramento e avaliação nas instituições de atendimento e prevenção	48
Quadro 9. Área de atuação das instituições de atendimento e prevenção	48
Quadro 10. Principais atividades do CREAS.....	51
Quadro 11. Principais atividades da Fundação Tocaia e Centro Cultural Francisco Melo....	52
Quadro 12. Parcerias interinstitucionais.....	55
Quadro 13. Tipo e avaliação da articulação interinstitucional	57
Quadro 14. Atuação em rede das instituições de atendimento e prevenção.....	60
Quadro 15. Pontos positivos e negativos nas articulações interinstitucionais.....	62
Quadro 16. Parcerias institucionais solicitadas pelas escolas.....	63
Quadro 17. Distribuição qualitativa dos conteúdos referenciais nas disciplinas da educação infantil.....	65
Quadro 18. Aspectos positivos e negativos das parcerias	66
Quadro 19. Conhecimento e participação no Plano Municipal: instituições de prevenção e atendimento	130
Quadro 20. Conhecimento e participação no Plano Municipal: instituições educacionais..	131
Quadro 21. Trabalhos bem sucedidos de protagonismo infanto-juvenil.....	134
Quadro 22. Ações Desenvolvidas pelo MMTA – CC com Grupo de Adolescentes.....	175

LISTA DE SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
ACS	Agente Comunitário de Saúde
AMBAJI-I	Associação de Moradores do Bairro Jardim Independente I
APAE	Associação de Pais e Amigos das Crianças Excepcionais
ARESSA	Associação Recreativa dos Servidores da Saúde de Altamira
ASAJ	Área Técnica da Saúde de Adolescentes e Jovens
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CB	Corpo de Bombeiros
CCBM	Consórcio Construtor Belo Monte
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPRO	Centro Profissionalizante
CMEVSCA	Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
COL	Comissão Operativa Local
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
CPB	Código Penal Brasileiro
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
DATA	Delegacia de Atendimento ao Adolescente
DC	Defesa Civil
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher
DEMUTRAN	Departamento Municipal de Trânsito
DETRAN	Departamento de Trânsito
DPE	Defensoria Pública do Estado
DRP	Diagnóstico Rápido Participativo
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOM	Espaço de Convivência de Meninos e Meninas

EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMEI	Escola Municipal de Ensino Infantil
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FJCA	Fórum de Justiça da Comarca de Altamira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCAP	Fundaçao da Criança e do Adolescente do Pará
GM	Guarda Municipal
GPS	Global Positioning System
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HMSR	Hospital Municipal São Rafael
HRT	Hospital Regional Público da Transamazônica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEBI	Instituto Educacional Batista Independente
IGDBF	Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa Família
IML	Instituto Médico Legal
INFOSEG	Informações de Segurança
IPAS	Ações Afirmativas em Direitos e Saúde
La Salle	Centro de Assistência Social La Salle
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MMTCC	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade
MPE	Ministério Público do Estado
NAECA	Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente
NR	Não Respondeu
NASFS	Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PA	Projetos de Assentamentos
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
PC	Polícia Civil
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PF	Polícia Federal
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PM	Polícia Militar
PMA	Prefeitura Municipal de Altamira
POL	Plano Operativo Local

PR	Paraná
PRF	Policia Rodoviária Federal
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPAZ	Programa Cultura de Paz
PSE	Programa Saúde na Escola
PT	Partido dos Trabalhadores
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SEDES	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEJUDH	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos
SEMAT	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMUTS	Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERFAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SESI	Serviço Social da Indústria
SESPA	Secretaria de Estado de Saúde Pública
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
SIEL	Sistema de Informações Eleitorais
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SUS	Sistema Único de Saúde
SP	São Paulo
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE Belo Monte	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
USF	Unidade de Saúde da Família
VIJ	Vara da Infância e da Juventude
VS	Violência Sexual
VSIJ	Violência Sexual Infanto-Juvenil

APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) é uma das etapas metodológicas do Programa de Ações Integradas e Referenciais para o Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (PAIR), conduzido no município de Altamira/PA pelo projeto “Rodas de Direito: diálogo, empoderamento e prevenção no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes”, sob a coordenação de professores da Universidade Federal do Pará (UFPA) em parceria com arte-educadores da Fundação Tocaia.

O DRP é uma pesquisa realizada dentro de determinado território para dar visibilidade ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e fazer o mapeamento dos serviços e programas da rede de proteção (Maekawa e Contini, 2011), sistematizando informações e apresentando-as de modo favorável para a instrumentalização das instituições públicas e entidades sociais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O presente DRP é, na verdade, o segundo realizado no município de Altamira. O primeiro DRP foi executado em novembro de 2009 como parte das atividades do Programa PAIR/Guarani, financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e gerenciado pelo Governo do Estado do Pará, à época na gestão da governadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A condução deste primeiro DRP coube ao IPAS do Brasil em parceria com a Área Técnica da Saúde de Adolescentes e Jovens (ASAJ) do Ministério da Saúde, cujo trabalho de campo foi realizado entre os dias 13 e 16 de outubro de 2009 por meio da aplicação de questionário objetivo, observação participante e entrevistas informais. De que resultou elaboração de relatório apresentado aos agentes locais do SGD em novembro do mesmo ano e que serviu de subsídio para o Seminário de Construção do Plano Operativo Local, realizado por meio de oficinas no primeiro semestre de 2010.

Porém, a mudança de governo estadual acabou paralisando esse processo de implantação do PAIR em Altamira, ficando o município sem o retorno dos técnicos governamentais da proposta final do Plano Operativo Local (POL), posteriormente designado de Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira, que só foi retomado em agosto de 2011, quando a Prefeitura Municipal de Altamira organizou evento para finalizá-lo, com vistas a sua aprovação em setembro do mesmo ano, dando início à vigência deste documento e de seu monitoramento.

É importante definir o percurso histórico da metodologia PAIR no município porque contextualiza e justifica os motivos para a produção desta segunda pesquisa, uma vez que o primeiro DRP foi elaborado em 2009, estando, portanto, defasado em relação às mudanças socioambientais geradas pelo início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) a partir de 2010; some-se isso o fato de a primeira pesquisa ter sido feita num período de apenas quatro dias, lapso de tempo curto demais para lograr a obtenção de dados consistentes e análises mais aprofundadas da realidade local do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além disso, o fato de a implantação da metodologia PAIR no município de Altamira não ter logrado uma continuidade temporal de execução de cada etapa proposta acabou também por resultar numa adaptação do percurso metodológico do PAIR para que pudéssemos executar o segundo DRP do município de Altamira. Assim, apesar de já termos um Plano Municipal vigente desde agosto de 2011 – posteriormente revogado pela Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (CMEVSCA) e aprovado o novo Plano Municipal em maio de 2012, para o triênio 2012-2014 – e, portanto, de algumas etapas subsequentes ao DRP terem sido realizadas,¹ foi necessário planejar a execução dessa nova pesquisa em período simultâneo ao de outras ações da metodologia PAIR e da CMEVSCA.

Assim, a presente pesquisa durou sete meses, de março a setembro de 2012. Não é, portanto, uma pesquisa que se adeque à própria definição do DRP, ou seja, ela não foi tão rápida quanto achávamos que seria, pois a coleta e a análise dos dados demandaram grande esforço da equipe de trabalho do projeto, além de algumas dificuldades típicas de qualquer pesquisa, como a resistência de algumas instituições para disponibilizar dados ou a imprecisão e necessidade de correção de alguns destes dados institucionais.

O objetivo central do presente relatório do DRP do município de Altamira é identificar a situação da violência sexual contra crianças e adolescentes e as condições dos serviços de enfrentamento existentes, apresentando dados que possibilitem a melhoria da atuação e da articulação da rede local, o geoprocessamento da demanda e o georeferenciamento dos lugares de ocorrência deste tipo de violação de direitos, assim como subsidiar a definição do conteúdo programático do curso de formação.

¹ Houve o primeiro monitoramento do Plano Municipal em abril e maio de 2012, com produção de relatório e de uma nova proposta de Plano Municipal, aprovada em 18 de maio do mesmo ano. Também já tivemos vários cursos de formação para a rede de proteção local e a campanha do dia 18 de maio realizada todos os anos, desde 2005, logo, não podemos dizer que foi uma ação implantada pelo PAIR, mas sim fortalecida por este, sendo que em 2012, com o Plano Municipal, ficou definida a realização de quatro campanhas ao longo do ano, nos seguintes períodos: carnaval, 18 de maio, férias escolares de julho e semana do dia da criança.

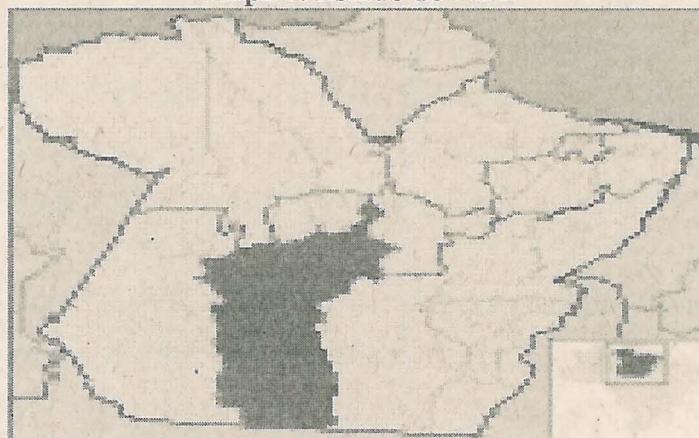
A realização desta pesquisa e a produção do presente relatório também tornaram factível a consecução dos seguintes objetivos: (1) analisar as políticas públicas de prevenção, atendimento, defesa e responsabilização existentes no município de Altamira que se referem ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; (2) destacar os territórios do meio urbano altamirense por indicadores de vulnerabilidade social, bem como identificar a concepção dos cidadãos sobre as políticas públicas e ações de enfrentamento destinadas aos moradores; (3) motivar as instituições a pensar estratégias e metodologias de trabalho para o fortalecimento da rede; (4) realizar levantamento quantitativo das ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes registradas nos serviços de prevenção, atendimento, defesa e responsabilização do município; (5) identificar o número de casos atendidos por esses serviços, detalhando aspectos importantes para definição do perfil de vítimas e agressores, assim como locais de ocorrência, quando possível; (6) verificar as condições das instituições para a garantia do atendimento da demanda atual.

Esperamos, deste modo, que o presente relatório possa contribuir de forma eficaz para o conhecimento mais consistente da realidade da violência contra crianças e adolescentes do município de Altamira, assim como para a adequada formulação e implementação de políticas de enfrentamento de tais situações, visando a superação do estado de violação de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

1. MUNICÍPIO DE ALTAMIRA: CONTEXTO TERRITORIAL E POPULACIONAL

Altamira é um município localizado na região sudoeste do estado do Pará, sendo município-polo da mesorregião do Sudoeste Paraense, a qual é formada pelos municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, com definições geográficas apresentadas no gráfico abaixo.

Mapa 1. Estado do Pará



A sede do município é a cidade de Altamira, localizada à margem esquerda do rio Xingu, pouco acima da área conhecida por Volta Grande do Xingu, entre os igarapés Ambé e Panelas, atravessada pelo igarapé Altamira.

De acordo com Umbuzeiro e Umbuzeiro (2012), a fundação da cidade de Altamira data de 2 de abril de 1883. A origem do nome Altamira possui duas versões: a primeira diz que Pedro de Oliveira Lemos, primeiro intendente (à época, cargo similar ao de prefeito) da cidade, em 1912, foi quem a batizou com este nome, em parceria com José Porphírio; a segunda versão é de que foi Raimundo José de Souza Gayoso, mais conhecido por Coronel Gayoso, fundador da cidade, quem lhe deu este nome inspirado na cidade de Altamira na Espanha.

Até 2009, Altamira era considerado o maior município do mundo em extensão territorial, com uma área de 159.695,938 km², mas hoje é o segundo maior município. A BR-230, conhecida por rodovia Transamazônica, construída na década de 1970 do século XX, atravessa o município no sentido leste-oeste numa extensão de 60 km, ligando Altamira a Belém (800 km), Marabá (500 km), Itaituba (500 km) e Santarém (500 km).

Segundo dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município é de 99.075 pessoas, sendo que deste total 84.092 residem no espaço urbano e apenas 14.983, ou 15,12%, dessa população vive no campo.

Os dados do Censo 2010 do IBGE também indicam que há no município 26.427 domicílios. Desses, 20.456 têm banheiros sanitários e somente 421 possuem rede geral de esgoto, enquanto 4.535 têm fossa séptica. Contata-se que a grande maioria dos domicílios deposita seu esgoto diretamente nos igarapés que cortam a cidade e desembocam no rio Xingu.

O município de Altamira possui vasta área rural dividida em áreas de colonização agrícola, unidades de conservação, terras indígenas e terras devolutas. Dentre as principais áreas de colonização, encontram-se aquelas formadas durante a implantação do Projeto Integrado de Colonização (PIC/Transamazônica), impulsionado pela construção da rodovia Transamazônica, no período da década de 1970, e os assentamentos mais recentes que datam das décadas de 1980 e 1990, a exemplo dos Projetos de Assentamentos (PA) Assurini e Morro das Araras.

Na história de formação do município registra-se a atuação de diversos atores sociais: povos indígenas (apenas no município de Altamira existem 10 etnias indígenas e 11 terras indígenas que ocupam um total de 12.309.547 ha, cobrindo, assim, mais de 50% da área altamirense); comunidade quilombola reconhecida institucionalmente e localizada próximo do município de Porto de Moz; cerca de 30 assentamentos de Reforma Agrária; comunidades ribeirinhas, além de representativa população urbana que traz nas trajetórias individuais a marca da diversidade cultural proveniente da migração de outras regiões do país, sobretudo Nordeste e Centro-Oeste.

2. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A proposta metodológica da pesquisa envolveu a coleta de dados de cunho quantitativo por meio de diferentes métodos e instrumentais: requisição dos relatórios institucionais; aplicação de formulários padronizados da metodologia PAIR; observação participante em instituições de atendimento; entrevistas semiestruturadas; e história de vida com crianças vítimas de abuso sexual.

Entre os meses de março a setembro de 2012, iniciamos a pesquisa solicitando às instituições locais, por meio de ofícios, repasse dos relatórios anuais de atendimento; obtivemos dados das seguintes instituições: Vara da Infância e da Juventude (VIJ); 5ª Vara

Criminal de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher² (5ª Vara); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Polícia Militar (PM); Polícia Civil (PC); Conselho Tutelar (CT); Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS); Polícia Federal (PF) e Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMUTS).

Ao mesmo tempo, realizamos a aplicação dos formulários oficiais da metodologia PAIR com diferentes segmentos da rede de proteção. Os formulários utilizados foram os seguintes:

Formulário 1 – CMDCA: destinado aos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Formulário 2 – Defesa e Responsabilização: aplicado junto a representantes das instituições do sistema jurídico-policial e o Conselho Tutelar;

Formulário 3 – Atendimento e Prevenção: destinado a representantes de instituições e programas governamentais e não governamentais que realizam atividades de caráter preventivo ou desenvolvem serviços de atendimento as vítimas, agressores e famílias;

Formulário 4 – Comunidade: aplicado, no âmbito da pesquisa, junto a determinados bairros do município de Altamira, procurando coletar informações de indivíduos estratégicos que moram, trabalham ou estudam nestes bairros;

Formulário 5 – Movimentos Sociais: destinado a lideranças de movimentos sociais que atuam no município;

Formulário 6 – Setor corporativo: voltado para representantes do setor empresarial ou corporativo do município.

O quadro abaixo sistematiza os representantes das instituições, bairros, empresas e movimentos sociais que responderam aos formulários padronizados da metodologia PAIR.

Quadro 1. Instituições participantes da pesquisa

Formulários	Instituições
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Defesa e responsabilização	Policia Civil Policia Rodoviária Federal Policia Federal Policia Militar Guarda Municipal Conselho Tutelar Defensoria Pública do Estado Ministério Público do Estado Vara Criminal de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

² Competente também para os crimes em que crianças e adolescentes são vítimas.

	Vara da Infância e da Juventude
Atendimento e prevenção	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Centro de Referência de Assistência Social – CRAS I e II. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI Creche Aldenira Creche São Sebastião Creche Irmã Serafina Creche Ruth Passarinho EMEI Girassol EMEI Florêncio Filho EMEI Professora Eulália de Oliveira EMEI Vovô Bezerra EMEF João Rodrigues da Silva EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda EMEF Esther Figueiredo de Queiroz EMEF Dom Clemente Geiger EMEF Ulysses Guimarães EMEF Prof. Antônio Gondim Lins EEEM Dulcila de Almeida EEEM Nair Lemos EEEM Polivalente EEEEM Instituto Maria de Mattias Hospital Regional Público da Transamazônica – HRT Hospital Municipal São Rafael Secretaria Municipal de Saúde Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi Espaço de Convivência de Meninos e Meninas – ECOM Fundação Tocaia Espaço Cultural Francisco Melo
Comunidade	Representantes do Bairro Baixão do Tufi Representantes do Bairro Sudam I Representantes do Bairro Sudam II Representantes do Bairro Bela Vista Representantes do Bairro Independente I Representantes do Bairro Independente II Representantes do Bairro Alberto Soares Representantes do Bairro Invasão dos Padres Representantes do Bairro Aparecida Representantes do Bairro Centro Representantes do Bairro Boa esperança Representantes do Bairro Brasília Representantes do Bairro Orla do Cais Representantes do Bairro Uirapuru Representantes do Bairro Jardim Primavera
Empresas e cooperativas	Líder em Madeira Metalúrgica Avenida Grupo Buriti

	Passarelli
	Capetinga
	Hotel Orinoco
	Posto de combustível Maverik
Movimentos Sociais	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade – MMTA – CC

Nas instituições CRAS, CREAS, ECOM e Conselho Tutelar foram aplicados, além dos formulários, observação participante com análise documental. Os documentos analisados no Conselho Tutelar foram os prontuários de atendimentos, nos quais constavam informações sobre o tipo de violência sexual, a vítima, o agressor e os encaminhamentos. No CREAS, ECOM e CRAS tivemos acessos às fichas de atendimento que apresentavam informações relevantes para compreender o contexto da violência sexual no município, como local de ocorrência, agressor, ocupação dos membros da família e escolaridade da vítima.

Também realizamos pesquisa documental na 3^a Vara e 5^a Vara do Tribunal de Justiça da Comarca de Altamira com o intuito de acessar e coletar dados dos processos judiciais existentes nessa Instituição que tratem da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Além disso, houve a coleta de dados por meio da técnica de história de vida com duas vítimas de violência sexual, atendidas pelo CREAS. No entanto, esses dados aparecem no relatório apenas de maneira indireta, para ajudar na compreensão de eventos sociais, ações, atendimentos e acompanhamentos.

Os representantes dos bairros foram escolhidos de modo a contemplar cinco categorias de informantes: profissionais da educação, num total de 16 pessoas; profissionais da saúde, num total de 12 pessoas; presidentes de associações de bairros, num total de 4 presidentes; adolescentes moradores ou estudantes de escolas localizadas nos bairros, num total de 9 pessoas; moradores dos bairros, num total de 40 pessoas. A soma geral foi de 81 pessoas participantes da aplicação do formulário padronizado da metodologia PAIR para os bairros.

Recorremos a Minayo (2005), Becker (1999) e Thompson (2001) para embasar teoricamente nossos delineamentos metodológicos. De maneira geral, a abordagem metodológica investiga os sujeitos, as instituições e os territórios como construções sociais, simbólicas e políticas, ou seja, como construções culturais. Nesse sentido, percepções, concepções e emoções são complementadas com dados quantitativos que buscam revelar objetividades sociais.

Após a compilação dos dados e estruturação da análise, as informações contidas no presente relatório foram apresentadas à CMEVSCA, numa reunião ocorrida no dia 19 de julho de 2012.

O debate gerado com a apresentação do documento aos representantes das instituições produziu saldos importantes para ajuste de dados/análises e direcionamento da pesquisa para abarcar outros grupos, mais especificamente a coleta de dados nas escolas públicas, o que foi acatado e cumprido nos meses subsequentes.

Esse momento em que os agentes do SGD puderam participar da própria condução da pesquisa e da geração/análise dos seus dados foi avaliado como positivo e necessário para que pudéssemos compreender com maior fidedignidade a realidade e as condições dos serviços de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS INSTITUIÇÕES

Neste item foram incluídas as respostas dos representantes de instituições dos setores de atendimento, prevenção, defesa, responsabilização e do CMDCA, a respeito de informações definidas como básicas, ou seja, que identificam a finalidade institucional e as condições dos serviços prestados por essas instituições.

3.1. Missão institucional

A discussão sobre a missão institucional remete à definição da finalidade ou do objetivo de existência e atuação de cada instituição no âmbito no município de Altamira.

O quadro abaixo sistematiza as informações obtidas das instituições pesquisadas e também apresenta a ausência de dados relativos à pergunta a algumas instituições.

Quadro 2. Instituições separadas por setor e missão

Setor	Instituição	Missão
Conselho	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA	NR
Atendimento e Prevenção	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	Receber e fazer o acolhimento, a escuta, o atendimento especializado em rede, de forma interdisciplinar, realizar o encaminhamento e acompanhamento. Adotar a prática do atendimento de forma articulada e integrada dos profissionais e serviços (saúde, educação, justiça) para que os encaminhamentos ajudem na resolução do problema. Assegurar os direitos socioassistenciais dos usuários dentro do CREAS. Organizar e coordenar seminários, campanhas educativas e eventos para debater e formular estratégias coletivas de combate à violação de direitos; Acionar os sistemas de garantia de direitos, com vistas a mediar seu acesso pelos usuários.
	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – I	Atuar como agente facilitador da transformação da sociedade, disseminando o conhecimento e o desenvolvimento da cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias através das ações de educação, cultura, lazer, saúde e promoção social.
	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – II	Atuar como agente facilitador da transformação da sociedade, disseminando o conhecimento e o desenvolvimento da cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias cadastradas, através das ações de educação, cultura, lazer, saúde e promoção social.

	ECOM	Realizar acolhimento, acompanhamento psicossocial e reintegração familiar.
	Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Atender portadores de transtorno mental – acima de 18 anos – de moderado a grave.
	Centro de Atenção Psicossocial Infantil – CAPSi	NR
	PETI/URBANO	Acolher as crianças em situação de vulnerabilidade social e erradicar o trabalho infantil.
	Fundação Tocaia	Promoção social do indivíduo e a valorização de todas as formas de vida.
	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	Proteger e promover os direitos dos povos indígenas.
	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	Promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de técnicos industriais, construindo para elevar a competitividade da indústria do estado do Pará e do país.
	Centro Cultural Francisco Melo	Divulgar as artes e a cultura local. Fortalecer e desenvolver ações arte-educativas com crianças, adolescentes, jovens e adultos.
	Creche Professora Aldenira Creche Irmã Serafina	Atender indistintamente todas as crianças que necessitarem deste atendimento e oferecer um ambiente apropriado e aconchegante para crianças de 1 a 3 anos de idade, para que estas se desenvolvam harmoniosamente e adquiram autonomia, experiências, conhecimentos fundamentais para a vida social e cultural, em cooperação com a família, comunidade e sociedade em geral. Trabalhar com a integração e socialização da família, escola e comunidade.
Escolas	EMEI Girassol EMEI Florêncio Filho	Cuidar e educar. Possibilitar uma reflexão com o corpo docente para a construção de um espaço na escola em que sejam desenvolvidos os princípios relacionados ao ato de aprender e sua relação com o conhecimento e o desenvolvimento psicomotor, favorecendo a conscientização.
	EMEF João Rodrigues da Silva EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda EMEF Dom Clemente Geiger	Promover uma educação de qualidade, com o objetivo de formar cidadãos críticos, capazes de lutar pela sua cidadania. Formar cidadãos comprometidos com a vida, capazes de lutar por um mundo melhor, por uma sociedade mais justa, humana e de paz. Assegurar um ensino de qualidade, garantindo a formação integral e inclusiva de todos os educandos, o acesso e a permanência do aluno na escola, desenvolvendo no mesmo a integração na sociedade, capacitando-o para exercer seu papel de cidadão e preparando-o para os desafios do mundo moderno.
	EEEM Dulcila de Almeida	Oferecer um ensino de excelência a toda a comunidade da escola e propiciar as condições para uma aprendizagem

	EEEM Nair Lemos	significativa, atualizada e eficaz que prepare cidadãos competentes, éticos e com argumentação sólida. Veiculando uma mudança de mentalidade com compromisso e participação de todos. A escola tem o compromisso com o fazer e o aprender e com a qualidade desse fazer. Assim, busca a formação de sujeitos cidadãos e críticos, capazes de atuar, interferir e transformar a sociedade.
Saúde	Hospital Regional Público da Transamazônica – HRT	Prestar assistência hospitalar qualificada e humanizada, em média e alta complexidade, ao usuário referenciado pelo Sistema Único de Saúde – SUS.
	Hospital Municipal São Rafael	Realizar atendimento de urgência/emergência, internação adulto e infantil, cirurgia de urgência e eletiva, partos normal e cesáreo e atendimento ambulatorial e internação na ala de pediatria e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Neonatal.
	Secretaria Municipal de Saúde	Prestar assistência à saúde, promovendo a melhoria das condições de vida na comunidade.
Defesa e Responsabilizaçāo	Conselho Tutelar – CT	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
	Polícia Civil – PC	Segurança pública, investigar crimes ocorridos, lavrar procedimentos judiciais criminais.
	Polícia Rodoviária Federal – PRF	Realizar patrulhamento nas rodovias e estradas federais.
	Polícia Militar – PM	Segurança pública.
	Guarda Municipal – GM	Proteção do patrimônio público do município assim como bens, instalações e serviços.
	Polícia Federal – PF	Apurar infrações penais contra bens, serviços e interesses da União. Na área de crimes contra criança e adolescente os crimes de pedofilia praticados via internet.
	Defensoria Pública do Estado – DPE	NR
	Ministério Público do Estado – MPE	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais intransponíveis.
	5ª Vara	Fazer o devido processo das questões que são de sua competência.
	VIJ	Atuar na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e atuar na responsabilização de adolescentes em conflito com a lei.

As instituições são governamentais e não governamentais e conforme podemos visualizar todas elas visam o atendimento, prevenção e responsabilização dos direitos da criança e do adolescente como preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº. 8.069/90). Observa-se que o município oferece um conjunto de políticas públicas que visam o atendimento global do cidadão no que se refere aos direitos sociais fundamentais de educação, saúde e assistência social, bem como de segurança. Esses dados, descritivos e

institucionais, serão incrementados no decorrer da análise empírica das instituições com o objetivo de discutir a eficácia da rede de atendimento.

3.2. Tipos de imóveis e infraestrutura das instituições: setor atendimento e prevenção

Os representantes das instituições PETI e CAPS II informaram que as instalações físicas não são adequadas, que precisam de prédios maiores com possibilidades de organização do tempo/espaço das atividades de forma mais confortável e didática, como as aulas de artes, dinâmicas em grupo e recreações esportivas.

As instalações do CRAS II se apresentam bem precárias, principalmente pelo tamanho do espaço, que é muito reduzido. A instituição funciona em imóvel alugado, construído para ser uma residência, com dois quartos, sala e cozinha. O CRAS II não funciona em um espaço planejado para sua missão institucional, estando aí um dos motivos que o tornam inadequado para atendimento, faltando organização de salas com mesas, cadeiras, computadores, brinquedoteca, etc. Devido à mudança do imóvel “ser recente” ainda não foram instalados a linha telefônica e os computadores com internet e impressoras. Todos os atendimentos e registros são feitos manualmente.

O imóvel do CREAS também é alugado e funciona num prédio tipo residência. O relatório da observação participante descreve de maneira detalhada a situação estrutural da instituição:

Chegamos à porta de entrada, que fica sempre aberta. Adentrando, nos deparamos com um sofá do lado direito, outro do lado esquerdo, uma televisão ligada nos jornais locais e um bebedouro. Logo à frente, nessa sala de entrada ou recepção, há duas mesas de escritório, onde na da esquerda tem um computador de mesa e na da direita apenas panfletos. Atrás da mesa em que fica o computador há um desenho feito de EVA com uma frase “Toda criança tem o direito de ser feliz”. No período da tarde fica uma moça de cada lado, uma delas é a auxiliar administrativa e a outra, às vezes, é uma das educadoras sociais ou a pedagoga. E logo no fundo dessa sala de entrada, que é ampla, encontra-se uma mesa de cozinha com seis cadeiras, onde podemos encontrar as funcionárias preenchendo alguma ficha ou documento, ou também se alimentando. Do lado direito, ao fundo da sala, está à porta que dá acesso à cozinha e do lado esquerdo está um espaço onde ficam os arquivos e que dá acesso à sala da coordenadora, à sala da psicóloga e à sala da assistente social e das educadoras. E atrás da mesa de cozinha há um banheiro simples, destinado ao uso dos usuários do CREAS. (Caderno de Campo, 2012).

Ainda a respeito do espaço, os representantes das instituições CAPS II e CRAS I declaram ser suficiente para o trabalho. No ECOM, o espaço institucional é definido como

precário, mas devido à reforma foi transferido para um local cedido temporariamente. As informações sobre o espaço do ECOM indicam a necessidade de ampliações e implantação de brinquedoteca, biblioteca, sala de vídeo e jogos, quadra desportiva, etc. A casa apresentava rachaduras na parede, pintura envelhecida e pouca segurança em relação ao exterior. Além de poucos compartimentos e divisórias entre os espaços de dormitório, alimentação, recepção e administração, as camas são velhas, enferrujadas e sem manutenção. No item mobiliário, as informações indicam a necessidade de móveis, brinquedos e eletrodomésticos, bem como de aparelhos de televisão, DVD e computadores. O local se apresenta pouco atrativo, ainda mais que não foi observada uma política de acolhimento com realização de atividades socioeducativas e acompanhamento psicossocial.³

O representante do CAPSi indicou informações preocupantes a respeito do espaço físico, mobiliários e equipamentos. Conforme explicitado no formulário, “falta espaço para *playground*, sala de reuniões, auditório e refeitório.” Também indicam a falta de estantes para livros, maca para exame físico, escadinha, mesas, computadores, internet, telefone, impressoras e fogão com forno. Todas essas carências foram apontadas como limitações para o funcionamento da instituição.

A representante da FUNAI informou que a instituição precisa de mais salas para acomodar os servidores e garantir melhor atendimentos aos indígenas. Segundo ela, faltam mobiliários como mesas, cadeiras e armários. A respeito de equipamentos, a representante informou que faltam computadores, gravadores, máquinas fotográficas, impressoras, telefones e GPS.

A Fundação Tocaiã funciona em um prédio cedido por membros da própria equipe fundadora e, segundo as informações obtidas, o local não é apropriado, necessitando de mais espaço para as atividades educativas desenvolvidas com o público-alvo, apesar da mobília e dos equipamentos serem avaliados como suficientes.

O Centro Cultural Francisco Melo funciona em prédio próprio, mas, como declarado, falta melhor estruturação para atender as necessidades das atividades e do público. Assim como faltam material para exposição, móveis para escritório, climatização adequada e biblioteca.

³ A partir de outubro de 2012, portanto posteriormente ao término da pesquisa de campo; o ECOM retornou ao imóvel original reformado pela Norte Energia S.A. como parte das condicionantes.

3.3. Tipos de imóveis e infraestrutura das instituições: setor defesa e responsabilização

Das instituições pesquisadas no setor de defesa e responsabilização, seis estão localizadas em imóveis próprios – 5^a Vara e VIJ, PC, PM, GM, PRF e CT – e três estão em imóveis locados – DPE, MPE e PF.

Dois terços das instituições possuem imóveis próprios que lhes permite segurança imobiliária para desenvolver as atividades competentes para o enfrentamento das diversas formas de violência, entre as quais a sexual. Deve-se levar em conta o fato de as instituições que estão em imóveis locados terem que conviver com os problemas relativos ao aumento dos preços dos imóveis no mercado imobiliário do município de Altamira – fruto do acirramento da migração populacional e da não finalização dos alojamentos e vila permanente em que deverão residir os trabalhadores da UHE Belo Monte – que tem prejudicado a permanência de algumas instituições em imóveis locados em função dos reajustes contratuais que extrapolam os recursos disponíveis ou permitidos. Essa situação de instabilidade interfere no desempenho dos profissionais das instituições.

Ter imóveis próprios ou locados não significa tê-los nas condições ideais ou satisfatórias para o desenvolvimento das atividades profissionais. O conjunto de instituições de defesa e responsabilização pesquisado aponta condições satisfatórias para desenvolver suas atividades profissionais nos quesitos que envolvem o espaço físico e o mobiliário, mas indica a necessidade de melhorias (ou investimento público) no quesito dos equipamentos, sendo este o que demanda maior atenção dos gestores políticos.

É interessante notar que apenas duas instituições consideram que os três quesitos das condições de trabalho (espaço físico, mobiliário e equipamentos) são satisfatórios, sendo que estas possuem imóveis locados há pouco tempo: a DPE desde 2010, num imóvel reformado e ampliado; o MPE desde 2011, num imóvel de caráter residencial que foi adaptado para atender a demanda da instituição, pois antes os promotores tinham que ficar em salas localizadas nas dependências do FJCA.

As críticas com relação ao espaço físico são basicamente de necessidade de ampliação ou reforma dos locais, seja para manutenção ou para melhor acomodação dos recursos humanos e materiais próprios a cada instituição. Já as críticas aos equipamentos localizam-se em três setores bem específicos: informática, armamento e segurança.

Segundo o apurado nos formulários institucionais, a parte relativa aos equipamentos de informática são fundamentais para agilizar o atendimento e registro em banco de dados internos dos casos atendidos, representando uma necessidade diretamente relacionada com

outro ponto a ser discutido e analisado neste relatório: a operacionalização dos bancos de dados enquanto perspectiva de organização da atuação institucional.

Por outro lado, a demanda por armamento e coletes de proteção são próprios dos órgãos policiais e, mais precisamente, daqueles que atuam em ações ostensivas de patrulhamento e verificação *in loco* de denúncias. Tal necessidade implica diretamente na qualidade do serviço e na possibilidade de respaldar o profissional com equipamentos que lhe deem garantia da integridade física e da minimização dos riscos que envolvem a atividade típica do policial.

3.4. Situação dos profissionais disponíveis nas instituições do setor de atendimento e prevenção

A somatória dos profissionais existentes nas instituições de atendimento e prevenção, com recorte daqueles capacitados para atuarem em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, está definida no quadro abaixo.

Quadro 3. Profissionais existentes nas instituições de atendimento e prevenção

Profissionais (Categorias)	Total	Efetivos	Temporários	Não Responderam (se efetivos ou temporários)
Psicólogo	10	1	4	5
Advogado	03	01	---	2
Assistente Social	16	01	7	8
Pedagogo	108	44	19	45
Professor	372	201	58	113
Médico	114	---	3	101
Enfermeiro	86	---	2	84
Administrativo	231	59	28	144
Educadora Física	1	---	1	---
Tec. Enfermagem	5	4	1	---
Serviços Gerais	3	2	1	---
Vigilantes	3	2	1	---
Psiquiatra	1	---	1	---
Artesã (Arte- educador)	2	---	2	---
Nutricionista	1	---	Cedida	---
Educadora Social	8	2	6	---
Motorista	1	---	1	---
Biólogo	1	---	---	1
Músico	6	---	---	6
Geógrafo	1	---	---	1
Diretora Artística	1	---	---	1
Artista Plástico	1	---	---	1

Esse quadro apresenta a quantidade geral dos profissionais que atuam nas instituições. Como se pode observar, não há informações sobre formação ou sobre o nível de especialização e cursos de curta duração que indiquem elementos de preparo técnico continuado para atender e prevenir a violência sexual. Os dados também apresentam uma nítida distinção de profissionais entre os setores da educação, saúde e segurança, que indicam certa concentração de profissionais de ensino nas escolas, de psicólogos no CAPS II e CREAS, de médicos nos hospitais e policiais nas delegacias. Os dados também indicam certo consenso para atendimento institucional com a finalidade das missões sociais que assumem, mas permite visualizar, ao mesmo tempo, a fragilidade das equipes multidisciplinares para a compreensão e atendimento das problemáticas da violência sexual no município, que é complexa e determinada por múltiplos fatores.

No formulário do ECOM aparece a categoria “pessoal de apoio” (seis pessoas), cujas funções não ficaram muito nítidas, mas observamos que atuam na cozinha, na limpeza, organização, recepção, etc.

A respeito do CRAS I e II é preciso informar que o cargo de psicóloga é preenchido por uma única profissional que flexibiliza seus horários nos dias da semana para atender as duas instituições. Cabe perguntar se essa agenda atende as necessidades dos bairros atendidos por cada instituição, uma vez que Altamira se situa como porte médio do Sistema Único de Saúde (SUS), pela quantidade de habitantes. Outra observação ocorre no campo administrativo da gestão, mais especificamente, na coordenação do CRAS I que é desenvolvida por uma das assistentes sociais, gerando duplo exercício de funções que pode acarretar prejuízos para uma delas.

Os profissionais que atuam na área da Saúde, Serviço Social e Psicologia são todos temporários. Assim como alguns funcionários da administração, professores, artesãos e educadores sociais.

As histórias que demarcam as trajetórias profissionais de alguns funcionários do CAPS II, CAPSi, CREAS, CRAS I e CRAS II indicam a falta de uma política pública nesse setor da sociedade:

... na época era o secretário de saúde Dr. José⁴, do Prefeito Antônio. Aí eu trabalhava pra ele em sua casa, trabalhei 4 anos pro prefeito Antônio, depois a prefeita ganhou para o cargo de prefeitura e eu fui demitido, e depois fui contratado, depois de um ano, pelo próprio Doutor que é atualmente médico do Hospital Municipal e pela enfermeira Joana que é

⁴ Os nomes foram modificados para garantir a privacidade dos informantes.

funcionária da SEMUTS, que é cunhada do Doutor. Fui contratado pela Saúde, aí depois que a Joana foi pra secretaria da SEMUTS ela me levou pra SEMUTS também. Ela, a funcionária, me mandou pro ECOM, Conselho Tutelar (poucos dias), pra SEMUTS e depois ECOM (quatro meses), depois vim pro CREAS e estou aqui até hoje. (Funcionário I)

... primeiro eu comecei no Hospital São Rafael durante oito anos, já formada em Serviço Social fui convidada pela Maria, que é funcionária também, no CRAS. Aí ela repassou pra funcionária da SEMUTS, pra eu conversar com ela pra ver se trabalhava no CRAS, aí a funcionária da SEMUTS me contratou pra trabalhar no CRAS no dia 04/06. Estando lá trabalhando, a (...) relatou a necessidade de vir para o CREAS, aí disse que eu já podia começar no dia 18/06 aqui. E assim foi. (Funcionário VI)

Esta rotatividade dos funcionários temporários, devida a circunstâncias políticas e pessoais, retrata uma fragilidade das instituições de fortalecimento dos vínculos institucionais entre os profissionais e também acarreta insegurança profissional para estas pessoas em relação às condições de permanência nos locais de trabalho.

Os profissionais não contam com um plano de carreira profissional, pois permanecem na dependência deste ou daquele político que porventura galgue o poder. Essa condição propicia situações adversas como dependência e medo, contrariando os preceitos da autonomia e da ética na condução das políticas públicas.

Nesse sentido, o poder público local gera fragilidades na situação desses profissionais que são fundamentais para o funcionamento da rede, os quais, não raras vezes, se evadem dos postos de trabalhos mediante propostas mais motivadoras, sobretudo das empresas ligadas à construção da UHE Belo Monte, acarretando a ausência de profissionais em posições estratégicas de atendimento às crianças e adolescentes, como, por exemplo, o cargo de psicólogo do CREAS que permaneceu por quase quatro meses sem profissional, e só foi novamente ocupado devido negociação da coordenadora da instituição junto a SEMUTS para aumento do salário oferecido a este profissional.

3.5. Situação dos profissionais disponíveis nas instituições do setor de defesa e responsabilização

Umas das questões importantes levantadas na pesquisa foi a quantidade de funcionários e a qualificação dos mesmos para atuarem no atendimento às situações de violência sexual contra crianças e adolescentes. O quadro a seguir procura sistematizar os dados coletados.

Quadro 4. Profissionais das instituições de defesa e responsabilização

Profissionais (categorias)	TOTAL	Nº de profissionais capacitados para atuar em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes
Juiz de Direito	2	0
Promotor de Justiça	6	0
Defensor Público	8	0
Analista Judiciário	1	0
Assessor Jurídico	3	0
Policial	272	15
Psicólogo	2	2
Advogado	---	---
Assistente Social	3	3
Pedagogo	4	3
Professor	---	---
Médico	---	---
Enfermeiro	---	---
Administrativo	23	0
Educadora Física	---	---
Tec. Enfermagem	---	---
Serviços Gerais	---	---
Vigilantes	---	---
Psiquiatra	---	---
Artesã (Arte-educador)	---	---
Nutricionista	---	---
Educadora Social	---	---
Motorista	---	---

O cômputo da quantidade geral de funcionários em cada instituição não foi observado em todos os formulários preenchidos, gerando dados que não podem ser analisados em termos comparativos com a totalidade dos entes pesquisados.

Pela sistematização apresentada no quadro acima fica evidente a presença de profissionais habilitados para atender casos de violência sexual contra criança ou adolescente em apenas quatro dos dez segmentos profissionais identificados, sendo que três destas categorias também apareceram na análise dos dados obtidos com as instituições de atendimento e prevenção: assistente social, pedagogo e psicólogo.

Não houve indicação, nos formulários aplicados, de quantos juízes, promotores e defensores públicos estariam habilitados para atuar nesses casos de violência. Sabemos, no entanto, que pelo menos um juiz, dois promotores e um defensor público, por trabalharem em áreas específicas que atendem os processos judiciais desses tipos de violência, poderiam ser incluídos dentro desse rol de profissionais, mas isto, reiteramos, é uma ilação decorrente das informações obtidas dentro da CMEVSCA.

Via de regra, a análise aponta que a maior parte das instituições atua com efetivo abaixo do necessário para desempenhar as funções institucionais e conseguir cobrir a área geográfica de sua competência. A DPE, o MPE, a PRF e a PC, por mais que estejam localizadas na cidade de Altamira, atuam como pólo para atender a demanda de outros municípios da região (por inexistirem tais serviços nos municípios ou por estes atuarem com corpo de profissionais que não possibilita o atendimento de todos os casos recebidos), acarretando um acúmulo da demanda e da dimensão territorial de atuação que sobrecarrega as atividades e impede que consigam participar de eventos e espaços sociopolíticos que discutam as políticas públicas voltadas para a prevenção, atendimento e repressão às violações de direito.

Outra questão importante que está presente na resposta dada pela PRF em relação aos profissionais, mas que também percebemos em relação àqueles que são membros da PF, MPE e DPE, é a alta rotatividade dos profissionais. Essa rotatividade pode ser interpretada tanto em termos de necessidade de deslocamento constante entre os municípios da região para atender as demandas e as áreas de competência, ou, e de maneira mais grave, na transferência ou remoção dos profissionais para atuarem em outras jurisdições, fazendo com que o município – e a região, como um todo – perca profissionais que já estavam habilitados com as peculiaridades da região e tenha que incorporar novos profissionais que precisam de certo tempo para se acostumarem com a realidade social e a forma de atendimento das demandas.

Quanto à questão dos profissionais capacitados para atuarem em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, o quadro é ainda mais drástico. Há poucos profissionais capacitados para atuarem com este tipo de violência e a distribuição deles faz com que, na prática, apenas duas instituições (VIJ e MPE) possuam, de fato, equipe multidisciplinar habilitada para este tipo de atuação.

A pouca incidência de equipes multidisciplinares dentro das instituições pesquisadas representa maior potencialidade de prolongamento das consequências da violência mesmo depois de seu cerceamento, com menor possibilidade de intervenção ágil e adequada sobre os sujeitos e sobre a investigação que permita a análise e o atendimento interdisciplinar que contemplem a totalidade das demandas apresentadas em cada caso.

- A DPE, por ter internamente o Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA), com boas acomodações físicas, deveria ter recursos humanos que conseguissem estruturar uma equipe multidisciplinar, mas possui apenas uma pedagoga, sem

perspectiva de contratação ou realização de concurso público para os demais profissionais necessários.

A VIJ, mesmo possuindo equipe multidisciplinar, é constantemente acionada pela 5^a Vara para atender as crianças e os adolescentes vítimas de algum tipo de violência. Não foi constatado durante a pesquisa se este acúmulo de atuação pela equipe multidisciplinar da VIJ estaria provocando uma sobrecarga de trabalho e, com isso, prejuízo nos atendimentos e na qualidade do ambiente de trabalho, mas é provável que tal fato venha ocorrer na medida em que haja aumento dos casos que ingressam no Judiciário envolvendo violência contra crianças e adolescentes ou por estes praticada e, portanto, demandando atuação multidisciplinar. O melhor seria que cada Vara tivesse a sua equipe multidisciplinar ou que se unificasse a competência de atendimento às crianças e aos adolescentes em uma única Vara, aumentando, por consequência, o quadro de recursos humanos existentes na equipe multidisciplinar.

O quadro de profissionais capacitados do MPE seria satisfatório se o órgão não tivesse que cobrir vários municípios da região, gerando uma sobrecarga de trabalho no atendimento às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual, que demandaria pelo menos o mesmo número de profissionais que existe na VIJ.

O fato de nenhuma das instituições policiais possuir equipe multidisciplinar que atenda ou atue em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes – e, de forma mais ampla, com os casos de violência cometidos contra ou por crianças e adolescentes – ocasiona, num primeiro momento, que os casos e as vítimas e agressores envolvidos sejam atendidos apenas pelo viés jurídico-policial e, só num segundo momento, haja o acionamento da rede de atendimento, em especial do Conselho Tutelar, para que a atuação interdisciplinar possa ocorrer; como se verá mais adiante, o Conselho Tutelar de Altamira não possui profissionais com este perfil de habilitação, sendo os próprios conselheiros tutelares os “responsáveis” pelo caráter multidisciplinar do atendimento, mesmo não tendo habilitação profissional nem formação acadêmica para tanto.

A PM afirma possuir 15 agentes policiais que atuam em caráter preventivo, o que de fato é verdade, mas todos atuam no âmbito da Ronda Escolar, que é um programa interno da PM responsável por realizar o patrulhamento nas ruas próximas das escolas para impedir o tráfico de drogas, a violência sexual e outros tipos de violência contra crianças e adolescentes que ocorram dentro ou nas proximidades das escolas do município e, ao mesmo tempo, realiza palestras nas escolas e em outros espaços sociais de prevenção e educação sobre estes tipos de violência e sobre os direitos envolvidos.

3.6. Organização e funcionamento

As rotinas de funcionamento das instituições de atendimento, defesa, prevenção e responsabilização foram identificadas de modo a permitir a visualização de dados essenciais para o acesso da população, o que engloba não apenas o horário de funcionamento, mas também endereço e contatos telefônicos e/ou correio eletrônico, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 5. Dados básicos de acesso às instituições

Instituição	Horário	Endereço e contatos
Polícia Civil	7h30 às 17h30	Cristiano Marcelo. Telefone: (93) 3515-1136. Endereço: Rua Brigadeiro Eduardo Gomes, 2527. Bairro Esplanada do Xingu. E-mail: altamira@policiacivil.pa.gov.br
Polícia Rodoviária Federal	Plantão	Lilian Vasconcelos. Telefone: (93) 9183-6100. Endereço: BR 230, km 06. E-mail: deloh.pa@dprf.gov.br
Polícia Militar	Plantão	Charles Félix. Telefone: (93) 3515-1618. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n. Bairro Jardim Independente II.
Polícia Federal	7h30 às 17h30	Paulo Kisner. Telefone: (93) 3515-5846. Endereço: Rua Marília, 2770. Bairro Uirapuru.
Guarda Municipal	8h às 14h	José Fernandes. Telefone: (93) 3515-3116. Endereço: Rua Uberaba, 2897. Bairro Uirapuru. E-mail: gemaaltamira@hotmail.com
Defensoria Pública do Estado	7h30 às 17h30	Verusa Almeida. Telefone: (93) 3515-6893. Endereço: Travessa Búfalo, 3600, Bairro Esplanada do Xingu. E-mail: verusaalmeida_8@hotmail.com
Ministério Público do Estado	8h às 14h	Dalva Gomes. Telefone: (93) 3515-1696. Endereço: Rua Coronel José Porfirio, 2560. Bairro Esplanada do Xingu. E-mail: mpaltamira@mp.pa.gov.br
5ª Vara	8h às 14h	Luiz Trindade Junior. Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651. Bairro São Sebastião.
Vara da Infância e da Juventude	8h às 14h	Rubeilton Guilherme Sales. (93) 3515-2637. Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651. Bairro São Sebastião. E-mail: rubeilton.sales@tpa.jus.br
CRAS I	8h às 12h e 14h às 18h	Elisângela Rodrigues, Maria José Lima Machado e Ana Carolina. Telefone: (93) 3515-1882. Endereço: Rua Joaquim Acácio, 630. Bairro Brasília. E-mail: crasIaltamira@hotmail.com
CRAS II	8h às 12h e 14h às 18h	Soraia Haja Vilhamor. Endereço: Rua Passagem 07, 4348. Bairro Ibiza. E-mail: crasIIaltamira@hotmail.com
CAPS II	8h às 12h e 14h às 18h	Sônia Maria M. de Melo e Deirijane. Telefone: (93) 9171-0593. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n. Bairro Jardim Independente II. E-mail: sonia.mariamedeirosdemelo@gmail.com
CAPSi	8h às 12h e 14h às 18h	Maria de Fátima Linhares. Telefone: (93) 9151-9464. Endereço: Avenida Tancredo Neves, s/n. E-mail: falinhares7@hotmail.com
ECOM	24 horas	Claudiene Santos de Sousa. Endereço: Rua Curitiba,

		831, Bairro Uirapuru.
PETI-Urbano	8h às 12h e 14h às 18h	Azenati da Silva Matos. Telefone: (93) 9103-9162. Endereço: Avenida Acesso I, s/n. Bairro Premem. E-mail: zena.ufpa@hotmail.com
CREAS	8h às 12h e 14h às 18h	Gilcilene Almeida. Telefone: (93) 9127-2264. Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3734. Bairro Jardim Independente I. E-mail: lene_atm@hotmail.com
FUNAI	8h às 12h e 14h às 17h	Tatiana de Almeida Botelho. Telefone: (93) 8102-3474 / 9143-6343. Endereço: Rua Coronel José Porfirio Número: 2533. Anexo à UFPA. Bairro São Sebastião. E-mail: botelho_tati@yahoo.com.br Home page: www.funai.gov.br
Conselho Tutelar	8h às 18h, plantão noturno e fins de semana.	Malaque Mauad. Telefone: (93) 3515-2270. Endereço: Travessa Paula Marques, 295. Bairro Açaizal. E-mail: ctaaltamira@hotmail.com
Centro Cultural Francisco Melo	8h às 12h e 14h às 18h	Francisco Melo. Telefone: (93) 9146-7056. Endereço: Rua Magalhães Barata, 1292. Bairro Centro. E-mail: cultura-f.melo@hotmail.com
Fundação Tocaia	8h às 12h e 14h às 18h	Socorro Damasceno e Marilua Damasceno. Telefone: (93) 9151-8050. Endereço: Rua Dom Pedro I, 3265. Bairro: Jardim do Sol. E-mail: funtocaia@yahoo.com.br
SENAI	8h às 12h e 14h às 18h	João Vieira de Melo Neto. Telefone: (93) 3515-1867. Endereço: Avenida Tancredo Neves, 2736. Bairro Premem.
Secretaria Municipal de Saúde	8h às 17h	Ney Carvalho da Silva. Telefone: (93) 3515-2297. Endereço: Travessa Paula Marques, 192. Bairro Catedral. E-mail: neyenf@bol.com.br
Hospital Municipal São Rafael	24 horas	Arlinda Maria de Sousa. Telefone: (93) 3515-3042. Endereço: Rua Coronel José Porfirio, 2084. Centro. E-mail: hmsaorafael.atm@hotmail.com
Hospital Regional da Transamazônica	24 horas	Gerson Macagnan. Telefone: (93) 8126-1600. Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, s/n. Bairro São Sebastião. E-mail: gerson@prosaude.org.br
Creche São Sebastião	7h às 18h	Maria dos Anjos Silva. Telefone: (93) 9142-4124. Endereço: Avenida Coronel José Porfirio, s/n. Bairro São Sebastião. E-mail: anjos61atm@gmail.com
Creche Professora Aldenira	7h às 18h	Jaqueleine e Jacirema. Endereço: Rua dos Crisântemos, 1336. Bairro Jardim Primavera.
Creche Municipal Irmã Serafina	7h às 18h	Adalzita Lopes Cunha. Telefone: (93) 9144-6868. Endereço: Rua das Hortênsias, 486. Bairro Jardim Primavera.
Creche Ruth Passarinho	7h às 18h	Iracelma Silva Fonteles. Telefone: (93) 9148-7379. Endereço: Travessa 13 de maio, s/n. Uirapuru. E-mail: iracelma_atm@hotmail.com
EMEI Vovô Bezerra	7h30 às 17h30	Sinéia Azevedo de Menezes Rebouças. Telefone: (93) 9126-7549. Endereço: Rua Porto Alegre, 1664. Bairro Uirapuru. E-mail: sineia.menezes@hotmail.com

EMEI Florêncio Filho	7h30 às 17h30	Silma. Telefone: (93) 9155-2584. Endereço: Rua Ozório de Freitas, 2286. Bairro Brasília. E-mail: silmaperna@hotmail.com
EMEI Girassol	7h30 às 17h30	Laura. Telefone: (93) 9127-2438. Endereço: Rua Joaquim Acácio, 1400. Bairro Brasília. E-mail: lauranunessilva@hotmail.com
EMEI Prof ^a Eulália S. de Oliveira	7h30 às 17h30	Andreia dos Santos. Telefone: (93) 9135-8906. Endereço: Acesso 4, s/n. Bairro Independente I. E-mail: andreiaylm@hotmail.com
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	7h30 às 22h45	Aloide e Maria das Neves. Endereço: Rua da Concórdia. s/n. Bairro Boa Esperança. E-mail: jeBurlamaqui@yahoo.com.br
EMEF João Rodrigues da Silva	7h às 17h30	Valquíria. Endereço: Avenida Bom Jesus, s/n. Bairro Mutirão.
EMEF Dom Clemente Geiger	7h30 às 22h40	Marilene, Betânia e Lionice. Telefone: (93) 3515-7315. Endereço: Rua Antônio Vieira, 122. Bairro Brasília.
EMEF Prof ^a Esther de Figueiredo Ferraz	7h30 às 17h30	Edson N. Santos. Telefone: (93) 9187-5007. Endereço: Rua Ernesto Passareli, 2120. Bairro Sudam I. E-mail: eds.ufpa@bdl.com.br
EMEF Ulysses Guimarães	7h30 às 18h	Josiane Figueiró Lopes Alves. Telefone: (93) 9169-4743. Endereço: Rua Anfrísio Nunes, s/n. Bairro Independente I. E-mail: uguimaraes.esc_atm@hotmail.com
EMEF Prof ^a Antônio Gondim Lins	7h30 às 18h15	Danielly Merencio. Telefone: (93) 9126-9035. Endereço: Rua Coronel José Porfirio, 1664. Centro. E-mail: torresdany@bol.com.br
Instituto Maria de Mattias	7h30 às 22h30	Marcia Patrícia S. dos Santos. Telefone: (93) 9151-2777. Endereço: Avenida João Pessoa, 1290. E-mail: irnMattias@hotmail.com
Escola Estadual de Ensino Médio Dulcila de Almeida	7h30 às 22h30	Eder, Valdir e Luzia. Telefone: (93) 3575-1967. Endereço: Rua João Pinho, 1530. Bairro Brasília.
Escola Estadual de Ensino Médio Polivalente	7h30 às 22h30	Ana de Cássia e M ^a Neura Bernardes. Telefone: (93) 3515-3333. Endereço: Avenida Tancredo Neves, 2954. Bairro Premem. E-mail: ana.cassia.braga@gmail.com
Escola Estadual de Ensino Médio Nair Lemos	19h30 às 22h40	Rosane Freiteiro. Telefone: (93) 9139-5257. Endereço: Rua da Concórdia, s/n. Bairro Boa Esperança.

De maneira geral, as instituições afirmaram que têm uma rotina de trabalho variando entre o horário comercial, atuação ininterrupta e em regime de plantão. Quanto ao período de funcionamento, cinco instituições (5^a Vara, CRAS II, MPE, GM e VIJ) atendem apenas durante seis horas do dia (de 8h às 14h); apenas a FUNAI informou atender sete horas por dia; dez instituições (CAPS II, CAPSi, Centro Cultural Francisco Melo, CRAS I, CREAS, DPE, Fundação Tocaia, PC, PETI-Urbano, PF, SENAI) atendem oito horas diariamente (de

7h30 às 17h30 a DPE, e demais de 8h às 18h); e, por fim, quatro instituições (HMSR, HRT, PM e PRF) atendem de maneira ininterrupta, ou seja, as 24 horas do dia.

O Conselho Tutelar funciona no período diurno e em horário comercial (de portas abertas), mas dispõe de cinco profissionais (conselheiros) que atendem e verificam as denúncias em regime de escala de atuação. No período noturno é disponibilizado um profissional e uma pessoa de apoio que atuam em regime de plantão.

Quanto ao sistema de registro dos casos atendidos pelas instituições, o quadro abaixo apresenta a sistematização das respostas.

Quadro 6. Informações armazenadas

Instituição	Registro		Tipo de informação e forma de utilização
	SIM	NÃO	
CMDCA	X		Arquivos, atas e documentos.
Polícia Civil	X		Cadastro da pessoa: acusado, infrator, vítima, antecedente.
Polícia Rodoviária Federal	X		Informações operacionais: ocorrências diárias, resultado de cada plantão, resultado de operações.
Polícia Militar	X		Boletim de ocorrências arquivado P-2.
Polícia Federal	X		Dados das investigações.
Guarda Municipal	X		Fichas individuais dos guardas, licença médica, férias, núpcias, luto, escala de serviço, ocorrências, boletim interno e auxílio em operações a outros órgãos de segurança.
Defensoria Pública do Estado	X		NR
Ministério Público do Estado	X		Dados de processos judiciais.
5ª Vara	X		Número de processo, identificação das partes, identificação do crime e a fase processual.
Vara da Infância e da Juventude	X		Cadastro de crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional. Cadastro nacional de pretendentes à adoção e crianças e adolescentes disponíveis para adoção.
CREAS	X		Informações através de prontuários onde são colhidos todos os dados do usuário. Estudos/estatística.
CRAS I e II	X		Tipo de atendimento.
CAPS II	X		Prontuário de atendimento
CAPSi	X		Prontuário de atendimento
ECOM		X	NR
FUNAI	X		NR
PETI Urbano	X		Informações sobre o aluno, bem como o

			acompanhamento familiar. Estudos e estatística para enviar ao Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
Conselho Tutelar	X		São armazenados os ofícios expedidos, encaminhamentos, declarações e etc. As informações são arquivadas em pastas (tipo arquivo), mas há um sistema de classificação minuciosa dos tipos de violência.
Fundação Tocaia	X		Acervo audiovisual; relatórios das atividades; artigos científicos; atas; estatuto; fotografias.
Centro Cultural Francisco Melo		X	NR
Secretaria Municipal de Saúde	X		Registro de atendimento de urgência/emergência; Prontuários médicos (internações); Ficha de assistência médica e sanitária (ambulatorial).
Hospital Municipal São Rafael	X		Prontuários de atendimento; Registros de atendimentos (produções); Fichas de notificação.
Hospital Regional da Transamazônica	X		Registro em prontuário e ofícios de encaminhamento.
Creche São Sebastião	X		As documentações pessoais das crianças. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Creche Professora Aldenira	X		Informações das crianças – arquivo ativo e passivo; informações dos funcionários. Além da legislação, atestados, ofícios e memorandos. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Creche Municipal Irmã Serafina	X		Dos alunos são arquivados a certidão de nascimento, comprovante de endereço, carteira de vacinação, declaração de emprego da mãe. Dos funcionários são arquivados todos os documentos pessoais. São arquivados também as avaliações de funcionários e crianças. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Creche Ruth Passarinho	X		Documentação pessoal das crianças. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEI Vovô Bezerra	X		A vida escolar das crianças e relatórios que fazem parte da documentação da escola. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEI Florêncio Filho	X		São armazenadas matrículas e das crianças e funcionários, assim como diários, ofícios e memorandos. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEI Girassol	X		São armazenadas as ocorrências diárias, os registros das atividades de rotina,

			frequência dos alunos e livro de ponto. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEI Profª Eulália S. de Oliveira	X		Todos os dados pessoais da criança. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	X		Fichas de conselho de classe (atendimento ao aluno, atendimento com professores e aos pais). Registros de secretaria (livro de ponto, frequência). Documentos referentes ao rendimento dos alunos também. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEF João Rodrigues da Silva	X		Protocolo, memorandos, ofícios, documentos dos funcionários, pastas dos alunos, requerimentos, livros de registros, segunda via de transferências. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEF Dom Clemente Geiger	X		São armazenadas informações sobre matrícula, transferências, ocorrências, documento dos professores, expedição de certificados, relatório do PDDE. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEF Profª Esther de Figueiredo Ferraz	X		As informações gerais da escola são registradas em livros de ocorrências existentes na escola. Planejamento.
EMEF Ulysses Guimarães	X		Identificação geral do aluno, frequência dos alunos e professores, folhas de pagamento, resultados bimestrais, acompanhamento mensal, correção de fluxo e os dados são atualizados mensalmente. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
EMEF Profº Antônio Gondim Lins	X		Matrícula de aluno, rendimento escolar, quadros do Instituto Ayrton Senna (sistematica de acompanhamento), dados mensais de acompanhamento ao docente e discente. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Instituto Maria de Mattias	NR	NR	NR
Escola Estadual de Ensino Médio Dulcila de Almeida	X		Documentação estrutural da escola e documentação de funcionários e alunos. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Escola Estadual de Ensino Médio Polivalente	X		A escola conta com arquivos <i>on-line</i> , ativo e passivo. O sistema (<i>on-line</i>) é oferecido pela / SEDUC. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
Escola Estadual de Ensino Médio Nair Lemos	X		São armazenados o livro de registros de ocorrências diárias, o livro da coordenação pedagógica e o da secretaria

			também, que são documentos relacionados aos alunos e professores. Estudos/estatísticas; Planejamento; Monitoramento.
--	--	--	--

A existência de banco de dados foi confirmada por quase todas as instituições pesquisadas. No setor defesa e responsabilização, com exceção da DPE, que alegou estar em fase de implantação, as demais instituições foram categóricas em afirmar a existência de bancos digitalizados, o que significa a possibilidade de organização interna dos dados gerados com o atendimento dos casos de violência e a produção de informação acerca desses casos que podem ajudar na análise comparativa e na pesquisa histórica e de conjuntura.

Entre estas instituições, percebemos que a forma mais utilizada de banco de dados é de estudos/estatística dos dados armazenados, identificado em sete das nove instituições (DPE, PC, PF, PM, PRF, MPE e VIJ), ou em 77% delas, que afirmaram usar o banco de dados para a produção de estudos e estatísticas que servem, dentre outras coisas, como suporte para os relatórios semestrais ou anuais que algumas destas instituições precisam produzir, especialmente a PC, a PM, a PRF e a VIJ, documentos dos quais também foram obtidas informações na fase de coleta de dados da presente pesquisa, apesar de não serem de livre circulação pelas instituições do SGD e nem constarem nos espaços virtuais disponíveis de cada instituição, com exceção dos gerados pela PRF que são publicados e divulgados a cada ano.

Ainda assim, na prática comprehende-se que é positivo o fato de a maior parte das instituições de defesa e responsabilização sistematizar e organizar os dados em meio digital que permita a computação de estatísticas sobre os casos de violência atendidos, inclusive os relativos à violência sexual, mesmo que, na maioria delas, os dados acessíveis sejam apenas os dos últimos anos, seja porque antes não havia banco de dados (DPE e MPE) ou porque os dados não foram organizados de modo a permitir a estruturação de banco de dados com abrangência histórica (PC, PM, PRF e VIJ).

O uso do banco de dados para planejamento e/ou monitoramento é realizado, respectivamente, por quatro (GM, PC, PRF e VIJ) e três (5ª Vara, PRF e VIJ) instituições. É preciso ressaltar o fato de a PRF e a VIJ utilizarem o banco de dados para as três opções presentes no formulário, o que evidencia a qualidade na exploração dos bancos de dados nas múltiplas possibilidades possíveis, com consequências positivas para a atuação profissional.

Em relação às instituições de atendimento e prevenção, daquelas pesquisadas a única que apresenta um sistema de registro informatizado é o CRAS II. As demais estão em

processo de informatização. No Conselho Tutelar, por exemplo, não há um sistema de registro informatizado, porém há computadores nos quais os conselheiros redigem ofícios, encaminhamentos, entre outros documentos. Por meio da observação participante feita nessa mesma instituição, detectamos que o registro feito no Word é impresso e arquivado em uma pasta, mas não há uma padronização; quando da coleta de dados encontramos três tipos de formulários.

No CREAS, embora haja registro de informações, segundo os dados presentes no formulário DRP quanto à definição de sua importância é de que “sim existe, é indispensável a existência de dados”, os registros são utilizados para estudos/pesquisa, monitoramento e planejamento. Porém, no arquivo, faltam documentos e não há classificação dos casos por tipo de violência, como conflito familiar, ameaça de morte, uso de drogas, problemas psicológicos, casamento comunitário, violência contra a mulher, espancamentos, guarda de filhos, pedido de apoio financeiro, estupro de vulnerável, dentre outros, que se encontram todos juntos, separados apenas por ano de ocorrência e tratamento. Ainda assim, a ficha de identificação separa os tipos de violência (física, psicológica, doméstica, contra a mulher, negligência, estupro, abuso sexual, exploração sexual e outros), o que poderia ser aproveitado para realizar a classificação e organização das informações sobre os casos de maneira a torná-las mais fáceis para o acesso e utilização.

O sistema de registro do CRAS II é manual e padronizado, bem como do PETI Urbano. O CAPS II e o CAPSi fazem registro de prontuários e atendem cerca de 1000 pessoas por mês. As EMEFs fazem registro informatizado e padronizado.

A respeito do sistema de registro, o Espaço Cultural Francisco Melo está em processo de organização e registro das ações desenvolvidas. Estão sendo produzidos materiais como: relatórios, artigos, *papers*, registro audiovisual, entre outros.

A Fundação Tocaia informou que tem um sistema de registro de suas atividades, que inclui acervo de audiovisual, relatórios das atividades, artigos científicos, atas de reuniões e eleições internas, estatuto e fotografias. Tanto a Fundação quanto o Espaço Cultural utilizam seus registros para monitoramento, avaliação, estudos e pesquisa. Destaca-se que as duas instituições não contam com financiamento permanente, funcionam a partir de concorrência em editais e parcerias.

Nas instituições de saúde, o sistema de registros e arquivo de informações foi declarado em todas, o que facilita estudos, pesquisas e levantamento de dados sobre os atendimentos desempenhados nas mesmas. Porém, apenas no Hospital Municipal São Rafael esse sistema está em formato digital, sendo que nas outras duas instituições ele é alimentado

manualmente. Esses registros são utilizados para monitoramento e, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, também para estudos/estatísticas e planejamento.

Outro ponto importante de dados coletados junto às instituições diz respeito à ocorrência ou não de planejamento e com qual periodicidade este é realizado. O quadro a seguir fornece estas informações.

Quadro 7. Planejamento e periodicidade

Instituição	Planejamento		Periodicidade
	SIM	NÃO	
Policia Civil	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Policia Rodoviária Federal	X		Anual e diário usando a ferramenta para estatística do próprio órgão.
Policia Militar	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Policia Federal	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Guarda Municipal	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Conselho Tutelar	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Defensoria Pública do Estado	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Ministério Público do Estado	X		Não há esse item no questionário aplicado.
5ª Vara	X		Não há esse item no questionário aplicado.
Vara da Infância e da Juventude	X		Não há esse item no questionário aplicado.
CMDCA	X		Mensal.
CREAS	X		Anual.
CRAS I		X	O CRAS não senta para planejar. Cada profissional é responsável por sua demanda (atendimento, visita).
CRAS II	X		Anual. No CRAS II o planejamento é feito pela coordenadora em conjunto com os coordenadores da rede socioassistencial.
CAPS II	X		Anual.
CAPSi	X		Seis em seis meses.
ECOM	X		Não há esse item no questionário aplicado.
FUNAI	X		Anual.
PETI Urbano	X		Semanal/anual.
Conselho Tutelar	X		Trimestral.
Fundação Tocaia	X		Semanal/mensal.
Centro Cultural Francisco Melo	X		Mensal.
Creche São Sebastião	X		Anual.
Creche Professora Aldenira	X		Mensal e anual.
Creche Municipal Irmã Serafina	X		Anual e mensal.
Creche Ruth Passarinho	X		Anual.
EMEI Vovô Bezerra	X		Semanal, semestral e anual.
EMEI Florêncio Filho	X		Semanal.
EMEI Girassol	X		Anual e diário.
EMEI Profª Eulália S. de	X		Início do ano e toda sexta-feira.

Oliveira			
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	X		Bimestral.
EMEF João Rodrigues da Silva	X		Antes de começar as aulas e bimestral.
EMEF Dom Clemente Geiger	X		Bimestral.
EMEF Profª Esther de Figueiredo Ferraz	X		Quase sempre semanalmente.
EMEF Ulysses Guimarães	X		Anual.
EMEF Profº Antônio Gondim Lins	X		Semanal, mensal, bimestral, semestral e anual.
Instituto Maria de Mattias	NR	NR	NR.
Escola Estadual de Ensino Médio Dulcila de Almeida	X		Anual.
Escola Estadual de Ensino Médio Polivalente	X		Bimestral.
Escola Estadual de Ensino Médio Nair Lemos	X		Anual e bimestral.

O planejamento do CMDCA foi realizado por meio da elaboração do Plano de Ação para o triênio 2011-2013, feito em dezembro de 2011 e aprovado mediante emissão da Resolução nº. 40 de fevereiro de 2012. Nas reuniões mensais são verificadas as ações que já estão executadas ou parcialmente executadas que têm relação com o Plano de Ação ou que surgiram por outras circunstâncias, sendo que as demais ações são planejadas para execuções futuras.

A respeito de planejamento dos setores de defesa e responsabilização os dados indicam que utilizam precariamente as formas de apropriação e exploração dos bancos de dados pelas demais instituições pesquisadas. O planejamento das atividades e o monitoramento dos casos inseridos nos banco de dados são duas modalidades fundamentais que precisam ser mais exploradas pelas instituições, razão pela qual considera-se necessário o fomento à apropriação pelas instituições dessas modalidades.

Quanto ao setor de atendimento e prevenção, os dados indicam que há um planejamento anual realizado, sobretudo, pela rede de serviço social do município, mas apenas entre os coordenadores e a SEMUTS, os quais, uma vez na instituição, não desenvolvem no cotidiano um sistema de planejamento, com problemáticas, objetivos, metodologia, cronograma de ações e resultados. Ocorre uma pirâmide hierárquica representada no topo pela secretaria da SEMUTS, e abaixo os profissionais de nível superior (assistentes sociais e psicólogas) coordenando os demais como se fosse uma rotina doméstica, na qual a instituição é uma extensão da SEMUTS, sem limites nítidos e confiáveis de autonomia.

3.6.1. Questões de organização e funcionamento específicas das instituições de atendimento e prevenção

No formulário aplicado às instituições de atendimento e prevenção, há indagações sobre a forma de monitoramento/avaliação das atividades realizadas, sobre quem são os responsáveis por essa fiscalização e sobre como é desenvolvida a metodologia desse monitoramento/avaliação. O quadro abaixo organiza as informações a esse respeito.

Quadro 8. Monitoramento e avaliação nas instituições de atendimento e prevenção

Instituição	Responsável	Metodologia
CMDCA	Os conselheiros	Mensal.
CREAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMUTS	Através de visitas, relatórios mensais e ações desenvolvidas.
CRAS II	NR	NR
CRAS I	NR	NR
CAPS II	Coordenadora	Estudo de caso
CAPSi	NR	NR
ECOM	NR.	NR
FUNAI	NR.	NR
PETI Urbano	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES).	Pela consulta presencial aos arquivos e sistemas feito por um técnico da SEDES.
Conselho Tutelar	Os próprios conselheiros e conselheiras.	Nas reuniões mensais do colegiado. É relatado em ata e a partir daí se pode fazer um levantamento dos casos, locais de maior incidência, utilizando as estatísticas.

O quadro acima indica uma fragilidade de monitoramento e avaliação das ações de enfrentamento e combate à violência sexual contra crianças e adolescentes no município. Isso é preocupante, pois não basta encaminhar as questões para instâncias responsáveis, a avaliação implica novos planejamentos e atitudes em relação às demandas com a finalidade de qualificar o atendimento. Não ocorrendo o monitoramento e a avaliação, perdem-se os instrumentos de verificação que dão suportes às mudanças e transformações.

Outro item também específico dos formulários das instituições de atendimento e prevenção é o da área de atuação, ou seja, a dimensão territorial de abrangência e/ou de competência das ações institucionais realizadas. O quadro abaixo apresenta a sistematização.

Quadro 9. Área de atuação das instituições de atendimento e prevenção

Instituição	Área de atuação
CMDCA	Município de Altamira.

CREAS	Todos os bairros do município e, não raras vezes, os municípios próximos como Brasil Novo, Vitoria do Xingu, Pacajá, Anapu e outros.
CRAS II	Atende os bairros próximos ao bairro sede da Brasília e alguns ramais do meio rural. A divisão exata entre o CRAS I e II é a Trav. Pedro Gomes, sendo que os bairros abaixo desse marco correspondem ao CRAS I (Vovó Dolores) e os bairros acima competem ao CRAS II (Benedito Maciel).
CRAS I	Os bairros próximos à instituição (Ind. I e II; IBIZA; Aparecida, entre outros). Da Travessa Pedro Gomes acima são os bairros de competência do CRAS II.
CAPS II	Demandas do Município.
CAPSi	Demandas do Município.
ECOM	Demandas do Município.
FUNAI	Índios do médio Xingu.
PETI Urbano	Demandas do Município/Zona urbana e rural.
Conselho Tutelar	Zona Urbana e Zona Rural.
Fundação Tocaia	Demandas do Município.
Centro Cultural Francisco Melo	Demandas do Município.
SENAI	Demandas do município.
Secretaria Municipal de Saúde	NR
Hospital Municipal São Rafael	Urbana e rural, como também os municípios da Região Transamazônica e Xingu.
Hospital Regional da Transamazônica	Usuários dos nove municípios da região.
Creche São Sebastião	Toda a zona urbana.
Creche Professora Aldenira	Toda a zona urbana.
Creche Municipal Irmã Serafina	Toda a zona urbana.
Creche Ruth Passarinho	Toda a zona urbana.
EMEI Vovô Bezerra	Os bairros próximos à escola.
EMEI Florêncio Filho	Toda a zona urbana.
EMEI Girassol	Toda a zona urbana.
EMEI Profª Eulália S. de Oliveira	Toda a zona urbana.
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	Principalmente os bairros periféricos com alto risco social. Zona urbana e rural.
EMEF João Rodrigues da Silva	Zona urbana e rural.
EMEF Dom Clemente Geiger	Toda a zona urbana e rural.
EMEF Profª Esther de Figueiredo Ferraz	Toda a zona urbana.
EMEF Ulysses Guimarães	Na escola há alunos de todos os bairros como, por exemplo, Bela Vista, Jardim Independente I,II, III, Jardim Ibiza, alunos da Transamazônica do Km 4 e todos que precisarem.
EMEF Profº Antônio Gondim Lins	A maioria dos bairros da cidade e todas que necessitarem.
Instituto Maria de	NR

Mattias	
EEEM Dulcila de Almeida	Zona urbana e alguns alunos da zona rural.
EEEM Polivalente	NR
EEEM Médio Nair Lemos	Toda a zona urbana.

Importante destacar que o Hospital Regional da Transamazônica e o CREAS foram as duas únicas instituições que declararam atender as demandas do município e das localidades próximas, inclusive outros municípios.

Por outro lado, o CRAS I e o CRAS II foram as duas instituições que demarcaram a abrangência de acordo com o local de moradia dos usuários. As duas instituições se localizam nos extremos norte e sul da cidade para atender as demandas, no entanto, os serviços da área de Psicologia são alternados nos dias da semana, por contar com apenas uma profissional para ambos os CRAS. É discutível essa política de organização e atendimento, pois pouco ajuda a instituição existir nas proximidades dos bairros se os profissionais capacitados não atendem todos os dias da semana.

As escolas geralmente estão abertas para receber alunos que as procuram, porém, destaca-se a carência de escolas de ensino médio nos bairros mais distantes do centro, onde se localizam três escolas das quatro pesquisadas. Esse fenômeno causa um transtorno às famílias e jovens que precisam se deslocar de seus bairros até a instituição de ensino, sem o devido suporte de transporte público, serviço não oferecido em Altamira. O fator deslocamento pode colocar os jovens em situação de vulnerabilidade social, pois se afastam muito de suas residências e de seus pares para chegarem até a escola, sem uma efetiva proteção.

Outra questão informada de maneira peculiar pelos formulários aplicados com as instituições de atendimento e prevenção é a definição do público alvo atendido. Segundo consta na análise comparativa das respostas, este público é formado por famílias, crianças, jovens e idosos.

O PETI Urbano delimitou a idade de atendimento, informando que atende crianças e adolescentes de seis a quinze anos em situação de vulnerabilidade social e trabalho infantil. O ECOM atende crianças de zero a dezessete anos que precisam de acolhimento. As demais instituições não delimitaram idade e nenhum tipo de restrição de atendimento. Difere, porém, o atendimento em relação à missão, por exemplo, o campo de atuação da EMEF são políticas públicas básicas encaminhando as especificidades de vulnerabilidade social ao CRAS e de violação de direitos ao CREAS.

Outro ponto são as atividades em andamento nas instituições de atendimento e prevenção, as quais responderam muito em função do tipo de trabalho que desenvolvem nos bairros. O CAPS II e PETI Urbano responderam nos itens de atividades em andamento e planejadas/futuras de maneira linear, sem pretensões inovadoras, conforme segue: “CAPS II: atendimento individual e em grupo; consulta médica; consulta psicológica e avaliação física. O PETI informou que realiza “atividades esportivas, de lazer e recreação, reforço escolar e capoeira.”

Em relação ao CREAS, as informações colhidas a respeito das atividades em andamento foram sistematizadas no quadro abaixo.

Quadro 10. Principais atividades do CREAS

Realizadas (2010/2011)	Em andamento (2012)	Planejadas/futuras (2013/2014)
Atendimentos psicossociais com usuários.	Atendimentos psicossociais com usuários.	Atendimentos psicossociais com usuários.
Ações de prevenção à violência contra criança, adolescentes, mulheres e idosos.	Ações de prevenção à violência contra criança, adolescentes, mulheres e idosos.	Ações de prevenção à violência contra criança, adolescentes, mulheres e idosos.
Palestras nas escolas.	Mobilização nas escolas e sociedade em geral, no combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes. (Outubro)	Caminhada de 18 de Maio; dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.
Seminário com o tema do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.		Panfletagens nos semáforos da cidade e na orla do cais, sobre todos os tipos de violação de direitos.
Panfletagens nos semáforos da cidade e na orla do cais, sobre todos os tipos de violação de direitos.		Palestras nos órgãos governamentais e não governamentais sobre violação de direitos.
Caminhada de 18 de Maio, dia Nacional de combate ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.		Seminário com o tema do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Ainda no item atividades desenvolvidas, o CAPSi informou que além daquelas realizadas atualmente, como atividades médicas, individuais e em grupo, palestras, festas comemorativas e jogos, pretende, no futuro, aumentar as atividades voltadas para adolescência e capacitar os colaboradores. Apreciamos muito esse planejamento. Resta-nos inteirar de mais informações sobre esses compromissos para compreender suas etapas, fontes de financiamento e planejamento em geral.

As naturezas das atividades desenvolvidas pelas instituições são: mobilização/prevenção, estudos/pesquisas, capacitação/palestras, arte-educação, como se pode ver no quadro abaixo.

Quadro 11. Principais atividades da Fundação Tocaia e Centro Cultural Francisco Melo

Realizadas (2010/2011)	Em andamento (2012)	Planejadas/futuras (2013/2014)
Coletivos de música.	Cineclubes.	Continuidade das ações existentes.
Cineclube.	Rodas de direito.	Novas produções artísticas.
Encontro de arte-educadores.	Pontinho de Cultura.	Formação continuada e fortalecimento institucional (estruturação e pessoal).
Espetáculos de música, dança e teatro.	Coletivos de música e educação sustentável.	O fortalecimento e empoderamento do espaço.
Oficina de educação ambiental e artes integradas.	Espetáculos de arte integrada.	Projeto de criação de um espaço café com biblioteca.
Atendimento as escolas de ensino fundamental e médio.	Fortalecimento e empoderamento de centros culturais.	Formação continuada.
	Atendimento as escolas de ensino fundamental e médio.	Fortalecimento da economia solidária.
	Oficinas de artes	Ações na área da educação ambiental

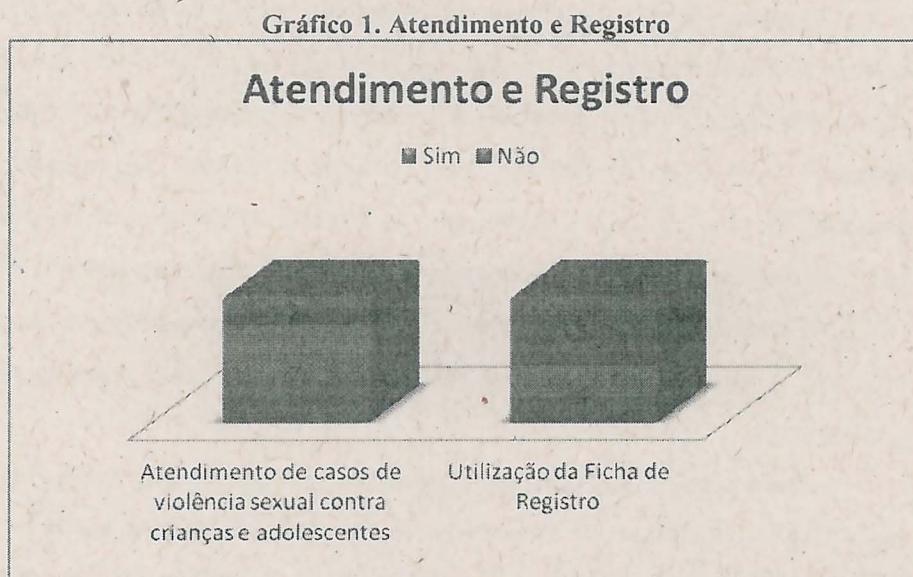
A Fundação Tocaia informou que realiza planejamento e gestão compartilhada com reuniões semanais, mensais e bimestrais. Nos encontros, realizam monitoramento e avaliação das atividades.

4. Interface do trabalho da instituição com a violência sexual contra crianças e adolescentes

Agrupamos os participantes da pesquisa em três grupos (defesa e responsabilização; atendimento e prevenção; instituições de educação), de forma a definir melhor a análise e a compreensão didática das situações evidenciadas.

4.1. Defesa e responsabilização

O primeiro grupo de dados abordados na pesquisa diz respeito ao efetivo atendimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e ao armazenamento das informações sobre os mesmos por meio de fichas de cadastro. O gráfico a seguir aborda, de maneira comparativa, as possibilidades de ocorrência de cada questão.



A análise do gráfico permite concluir que a maior parte das instituições (5ª Vara, DPE, GM, PC, PM, PRF e MPE) afirma receber ou atender casos que envolvem violência sexual contra crianças e adolescentes, enquanto outras duas afirmam que não os recebem (PF e VIJ); menos da metade (GM, PC, PM e VIJ) indicou realizar a inserção das informações sobre os atendimentos em ficha de registro.

A relação pode ser ainda mais desproporcional entre o primeiro quadro gráfico e o segundo, se levarmos em conta que a PF, apesar de responder no formulário que não atende diretamente casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, na prática profissional

e de competência institucional o fato verídico é que atende esses tipos de caso, haja vista o relatório institucional recebido com os dados estatísticos a respeito das investigações em curso na PF, num total de três casos. A VIJ, por outro lado, de fato não atende casos de violência sexual cometidos contra crianças e adolescentes, que são de competência da 5^a Vara, mas, ainda assim, atende alguns casos de ato infracional cometidos por adolescentes e cuja violência é de caráter sexual.

A quantidade de instituições que armazenam as informações sobre violência sexual contra crianças e adolescentes é menor do que aquelas que afirmaram possuir e usar banco de dados para estudo/estatísticas. No primeiro caso, cinco instituições afirmaram positivamente; no segundo caso, sete (DPE, PC, PF, PM, PRF, MPE e VIJ), e esta defasagem se deve, sobretudo, ao fato de a DPE e a PF alegarem não possuir estas fichas de registro nos seus banco de dados, por motivos que não foram esclarecidos na parte de coleta de dados da presente pesquisa.

No entanto, esta conclusão foi corrigida quando da apresentação destes dados aos agentes do SGD, durante a 11^a reunião da CMEVSCA, momento em que a 5^a Vara, o MPE e a DPE justificaram terem respondido de maneira negativa à indagação sobre a existência de fichas de registro devido este não ser o nome do documento com o qual trabalham, sendo, para a DPE, prontuário de atendimento; no MPE é a ficha de atendimento e na 5^a Vara há um cadastro do sistema informatizado da própria Justiça que garante o acompanhamento virtual do andamento dos casos, além da inclusão de informações básicas sobre os processos judiciais, com limitação de dados em relação aos casos que envolvem crianças e adolescentes.

Outro ponto importante para análise são as articulações interinstitucionais realizadas pelos órgãos pesquisados. Neste aspecto, os dados coletados mostram quais órgãos são demandados por cada ente pesquisado para a realização de ações conjuntas ou encaminhamento de casos atendidos. O gráfico abaixo identifica e computa a quantidade de vezes que cada instituição aparece como sendo parte da rede de articulação que é demandada para atuar em conjunto.

Gráfico 2. Instituições demandadas da Rede



O gráfico indica a existência de 14 instituições que fazem parte da rede de articulação dos órgãos de defesa e responsabilização do município de Altamira. Desse total, três são do setor de prevenção e atendimento (CREAS, ECOM e SEMUTS) e uma é do setor de controle social (CMDCA), as demais fazem parte do grupo de instituições de defesa e responsabilização.

A quantidade de instituições demandadas pelos órgãos de defesa e responsabilização é representativa da diversidade de instituições locais, porém existem algumas omissões (ou falta de articulação) de instituições estratégicas que poderiam melhorar a conjuntura atual, como o CAPSi, o CRAS, o Ministério Público Federal e a Justiça Federal.

As instituições mais demandadas para atuação interinstitucional são o CT e o CMDCA, seguidas pela DPE, MPE e PM. O CT, como órgão central e estratégico para o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, apesar de possuir a primazia da atuação interinstitucional, não está capilarizado entre as instituições existentes no município, prova disso é que somente quatro das nove instituições pesquisadas afirmaram tê-lo como parceiro nas atividades realizadas.

O quadro referente à distribuição das parcerias interinstitucionais, abaixo colocado, possibilita a análise de grau de mobilização da rede para o atendimento interinstitucional.

Quadro 12. Parcerias interinstitucionais

Demandante	5 ^a Vara	DPE	GM	MPE	PC	PM	PF	PRF	VIJ
Demandado									

CB			X				
CMDCA				X	X		X
CREAS	X						X
CT		X		X	X		X
DC		X					
DETRAN		X					
DPE	X		X				X
ECOM							X
IML	X						
MPE	X			X	X		X
PC		X					X
PM		X		X			X
SEMTS							X
VIJ					X		

A análise do quadro apresentado revela que a distribuição das parcerias encontra-se dispersa e não organizada de maneira integral, não havendo, tampouco, uma instituição que consiga reunir em suas articulações o conjunto das instituições identificadas nesta pesquisa.

A instituição que mais se aproxima desse ideal é a VIJ, com um total de oito parcerias, mas que, para surpresa, só foi citado por um dos parceiros, sendo esquecida ou desconsiderada pelos demais parceiros no momento em que estes preenchiam o formulário da pesquisa. Tal questão demonstra algo interessante da análise do quadro: há pouca reciprocidade de reconhecimento das parcerias, o que significa dizer que a citação por uma determinada instituição não é seguida pela apresentação desta mesma parceria pela instituição demandada.

A articulação das instituições de defesa e responsabilização ocorre, em sua maioria, com outras instituições do mesmo perfil de atuação. Com isso, são poucas as instituições desse setor que realizam parcerias com instituições de outros setores de atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, especialmente aquelas voltadas para o atendimento e a prevenção (CREAS, ECOM, entre outras), o controle social (CMDCA e outros conselhos setoriais existentes no município) e a análise da situação (universidades).

Considera-se relevante e fundamental a articulação entre as instituições policiais e CMDCA e CT, segundo informaram, pois isso reforça o caráter fiscalizatório e de intervenção adequada nos casos que envolvam violências cometidas ou sofridas por crianças e adolescentes. Por outro lado, preocupa o fato de o MPE e a DPE revelarem possuir pouca articulação interinstitucional, sobretudo porque são instituições estratégicas no processo de

responsabilização dos agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, de atendimento das vítimas.

O tipo e a avaliação da articulação são também aspectos importantes dos dados coletados na pesquisa, pois revelam as condições qualitativas das parcerias interinstitucionais. Os dados apresentados no quadro abaixo foram organizados de modo a permitir a compreensão do tipo de ação desenvolvida em parceria e a avaliação geral das parcerias desenvolvidas pelas instituições, sem individualizar as avaliações pelo simples fato de, no ato de respondê-las, os entrevistados terem preferido abordagem geral àquela feita de maneira específica.

Quadro 13. Tipo e avaliação da articulação interinstitucional

Órgão	Articulação com outras instituições	Tipo de Articulação	Avaliação da articulação
5ª Vara	CREAS	Atendimento psicossocial das vítimas de violência, dentre as quais a sexual contra crianças e adolescentes.	Muito boa.
	DPE	Atendimento de réus carentes.	
	MPE	Por ser órgão de acusação e de fiscalização.	
	IML	Realiza as perícias médicas	
DPE	---	---	---
GM	CT	Fiscalização em eventos festivos.	Positivo: proteção da sociedade em eventos.
	DC e DETRAN	Mutirão de limpeza do Xingu, orientação no trânsito.	Negativo: exposição ao perigo quando realiza proteção de eventos.
	PC e PM	Segurança nos eventos públicos.	
MPE	CB e DPE	Projeto “Quem avisa amigo é”.	Positivo: auxilia o MPE no direcionamento de suas ações. Negativo: grande rotatividade de promotores no polo.
PC	CMDCA	---	Positivo é comunicação do fato. Sem pontos ruins.
	CT e MPE	Instauração de procedimento de investigação.	
	PM	Ações preventivas e ostensivas.	
PF	-	-	-
PM	CMDCA	Fiscalização.	União dos órgãos, dando maior impacto a ação e repressão. Dificuldade na carência de efetiva articulação.
	CT	Fiscalização, apreensão e prisão.	
	MPE e VIJ	Fiscalização, apreensão e prisão.	

PF	---	---	---
PRF	CMDCA	---	Positivo: diagnóstico da situação. Negativo: quando precisamos dos órgãos que recebem as crianças em situação de risco, não conseguimos encontrar os profissionais, principalmente nos fins de semana.
VIJ	CREAS, Polícias, CT, MPE e DPE	Campanhas preventivas contra abuso e exploração sexual.	Positivo: socializa conhecimentos entre as equipes; aproxima os órgãos; dá maior visibilidade e consistência ao trabalho.
	CREAS, SEMUTS, CT e MPE	Atendimento a adolescentes em conflito com a lei.	Negativo: compatibilidade de horários; excesso de trabalho das equipes; dificuldades para mobilização.
	CT e ECOM	Ações de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco.	

As articulações interinstitucionais definidas no quadro acima podem ser tipificadas em dois tipos de atividades. A primeira, denominada de *obrigatória*, situa as ações interinstitucionais que devem ser realizadas por competência legalmente instituída e devido aos procedimentos oficiais dos ritos jurídico-policiais, como é o caso da relação entre o MPE, a DPE e a 5ª Vara, que necessariamente atuam no trâmite judicial como “partes do processo judicial”, os dois iniciais normalmente como acusação e defesa, e o último como julgador.

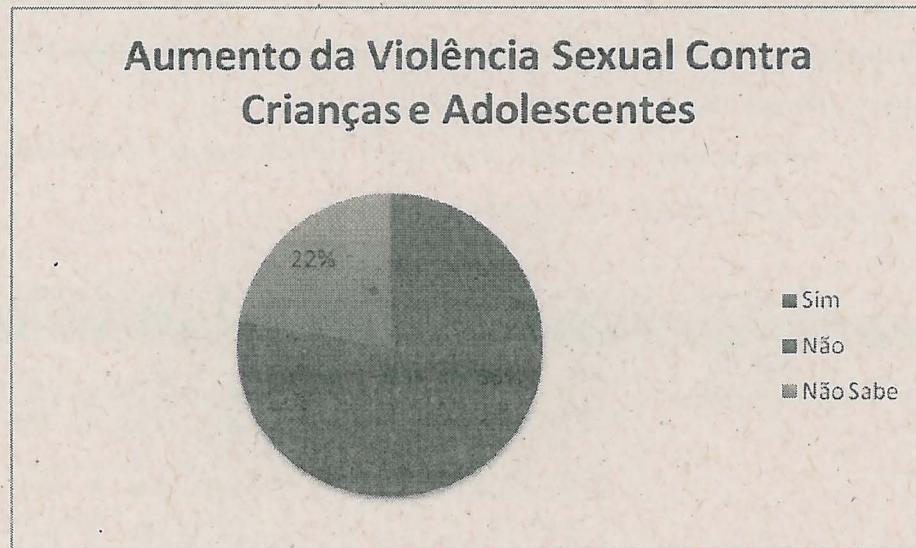
O segundo tipo de articulação interinstitucional pode ser definido por *voluntário*, no sentido de que é feito mediante a realização de ações e a elaboração de projetos e programas que reúnem objetivos comuns de mais de uma instituição e são planejados e executados mediante interesses e compromissos sociais, e não necessariamente por dever legal.

Após as caracterizações, podemos concluir, na análise do quadro anterior, que as articulações *obrigatórias* representam a maior parte dos tipos de articulações apontadas pela pesquisa, indicando, com isso, que as instituições de defesa e responsabilização tendem a realizar apenas as composições interinstitucionais definidas legalmente. Das 16 referências caracterizadoras do tipo de articulação apenas quatro (Mutirão de limpeza do Xingu, orientação no trânsito; Projeto “Quem avisa amigo é”; Campanhas preventivas contra abuso e exploração sexual) são classificadas como *voluntárias*, representando 25% (vinte e cinco por cento) das articulações interinstitucionais feitas.

As avaliações das articulações sinalizaram diversidade de aspectos positivos e negativos. No caso dos positivos, pode-se dizer que há compreensão de que o fortalecimento da articulação representa o fortalecimento das ações desenvolvidas, enquanto que os aspectos negativos identificam com mais detalhes as dificuldades de proceder às ações interinstitucionais, revelando que a melhoria das parcerias depende de um conjunto de ajustes – desde a compatibilização dos horários e da disponibilidade de profissionais até a diminuição da rotatividade dos profissionais no município – que devem ser assumidos como cruciais para a melhoria do enfrentamento aos diversos tipos de violação de direitos, dentre os quais os específicos da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O próximo item a ser analisado referente à violência sexual é a percepção dos diferentes agentes das instituições de defesa e responsabilização a respeito da dimensão deste tipo de violência no município e, mais especificamente, se constatam ou não o aumento de casos. O gráfico abaixo apresenta a distribuição percentual das respostas obtidas.

Gráfico 3. Aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes



Conforme apresenta o gráfico, a maior parte das instituições (cinco de nove, sendo elas: DPE, GM, MPE, PC e PM) demonstra perceber aumento no índice de violência sexual no município de Altamira. Fundamental analisar o fato de boa parte das instituições policiais, que atuam na área de contenção das violações, ter respondido afirmativamente acerca do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Certamente, a análise não permite a caracterização de quais eventos são identificados como motivadores deste aumento. Apesar do formulário ter como conteúdo da pergunta a conexão entre o aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes e a existência de eventos locais específicos, tais como carnaval, atividades esportivas e grandes empreendimentos, o cerne das respostas tende a situar apenas questões objetivas relativas à afirmação, negação ou não conhecimento desse aumento, sem possibilitar o detalhamento qualitativo.

Desse modo, a única conclusão possível é de que a maioria das instituições de defesa e responsabilização afirma que aumentou a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira. Duas instituições responderam negativamente (5º vara e PRF) e outras duas responderam não ter conhecimento para responder tal pergunta (PF e VIJ).

4.2. Atendimento e prevenção

As instituições da rede que mais recebem demandas de atendimento são o Conselho Tutelar, o CREAS e o CRAS. O Conselho Tutelar se autodeclara de “atendimento espontâneo”, pois ao chegar à entidade basta a pessoa se encaminhar ao balcão de atendimento e fazer a denúncia, ou ainda fazer por telefone, seja para o número do órgão ou para o Disque 100.

Apresentamos no quadro abaixo uma visualização do funcionamento da atuação em rede das instituições de atendimento e prevenção.

Quadro 14. Atuação em rede das instituições de atendimento e prevenção

Instituição	Articulação e parcerias	Ações
CMDCA Conselho Tutelar	CMDCA	NR
	PC	Registro do Boletim de Ocorrência.
	IML	Exame de corpo de delitos.
	Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)	Exame para o HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).
	MPE	Responsabilização.
	CREAS	Tratamento especializado.
	CRAS	Demandas materiais (cestas básicas, colchões, documentos etc.).
CREAS	ECOM	Acolhimento.
	SEMUTS	Supporte em todas as atividades desenvolvidas e encaminhamentos para a rede de serviços.
	CRAS	Palestras de prevenção na escola da família.
	PROJOVEM Adolescentes	Inserção de adolescentes em cursos profissionalizantes.
	Escolas	Palestras de prevenção à violência sexual e apoio nas ações desenvolvidas.

	Conselho Tutelar	Apoio nas ações desenvolvidas.
	CMDCA	Assegura os direitos da criança e do adolescente.
	Delegacia da Mulher	Apoio nas ações desenvolvidas.
	VIJ	Apoio nas ações desenvolvidas.
	PM	Apoio nas ações desenvolvidas.
	PC	Apoio nas ações desenvolvidas.
	PRF	Apoio nas ações desenvolvidas.
	MMCC	Apoio nas ações desenvolvidas.
CRAS I e II	DPE	NR
	SEJUDH	Segunda via de RG e Certidão de Nascimento.
	SESPA	Cadeira de rodas, passe livre.
	Conselho Tutelar	NR
	PETI Urbano e Rural	Reforço escolar.
	Projeto Esperança / La Salle/CAPS/CAPSi	Formação, cursos e artesanatos; esportes e lazer; tratamento psicológico.
	PROJOVEM Adolescente	NR
CAPS II	NASFS; CREAS; AA; SOS Vida; SEMUTS; CAPSi; Postos de Saúde.	Encaminhar pacientes para tratamentos de saúde.
CAPSi	Não há.	NR
ECOM	UEPA; Igreja da Vinha; Igreja Presbiteriana; Igreja Adventista; Salão Beautiful.	Esportes e lazer; evangelização e orientação; cuidados com a beleza, cortes de cabelo.
PETI Urbano	CRAS, CREAS e Conselho Tutelar	Monitoramento/encaminhamento
	VIJ	Monitoramento
	IGDBF	Capacitação para geração de renda
	Cadastro Único	Inserção de dados no sistema
Hospital Municipal São Rafael	Conselho Tutelar	NR
	CTA	Encaminhamento das vítimas de violência sexual
	CMDCA	NR
	MMTCC	NR
Secretaria Municipal de Saúde	NR	NR
Hospital Regional da Transamazônica	Conselho Tutelar	Notificação/comunicação.
	Delegacia da Mulher	Notificação/comunicação.
	Ministério Público	Notificação/comunicação.
	Conselhos Setoriais	Notificação/comunicação.

Quanto à avaliação das parcerias realizadas, o quadro abaixo apresenta a sistematização dos dados obtidos.

Quadro 15. Pontos positivos e negativos nas articulações interinstitucionais

Instituição	Positivo	Negativo
CMDCA	O conselho tutelar é um grande articulador das políticas públicas.	As dificuldades principais ocorrem devido ao fato de os programas terem forte vínculo partidário, o que por sua vez coloca os técnicos em situações de subordinação ao governo, fato que prejudica as ações da instituição.
Conselho Tutelar	As demais instituições são “bastante” (sic) parceiras e flexíveis.	Os horários que não são compatíveis.
CREAS	A realização de articulação com a rede de serviços se torna positiva quando as intervenções executadas são asseguradas e os direitos dos usuários garantidos. É importante ressaltar que a partida e contrapartida dessas articulações entre profissionais definem a efetivação do serviço.	A falta de capacitação aos funcionários que não têm perfil para estar em certos setores, deixando de atender os usuários com informações corretas. Profissional com falta de compromisso com o trabalho que desenvolve.
CRAS I e II	A rede de articulação é completa.	A rede não se comunica e não sabe o seu papel (para onde deve encaminhar). O usuário fragilizado repete a história/fatos de sofrimentos em várias entidades. O CRAS é uma das instituições que recebe demandas que não fazem parte de sua competência. Houve um fórum para discussão do problema referido, mas não houve avanços. Um exemplo é o encaminhamento de crianças com dificuldade de aprendizagem que não é competência do órgão.
CAPS II	NR	Compreensão das normas do CAPS.
CAPSi	Não há.	Dificuldade de integração entre os profissionais.
ECOM	Acreditar na equipe que promove a medida de proteção.	Descontinuidade e falta de informação.
EMEF	NR	NR
PETI Urbano	A credibilidade que a instituição tem adquirido e o seu fortalecimento com o passar dos tempos.	Participação ativa nas ações (não ficou clara essa resposta).
Hospital Municipal São Rafael	Apoio de todas as instituições com o trabalho desenvolvido pelo Hospital.	Não há.
Secretaria Municipal de Saúde	NR	NR
Hospital Regional da Transamazônica	Monitoramento do caso.	Morosidade na resposta dos órgãos notificados/comunicados.

A análise do quadro indica uma fragilidade na rede, pois embora haja a vocação social para atender as demandas pelas instituições, há uma incompatibilidade de horários e insuficiência ou inadequação do quadro de funcionários para atender no tempo e espaço das necessidades, causando uma ruptura no processo.

A incompatibilidade entre horários de funcionamento, especialmente em relação ao Conselho Tutelar e instâncias seguintes de encaminhamentos, foi indicada como aspecto negativo da articulação institucional. Essa instituição, possivelmente, ao atender os casos de violência sexual, pouco pode encaminhar se isso ocorrer em finais de semana, feriados e de madrugada, visto que depende do funcionamento de outras instituições que atendem nos chamados “dias úteis” e em “horários comerciais”. Podemos inferir que se as instituições de responsabilização e saúde funcionassem no mesmo período de tempo do Conselho Tutelar, a rede institucional se comporia de maneira mais densa e mais competente.

Há ainda a situação emblemática do CMDCA, que funciona basicamente entre parcerias interinstitucionais, no entanto, o aspecto negativo das articulações recai sobre a maneira pela qual os políticos manobram as instituições, pela relação partido/poder *versus* programas, tornando inviável a continuidade dos trabalhos.

Outro aspecto indicado e que chama a atenção nesse item é a falta de comunicação entre a rede. Esse dado indica que realmente não há acompanhamento dos casos, pois uma vez encaminhado não se tem mais notícias dos serviços prestados aos usuários.

4.3. Instituições de educação

Deyido à quantidade de instituições educacionais participantes da pesquisa, definimos que a melhor forma de abordar os dados obtidos seria trabalhar num item específico. O objetivo da pesquisa no âmbito educacional foi verificar se há atenção às crianças e adolescentes no que se refere à violência sexual, tanto no sentido de identificação de violação de direitos, como no sentido da formação, pois sabemos que a escola ocupa papel importante na rede de prevenção e proteção ao desenvolver processos de ensino e aprendizagem com base filosófica crítica com vistas a preparar os alunos para identificar situações de vulnerabilidade e reivindicação de direitos.

No quesito denúncia e interface com a violência sexual, as escolas de educação infantil responderam que trabalham em rede, buscando parcerias reunidas no quadro abaixo.

Quadro 16. Parcerias institucionais solicitadas pelas escolas

Instituição demandada	Tipo de demanda
-----------------------	-----------------

Conselho Tutelar	Encaminhamentos.
MPE	Visitas, acompanhamento e monitoramento.
SEMAT	Projeto sobre o Meio Ambiente.
DEMUTRAN	Palestras sobre educação no trânsito.
Conselho Tutelar	Encaminhamentos de casos de abandono. Encaminhamentos de casos de abuso, abandono, agressão/maltrato. Orientações para equipe técnica, pedagógica e alunos.
MPE	A escola recebe adolescentes em conflito com a lei que estão cumprindo medida socioeducativa.
CREAS	Palestras com a pedagoga e encaminhamento de casos de crianças do CREAS para a creche.
CAPSi	Encaminhamentos de casos especiais. Encaminhamentos de crianças com dificuldades não detectadas pela escola.
Polícia Militar	Ronda Escolar; palestras nas salas; atendimento de ocorrências e projeto (drogas e violências).
Secretaria Municipal de Saúde	Higiene bucal, higiene corporal com prevenção. Palestras sobre higiene pessoal, gravidez precoce, tabagismo, álcool e drogas.
SEMUTS	Palestras sobre diversos temas.
Igrejas	Parcerias nas palestras e concertos.
Comerciantes	Colaboração e doação.
UEPA	Com palestras e técnicas de relaxamento para os profissionais.
MMTA – CC	Projeto sobre o enfrentamento do abuso e violência sexual.
SEMAT	Incentivo à Educação Ambiental; Projeto sobre o lixo e educação ambiental, além da prevenção de doenças.

As escolas de ensino fundamental solicitam parcerias com instituições semelhantes às de educação infantil, e apresentam especificidades relativas à obrigatoriedade de frequência nesse nível de ensino. De seis escolas pesquisadas, quatro afirmaram procurar o Conselho Tutelar e o CMDCA para denunciar alunos faltosos. Os estágios e projetos culturais e esportivos foram indicados pelas escolas próximas à UEPA, devido esta oferecer a graduação em Educação Física. As outras escolas, localizadas do lado oposto e distante dessa Universidade, não indicaram solicitar essa parceria.

A respeito da violência sexual, apenas uma escola mencionou denúncia ao Conselho Tutelar. A presença da Polícia Militar nos arredores da escola se deve mais à prevenção de violência juvenil e consumo/venda de drogas. No entanto, as escolas solicitam da Secretaria Municipal de Saúde palestras sobre higiene pessoal, gravidez precoce, tabagismo, álcool e drogas. Apenas uma EMEF afirmou que solicita parceria do MMTCC para discutir com os

alunos sobre violência sexual infanto-juvenil e outra EMEF solicita parceria com o MPE, pois recebe adolescentes em conflito com a lei que estão cumprindo medida socioeducativa.

Percebemos a necessidade de melhor articulação entre a rede de prevenção, atendimento e responsabilização com as escolas, onde encontramos o público alvo da rede que são as crianças e adolescentes. É necessária uma formação dos profissionais da educação, principalmente dos professores, no tema da violência sexual. Os dados revelam que a ampla maioria das escolas públicas não trabalha de forma efetiva sobre direitos sexuais e sexualidade na prática educativa, todavia não conseguimos averiguar na história de vida das vítimas os efeitos educativos da escola em relação à prevenção da violência sexual.

Quadro 17. Distribuição qualitativa dos conteúdos referenciais sobre direitos sexuais e/ou sexualidade nas disciplinas da educação básica

Instituição	Resposta
EMEI Girassol	É trabalhado em todas as disciplinas através das histórias com ludicidade e teatralização, prática muito presente na escola.
EMEI Florêncio Filho	Trabalha com músicas e contação de histórias. Trabalha através da religiosidade também. Toda sexta-feira um professor fica responsável pela dinâmica. Quanto ao trabalho dentro da disciplina de Ensino Religioso, todas as religiões são trabalhadas sem discriminação. É importante ressaltar que a maioria das crianças são do Baixão do Tufi, e falam muito sobre drogas e sexo. As crianças ficam sem entender muito bem sobre essa realidade, pois as famílias são muito desestruturadas, por isso falam muito em sexo, polícia e drogas. E com isso a escola se sente responsável em trabalhar sobre o respeito, a solidariedade, o companheirismo e a amizade. E no decorrer das discussões se trabalha sobre sexualidade.
EMEI Professora Eulália de Oliveira	NR
EMEI Vovô Bezerra	NR
EMEF Dom Clemente Geiger	Caso haja necessidade, dependendo da situação o professor vai trabalhar este assunto, ou em próxima aula.
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda.	Língua Portuguesa: Redação e leituras referentes aos direitos sexuais; Matemática: Estatísticas da violência sexual dos municípios e bairros (gráficos); História: Identidade das crianças se descobrindo sexualmente; Geografia: Racismo e respeito (espaços de convivência); Estudos amazônicos: Confecção de cartazes de informação; Ciências: Prevenção de DSTs e gravidez na adolescência.
EMEF João Rodrigues da Silva	Língua Portuguesa: Leituras, compreensão, interpretação e produção de textos; Matemática: Leituras, resoluções de problemas; História: na História antiga e contemporânea; Geografia: Relação natureza espaço geográfico; Ciências: Os seres vivos e introdução de química e física.
EMEF Esther Figueiredo de Ferraz	NR

EMEF Ulysses Guimarães	Sociologia: Formação social do homem; Ciências: Assuntos relacionados ao corpo; Educação física: Questões de Higiene.
EMEF Professor Antônio Gondim Lins	Língua Portuguesa: Redação, interpretação de textos e dissertação; Matemática: É abordado de forma interdisciplinar; História: Trabalha de forma interdisciplinar; Geografia: Trabalha de forma interdisciplinar. Ciências: Trabalha de forma interdisciplinar; Ensino Religioso: Através de textos.
EEEM Dulcila de Almeida	Sociologia: Trabalha-se mais sobre a pedofilia e o abuso sexual de crianças e adolescentes. Através da teoria e conceitos e também pesquisa de campo.
EEEM Nair Lemos	Língua Portuguesa: Na Língua Portuguesa se trabalha mais os gêneros textuais e a dissertação; Matemática: Acredita-se que somente na estatística; História: Sobre o enfrentamento através dos relatos históricos; Sociologia: A sociologia trabalha bem sobre essas questões;
EEEM Polivalente	Língua Portuguesa: Construção textual e interpretação.
EEEM Instituto Maria de Mattias	NR

As escolas de educação básica afirmaram que há vários elementos positivos na articulação, umas se remetem diretamente ao bem-estar causado ao aluno pela possibilidade de receber serviços de outras instituições. As parcerias buscam atender as famílias com orientações e criam aproximações de setores que adentram a escola como corresponsáveis na educação e no bem-estar das crianças e adolescentes.

Por outro lado, as palavras que mais traduzem as dificuldades encontradas pelas escolas na condução das parcerias são: “demora”; “morosidade”; “indisponibilidade”; “dificuldade de agendamento”; “quando é negado”; “quando não dá retorno”. As dificuldades se referem ao desencontro entre o “tempo da necessidade” e o “tempo de atendimento” pelas instituições que foram, de maneira geral, consideradas ineficazes no quesito disponibilidade e competência.

Quadro 18. Aspectos positivos e negativos das parcerias

Escola	Positivo	Negativo
Creche Profa. Aldenira	Rompimento dos “muros” da creche. Repasse de informações e encaminhamentos.	Dificuldade e demora nos agendamentos, como por exemplo, com o DEMUTRAN.
Creche Irmão Serafina	A ajuda na conscientização dos pais e crianças quanto a algumas questões e ajuda com palestras e oficinas.	Financeiras.
Creche Ruth Passarinho	A parceria com todos é muito boa.	Na questão do tempo de ação e disponibilidade.

Creche São Sebastião	NR	NR
EMEI Girassol	Incentivo e orientação, a conscientização que já inicia na infância.	Dificuldade na liberação de recursos e transporte quando necessário.
EMEI Florêncio Filho	Um olhar diferente das pessoas e instituições fora da escola; As pessoas veem de perto o trabalho e a realidade da escola.	O Conselho Tutelar não dá retorno dos casos e também não vem até a escola. É através de muito luta e espera que conseguem fazer essas articulações. Há muita dificuldade de acesso e parceria com eles. A Secretaria de Saúde é a mais difícil.
EMEI Profa. Eulália S. de Oliveira	NR	NR
EMEI Vovó Bezerra	NR	NR
EMEF João Rodrigues da Silva	Nos projetos desenvolvidos pelos acadêmicos. Através de aulas ministradas os alunos recebem mais instruções ampliando os seus conhecimentos.	Quando é negada a ajuda por parte dos órgãos competentes para realização de atividade extra classe para o bem estar social dos alunos.
EMEF Dom Clemente Gleiser	Resgatar a autoestima dos alunos; A parceria mesmo, precisando eles estão aí pra ajudar.	O trabalho com a limpeza que se dá após as manifestações no prédio da escola; Não há retorno, em casos de encaminhamentos, o que faz com que a instituição fique perdida sem saber realmente que atitude tomar. Não há espaço suficiente nem para as atividades da escola, ainda menos para outras atividades. Não há tanto apoio.
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	Ameniza os problemas sociais, pois se não houvesse estaria pior. Tentasse minimizar os efeitos. Eles frequentando a escola ajudam nos maiores problemas.	Com o Conselho Tutelar é a dificuldade da articulação mesmo. O compromisso é lento. A morosidade das instituições. A demora nos retornos que às vezes nem acontecem (Conselho Tutelar e Promotoria). As picuinhas e pobrezas políticas fazem os objetivos se perderem no meio do caminho.
EMEF Esther Figueiredo de Ferraz	NR	NR

EMEF Ulysses Guimarães	Saber que se pode contar com esses órgãos para atender os alunos.	Na demora do atendimento da Secretaria de Obras, acredita-se que aconteça devido à grande demanda na cidade.
EMEF Prof. Antônio Gondim Lins	Através das palestras que ajudam na questão de orientar o corpo discente em temas pertinentes ao convívio familiar e escolar.	O agendamento que tem que ser feito de acordo com a disponibilidade dos profissionais.
EEEM Dulcila de Almeida	A melhoria das atividades educacionais. É no sentido de se formar cidadãos melhores que se faz essas parcerias.	A demora quando se chama o corpo de bombeiros.
EEEM Nair Lemos	Se não tivesse o apoio principalmente da Ronda Escolar haveria muito mais violências dentro e fora da escola.	Tempo hábil: efetivação em tempo hábil das ações. A morosidade que faz com que a qualidade do ensino seja péssima.
EEEM Polivalente	Quanto aos órgãos: polícia civil e fórum o apoio foi muito eficaz.	A falta de uma aproximação da escola com Conselho Tutelar, que seja mais eficaz. Precisamos da presença do Conselho Tutelar nas escolas com palestras educativas, assim como o CAPS e outros órgãos de assistência ao menor.
EEEM Instituto Maria de Mattias	NR	NR

5. SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

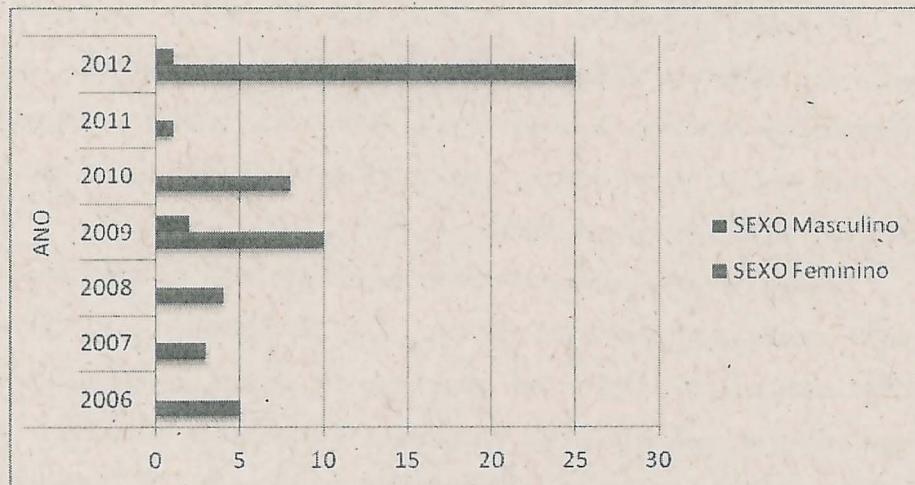
Os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes atendidos ou de conhecimento das instituições foram reunidos e sistematizados de maneira individual, quer dizer, buscando apresentar e analisar os dados de cada instituição, sem fazer análise comparativa, devido não termos no município um banco de dados integrado que possibilite a reunião das informações em um único sistema, evitando, com isso, a duplicação dos dados.

5.1. Conselho Tutelar

A estruturação inicial do Conselho Tutelar de Altamira data de 25 de junho do ano de 2000. Na averiguação documental nesta instituição, tivemos acesso a 44 processos, contando os anos de 2006 a 2012, conforme descritos no gráfico abaixo. Mas os dados estatísticos da instituição indicam que em 2009 houve 29 casos, em 2010 houve 43, em 2011 75 casos e em 2012 houve 25 casos (até o mês de junho), respectivamente descritos numa categoria ampla definida como “prostituição, estupro e abuso sexual” contra crianças e adolescentes.

Há também a categoria “gravidez na adolescência”, que abrangeu 10% dos atendimentos gerais do Conselho Tutelar em 2010, 12% em 2011 e 11% em 2012 (até junho). Destacam-se esses dados em vista do fato de que parte das fichas verificadas aponta que o abuso sexual enfrentado por adolescentes vieram à tona a partir da suspeita de gravidez. Esse dado significa que a violência sexual se apresenta também por meio da denúncia de outros fatos subsequentes a ela.

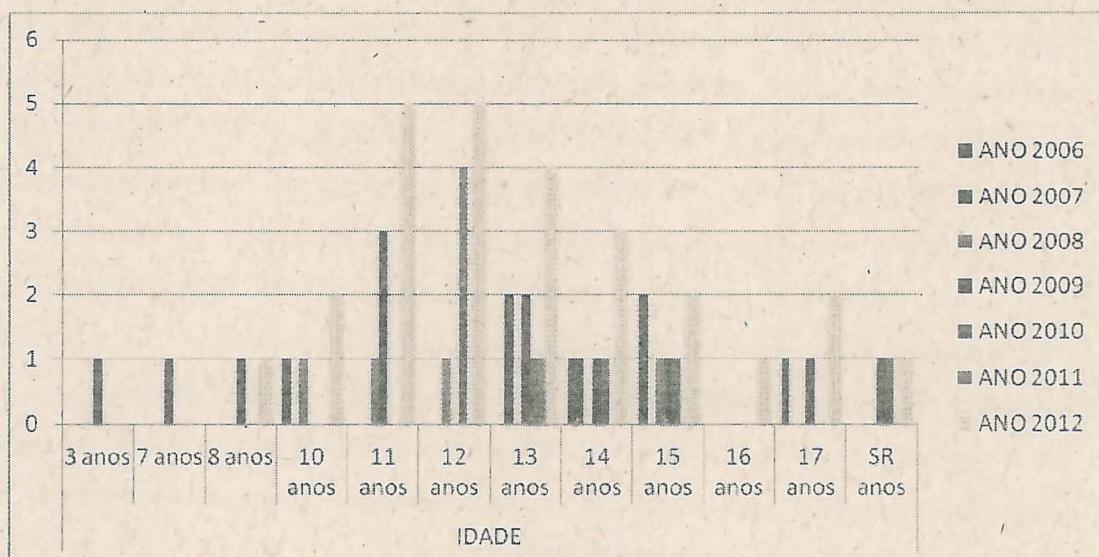
Gráfico 4. Sexo das Vítimas por Ano de Ocorrência



O gráfico acima apresenta dados referentes ao sexo das vítimas, indicando que as do sexo feminino estão em um patamar maior de vulnerabilidade no que tange à violência sexual no município. Estes dados chamam atenção para o fato de uma maior dificuldade na denúncia à violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo masculino, não que ela não exista, mas as complexidades que a envolvem opacam a realidade. Outro destaque decorre da raça ou cor como marcador social. Verificamos que nos registros do Conselho Tutelar não constam a etnia, raça ou cor de vítimas ou agressores.

O gráfico abaixo apresenta a sistematização dos dados das vítimas por faixa etária e ano de ingresso no Conselho Tutelar.

Gráfico 5. Vítimas por faixa etária e ano de ingresso no Conselho Tutelar



Os dados apresentados no gráfico acima revelam um crescimento acentuado do número de vítimas atendidas em 2012 em relação aos outros anos, destaca-se que o comportamento estatístico da violência sexual no município retrata uma sociedade violenta que pouco respeita suas crianças e adolescentes, requerendo um trabalho minucioso de prevenção e de atendimento às vítimas.

Realizamos observação participante nesta instituição, durante três dias, averiguando os registros dos casos. Alertamos que estes casos não representam a totalidade da realidade existente no município, tanto pela quantidade de registro dos atendimentos, quanto pela complexidade da violência sexual. Destacamos a situação de sofrimento e os contextos de violação de direitos sexuais que envolvem uma multiplicidade de fatores, dentre os quais a

pobreza material das vítimas e a psicopatia dos agressores. A título de ilustração, apresentamos alguns casos acompanhados durante a observação participante:

Caso 1. O Conselho Tutelar foi acionado pela Escola, onde informaram que um dos professores da escola pegou o celular de um aluno que continha um vídeo de uma adolescente (estudante) da escola mantendo relações sexuais com um homem. Na conversa com os conselheiros a adolescente informou que foi forçada a manter o ato sexual e foi o agressor que fez a filmagem. A adolescente tentou se defender ao feri-lo com uma faca.

Caso 2. Foi recebida a denúncia de que a adolescente foi abusada sexualmente no ano de 2010 mas só no ano de 2012 é que foi confirmado pela vítima o abuso, o abusador está preso por estupro. Os fatos não foram denunciados na época, (a vítima) sofria ameaças do irmão do acusado.

Caso 3. A adolescente já vem sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar desde os 11 anos, por causa de maus tratos da mãe que é dependente química. A (vítima) já realizou vários furtos e roubos e se prostitui para comprar droga e veio ao Conselho para ser recolhida ao ECOM, mas o pedido foi negado, foram solicitados outros locais, também negados, então a vítima ficou na casa de sua avó...

Caso 4. Duas crianças foram violentadas pelo padrasto e foi concedida a guarda para o pai biológico, mas este teria uma denúncia de abuso sexual contra sua enteada, que estava grávida. Então o Conselho Tutelar pede que sejam tomadas as medidas cabíveis com urgência, pois as vítimas correm o risco de serem violentadas novamente...

Caso 5. A mãe relatou que a filha contou que um dia o agressor a tirou da rede jogou-a na cama, ficou pelado e colocou o pênis na vagina da criança e pedia para ela pegar no seu órgão genital. Informou ainda que o agressor pegou sua prima e chupou o seio dela, tentou colocar o pênis na vagina da mesma, mas não conseguiu.

Caso 6. A criança foi espancada diversas vezes pela mãe; segundo seu companheiro, a mãe deixa a criança passando fome, abandonando a filha sozinha em casa, por até dois dias. Foram encontrados mensagens e vídeos pornográficos no celular e a criança tem contato com outro parceiro da mãe.

Há divergências nas informações no que se refere à rede, especialmente quando se trata do Conselho Tutelar como porta de entrada. Os dados quantitativos fornecidos no relatório institucional não convergem com a trajetória de atendimento e acompanhamento das vítimas. É preciso discutir esse fato em grupo, pois podem significar encaminhamentos diferenciados de atendimento, sendo necessário avaliar os casos e dinâmicas de atendimento/encaminhamento do Conselho Tutelar, em relação à qualidade e eficácia. As sugestões para uma possível solução se apresentam na fala de uma conselheira:

Assim, a gente trabalha com muita dificuldade, né? Devido até a criança ou adolescente quando ela é vitimizada, quando ela é abusada, ela já chega aqui totalmente fragilizada, e aí nós não temos um lugar adequado para colher essas informações. Por exemplo, se nós tivéssemos em Altamira hoje o PROPAZ, onde tivesse um centro integrado com delegacia que trabalhasse especificamente com a criança e o adolescente e nós tivéssemos também uma assistente social, uma psicóloga e toda uma equipe técnica para atender essa criança, como tem em Belém, como a gente teve o prazer de verificar que maravilha seria se nós tivéssemos em nosso município. (Conselheira, entrevistada em maio de 2012).

Não foi possível a organização de dados quantitativos do Conselho Tutelar quanto às especificidades dos tipos de violência sexual, conforme indica o formulário DRP da metodologia PAIR. Por isso, fomos buscar informações a partir de depoimento colhido em entrevista com uma conselheira:

Onde se concentram os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?

‘É um dado triste que essa violência acontece muito no seio da família, o abusador é aquela pessoa muito próxima da criança, muito próxima, isso é verdade, não é mito, isso é fato’ ...

Em qual faixa etária se concentra o maior número de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes?

‘A gente tem atendido idades variadas, desde muito pequena, idade de 4 anos, a gente já pegou algumas situações assim, e também quando elas estão saindo da infância e entrando na adolescência, já nós 10 ou 11 anos que é quando a criança já começa a ter mudanças no corpo né? Seios, pelos e vai pegando o corpo de mulher, então assim, é muito o tio, o padrasto o companheiro da mãe porque essa situação ela fica... O homem, o companheiro da mãe ele acaba vendendo a filha com outros olhos, a enteada com outros olhos.’ (Conselheira, entrevistada em maio 2012).

5.2. Polícia Rodoviária Federal

Os dados da PRF são voltados para o mapeamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual nas rodovias federais e, para o objetivo da pesquisa, no trecho da BR-230, mais conhecida por rodovia Transamazônica, que passa pelo município de Altamira.

Segundo dados obtidos, há sete pontos vulneráveis identificados no município de Altamira, assim caracterizados: Auto Posto Arco-Íris (km 627); Motel C Que Sabe (Km 627,6); Bar sem nome (Km 627,9); Bar sem nome (Km 628); Panelada do Miranda (Km 630); Bar sem nome (km 631); Bar do João da Pioneira (Km 663,6) (Brasil, 2012a).

Trata-se da menor quantidade de pontos vulneráveis presentes entre os municípios que compõem a mesorregião do Xingu.⁵

⁵ Os demais municípios tiveram a seguinte quantidade de pontos vulneráveis: Brasil Novo – 10; Medicilândia – 19; Uruará – 21; Vitória do Xingu – 10; Anapu – 20; Pacajá – 23 (Brasil, 2012a).

A explicação para este menor índice de pontos vulneráveis na BR-230 no trecho que passa por Altamira está na maior intensidade de fiscalização da PRF devido ao asfaltamento da rodovia e ao fato de a base operacional se localizar também no município – uma explicação dada por agentes da PRF é de que a quantidade de pontos vulneráveis é proporcional à intensidade da fiscalização/monitoramento da mesma, e quanto mais afastado o município da base operacional e menos asfaltamento ele tiver, maiores são as possibilidades da existência de pontos vulneráveis para a prática de exploração sexual contra crianças e adolescentes.

No entanto, ressalta-se dado preocupante levantado pelo último relatório de monitoramento dos pontos vulneráveis da PRF (Brasil, 2012b) que estabelece a BR-230 como a rodovia com maior quantidade de pontos vulneráveis do país, num total de 167 pontos identificados, sendo 37 no trecho que perpassa os estados do Nordeste e 130 no cômputo dos estados da região Norte.

5.3. Polícia Federal

A PF informou que está investigando três casos de violência sexual, com as seguintes especificações: um caso “diz respeito à utilização da internet, onde o investigando utilizava-se do MSN para aliciar uma menor de idade, marcando encontro com ela”; um caso de “armazenamento de um vídeo contendo cenas de sexo com uma adolescente, que foi espalhado para terceiras pessoas através do celular”; e, um caso de “exploração sexual de adolescentes entre 13 e 17 anos, mediante troca de bens materiais” (Polícia Federal, 2012).

Não houve aprofundamento do perfil das vítimas e dos agressores, pois as solicitações encaminhadas posteriormente foram respondidas de maneira negativa, com a justificação de que detalhes dos casos poderiam prejudicar as investigações em curso.

5.4. Polícia Militar

A PM encaminhou relatório de ocorrência de casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes no ano de 2011. Segundo o documento, houve 13 casos de estupro, três tentativas de estupro, três casos de pedofilia e seis casos de corrupção de menores e exploração sexual, num total de 25 casos atendidos (Polícia Militar do Pará, 2012).

Estes casos foram distribuídos ao longo dos meses do ano, encontrando uma intensidade maior de ocorrência entre setembro e dezembro de 2011, período no qual ocorreram 17 das 25 ocorrências identificadas no documento.

5.5. Ministério Público Federal

O MPF informou, via ofício encaminhado à UFPA, que acompanhou apenas dois casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em 2012, ambos, no entanto, foram declinados ou remetidos para outras instituições, definidas como aquelas de fato competentes, além de terem por local de ocorrência o município de Vitória do Xingu (Ministério Público Federal, 2012).

5.6. Centro de Referência Especializado de Assistência Social

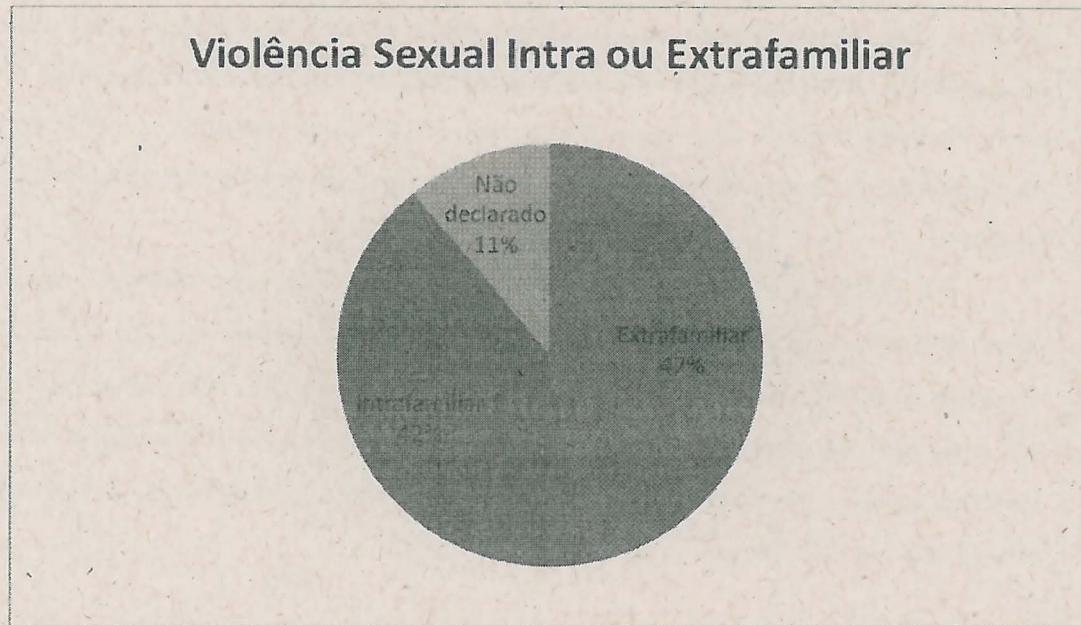
Os dados de violência sexual do CREAS foram obtidos por meio de relatórios institucionais, aplicação de formulário e observação participante. A distribuição quantitativa de casos corresponde ao período de 2010 até junho de 2012.

Referente ao ano de 2010 foram coletados 6 (seis) casos. Coleta essa que foi possível através da análise dos prontuários durante o trabalho de campo na instituição. Já em 2011 foram 28 (vinte e oito) casos coletados. E durante o período de 01 de janeiro a 04 de junho de 2012 foram 11 (onze) casos coletados, não estando disponível ainda o relatório institucional, pois este documento é elaborado anualmente.

A coleta dos casos de violência sexual durante o trabalho de campo na instituição nos possibilitou uma análise mais aprofundada de fatos como a maior incidência de um tipo específico de violência, se intra ou extrafamiliar, e também quanto ao sexo/gênero das vítimas. Faltando ainda, para uma análise mais detalhada, dados referentes à classe social e raça/etnia, não sendo possível o recorte destes fatores pela inexistência de informações a respeito.

Os dados apresentados no gráfico abaixo demonstram os casos de violência sexual divididos entre intra e extrafamiliar.

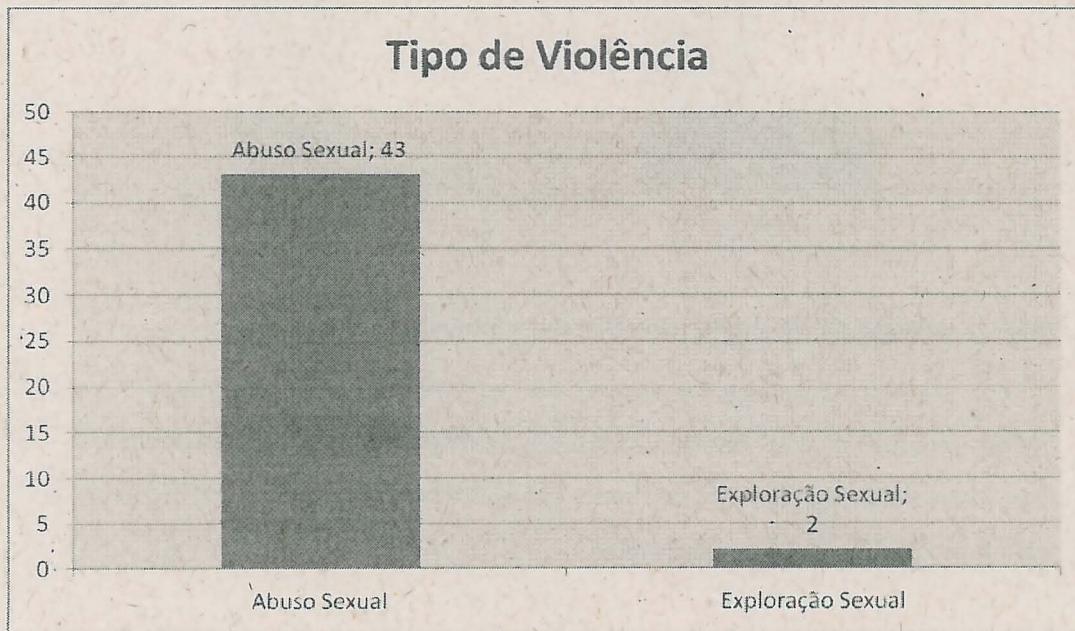
Gráfico 6. Violência Sexual Intra ou Extrafamiliar



Os casos extrafamiliares são ocasionados por homens supostamente de confiança das famílias e das vítimas, como pastor de igreja, vizinho, amigo, colega e professor. Nos casos intrafamiliares a maior incidência advém de pais, padrastos, primos e tios, sendo estes de extrema confiança familiar, até mesmo da própria vítima.

Quanto aos tipos de violência, se de abuso ou de exploração sexual, os dados são apresentados no gráfico a seguir.

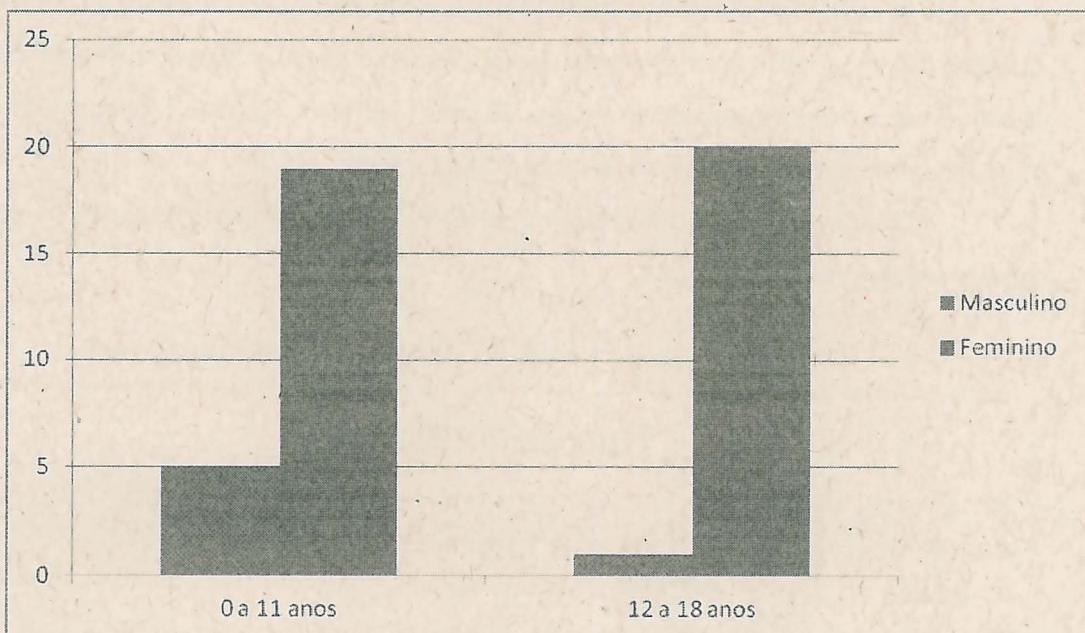
Gráfico 7. Tipo de Violência: Abuso ou Exploração Sexual



Os dados demonstram que dos 45 casos coletados 43 foram de vítimas de abuso sexual e dois de exploração sexual. O que pode demonstrar, dentre outros, dois fatos consideráveis: um seria de que os casos de exploração não são denunciados devido a fatores como violência, medo e uma maior organização em torno dos mesmos; o outro seria que a maior incidência de abusos sexuais cometidos por familiares e pessoas próximas facilitaria a violência.

Os dados coletados também revelam que ser do sexo feminino indica uma vulnerabilidade mais acentuada para a violência sexual, seja de abuso ou de exploração. Mas encontra-se um percentual de 10% para vítimas do sexo masculino. Dos 45 casos analisados por meio de documentos no CREAS, a idade das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual variam entre a primeira infância até o final da adolescência. Como se pode visualizar no gráfico abaixo.

Gráfico 8. Casos de Violência Sexual: sexo/idade



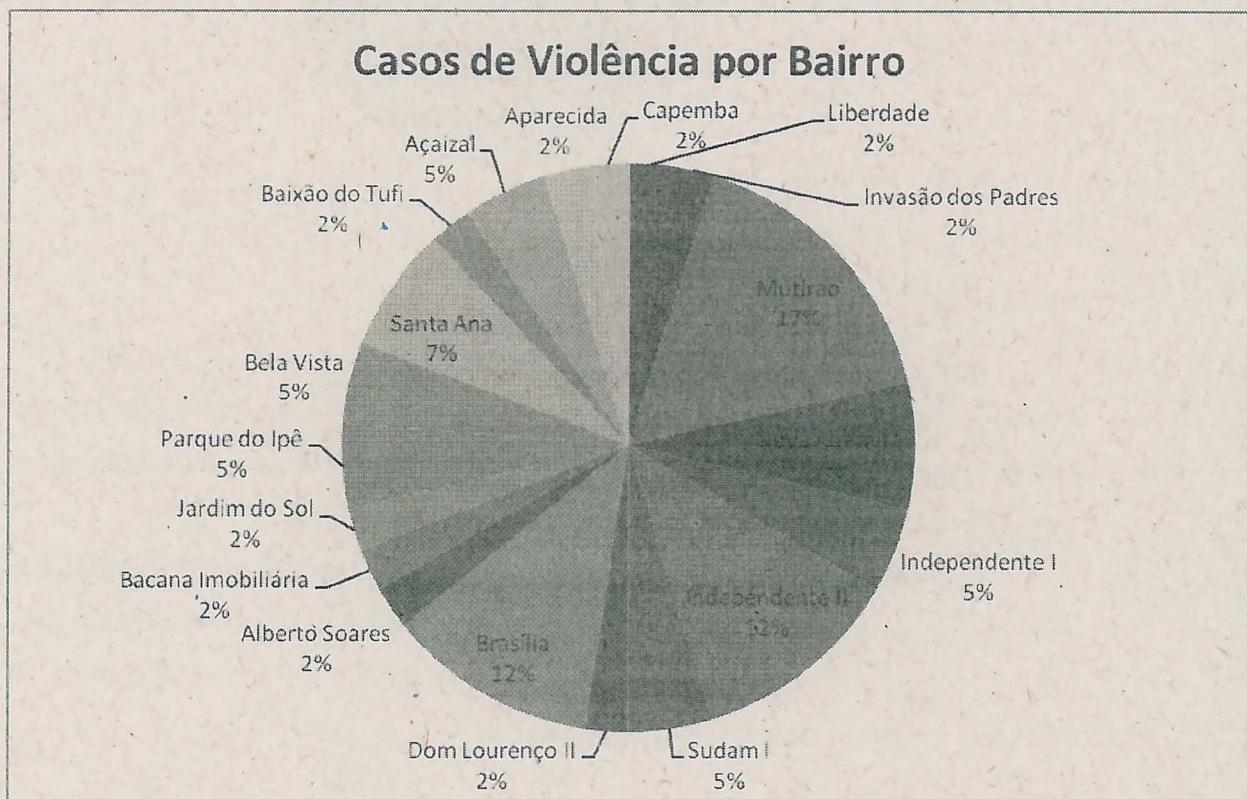
5.1.1. Localidades de ocorrência e de denúncia da violência sexual

Quanto à localidade de ocorrência da violência sexual, foi possível verificar que o maior número de casos ocorre nos bairros Mutirão, Brasília e Independente II. Com estes três bairros abrangendo 41% dos casos coletados na instituição, o que significa em números absolutos 17 dos 45 casos em questão.

Isso também nos leva a dois pontos ou fatores principais: um se refere ao fato de que esses bairros são de uma maior extensão territorial e maior densidade populacional, o que não justifica a violência, mas pode *a priori* justificar os números; outro ponto, que podemos aqui apontar como principal, é a questão da classe social, visto que os bairros em questão são periféricos com população predominantemente de classe baixa.

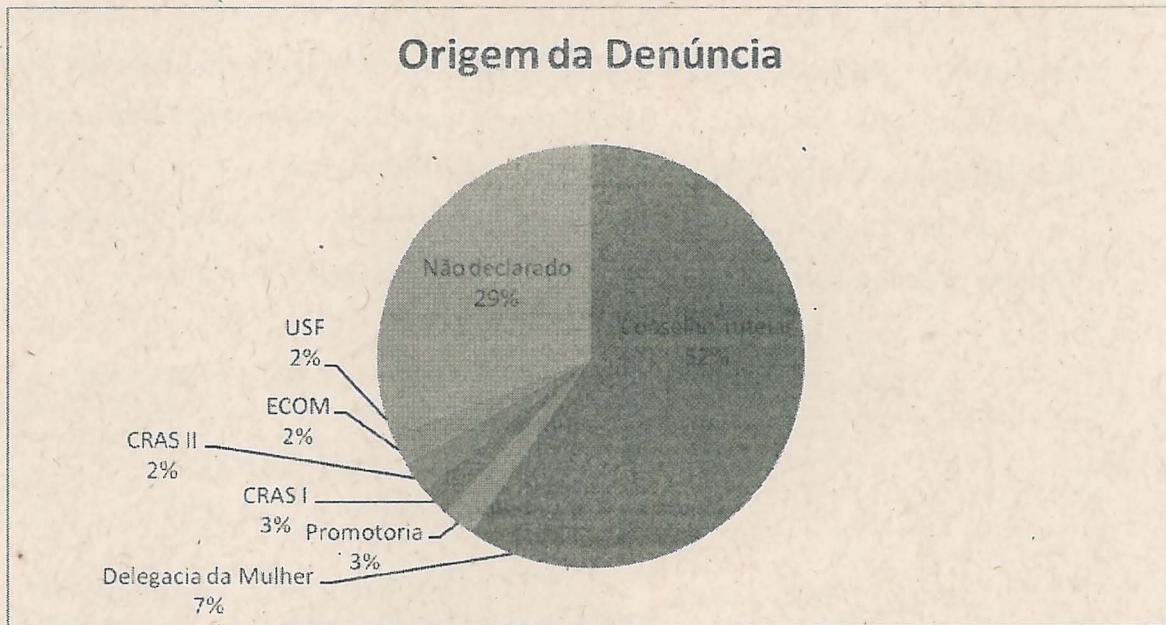
De forma geral, os bairros de maior incidência de violência sexual em Altamira, segundo os dados coletados no CREAS, são identificados no gráfico abaixo:

Gráfico 9. Bairros de Incidência de Violência Sexual de Altamira



Já quanto à origem das denúncias, os dados nos mostram que a maior demanda é advinda de denúncias originadas no Conselho Tutelar (vide gráfico abaixo), sendo 52% dos casos, o que significa, em números absolutos, 22 dos 45 casos coletados. Quanto aos não declarados é preciso aqui ressaltar que estes são os casos em que as fichas ou prontuários de atendimento não citam qual foi a origem da denúncia. Muitos destes, mas não todos, são de demanda espontânea, que são casos não denunciados, onde a família ou a própria vítima procura primeiramente a instituição, o que foi declarado verbalmente pelos funcionários da mesma.

Gráfico 10. Origem da Denúncia



5.7. Escolas

Quanto à percepção de casos de violência sexual nas escolas, das oito EMEIs e Creches pesquisadas, seis responderam que nunca houve casos de violência sexual no seu interior, mas se houvesse a orientação é açãoar a coordenadora da educação infantil do município e encaminhar o caso para o Conselho Tutelar.

Por outro lado, duas EMEIs responderam que já houve casos de violência sexual envolvendo crianças atendidas na escola de educação infantil. Não foi apenas um caso, mas “casos”, o procedimento das EMEIs foi convocar a família e açãoar o Conselho Tutelar, conforme verificado nos depoimentos abaixo.

Sim, já houve alguns casos, a escola sempre encaminha os casos para o Conselho Tutelar. Em alguns casos há uma conversa com a família, que quando questionada sempre dá uma desculpa. (Dados de entrevista, julho de 2012, EMEI Florêncio Filho).

Sim. Ela cita um caso envolvendo um tio e uma criança. Este caso foi encaminhado para o Conselho Tutelar. Mas além destes qualquer desconfiança se encaminha para averiguação. A mesma não espera retorno do Conselho, ela mesma busca as informações necessárias após encaminhamento. (Dados de entrevista, julho de 2012, EMEI Girassol).

Das EMEF pesquisadas, 14 disseram que nunca ocorreu este tipo de violência no âmbito escolar, enquanto que quatro informaram que já ocorreu violência sexual, inclusive

uma dessas escolas relatou que houve caso de pornografia infantil perpetrado pelos próprios alunos. Os depoimentos a seguir detalham essas informações.

Sim, através de relatos e filmes pornográficos que os próprios alunos produzem. É denunciado por meio da comunicação à família ou responsável do aluno e do encaminhamento e articulação com o Conselho Tutelar, Polícia Civil e Ministério Público. (Dados de entrevista, julho de 2012, EMEF Ulysses Guimarães).

Sim. Geralmente se convida os pais para o comparecimento à escola e se encaminha para o Conselho Tutelar. (Dados de entrevista, julho de 2012, EMEF Dom Clemente Geiger).

Sim. (manhã, tarde e noite) Todos tentam acompanhar mas as meninas são prostitutas mirins (Dados de entrevista, julho de 2012, EMEF Ulysses Guimarães).

Percebemos também a primazia do acionamento do Conselho Tutelar, aparecendo, também, instituições como a Polícia Civil e o Ministério Público.

Por fim, nas escolas de ensino médio, houve a negativa desse tipo de caso em duas escolas, enquanto outras duas afirmaram a ocorrência de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em seu recinto.

Sim. A coordenadora relatou um caso de duas adolescentes. A denúncia depende da abertura de cada um, mas pode ser feita para toda a equipe pedagógica. E o primeiro passo tomado é chamar a família e orientar a ir além. Não houve denúncia ou encaminhamento ao Conselho Tutelar. (Dados de entrevista, julho de 2012, EEEM Dulcila de Almeida).

Sim, normalmente os casos são encaminhados aos órgãos competentes, assim como outros assuntos também. (Dados de entrevista, julho de 2012, EEEM Polivalente).

Um dado preocupante é que, muitas das vezes, a escola faz a denúncia mas não recebe retorno e nem faz acompanhamento dos encaminhamentos tomados pelos órgãos que recebem a denúncia, apenas uma diretora afirmou que vai buscar informações e acompanhar os casos. Esse dado indica que falta continuidade de atenção à criança e ao adolescente e as rupturas podem causar transtornos que agravam os danos da violência.

5.8. Fórum de Justiça da Comarca de Altamira

A pesquisa no Fórum de Justiça da Comarca de Altamira (FJCA) iniciou no dia 24 de maio de 2012 e durou 20 dias. O objetivo inicial era proceder a verificação dos processos judiciais da 5ª Vara, que é competente para o julgamento dos casos de violência cometida contra crianças e adolescentes, dentre as quais as violências sexuais. No entanto, no decorrer

da pesquisa fomos informados que a 5^a Vara só se tornou juízo competente para este tipo de crime a partir de 2010, antes deste ano os crimes eram encaminhados para a 3^a Vara, sendo que a sala de processos arquivados desta vara continha milhares de processos judiciais arquivados de várias temáticas que continham também os processos com a temática de interesse da pesquisa.

Com isso, a equipe de pesquisadores passou a verificar os processos judiciais arquivados da 3^a Vara enquanto que a analista judicial da 5^a Vara fez a catalogação dos dados necessários para a pesquisa dos processos desta vara judicial. Ao todo, presume-se que foram verificados mais de cinco mil processos judiciais (arquivados ou em curso), dos quais foi possível extraír o total de 227 processos que abordam algum tipo de crime ligado à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Destes 227 processos encontrados foram analisados e coletados dados sobre as questões pertinentes de formulário elaborado em 150 processos judiciais, sendo que destes verificou-se que 16 tratavam de casos relacionados à violência sexual cometida em outros municípios da região, portanto, estes casos foram retirados da análise desta pesquisa, devido ao seu enfoque ser restrito ao município de Altamira, ficando assim num cômputo atualizado de 134 processos devidamente analisados e catalogados.

Destes 134 processos judiciais, 50 foram analisados dos processos judiciais em curso ou arquivados na 5^a Vara e outros 84 processos judiciais arquivados na 3^a Vara. A 5^a Vara, no entanto, possui um quadro atualizado da relação dos processos de sua competência que versam sobre algum tipo de violência contra a criança e o adolescente. Com base neste quadro estatístico, foi possível identificar um total de 194 processos em curso ou arquivados na 5^a Vara que versam sobre algum tipo de violência contra a criança ou o adolescente, sendo que destes a impressionante marca de 143 processos são somente sobre crimes sexuais contra a criança e o adolescente, conformando o percentual de 73,7% dos casos existentes nesta Vara sobre o público-alvo da pesquisa.

Destes 143 processos judiciais apenas 50 foram analisados no âmbito da pesquisa, enquanto que sobre os demais 93 processos judiciais buscou-se referência de dados apenas no quadro estatístico elaborado pela equipe da 5^a Vara, que só traz informações sobre a tipificação penal e o andamento processual dos casos.⁶

⁶ No entanto, o quadro estatístico elaborado pela equipe de profissionais da 5^a Vara não é identificado, pelos próprios membros internos do órgão, como contendo a totalidade dos processos judiciais que versam sobre violência contra crianças e adolescentes. Portanto, pode haver processos judiciais que não foram incluídos nesta lista estatística.

Isto é importante definir porque vamos trabalhar a análise, em alguns momentos, dos 227 processos judiciais (os 134 processos analisados somados aos 93 casos não analisados da 5ª Vara) e em outros momentos, sobretudo na definição dos perfis de vítimas e agressores, teremos que reduzir nossa análise para apenas os 134 processos efetivamente catalogados pela equipe de pesquisa do projeto.

5.8.1. Identificação dos casos judicializados

A análise das demandas apresentadas enquanto casos judiciais existentes no FJCA será feita levando em conta dois elementos centrais: (1) a sistematização da tipificação criminal presente em cada caso, em números absolutos e na variação histórica; e (2) a organização e compreensão do andamento processual dado às ações judiciais. Em ambos, o trabalho será feito tendo em vista os 227 processos judiciais.

5.8.1.1. Casos judicializados por números absolutos

Inicialmente, procuramos identificar os tipos penais presentes em cada um dos 227 processos judiciais para realizar mapeamento das violências sexuais judicializadas e, com isso, possibilitar organização dos processos e dos tipos penais em duas categorias centrais do debate teórico-normativo sobre esse tipo de violência: o abuso sexual e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

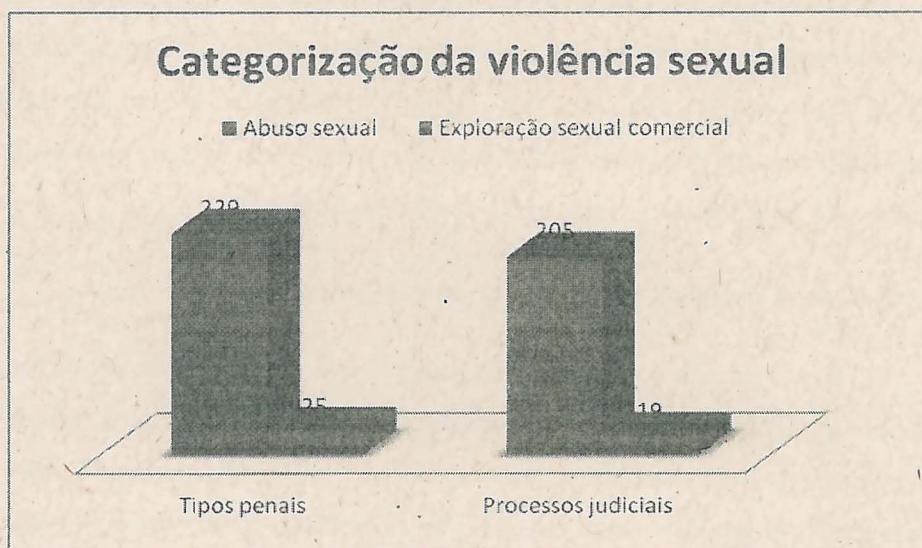
Para tanto, fez-se uso da análise classificativa dos tipos penais presente no Código Penal Brasileiro (CPB), feita por Ferrazza e Veronese (2005), e daqueles presentes no ECA, feita por Condack (2010). Deste modo, os tipos penais foram assim distribuídos:

- Abuso sexual: artigos 213 (estupro), 214 (atentado violento ao pudor), 215 (posse sexual mediante fraude), 216 (atendendo ao pudor mediante fraude), 216-A (assédio sexual), 217 (sedução) e 217-A (estupro de vulnerável), todos do CPB.
- Exploração sexual comercial: 218 (corrupção de menores), 218-A (satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente), 218-B (favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável), 219 (rapto violento ou mediante fraude), 220 (rapto consensual), 227 (mediação para servir a lascívia de outrem), 228 (favorecimento da prostituição), 229 (casa de prostituição), 230 (rufianismo), 231 (tráfico internacional de pessoas), 231-A (tráfico interno de pessoas), todos do CPB, e

do ECA também os artigos 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D e 241-E (relativos a diferentes modalidades de pornografia infantil) e 244-A (trabalho sexual exploratório de crianças e adolescentes).

Com base na classificação disposta acima, fizemos a organização dos tipos penais identificados em cada processo judicial obtido no FJCA, resultando na construção de um gráfico (abaixo disposto) que procura visibilizar a somatória das categorizações.

Gráfico 11. Categorização da Violência Sexual



É nítida a desigual relação entre a judicialização de crimes categorizados como abuso sexual e aqueles definidos por exploração sexual comercial. A proporção de processos judiciais de cada categoria é de que para cada dez processos relativos a abuso sexual existe um de exploração sexual comercial, o que representa desnívelamento acentuado, ressaltando que em três processos houve a cumulação de tipos penais de abuso e exploração sexual, daí o motivo de a quantidade de processos judiciais presentes no gráfico ser de 224, e não de 227, apesar dos seus tipos penais terem sido computados.

Entre os tipos penais a proporção é menor, de sete para um. A definição e computação dos tipos penais geraram um total de 254 tipos utilizados nos 227 processos judiciais, isto porque alguns processos apresentavam a cumulação de mais de um tipo penal, dentre aqueles descritos e classificados acima.

O cenário apresentado permite concluir que o perfil majoritário dos casos de violência sexual judicializados no município de Altamira trata de abuso sexual de criança ou adolescente.

É importante contextualizar a dimensão dos dados obtidos por meio da categorização dos tipos penais e processos judiciais, pois cada modalidade de violência sexual exige a definição de diferentes estratégias de intervenção, assim como de registro, monitoramento e avaliação das ações empreendidas no enfrentamento de cada tipo de violência sexual.

Porquanto os casos de abuso sexual tenham incidência maior dentro do âmbito familiar, como demonstra a literatura científica, o foco para garantir o enfrentamento adequado perpassa pela sensibilização/formação de crianças, adolescentes, pais e responsáveis acerca desse tipo de violência, assim como a disponibilização de meios para as denúncias serem feitas e haver adequada apuração e judicialização dos casos, e atendimento às vítimas e aos agressores.

Por outro lado, a exploração sexual comercial envolve um complexo mercado ilegal do sexo composto por angariadores, aliciadores, patrões, usuários/clientes e vítimas exploradas, quase sempre também mancomunada com poderes político-econômico e institucionais locais, nacionais e/ou internacionais, cujo enfrentamento necessita de trabalho continuado de inteligência e repressão por parte dos órgãos jurídico-policiais e de denúncia da população. Se os casos judicializados são poucos em relação a este segmento da violência sexual, é provável que esteja ocorrendo falta de atuação suficiente para garantir melhor enfrentamento, sendo, portanto, necessário pautar o planejamento e a execução dessas formas de intervenção e, concomitantemente, o uso dos dados apresentados na presente pesquisa para servirem de subsídios para as mudanças nas políticas e instituições públicas.

A seguir, apresentamos dois gráficos com a análise detalhada dos tipos penais, procurando agora não mais sua categorização, mas sim a apresentação literal e percentual de cada um deles.

Gráfico 12. Somatória dos Tipos Penais I

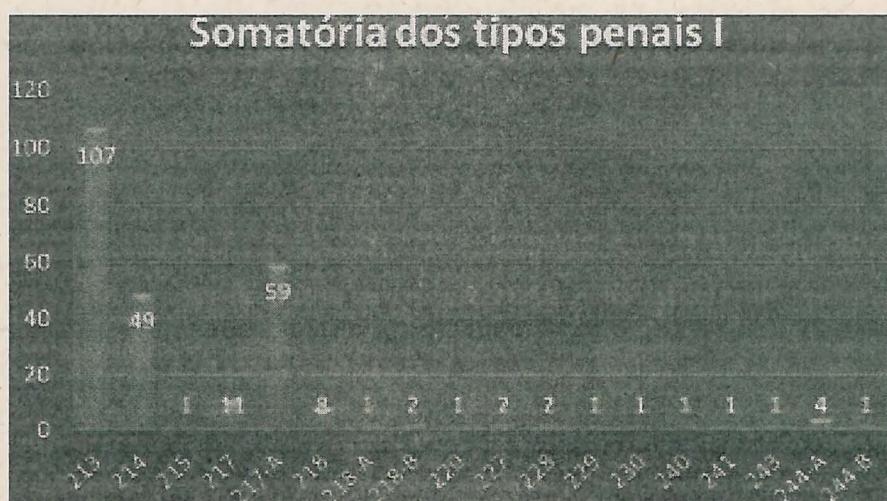
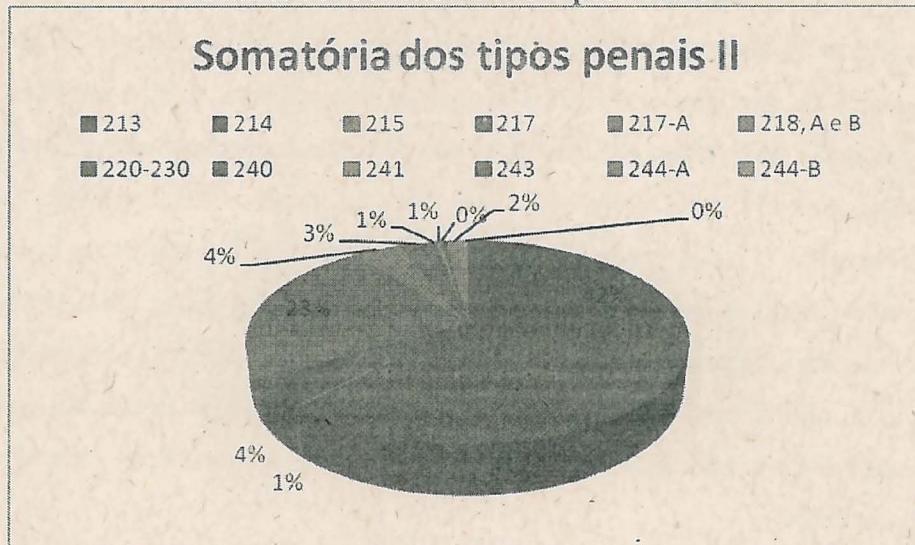


Gráfico 13. Somatória dos Tipos Penais II



Fica evidente que os casos relativos aos crimes de estupro (artigo 213), atentado violento ao pudor (artigo 214) e estupro de vulnerável (artigo 217-A) são os mais recorrentes no cenário dos processos judiciais presente no FJCA. Para se ter uma ideia da hegemonia destes três crimes sexuais, a soma dos percentuais de cada um deles resulta na compreensão de que 84% dos casos judicializados de violência sexual contra crianças e adolescentes no FJCA contêm pelo menos um destes três tipos penais, ou seja, de cada dez processos oito possuem uma destas três tipificações.

A hegemonia individual do crime de estupro (artigo 213) é também facilmente perceptível nos gráficos acima. Ele, sozinho, representa quase metade da quantidade total de tipos penais identificados nos processos judiciais do FJCA, mesmo que em muitos deles

apareça combinado com outros crimes sexuais, sobretudo com o atentado violento ao pudor (artigo 214). Aliás, se fôssemos utilizar a classificação dos tipos penais decorrente das últimas alterações legislativas, que extinguiu o crime do artigo 214 e do 217, passando os mesmos a figurarem crimes do artigo 213, a quantidade seria então de 167 tipos penais alusivos, nesta atualização, ao crime de estupro, abarcando acima de 65% do total de tipos penais identificados.

Por outro lado, os gráficos demonstram a baixa presença de tipos penais (e, em decorrência, de processos judiciais) envolvendo a exploração sexual comercial. O de maior presença é do artigo 218 que reúne o cômputo dos dados do próprio artigo 218 (corrupção de menores), com oito tipificações, do artigo 218-A (satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente), com uma tipificação, e do artigo 218-B (favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável), com duas tipificações identificadas.

Os tipos penais definidos no período do 227 (mediação para servir a lascívia de outrem) e o 231-A (tráfico interno de pessoas), apesar de possuírem seis tipificações penais identificadas, representam apenas três processos judiciais, isso porque em um deles houve a combinação de quatro tipos penais desse período de tipificação utilizado, sendo também um dos dois únicos que judicializaram o crime de favorecimento à prostituição (artigo 228) e o único que judicializou o crime de casa de prostituição (artigo 230).

Fato também preocupante é a baixa presença de tipificações relativas aos crimes categorizados como pornografia infantil e trabalho sexual exploratório (entre os artigos 240 e 244-A do ECA). A análise dos dados das tipificações penais correspondentes a estas violências sexuais revela abarcarem menos de 3% do total dos tipos penais e seis processos judiciais de um universo de 227 casos.

Como dito anteriormente, as causas para a baixa judicialização de casos que envolvam tipos penais categorizados por exploração sexual comercial de crianças e adolescentes não devem ser buscadas no Poder Judiciário em si, mas nas instituições do Sistema de Garantia de Direitos que devem realizar o processo investigativo-repressivo e numa maior conscientização da população para a importância de denunciar esses tipos de violência sexual.

Sem dúvida, os dados demonstram certo sucesso de judicialização – o que não quer dizer sucesso de punição, como veremos mais adiante – para os crimes categorizados enquanto abuso sexual, sobretudo estupro, atentado violento ao pudor e estupro de

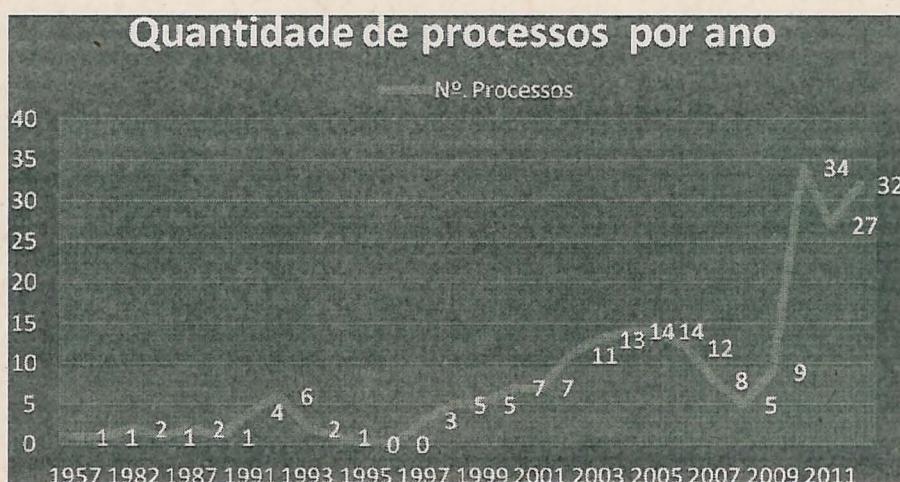
vulnerável, e uma baixa judicialização dos crimes categorizados como exploração sexual comercial.

5.8.1.2. Desenvolvimento histórico dos casos judicializados

A perspectiva da análise comparativa passa, a partir de agora, a situar não mais os números absolutos dos tipos penais ou processos judiciais, mas a compreensão histórica da judicialização destes casos. A pesquisa no FJCA resultou na verificação de processos judiciais com demarcação temporal definida entre os anos de 1957 e 2012, perfazendo período histórico de 55 anos. Apesar disto, é a partir da primeira metade da década de 1980 que podemos, de fato, situar certa “evolução histórica” dos casos de violência sexual judicializados, antes disso há poucos casos que não permitem uma análise deste tipo.

No gráfico que segue abaixo procuramos sistematizar os 227 processos judiciais por ano de ingresso/distribuição. Este critério de organização leva em conta o momento em que há o registro do FJCA dos casos e a transmutação deles em processos judiciais. Não é, assim, algo que guarde total fidedignidade com o ano preciso de ocorrência dos casos, haja vista haver a possibilidade de inquéritos policiais e investigações do Ministério Público demorarem certo tempo para enfim lograrem o acesso ao Poder Judiciário. Ainda assim, esta hipótese não poderá ser comprovada ou dimensionada no decorrer desta pesquisa, devido não termos analisado os conteúdos de mérito dos casos judicializados, apenas as informações necessárias para o preenchimento do formulário.

Gráfico 14. Quantidade de Processos por Ano



A primeira constatação decorrente da análise do gráfico é a compreensão do crescimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes judicializados ao longo do período histórico delimitado. É patente que este crescimento tem ocorrido de maneira mais acelerada nos últimos três anos (triênio 2010-2012), levando a quantidade nunca antes vista de judicialização de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no FJCA, e cuja proporção será mais bem analisada com os próximos gráficos.

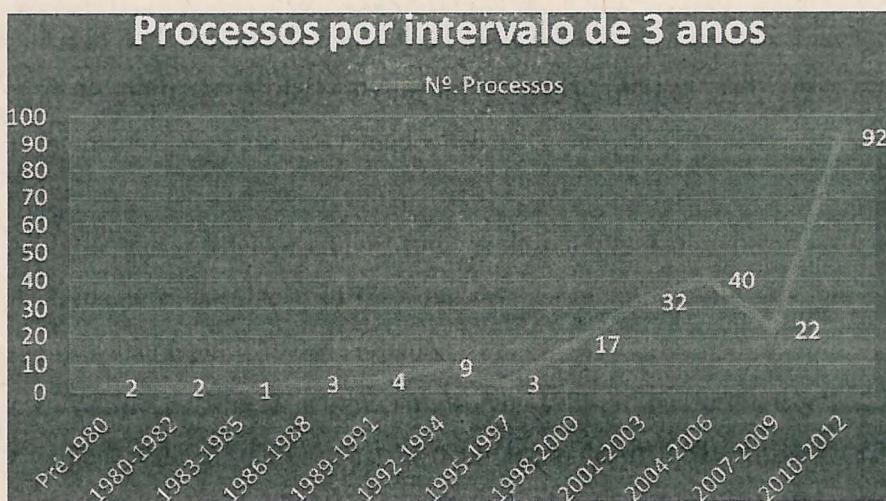
Basta verificar o quadro atual de processos judiciais existentes na 5ª Vara do FJCA que tratam de violência contra a criança e o adolescente, num total de 194, para identificar que nada menos de 73,7% deles, quer dizer, 143 processos, versam especificamente sobre algum tipo de crime sexual contra criança ou adolescente. Em 2010 pelo menos outros 17 processos judiciais não abordavam crimes sexuais, este número caiu para apenas quatro em 2011 e em 2012; até o final da pesquisa de campo (junho de 2012) e do recebimento do último relatório atualizado da 5ª Vara (setembro de 2012), apenas três processos judiciais não versavam sobre violência sexual contra criança ou adolescente.

No entanto, para compreendermos as possíveis circunstâncias que levaram ao crescimento dos casos judicializados de violência sexual contra crianças e adolescentes no FJCA é preciso recorrer à compreensão histórica do gráfico apresentado acima.

A análise histórica permite-nos compreender que o crescimento dos casos é alternado por momentos de rápidas reduções, sobretudo a partir da década de 1990, cuja dinâmica crescimento-decrescimento iremos a partir de agora denominar de “ondas de crescimento” da judicialização de casos de violência sexual, compreendendo por este termo o processo de crescimento do fenômeno da violência sexual judicializada no município de Altamira vinculado a hipóteses explicativas que procuram entender porque, em determinados anos, houve maior acesso de casos no Judiciário, colocando-se, para isso, o argumento de que talvez estejam ligados a determinados eventos ocorridos nestes períodos identificados como influenciadores desta judicialização.

A perspectiva das “ondas de crescimento” pode ser melhor visualizada no gráfico abaixo, que considera a análise dos processos judiciais organizados em intervalos de três anos.

Gráfico 15. Processos por Intervalo de 3 Anos



Este gráfico deixa mais visível a ideia de “ondas de crescimento” alternadas por quedas de judicialização de casos. É possível identificar três ondas representadas pelos triênios “1992-1994”, “2004-2006” e “2010-2012”. Utilizando-se de referenciais históricos sobre o município de Altamira, analisando as formas de intervenção da sociedade civil e a implementação de políticas de desenvolvimento na região, parece provável relacionar estas “ondas de crescimento” com eventos situados em cada contexto histórico.

A primeira “onda de crescimento” (triênio 1992-1994) dos casos judicializados de violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser situada no contexto de acirramento dos bárbaros casos de emasculação sofridos por crianças no município e da luta da sociedade civil pela identificação e punição dos culpados.

Estes atos de violência se iniciaram em 1989 e perduraram até 1993, numa sistemática sequência de casos de sequestro de crianças do sexo masculino que tinham seus corpos mutilados, sendo a extirpação dos órgãos genitais e o assassinato os fatos mais chocantes.

Segundo Lacerda (2012) e o Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense (2001), o sofrimento das mães e familiares das vítimas produziu a organização das lutas em prol da justiça contra os crimes que resultaram numa mobilização da sociedade civil e pressão social sobre as instituições do Estado, especialmente a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário locais. É neste período e neste contexto que surgem alguns órgãos e entidades importantes que passam a melhorar a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no contexto local, com a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), fundado em 1991 e sendo o primeiro do estado do

Pará; o Movimento Contra a Violência e em Favor da Vida, criado em 1992 e contendo representantes de organizações populares, igreja e escolas; e o Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, criado em 1993 pelas mães e familiares das vítimas dos crimes de emasculação e por pessoas solidárias a causa.

A repercussão nacional e internacional que o caso e as mobilizações sociais tiveram contribuiram para popularizar o debate sobre as condições de vida e os direitos das crianças e dos adolescentes no contexto de Altamira, promovendo certa conscientização coletiva sobre estas questões que eram mais bem compreensíveis, em sua dimensão de contingente população, pela participação de milhares de pessoas em passeatas e atos públicos promovidos pelo Comitê e outros organizações locais,⁷ neste período. Além disso, os órgãos jurídico-policiais foram alvo de pressão constante por parte das lideranças do Comitê e da população em geral para que apurassem não apenas o crime dos meninos emasculados, mas todos os casos de violência contra a criança e o adolescente.⁸

Nesse contexto de dor e sofrimento, mas também de luta e mobilização social, a causa da criança e do adolescente se cristaliza como uma das principais questões do cotidiano de vida nesse município, só comparada às pautas de asfaltamento da Transamazônica e de violência contra a mulher. Com uma população mais consciente das violências e dos direitos das crianças e dos adolescentes, e com uma atuação ativa e permanente de diversas entidades que não deixavam o tema (e o caso) cair em esquecimento, é provável que estes sejam motivos influenciadores da primeira “onda de crescimento” identificada no gráfico anterior, e seus efeitos sociopolíticos podem ser percebidos até pelo menos o ano de 2003, quando ocorre, finalmente, o julgamento dos agressores,⁹ apesar de até hoje o Comitê em Defesa da Criança Altamirense existir.

⁷ Para se ter compreensão da dimensão da mobilização empreendida na época, o Comitê informa que “[e]m outubro de 1992, dia em que foi localizado o corpo de Jaenes Silva Pessoa, as organizações populares, igrejas e escolas criaram o *Movimento contra a Violência e a Favor da Vida*. E logo no dia 09, uma grande caminhada em protesto pela negligência das autoridades percorreu as ruas da cidade concentrando cerca de 10 mil pessoas.” (1991: 24)

⁸ Segundo Lacerda, “[e]m Altamira, a participação direta do Bispo [Dom Erwin Kräutler], a constituinte, bem como o envolvimento de outros ativistas neste processo de mudança [gerada pela recente conquista de nova Constituição Federal e do ECA], aceleraram a colocação em prática desses novos instrumentos legais. O estímulo à mobilização em prol da criança e do adolescente, apesar de estar na ordem do dia, foi propulsado pelos crimes de ‘emasculação’ que ocorriam no município. Neste primeiro momento, a violência praticada contra corpos ainda infantis era percebida como o ponto mais extremo da situação geral de vulnerabilidade e desatenção à infância.” (2012: 114)

⁹ Em 2003, durante a realização do I Seminário de Diagnóstico e Avaliação das Políticas de Atendimento à Criança e ao Adolescente”, promovido pelo CMDCA, dona Rosa Pessoa, então presidente do Comitê, assim se expressou em sua fala na mesa do Seminário: “Há 13 anos ‘estamos buscando’ a justiça para as crianças mutiladas em Altamira, queremos ver os criminosos na cadeia... O Comitê foi criado para que não se perca a memória dos fatos ocorridos com nossos filhos.” (CMDCA, 2003: 2)

A segunda “onda de crescimento” da judicialização dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é representada pelo triênio “2004-2006”. Neste período, o evento clímax deste processo de crescimento pode ser identificado no desmantelamento de uma rede de exploração sexual comercial que agia nas proximidades de escolas públicas do município aliciando adolescentes mulheres para participarem de festas eróticas e da produção de material fotográfico contendo cenas de nudez e de sexo com adultos.

A repercussão deste caso foi grande não apenas por se tratar de uma rede especializada no aliciamento de mais de uma dezena de adolescentes para a realização dos atos sexuais, mas devido conter, entre os agressores, um médico que na época também era membro do parlamento municipal, gerando revolta da população e nova mobilização das organizações da sociedade civil para atuar na correta punição deste crime e na pressão ao Estado para melhoria das políticas públicas que envolviam a garantia de direitos às crianças e aos adolescentes.

A colocação deste evento clímax no contexto da segunda “onda de crescimento” reforça o papel histórico assumido pela sociedade civil organizada no município de Altamira pela manutenção do tema da criança e do adolescente na ordem do dia, além de serem os principais mobilizadores sociais e atuantes numa pressão ininterrupta aos órgãos jurídico-policiais para que cumpram seus papéis e garantam a justiça.

A terceira e atual “onda de crescimento” (2010-2012) dos casos judicializados de violência sexual contra a criança e o adolescente pode ser contextualizada num conjunto de elementos sócio-institucionais interdependentes assumidos enquanto prováveis fatores do crescimento atestado na pesquisa.

O primeiro fator é o contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), pois esta terceira “onda de crescimento” se situa no exato período que vai da emissão da Licença Prévia nº. 342/2010, em fevereiro de 2010, até os dias de hoje (2012), com aumento populacional decorrente da migração de pessoas de outras regiões, especialmente de homens em busca de uma chance de trabalho nos canteiros de obra da UHE Belo Monte.

O montante do contingente populacional de Altamira na atualidade é alvo de intensa disputa pela precisão dos números. O Censo/2010 do IBGE estabeleceu para Altamira a marca de 99.070 habitantes, sendo que no Censo anterior, de 2000, a população era de 77.439 pessoas. No entanto, técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Altamira (PMA) têm trabalhado com uma estimativa atual da ordem de

126.000 pessoas, cuja base de cálculo é a produção de lixo e a demanda por atendimento no Hospital Municipal São Rafael.

Se isto for verdade, representa o crescimento de 60% da população existente há 10 anos e um aumento de quase 30% entre a população identificada pelo Censo/2010 e aquela calculada pelos técnicos locais, num curto espaço de tempo só visto anteriormente quando da construção e entrada em operação da rodovia Transamazônica, entre 1970 e 1980.¹⁰

Junto com o aumento do contingente populacional em pouco tempo está a situação de aumento da vulnerabilização social de crianças e adolescentes devido aos impactos gerados pela precarização dos serviços e das condições de vida ante o inchaço populacional e falta de planejamento e investimento necessário e prévio.

Isso pode ser melhor representado pela análise do *Relatório das Ações da Infância e da Juventude 2011* (FJCA, 2011) produzido pela Vara da Infância e da Juventude do FJCA e compilação de dados institucionais sobre usuários de drogas feita pelo MPE e intitulada *Estatísticas sobre Usuários de Drogas em Altamira* (MPE, 2011). O primeiro relatório apresenta dados relativos aos casos que ingressaram na referida Vara, ressaltando que houve aumento da demanda processual de 2009 para 2011 na ordem de 35% por ano, sendo que, em relação à representação por ato infracional de adolescentes, o maior aumento foi sentido entre os anos de 2010 e 2011, passando de 48 ações, em 2010, para 74 em 2011 (FJCA, 2011).¹¹

O segundo documento, relativo aos usuários de drogas, apresenta dados comparativos entre os anos de 2010 e 2011 do Instituto de Perícias Científicas “Renato Chaves”, relativas aos exames toxicológicos feitos na regional de Altamira que atestaram uso de drogas, compreendendo total de oito exames em 2010 e 14 exames até julho de 2011.

¹⁰ De acordo com Umbuzeiro & Umbuzeiro, ao explicarem as consequências de aumento populacional gerado pela rodovia Transamazônica, informam que “[a] população urbana, que era de 3.055 pessoas em 1960, enquanto a população rural chegava a 8.932 num total de 11.987 pessoas, alcançou, em 1970 [depois da construção da rodovia], 15.428, enquanto em 1980 pulava para 45.058. O Plano de Diretrizes Urbanas, elaborado pelo SERFAU, órgão do Ministério do Interior, ao longo de 4 anos na década de 70, ficou defasado em menor tempo do que aquele gasto em sua elaboração, não atendendo às necessidades impostas pela chegada do enorme empreendimento” (2012: 283).

¹¹ “Já o número de processos por ano, como podemos observar com mais clareza no gráfico abaixo, com exceção do ano de 2008 que, considerando o período em questão (2007- 2011) apresenta um número expressivo de ações, chegando até a destoar do ano anterior (2007) e dois anos posteriores (2009-2010), percebemos um crescimento ascendente nos três últimos anos (2009-2011). Ao compararmos a demanda processual de 2009 com a de 2011, podemos perceber um aumento do número de ações da ordem de 35%. Fato que pode ser aludido ao aumento anual das demandas processuais da área da infância e juventude, face ao contexto de crescimento demográfico do município de Altamira. Analisando os últimos três anos, especificamente as ações que envolvem ato infracional de adolescentes (representação por ato infracional e remissões) também podemos perceber o aumento ascendente desse tipo de processo. Bem como é possível perceber que outros tipos de ações judiciais têm se avolumado, como foi o caso das autorizações judiciais e adoção.” (FJCA, 2011: 2-3)

Também há a reunião de dados da Guarda Municipal de Altamira para o mesmo período de anos em que é comparado o número de crianças e adolescentes apreendidas enquanto usavam drogas lícitas e ilícitas, numa definição de 21 casos em 2010 e 31 casos em 2011 (MPE, 2011).

Estes dados comprovam a ideia de aumento da vulnerabilização social de crianças e adolescentes identificada pelo aumento dos dados estatísticos produzidos por diversas instituições públicas neste município e que precisam ser relacionadas ao contexto da UHE Belo Monte para que se possa entender os motivos deste aumento e as formas de enfrentá-lo.

O ponto mais importante desta análise relacional da violência sexual com a UHE Belo Monte é a situação de que os dados apurados no FJCA somente possibilitam conclusão objetiva de que o aumento de casos de violência sexual está ligado ao aumento da judicialização dos casos de abuso sexual, sobretudo estupro, estupro de vulnerável e atentado violento ao pudor. Os casos de exploração sexual comercial continuam a ser muito incipientes em comparação com os processos judiciais de abuso sexual, apesar das denúncias e dos indícios apontarem para uma situação real de maior proporção.

Com isso, podemos dizer que, até o momento, a única relação comprovadamente possível entre violência sexual e a UHE Belo Monte liga-se à hipótese do aumento da vulnerabilização das famílias migrantes e das que aqui já residiam, mas não há dados que comprovem uma ligação entre o aumento da migração de homens e o crescimento da violência sexual, apesar da existência de fortes indícios.¹²

Uma segunda questão assumida como influenciadora da atual “onda de crescimento” dos casos judicializados de violência sexual contra a criança e o adolescente diz respeito à própria reestruturação dos órgãos de justiça do município para terem atuação mais efetiva na causa da criança e do adolescente.

Em 2010, como informado anteriormente, houve a criação da 5^a Vara no FJCA que passou a tratar dos crimes cometidos contra crianças e adolescentes e a definição da 1^a Vara como Vara da Infância e da Juventude. Já em 2011 houve a reestruturação da Defensoria

¹² No âmbito restrito à violência sexual, as principais preocupações desta terceira “onda de crescimento” dizem respeito ao aumento de homens residindo na cidade de Altamira e no canteiro de obras da UHE Belo Monte, pois há indícios, ainda pendentes de apuração, de que os locais onde se aglomeram para residir ou para realizar suas atividades de lazer (bares, restaurantes, casas de espetáculo, motéis, entre outros) são prováveis focos de violência sexual contra crianças e adolescentes, principalmente na modalidade de exploração sexual comercial. Há também indícios, relatados por professores e diretores de algumas escolas públicas do município, de que as adolescentes destas escolas estariam sendo constantemente aliciadas por pessoas adultas para realizarem serviços sexuais, com trocas de favores assumidas com normalidade pelas vítimas, como a compra de celulares e materiais escolares. Mas isto, frise-se, precisa ser melhor apurado pelos órgãos de polícia para sabermos seu grau de veracidade e a dimensão da questão.

Pública do Estado (DPE) existente no município para incluir o Núcleo de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente (NAECA), assim como a mudança do MPE para uma sede própria, com mais espaço e conforto, lembrando que, antes, o espaço do MPE consistia em uma sala sedida pelo FJCA, com isto a Promotoria da Infância e da Juventude pode fortalecer sua atuação institucional, apesar de ainda sofrer com os problemas da alta rotatividade de promotores, fato também vivenciado pela DPE.

Estas melhorias institucionais, além de darem mais facilidade de acesso à população em geral e maior vigor de atuação aos órgãos de justiça na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, também deram maior visibilidade à causa e garantiram a adequação das instituições para trabalharem de maneira mais eficaz com o público atendido, a exemplo da equipe multidisciplinar existente no FJCA, e que deveria existir também nas duas outras instituições, mas ainda está pendente de efetivação.

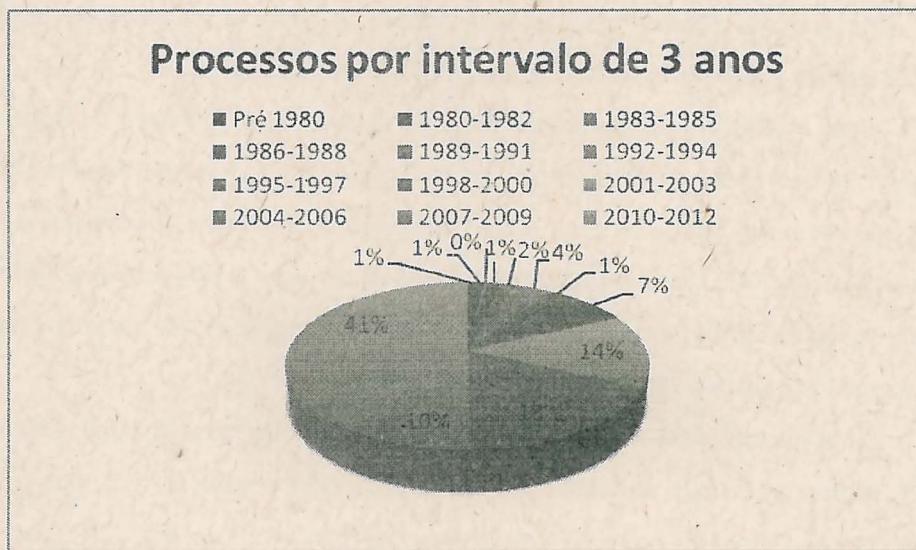
Uma última condicionante desta terceira “onda de crescimento” seria a mobilização social empreendida por entidades sociais e instituições públicas em torno da temática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Isto resultou, em 2011, na elaboração do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Triênio 2012-2014) e no fortalecimento da Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, composta, atualmente, por 25 representantes de entidades sociais e instituições públicas da região.

No âmbito da mobilização social é preciso falar ainda nas várias campanhas empreendidas, ao longo dos últimos anos, durante a semana alusiva ao dia nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (dia 18 de maio), em que a realização de caminhadas, palestras, distribuição de materiais informativos em locais estratégicos da cidade, dentre outras ações, continua a sensibilizar a população em geral para a importância da prevenção e da denúncia deste tipo de violência, isso repercute num aumento da conscientização da população sobre este problema que gera, em decorrência, um aumento do acionamento dos meios legais para garantir o enfrentamento de casos existentes, porém, como visto anteriormente, ainda mais ligados ao cenário do abuso sexual do que ao da exploração sexual comercial.

Caracterizadas as três “ondas de crescimento” identificadas a partir do gráfico de análise histórica dos casos judicializados de violência sexual contra crianças e adolescentes, é preciso voltar novamente aos gráficos para que possamos, agora, discutir não mais o contexto, mas a evolução deste tipo de violência sexual a partir de diferentes intervalos de períodos anuais.

O primeiro deles é o que traz as porcentagens dos casos organizados no gráfico anterior, conforme podemos visualizar abaixo.

Gráfico 16. Processos por Intervalo de 3 Anos



O gráfico acima identifica a porcentagem de processos judiciais no intervalo de três anos. Percebe-se que nos últimos três anos ocorreu o ingresso na Justiça local de 41% dos casos judicializados ao longo dos 55 anos de observação e catalogação de casos e, de maneira mais precisa, pelo menos em relação aos últimos 30 anos, contando desde 1982, quando aparecem de maneira mais consistente os dados analisados.

Isto significa que de cada dez processos judiciais relativos à violência sexual contra crianças e adolescentes quatro ingressaram nos últimos três anos, e se fizermos a somatória dos casos que ingressaram a partir de 2007 até 2012, a proporção passa então a ser de 50,2% dos casos, ou seja, mais da metade da quantidade total de casos que ingressaram no FJCA sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes no período histórico analisado ocorreu apenas nos últimos seis anos, índice que revela o crescimento acelerado da judicialização destes casos, mas que não está necessariamente ligado com o aumento real dos mesmos no município, pois há outras variáveis, como o aumento da conscientização social para o problema, que precisam ser levadas em consideração nesta análise.

Os dados apontam também que se juntarmos as porcentagens relativas aos últimos doze anos (2001-2012), verifica-se a impressionante fatia de 82% dos casos judicializados no FJCA tratando da questão da violência sexual contra crianças e adolescentes. Isto é, de cada 10 processos oito foram iniciados nos últimos 12 anos, o que representa alto índice de

judicialização destes casos que não significa necessariamente aumento real dos casos de violência sexual, mas pode, de maneira complementar, indicar maior acesso à Justiça para este tipo de violência.

Os últimos dois gráficos comparativos destas processos judiciais no período histórico analisado fazem uma organização dos dados por décadas, quer dizer, com intervalos de 10 anos.

Gráfico 17. Evolução dos Processos por Década

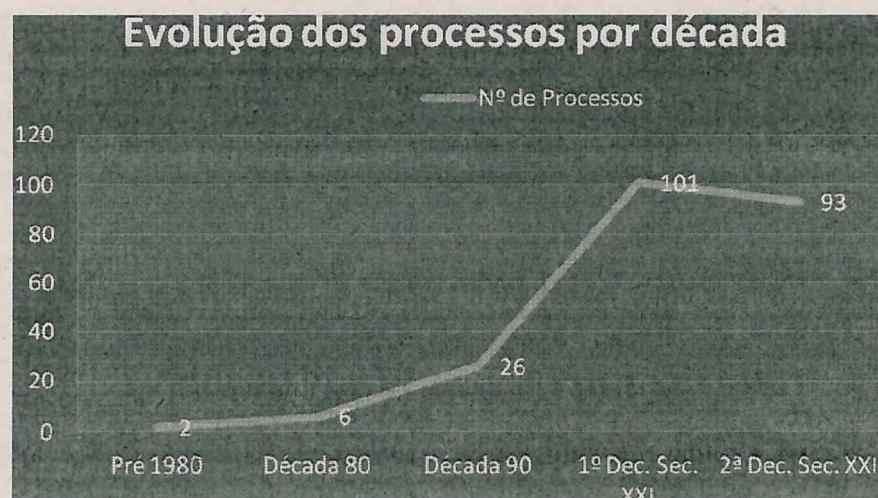
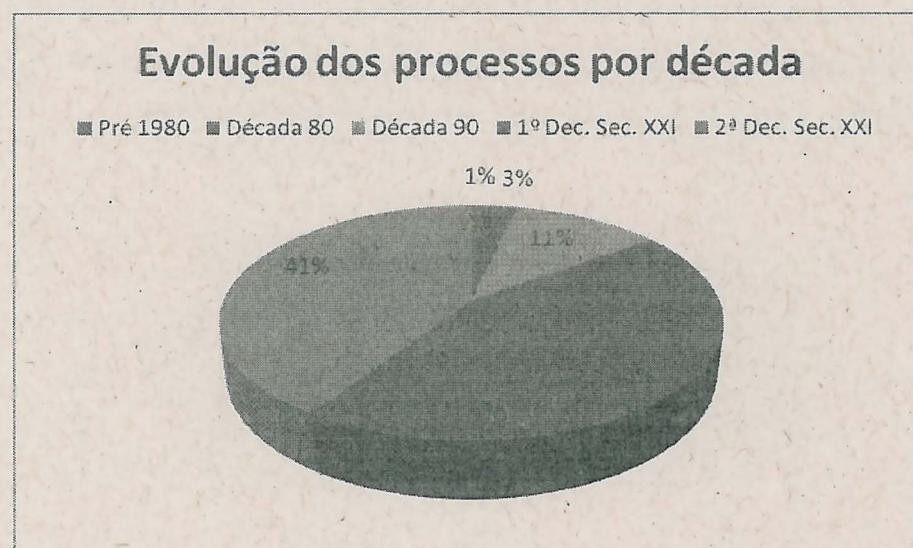


Gráfico 18. Evolução dos Processos por Década



No primeiro gráfico percebe-se nitidamente a escala evolutiva dos casos judicializados por década no FJCA. No âmbito desta pesquisa não faremos uma estimativa de crescimento para

a segunda década do século XXI devido aos complexos fatores que envolveriam a estipulação desta estimativa e a presença de um padrão de “ondas de crescimento” que trazem variáveis difíceis de serem estabelecidas numa equipe de pesquisa que não conta com matemáticos ou especialistas em Estatística. Apesar disto, a quantidade de casos judicializados apenas nos primeiros três anos desta segunda década do século XXI já representa 92% do total dos casos obtidos em toda a primeira década deste século, sendo bastante provável que o ritmo de crescimento, apesar das variações anuais, mantenha-se crescente numa análise comparativa por décadas e mais do que duplique as taxas obtidas na década anterior à atual.

Pelo gráfico das porcentagens percebe-se que o montante de casos judicializados na primeira década do século XXI representa quase a metade do total de casos catalogados, enquanto a somatória relativa à segunda década do século XXI abrange 41% dos casos identificados, isto, reitera-se, porque estamos falando apenas destes primeiros três anos desta segunda década.

5.8.2. Situação processual dos casos judicializados

O cenário da judicialização dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no FJCA apresenta certo sucesso na intensificação deste acesso à Justiça ao longo do período histórico sob análise. O Poder Judiciário é cada vez mais demandado a atuar na punição deste tipo de violência, sendo necessário entender justamente a forma como esta instituição vem atuando para dar resposta aos casos judicializados. Os gráficos abaixo apresentam a situação processual dos casos judicializados no FJCA.

Gráfico 19. Situação Processual I

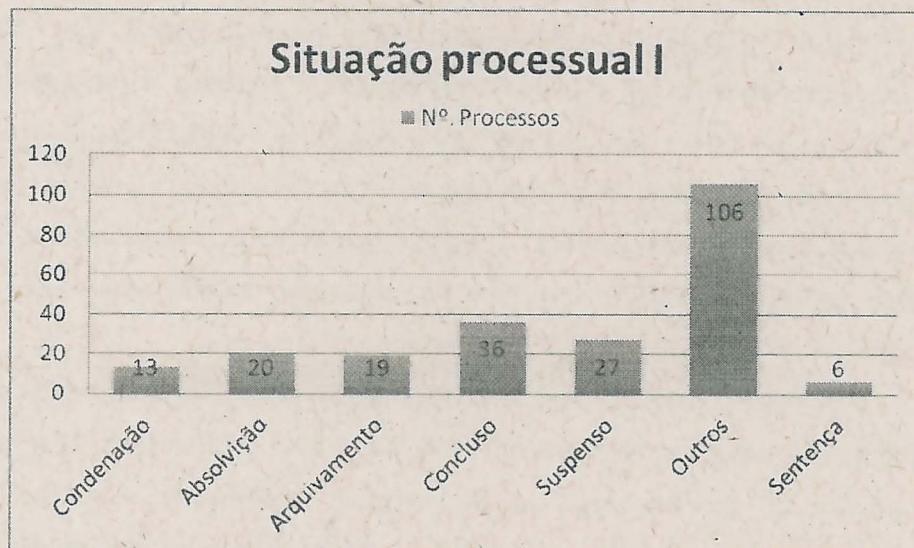
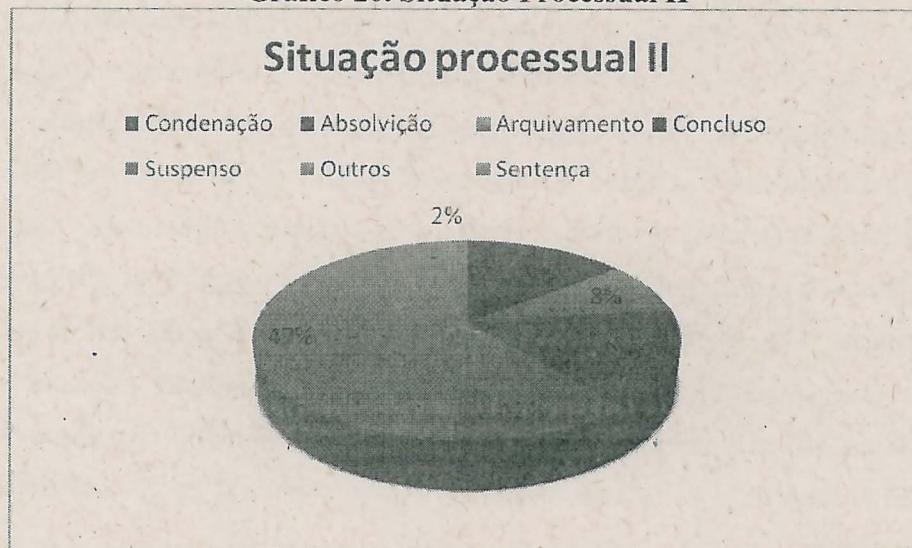


Gráfico 20. Situação Processual II



A organização da situação processual foi realizada de modo a privilegiar a percepção mais detalhada das sentenças classificadas por Nucci (2008) como de caráter condenatório – quando o juiz julga procedente a pretensão punitiva do Estado e fixa a sanção penal – e as de caráter declaratório – entendidas como aquelas em que há absolvição ou julga-se extinta a punibilidade. Há também as sentenças definidas como decisões definitivas (Nucci, 2008) que julgam o mérito do processo em sentido lato sem avaliar a procedência ou improcedência da imputação, e são categorizadas, na pesquisa, pelas sentenças de prescrição do prazo de pretensão punitiva do Estado, tipificadas nos gráficos como sendo as sentenças de arquivamento.

O termo “sentença” utilizado no gráfico diz respeito aos processos judiciais nos quais não foi possível identificar qual tipo de sentença foi dada para o caso, apesar de haver elementos que indiquem que ela ocorreu. A expressão “concluso” representa o momento em que todos os atos do processo judicial foram cumpridos e o juiz torna-se apto para julgar o mérito do caso e dar sua sentença. Por “suspenso” compreende-se a decisão tomada pelo juiz de decretar a suspensão do processo e do prazo prescricional, normalmente tomada quando o réu não responde a citação por edital e é considerado foragido ou em local incerto e não sabido.

Por último, em “outros” reúne-se uma série de decisões denominadas de interlocutórias e atos denominados de despachos (Nucci, 2008), dentre os quais a designação de audiência ou de vista para uma das partes, a determinação de juntada de provas, a decretação de prisão preventiva ou a decisão de remessa dos autos para o Ministério Público, dentre outros atos judiciais que não analisam as questões de mérito do processo.

Pois bem, depois da delimitação conceitual dos termos utilizados nos gráficos, vamos agora proceder a análise do conteúdo presente neles. A compreensão comparativa dos atos processuais permite identificar que o mais presente nos casos judicializados são as decisões interlocutórias e os despachos, definidas na pesquisa nos processos e verificação do relatório da 5^a Vara como representando um leque de atos que perpassam desde vistas de processos até decisões sobre a prisão preventiva de réu. Trata-se de 106 processos, quantidade que representa 47% do total das situações processuais encontradas nos processos judiciais, portanto, quase a metade da totalidade dos casos, o que indica a existência de uma grande quantidade de processos judiciais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes que ainda se encontram na fase de reunião de provas e inclusão de documentação pelos órgãos competentes.

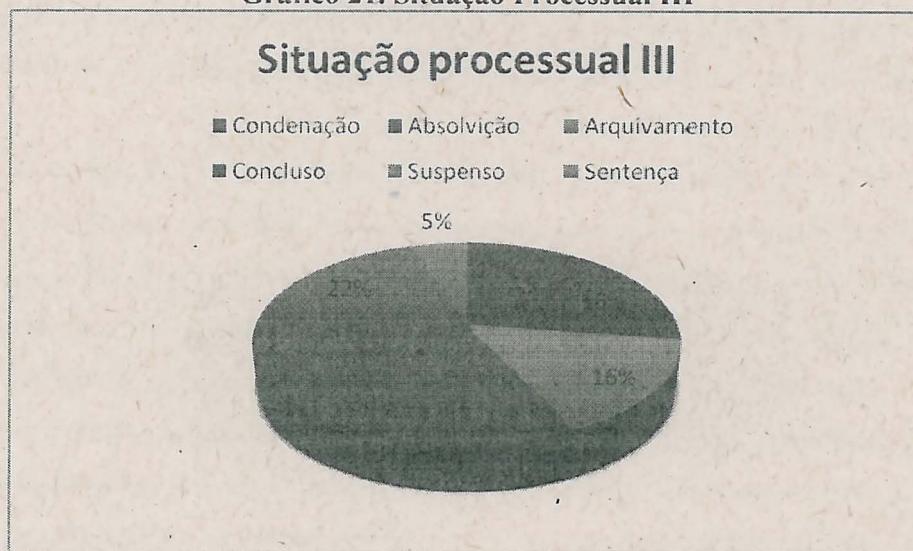
A quantidade de casos com condenação é relativamente pequena, de apenas 13 casos, gerando uma proporção percentual de 6% da totalidade dos casos. A quantidade de casos com sentença absolutória ou que remeteu ao arquivamento do pleito é bem maior do que aquela com sentença condenatória. Na definição em porcentagem, ambas ganham dos casos com condenação e se somadas dariam um percentual de 17%, representando quase três vezes mais do que a quantidade de condenações.

Com isto, quer-se dizer que em termos históricos os casos judicializados receberam maior quantidade de sentenças absolutórias e de decisões definitivas para arquivamento do que de condenação dos agressores. Mesmo que incorporemos os seis casos definidos como

“sentença” nos de condenação, ainda assim, em números absolutos a quantidade seria menor do que à presente individualmente nos casos de absolvição e de arquivamento.

Retirando, porém, os números relativos aos casos identificados como “outros” para deixar apenas as situações processuais mais relevantes para análise, o gráfico abaixo apresenta o resultado desta abordagem.

Gráfico 21. Situação Processual III



O importante deste gráfico é a visualização da quantidade relevante de casos que estão em situação de concluso para julgamento ou em suspensão. Aqui reside o principal gargalo das estratégias de punição dos agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Todos os casos identificados como suspensos assim o estão devido a fato de o réu estar foragido ou em local incerto e não sabido, e quantidade significativa dos casos indicados como concluso deve entrar em suspensão devido a este mesmo motivo.

Estas duas situações processuais representam 28% dos casos quando analisada a totalidade dos processos e 52% dos casos quando retiram-se os processos identificados por “outros”. Mesmo tomando as situações de suspensão de modo independente, tal quantidade de 27 casos é preocupante porque simboliza os limites do Poder Judiciário de garantir a punibilidade, ou ao menos, o rápido julgamento dos agressores.

Em todos os casos a estratégia dos agressores é a mesma: depois de realizada a conduta delitiva eles se evadem ou fogem para locais não sabido pelo juiz, pelos parentes de agressores e vítimas, ou pelo sistema informacional de busca de endereço de pessoas, e isto se agrava ainda mais porque em vários casos a identificação dos agressores nos autos dos

processos ocorre de maneira precária, não constando, muitas vezes, nem o nome completo, tampouco dados sobre o endereço de residência dele ou de seus parentes.

Apesar de a qualificação das partes poder ser feita durante toda a instrução processual, é na fase inquisitorial que é possível coletar a maior quantidade de dados pessoais das partes, visto que, por vezes, quando já na instrução do processo, muitas partes deixam de comparecer aos atos por se evadirem do distrito da culpa ou por não serem localizadas. Destarte, verifica-se que a colheita de informações pessoais das partes, em essencial do réu, no Inquérito Policial é fundamental para a completa instrução processual e regular julgamento do feito.

Por isto não ocorrer em muitos casos analisados, o juiz decreta a suspensão do processo judicial e, consequentemente, alguns atos importantes do processo, como a coleta de depoimentos e a determinação de obtenção de provas documentais são postergados, o que pode dificultar uma possível condenação dos agressores, depois de encontrados.

De certo, está a certeza do atraso na garantia da resposta pretendida pela vítima e seus familiares, além da impossibilidade do Poder Judiciário de realizar procedimentos eficazes de busca do réu foragido. Faz-se pesquisa em bancos de dados virtuais (INFOSEG e SIEL) para descobrir o endereço do réu ou de seus familiares, mas tal procedimento resulta, quase sempre, na não descoberta dos endereços ou apenas na descoberta de endereços de parentes que, ao serem interrogados, informam não saberem do paradeiro do réu.

A situação é, sem dúvida, uma das mais graves existentes no FJCA e a solução para ela não poderá ser exigida apenas do Poder Judiciário, pois, como se observou, é preciso também que os órgãos de polícia e o Conselho Tutelar, ao fazerem o registro inicial das denúncias, procedam a máxima caracterização dos agressores, principalmente quanto ao endereço de moradia. Por outro lado, a situação evoca a responsabilidade da rede de instituições parceiras da FJCA no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes de colocar em debate formas de solucionar a pendência.

5.8.3. Perfil das vítimas

Para a sistematização e análise do perfil de vítimas e agressores vamos trabalhar apenas com a quantidade de processos judiciais cujas informações foram coletadas no formulário padrão da pesquisa, correspondendo a 134 casos.

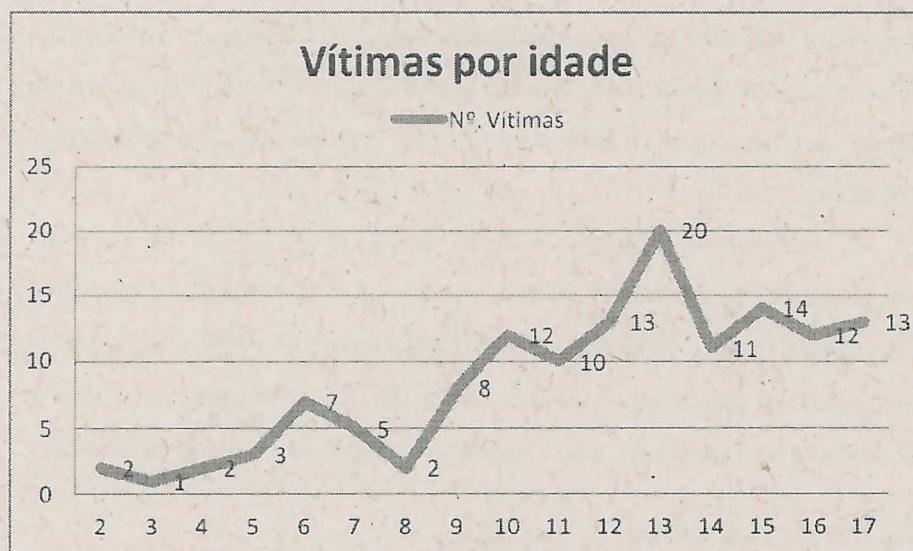
Os processos judiciais fichados pela equipe de pesquisadores do projeto revelaram a não definição das vítimas em alguns deles. De um total de 134 processos analisados em sete

não havia qualquer informação a respeito das vítimas. Isto se deve ao fato de estes processos serem, em sua maioria, pedidos de progressão penal ou de saída temporária em que não é necessária a identificação das vítimas da violência cometida pelo agressor, haja vista, nestes casos, o agressor já estar preso e com condenação judicial definitiva. O total de vítimas presentes nos processos analisados é de 152. Isto representa quantidade maior do que o número de processos, demonstrando a existência de múltiplas vítimas em muitos processos judiciais analisados.

5.8.3.1. Identificação da faixa etária das vítimas

Quanto à faixa etária, o perfil da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira abarca a quase totalidade das faixas etárias de identificação normativa do período da infância e a totalidade daquelas que demarcam a adolescência. O gráfico abaixo sistematiza os dados obtidos revelando a quantidade de vítimas em cada idade demarcadora deste grupo geracional.

Gráfico 22. Vítimas por Idade



O gráfico apresenta, em primeiro lugar, um total de 135 vítimas cuja identificação da idade foi possível. Logo, outras 17 vítimas não tinham dados relativos à idade. Apesar de esta informação ser considerada básica ou elementar para constar em um processo judicial, o que se percebe é que estas omissões são decorrentes do tipo de ação judicial que se está movendo, pois, como dito anteriormente, em ações de pedido de progressão penal, saída temporária, relaxamento de prisão, entre outras, não parece haver a preocupação de policiais,

advogados, promotores e juízes em incluir no processo dados identificadores das vítimas, dentre os quais a idade.

Os dados apresentam vítimas distribuídas pela quase totalidade das faixas etárias, reforçando a ideia de que a violência sexual é uma condição de violação de direitos humanos que afeta o conjunto geracional das crianças e dos adolescentes, sendo, portanto, um problema generalizado em termos de faixas etárias, porém com graduações importantes.

Pelo disposto no gráfico acima, constata-se a existência de proporcionalidade entre o aumento da idade e o aumento do número de casos. Entre os dois anos e os onze anos de idade há 52 vítimas, o que representa aproximadamente 34% do cômputo total das vítimas analisadas, enquanto que a partir dos 12 até os 17 anos a quantidade de vítimas é de 73, representando 54% dos casos; os demais 11% dos casos são relativos às 17 vítimas sem identificação de idade. Isto demonstra que o perfil majoritário das vítimas é de adolescentes com pico de incidência entre os 12 e os 15 anos de idade, período em que a média de vítimas é quase o dobro da média geral, ou seja, há uma distribuição média de 8,4 vítimas por idade no geral, mas no período etário crítico a média sobe para 14,5.

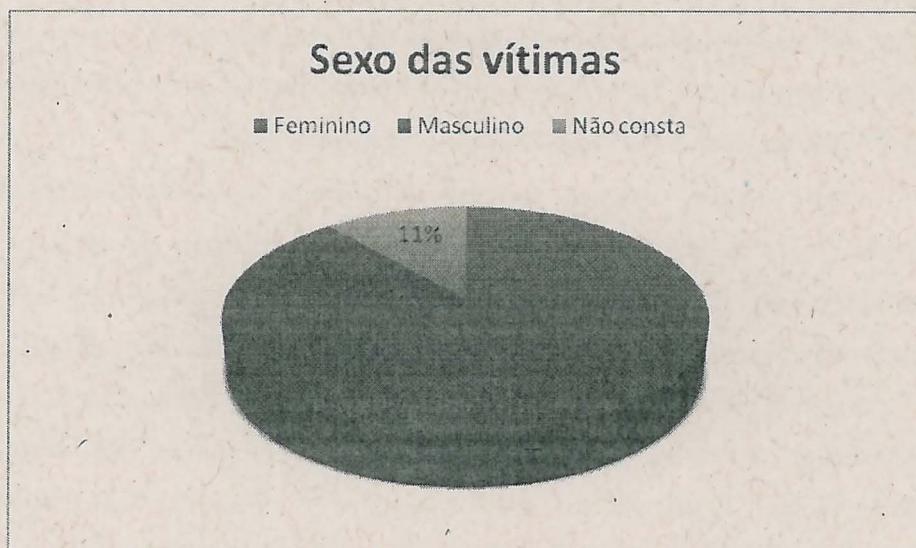
A escada evolutiva da quantidade de vítimas começa a crescer a partir dos 10 anos de idade, fator que não pode ser desconsiderado, pois implica reconhecer a vulnerabilização acima da média também de vítimas identificadas como crianças, apesar de, neste caso, tratar-se da fase final da infância e de um período de transição biopsicossocial para a adolescência.

É este desenvolvimento biopsicossocial da adolescência que parece justificar, em termos hipotéticos, certa preferência por vítimas desta identidade geracional. Outros fatores, mais adiante apresentados, também auxiliarão na elucubração das hipóteses do perfil das vítimas, mas é importante definir e identificar, neste momento, a maior vulnerabilização social de adolescentes para serem acometidos por atos de violência sexual.

5.8.3.2. Definição do sexo e raça/cor das vítimas

O segundo gráfico apresentado traz a sistematização de informações sobre o sexo das vítimas, procurando identificar, de maneira bem objetiva, a quantidade de vítimas masculinas e femininas.

Gráfico 23. Sexo das Vítimas



Os dados sobre o fator do sexo das vítimas apontam maior incidência entre crianças e adolescentes do sexo feminino, o que corrobora a literatura científica que aponta dados relativos a diferentes contextos sociais nacionais e internacionais em que as desigualdades sociais e o exercício de poder nas relações de gênero colocam a mulher (criança ou adulta) num grau maior de risco social para sofrer violência sexual em comparação com os dados das vítimas de sexo masculino.

A taxa de vítimas femininas é quase seis vezes maior do que a de vítimas masculinas. Em termos numéricos isso significa a existência de 115 vítimas do sexo feminino, 20 do sexo masculino e 17 vítimas sem identificação do sexo.

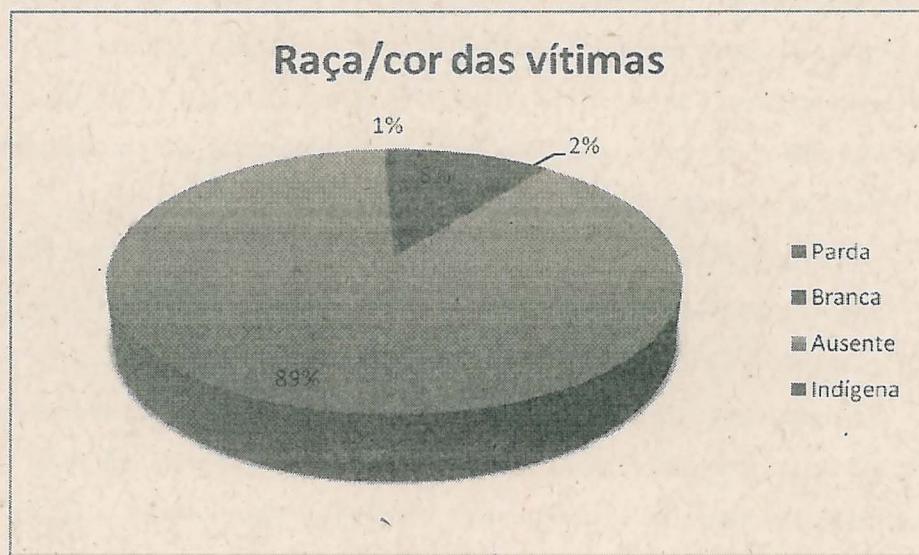
É importante, no entanto,ressaltar a taxa de meninos identificados nos processos judiciais como vítimas de violência sexual. Apesar de comparativamente menor do que a quantidade de vítimas do sexo feminino, a incidência destes números releva que a violência sexual acomete a ambos os sexos e precisa ser trabalhada nas políticas de enfrentamento da violência sexual, procurando garantir mecanismos de prevenção e atendimento também a este grupo.

Um quarto do número de meninos vítimas de violência sexual é proveniente das crianças identificadas como vítimas no caso dos meninos emasculados de Altamira, uma série de crimes bárbaros ocorridos neste município entre os anos de 1989 e 1993. Ainda assim, se fôssemos incluir todos os meninos na condição de vítimas que o Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense indica ser de fato a quantidade real do caso, 26

vítimas; então o cômputo total iria passar para 24% (41 vítimas), dobrando a taxa presente na pesquisa que leva em consideração apenas os casos judicializados. Verifica-se, desse modo, que só este caso há mais vítimas do sexo masculino – com base nos dados apresentados pelos movimentos sociais – do que a soma dos outros casos em que há vítimas do sexo masculino, numa relação de 26 e 15, respectivamente.

Outro aspecto ressaltado no perfil das vítimas é a caracterização da raça/cor. A proposta de discussão racial – e étnica, também, na medida em que as respostas a raça/cor permitem a obtenção de informações sobre a origem étnica das vítimas, sobretudo no caso dos povos indígenas – foi incluída no formulário de coleta dos dados dos processos judiciais para orientar a observação dos pesquisadores sobre a existência ou não de marcadores étnico-raciais nas várias identificações feitas sobre a vítima ao longo do processo (laudo pericial, Boletim de Ocorrência, termo de depoimento em audiência ao juiz, entre outros). O gráfico abaixo apresenta os resultados percentuais para esse fator.

Gráfico 24. Raça/Cor das Vítimas



Os resultados indicam a ausência generalizada de informações, nos processos judiciais analisados, sobre a raça/cor da vítima. O percentual de 89% corresponde à quantidade de 135 vítimas de um total de 152. A segunda opção mais presente é a de vítimas identificadas de cor parda, com 13 ocorrências e correspondente a 8% dos casos. A cor branca, com três ocorrências, fica em terceiro lugar, com aproximadamente 2%. E, por último, a identificação de um único caso de vítima indígena, do povo Xipaia, que acaba alcançar o percentual de 1%. Esta vítima indígena é um dos meninos emasculados.

Deve-se problematizar a ausência dos dados referentes à raça/cor no sentido de entender porque as caracterizações étnico-raciais das vítimas não aparecem na maioria dos processos judiciais, e mesmo nos documentos nos quais a referência à raça/cor é expressamente exigida, como nos laudos periciais. A ausência remete, necessariamente, a uma negação da inserção da pauta étnico-racial no conjunto de elementos caracterizadores das vítimas e das possibilidades de elaboração de perfis comparativos que dimensionem a situação de vulnerabilização étnico-racial.

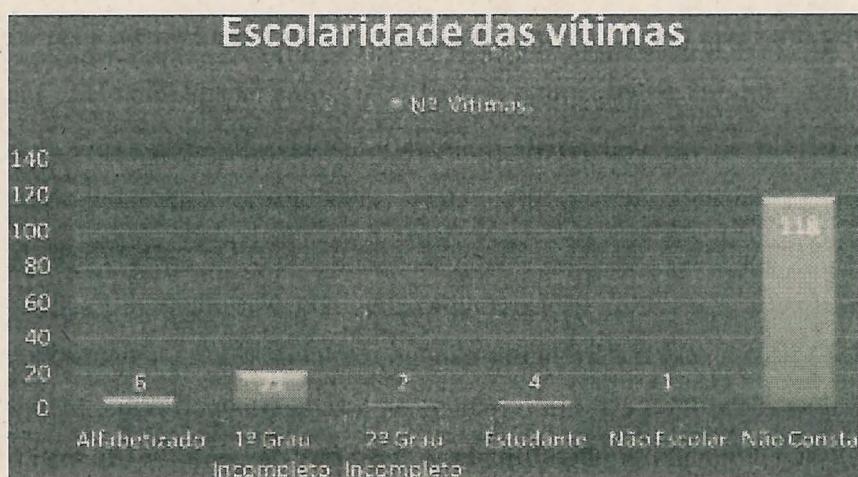
A presença do termo *pardo* também não ajuda na compreensão da questão étnico-racial, pois na verdade, o pardo é um referencial de miscigenação identitária que remete à ideia da mestiçagem e, com isso, de estratégia de redução da importância da discussão racial ao assimilar as diversas identidades existentes, sobretudo à identidade negra, numa identidade homogeneizante (o pardo), isto acaba “apagando” a pluralidade étnico-racial pela disposição de uma conformação de raça/cor que tende à uniculturalidade, colocando-se na contramão das atuais discussões teóricas e censitárias que abordam a valorização racial.

A baixa quantidade de vítimas identificadas como brancas é limitadora de uma análise mais coerente e consistente com o que apresenta a realidade social dos fatos. Por outro lado, a presença do marcador indígena, numa região tão densamente povoadas por povos indígenas, nas aldeias e também nas cidades, permite colocar em discussão o desafio de identificar “se” e “como” ocorrem casos de violência sexual contra crianças e adolescentes entre povos indígenas, mas isto já é tarefa que transcende os objetivos desta pesquisa.

5.8.3.3. Escolaridade das vítimas

O aspecto da escolaridade das vítimas também fazia parte dos dados a serem obtidos nos processos judiciais. O gráfico abaixo apresenta a sistematização das informações coletadas para esse fator.

Gráfico 25. Escolaridade das Vítimas



Assim como na análise dos dados sobre raça/cor, aqui também percebemos alto índice de processos judiciais em que a informação sobre a escolaridade está ausente, dificultando a identificação de padrões comparativos de vulnerabilidade. A falta destas informações também prejudica a percepção do quadro de acesso aos serviços educacionais pelas vítimas e da comparação entre suas idades e o ano escolar em que estão para saber se há desfasagem no percurso educacional e, numa pesquisa futura, de cunho mais qualitativo, identificar de que forma a violência sexual sofrida tem afetado o desenvolvimento educacional das vítimas.

As 118 vítimas que não possuem caracterização sobre escolaridade nos processos judiciais representam 77,6% do total. O segundo grupo mais presente é o das vítimas com 1º grau incompleto, com 21 ocorrências e percentual de 13,8% do total. A expressão “1º grau incompleto” foi mantida de acordo com a identificação encontrada nos próprios dados escritos nos processos judiciais, sendo que em apenas dois casos havia a definição da série/ano específico da vítima: uma criança de nove anos que cursava a 5ª série do ensino fundamental e outra de 10 anos que cursava o 5º ano do ensino fundamental, ambas, portanto, não apresentam distorção entre a idade e o ano escolar ideal. As outras 19 vítimas identificadas com 1º grau incompleto situam-se na faixa etária dos 6 aos 15 anos de idade, o que, novamente, não caracterizaria, de modo geral, a desfasagem ou retenção no percurso educacional, mas esta afirmação precisaria de dados mais precisos para ser comprovada.

Da mesma forma situam-se as vítimas identificadas como cursando o 2º grau, num total de dois, que representa 1% das vítimas. Porém, aqui se percebe uma diferença de idade

bem grande entre cada uma delas, pois uma é definida como cursando o 1º ano do ensino médio e com idade de 13 anos, a outra é generalizada na categoria de 2º grau incompleto, mas tem 17 anos.

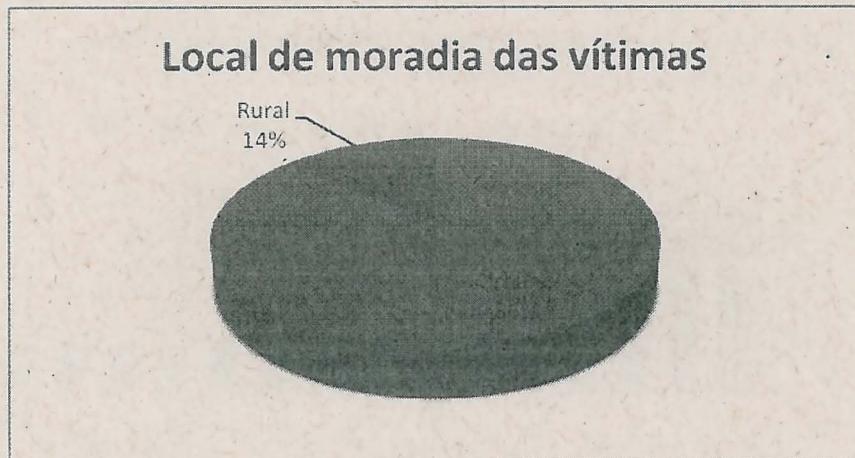
Uma quarta categoria identificada, e de grande complexidade na sua análise, é a das vítimas alfabetizadas. Todas as seis vítimas identificadas nesta categoria de escolaridade possuem entre 15 e 17 anos, o que significaria o uso desta categoria para informar tratar-se de pessoas que passaram pouco tempo na educação escolar e que só possuem o domínio básico da leitura e da escrita. Se for isto, então estes dados reforçariam ainda mais a importância de se obter informações complementares sobre as 118 vítimas sem identificação da escolaridade, pois poderia sinalizar um quadro ainda maior de vítimas que foram apenas alfabetizadas.

A categoria estudante possui as mesmas críticas sobre indefinição já definidas para as demais categorias de escolaridade, tal como são registradas nos processos judiciais. Ela não permite a especificação caso a caso. No mais, as vítimas assim identificadas perpassam uma faixa etária de 8 a 17 anos.

5.8.3.4. Local de moradia das vítimas

O último aspecto a ser analisado para definição do perfil das vítimas de violência sexual presente nos processos judiciais é a dos bairros ou comunidades de moradia. O gráfico abaixo traz uma primeira sistematização pensada para definir a distribuição da moradia entre área urbana e rural do município.

Gráfico 26. Local de Moradia das Vítimas



Percebe-se que a porcentagem de vítimas residentes na área urbana é seis vezes maior, em termos proporcionais, do que daquelas residentes na área rural. Em números absolutos, significa 94 vítimas residentes em bairros da cidade e 15 vítimas moradoras de comunidades rurais do município de Altamira. Outros 43 casos não continham informações sobre bairro/comunidade de residência das vítimas.

Há de se ponderar, no entanto, duas questões. A primeira é que o local de moradia da vítima não necessariamente representa aquele onde ela foi violentada sexualmente. A segunda questão diz respeito à dimensão territorial do município – o segundo maior município do mundo –, que traz consequências diretas à possibilidade de as pessoas residentes em comunidades rurais acionarem a Justiça ou a Polícia para a denúncia de casos de violência sexual. E isto é tão mais difícil quanto mais distante fica a comunidade do centro urbano de Altamira e quanto mais antigos são os processos judiciais analisados, devido aos avanços tecnológicos (de transporte e de informação) e à própria ampliação da rede educacional terem contribuído para uma maior conscientização das pessoas a respeito deste tipo de violência.

Logo, os dados obtidos nos processos judiciais analisados podem indicar que os crimes sexuais contra crianças e adolescentes em Altamira ocorrem mais com vítimas moradoras da cidade, mas também pode sinalizar que estas foram as vítimas que tiveram a possibilidade de acessar o Poder Judiciário, por diversas circunstâncias, dentre elas as que expusemos no parágrafo anterior.

A análise mais detalhada da distribuição das vítimas residentes no espaço urbano do município foi sistematizada no quadro abaixo, trazendo a variação por bairro, de maneira decrescente.

Gráfico 27. Bairros de Moradia das Vítimas



Os dados demonstram que todas as regiões da cidade estão representadas nesta sistematização, apontando um total de 94 registros de locais de moradia das vítimas de violência sexual. No item “Outros” foram reunidos e somados conjuntamente os bairros que possuem menos de três vítimas, segundo verificação nos processos judiciais.

Os bairros com maior índice de vítimas de violência sexual localizados nos processos são circunvizinhos e representam alguns dos locais com maior densidade populacional da cidade. Trata-se, portanto, de quatro bairros que se integram numa delimitação territorial que precisa de dados qualitativos mais específicos para que se entendam os motivos da maior incidência nestes locais.

O bairro Brasília é o que apresenta a maior quantidade de vítimas. Esse foi, durante muito tempo, um bairro considerado periférico e de dimensões bem maiores do que o seu tamanho atual, sendo, com o tempo, fragmentado para dar lugar a novos bairros. O contingente numérico do bairro Brasília pode, portanto, ser justificado pela sua dimensão territorial e pelo fato de tratar-se de bairro habitado por pessoas de classes baixas e com históricos problemas com a violência.

O segundo bairro com maior incidência de moradia das vítimas de violência sexual, Sudam I, também é reconhecido como bairro de periferia, o que poderia justificar o maior índice de moradia de vítimas de violência sexual. No entanto, na atualidade, e devido ao aumento populacional decorrente da construção da UHE Belo Monte, cada vez mais os bairros Brasília e SUDAM I vão se tornando parte do eixo central da geografia urbana de Altamira, pois vários bairros têm surgido, por conta de novos loteamentos e ocupações espontâneas, e diversos órgãos públicos e empresas passam a se instalar nestes bairros.

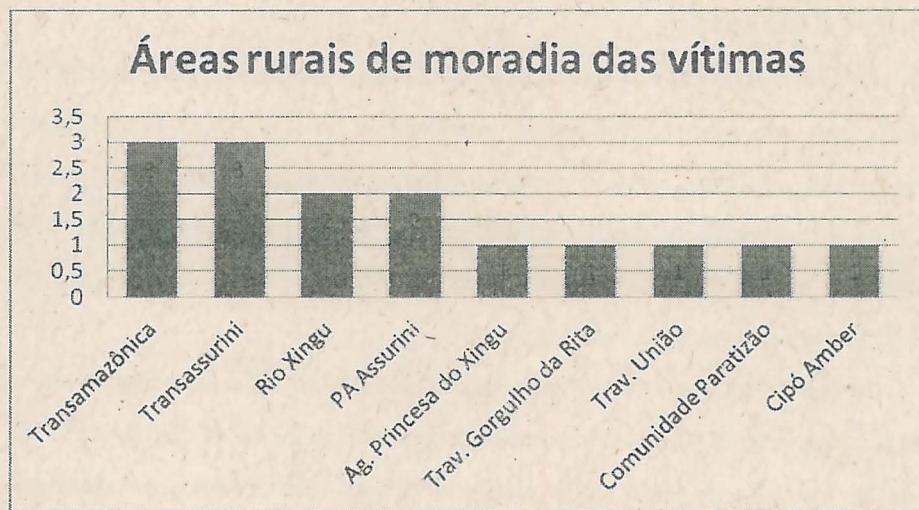
Porém, pode-se dizer que em termos de formação histórica da cidade de Altamira, e para efeitos comparativos nesta pesquisa, os bairros Brasilia e SUDAM I eram (e ainda são, até certo ponto) habitados por classes populares e carentes em serviços públicos. Já os bairros Premem e Centro são bairros localizados na área central da cidade e, portanto, habitados por famílias de classe média e alta. A correspondência destes bairros na terceira e quarta posição, entre aqueles que são residência das vítimas, coloca em questionamento a própria ideia de que as vítimas habitariam mais os bairros periféricos.

Considerando que o bairro Uirapuru, outro da área central, também aparece na lista apresentada no gráfico acima, é possível dizer que os bairros centrais da cidade de Altamira possuem contingente significativo, para os padrões traçados pela pesquisa, de moradia de vítimas de violência sexual identificadas nos processos judiciais, mas é fato, também, que a quantidade de bairros periféricos presentes na lista é maior do que de bairros centrais.

Cabe informar, ainda, quanto aos quatro bairros identificados e analisados, que a soma de seus números absolutos revela que estes bairros aglutinam 40% do total de vítimas com lugar de moradia identificado, ou seja, 38 vítimas de um total de 94. Quase metade, portanto, das vítimas residiriam num destes quatro bairros, o que não quer dizer que os atos de violência sejam cometidos nos mesmos.

No âmbito das áreas rurais, o gráfico abaixo sistematiza os dados obtidos pela pesquisa.

Gráfico 28. Áreas Rurais de Moradia das Vítimas



Utilizamos a literalidade das referências de localização de moradias identificadas nos processos judiciais para compor a sistematização das 15 vítimas. No aspecto geral, as definições poderiam ser agrupadas em apenas três categorias (Rodovia Transamazônica, Rodovia Transassurini e Rio Xingu), mas entendemos que a dimensão das comunidades é comparada a dos bairros na cidade e, por isso, não poderíamos deixar de citá-las.

5.8.4. Perfil dos agressores

Na catalogação dos processos judiciais do FJCA contendo casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, de 134 processos analisados, em dois não havia qualquer informação a respeito dos agressores, o que representa quantidade abaixo daquela encontrada para as vítimas. O total de agressores presentes nos processos analisados é de 151, número também próximo do encontrado para as vítimas (152). Novamente, isto representa quantidade maior de agressores do que o número de processos, o que demonstra a existência de múltiplos agressores em alguns processos judiciais analisados.

5.8.4.1. Identificação da faixa etária dos agressores

A compreensão da faixa etária dos agressores identificados nos processos judiciais leva em conta amplitude bem maior de período etário em relação ao existente para as vítimas. Tal situação, perfeitamente presumível, possibilita o estabelecimento de um leque maior de arranjo dos critérios para estabelecimento dos gráficos analíticos, utilizando, conforme demonstramos abaixo, dois referenciais para a composição dos gráficos: percepção individual das idades e identificação dos agressores por intervalo de cinco anos.

Gráfico 29. Idade do Agressor



Dos 151 agressores identificados, apenas em 128 casos havia dados informando a idade, representando 84,7% do total de agressores, sendo que para outros 23 agressores não havia este tipo de informação.

O gráfico acima revela, em primeiro lugar, a dimensão etária dos agressores definida entre os 17 e os 77 anos de idade. Trata-se de período de idade bem amplo e comprovador da existência de violência sexual contra criança ou adolescente cometida por pessoas de diferentes idades, com incidência maior entre os 20 e 58 anos, mas constata-se a presença, em menor escala, de autores identificados como adolescentes e de pessoas idosas (acima de 60 anos).

A idade com maior número de agressores identificados é de 23 anos (oito agressores), seguida pela idade de 21 anos (sete agressores) e em terceiro lugar a idade de 38 anos (seis agressores); em quarto lugar aparecem empatadas as idades de 20, 30 e 36 anos (cada uma com cinco agressores).

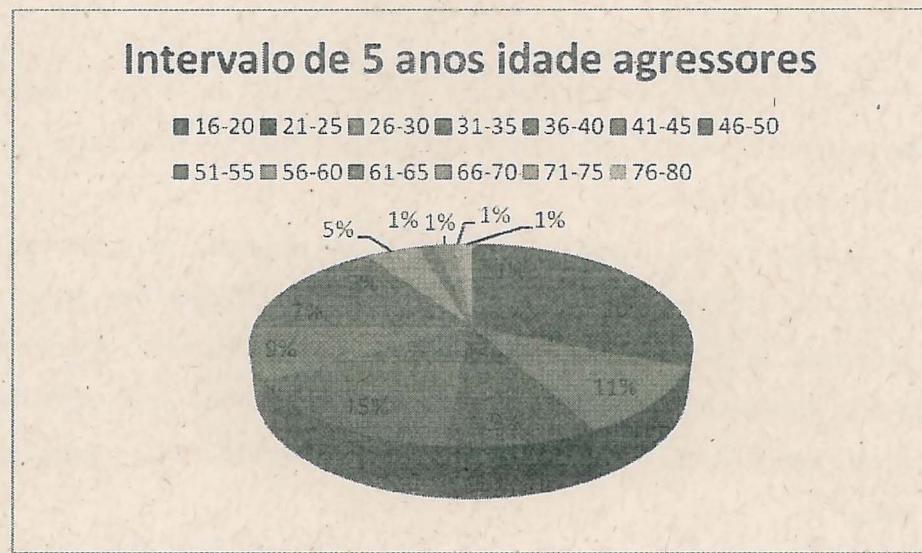
Os dados apresentados indicam uma não linearidade ou regularidade entre os períodos etários, com identificação de variação entre idades próximas.

Pela variação gráfica, percebemos também os picos de agressores entre o intervalo de 20 a 23 anos e de 35 a 38 anos, representando grupos etários com maior quantidade de agressores, mas isto é mais bem visualizado quando definimos gráfico com intervalo de cinco anos.

Gráfico 30. Idade dos Agressores por Intervalo de 5 Anos



Gráfico 31. Idade dos Agressores por Intervalo de 5 Anos



Pelos gráficos apresentados é possível identificarmos a presença de maior quantidade de agressores no intervalo etário dos 21 aos 25 anos, com 26 agressores, representando 20%

do número total de agressores. Em segundo lugar, aparece o período etário dos 36 aos 40 anos, com 19 agressores e 15% do total de agressores. Logo, estes dois segmentos etários somados representam 35% da quantidade de agressores em que foi possível a identificação da idade, ou seja, de cada 10 agressores cerca de 3,5 deles vêm de uma destas duas faixas etárias, indicando também tratar-se de mais de um terço dos agressores.

Entre os 16 e os 20 anos, e entre os 26 e os 30 anos, há a demarcação de um segundo conjunto de agressores, ambos com 14 agressores e 11% do total. Aqui configuram-se grupos etários com menor quantidade de agressores do que os anteriormente analisados, mas com indicadores importantes de serem apreciados no planejamento das políticas de enfrentamento da violência sexual. Se somados estes dois grupos etários com os analisados acima, percebe-se que eles representam 57% da quantidade total de agressores (73 agressores em números absolutos).

5.8.4.2. Definição do sexo e raça/cor dos agressores

A definição do sexo dos agressores é dominada pelo sexo masculino, corroborando a literatura científica a respeito do tema. Dos 151 agressores, nada menos de 136 são homens e apenas seis são mulheres, ainda existindo nove agressores sem identificação do sexo. A apresentação em porcentagem destes resultados pode ser observada no gráfico a seguir.

Gráfico 32. Sexo dos Aggressores



Os dados reforçam a hegemonia masculina no quadro de agressores de violência sexual contra crianças e adolescentes, representando 90% do total de agressores. A lógica da

predominância de agressores masculinos e, no âmbito do perfil das vítimas analisado anteriormente, de maioria de vítimas do sexo feminino, reitera o enfoque das relações de poder desiguais existentes nas relações de gênero, indicando, novamente, ser este marcador importante para que se possa consubstanciar a vulnerabilização social das mulheres no aspecto da violência sexual contra crianças e adolescentes.

No entanto, os dados também apontam a existência de fatia mínima de seis mulheres identificadas como agressoras sexuais. Interessante notar o fato de quatro destas seis mulheres estarem envolvidas em casos relativos à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

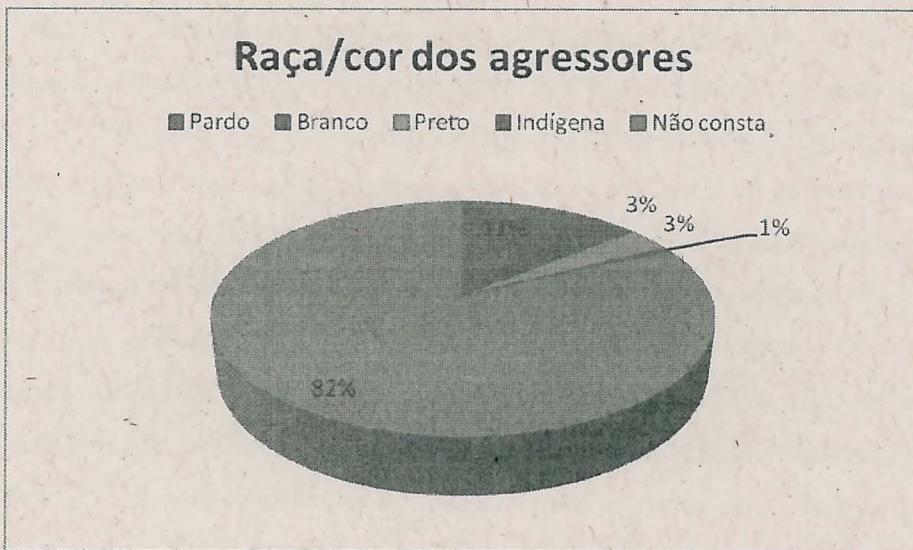
Tal informação, quando contextualizada no quadro geral dos casos judicializados deste tipo de violência sexual, da ordem de 18, possibilita a constatação de que a maior parte das mulheres identificadas como agressoras estão envolvidas com o tipo de violência sexual menos judicializada (em comparação com o abuso sexual) no FJCA, inclusive os únicos casos de casa de prostituição e casa de espetáculos para fins sexuais existentes entre todos os processos judiciais analisados têm a identificação de mulheres como donas dos locais.

Outro aspecto importante de ser analisado com os dados dos agressores e em termos comparativos com os dados das vítimas é a identificação raça/cor. Num primeiro momento da análise dos dados dos agressores, o fato que mais surpreende é a gama de identificadores raciais relacionados à aparência física existentes nos processos: pardo, branco, loiro, moreno, preto, clara, claro, negro e indígena.

Portanto, tem-se nove caracterizações da raça/cor dos agressores ligados à percepção da aparência e formuladas enquanto caracterização racial dos sujeitos. Não consta nos dados obtidos nos processos judiciais se estas definições foram de auto-identificação ou alter-identificação racial, em todo caso é mais provável que tenha sido a segunda opção, devido ao procedimento de elaboração dos documentos policiais e periciais.

As nove definições foram agrupadas nas cinco definições oficiais do IBGE (branco, amarelo, pardo, preto e indígena), gerando o seguinte gráfico.

Gráfico 33. Raça/Cor dos Agressores



Do total de 151 agressores identificados, em 124 não consta nenhuma referência de raça/cor, representando, assim como para o perfil das vítimas, a maioria dos sujeitos catalogados. No entanto, enquanto no perfil das vítimas esta ausência representa 89% dos casos, aqui a dimensão é um pouco menor, da ordem de 82%.

Ainda assim, toda crítica feita na análise da ausência de dados sobre a raça/cor das vítimas é válida para a compreensão da ausência de dados para os agressores sexuais. A ideia da desracialização do debate sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e as consequências negativas para a melhor compreensão da dinâmica social de constituição e reprodução deste tipo de violação de direitos fundamentam os argumentos críticos aos limites impostos pelos dados obtidos nos processos judiciais.

Novamente, assim como no perfil das vítimas, no dos agressores o pardo aparece como a opção de identificação étnico-racial mais presente, com 16 casos em números absolutos e 11% do total, aqui englobando também o moreno. Apesar de esta ser uma categoria oficial de identificação étnico-racial, sua presença não contribui para a compreensão mais aprofundada da questão, devido representar a ideia da miscigenação racial, remetendo à concepção de mestiçagem e de redução da importância da discussão étnico-racial, conforme também já exposto na análise do perfil das vítimas.

Porém, ao contrário da situação analisada para o perfil das vítimas, aqui a questão étnico-racial não está prejudicada em sua totalidade, haja vista a presença de diversos marcadores étnico-raciais que possibilitam o estabelecimento da compreensão, de maneira não conclusiva, da existência de crimes em igual proporção entre agressores brancos e

pretos, com cada um possuindo cinco casos e 3% do total. Evidentemente, esta afirmação é feita numa perspectiva relativista, pois o conjunto de dados obtidos não permite aprofundamento analítico que corrobore de maneira mais veemente a posição assumida, apenas propõe potencial indicativo de perfil étnico-racial dos agressores.

Por fim, há identificação de um agressor indígena do povo Juruna, residente, segundo consta nos dados processuais, na cidade de Altamira, qualificado como um dos dois autores do crime de atentado violento ao pudor (artigo 214 do CPB) contra quatro crianças.

Por representar apenas 1% dos agressores identificados, na mesma proporção presente entre as vítimas indígenas de violência sexual, pode indicar a pouca existência de casos de violência sexual no contexto dos povos indígenas, mas também pode indicar a falta de pesquisas e de interesse científico pela compreensão de “se” e “como” ocorre esta questão entre povos indígenas.

5.8.4.3. Tipo de vínculo dos agressores com as vítimas

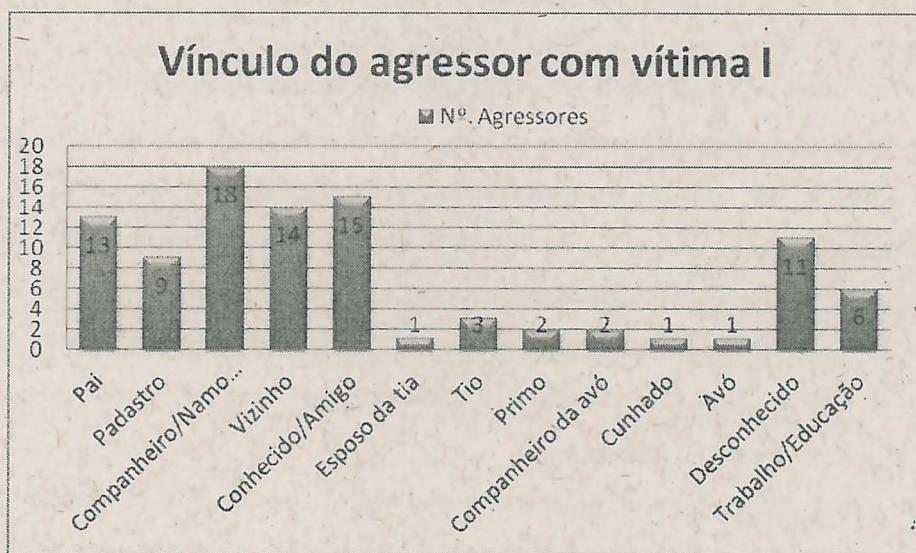
A identificação do tipo de vínculo existente entre agressores e vítima é informação importante para tomarmos conhecimento do grau de parentesco e de como isto influencia na ocorrência da violência sexual.

Do total de 151 agressores, em 55 deles não havia nenhuma referência a este tipo de informação, representando 37% do total de agressores. Este percentual de ausência de dados é maior do que o existente na pesquisa de Willians (2011) nos processos judiciais do Fórum de Justiça da Comarca de São Carlos/SP, cujo registro de ausência destes dados dos documentos oficiais foi da ordem de 24,3%.

Pode-se argumentar que a ausência deste dado nos processos judiciais torna-se obstáculo para a compreensão e a avaliação do juiz sobre a realidade fática dos casos judicializados, sobretudo na apreciação das relações existentes entre agressor e vítima.

Em todo caso, está-se diante de uma das principais questões que envolvem a definição do perfil dos agressores e também das vítimas; os dados apurados e sistematizados dos 96 agressores restantes gerou o gráfico disponibilizado abaixo.

Gráfico 34. Vínculo do Agressor com a Vítima I



Os dados apontam para a domínio de vínculos familiares ou de amizade entre agressor e vítima. O predomínio em números absolutos dos vínculos em que o agressor é identificado como companheiro ou namorado da vítima, com 18 casos no total, aponta para uma situação ambígua e não totalmente explorada no âmbito desta pesquisa: a repercussão deste tipo de acusação justificada ora pela acusação dos pais da vítima (ou da vítima, em poucos casos) de que o sujeito que mantinha relações amorosas com a menina não possui o “consenso” dos pais, daí originando acusações de estupro (quando constatava-se que a mulher perdeu a virgindade nesta relação amorosa), ou de sedução (quando apenas se identificava a existência de relações afetivas sem conjunção carnal); ora pela afirmação do próprio agressor de que sua relação com a vítima era de companheiro ou namorado, procurando apresentar, para substanciar a argumentação, narrativas reveladoras da trajetória de convívio afetivo e da existência de fatos que identificam os sentimentos recíprocos de amor, carinho e/ou paixão.

Este modelo explicativo dos vínculos de companheiro/namorado do agressor com a vítima não abrange a totalidade dos casos e tampouco pode ser mais aprofundado em termos analíticos devido ao fato de esta pesquisa não ter a intenção de detalhar os conteúdos de mérito presentes nos processos judiciais, tais como os depoimentos de vítimas, agressores e testemunhas, porém foi constatado, durante a procura de dados nos processos sobre o tipo de vínculo, que uma quantidade significativa dos agressores que eram identificados como companheiros ou namorados tinham por orientação lógica desta identificação o modelo apresentado acima, ao qual certamente é necessário incluir teorizações a respeito das

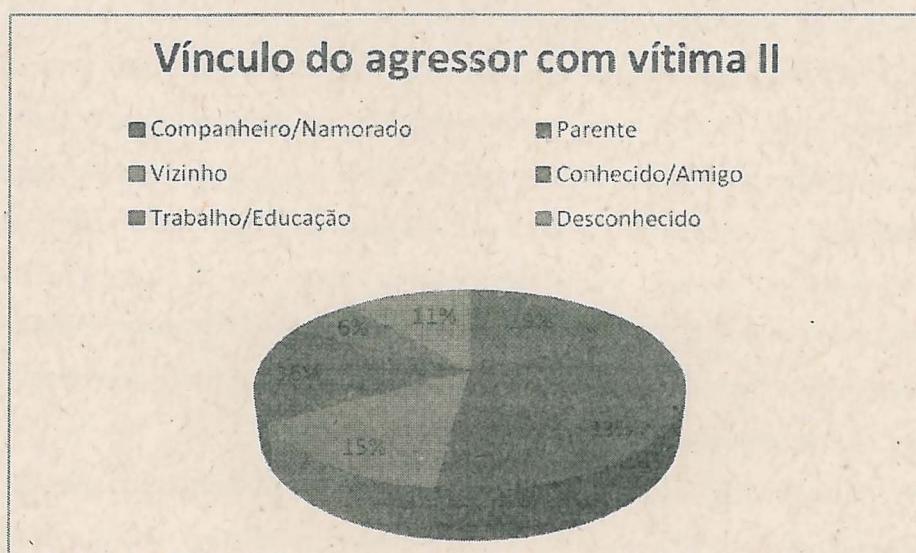
relações de gênero e das representações culturais sobre sexualidade para aprofundar a análise.

É importante também problematizar que os casos que envolvem agressores com vínculos de vizinhos, conhecidos e amigos da vítima ou da família são maiores, em números absolutos, do que os agressores padrastos e pais das vítimas. Devido a maioria dos casos judicializados no FJCA ser de crimes identificados como abusos sexuais, em contraste aos poucos casos classificados como exploração sexual comercial, surpreende o fato de haver número maior de casos destes agressores que podem ser tipificados como extrafamiliares do que os que a literatura científica tradicionalmente aponta como os mais incidentes, justamente os pais e/ou padrastos.

Para sistematizar de maneira mais elucidativa o gráfico apresentado acima foi proposta a reunião dos diversos parentes de primeiro e segundo graus identificados como agressores sexuais na categoria de “parentes”, deixando fora desta apenas o grupo de agressores companheiro/namorado devido ter uma incidência própria na análise dos dados.

Vejamos, para tanto, o gráfico abaixo.

Gráfico 35. Vínculo do Agressor com a Vítima II



Uma primeira observação a respeito deste gráfico é que ele demonstra a existência de relações afetivas, familiares ou conjugais entre agressores e vítimas em 89% dos casos nos quais o tipo de vínculo foi identificado, logo, na maioria dos casos a vítima conhece o agressor, existindo entre eles relação de parentesco ou confiança. Isto significa, por outro lado, que apenas 11% destes atos de violência sexual foram perpetrados por sujeitos

desconhecidos das vítimas, ou seja, de cada 10 agressores nove eram conhecidos das vítimas e apenas um desconhecido.

Outra questão importante revelada pelo gráfico acima é que quando reunidos os agressores parentes das vítimas (pais, padrastos, esposo da tia, tio, companheiro da avó, cunhado e avô) numa única categoria de “parente”, este grupo torna-se o maior dentre os agressores identificados, correspondendo a mais de um terço do conjunto de agressores, ou seja, de cada três agressores um é membro da família da vítima – em números absolutos isso corresponde a 32 sujeitos. Ainda assim, a porcentagem de agressores com vínculo de companheiro, amigo ou conhecido, da ordem de 31%, é bem próxima da que reúne o conjunto de familiares, demonstrando, novamente, a importância destas categorias para o entendimento da violência sexual contra crianças e adolescentes no FJCA.

Uma última questão a ser analisada é relativa à categoria de agressores com vínculos laborais ou educacionais. Trata-se das violências sexuais cometidas em função das relações empregatícias e daquelas desenvolvidas no âmbito escolar. Apesar da pouca incidência deste tipo de vínculo, presente em apenas 6% do total dos agressores, constitui-se num grupo heterogêneo de vínculos importantes de serem individualizados: patroa da vítima (identificado no único caso de rufianismo); filho da patroa da mãe da vítima (entendendo que a mãe da vítima era doméstica na casa deste agressor); colega de trabalho dos pais da vítima; professor da vítima; pai da amiga da escola da vítima; prestador de serviço na casa da vítima.

5.8.4.4. Estado civil dos agressores

O estado civil é atributo de personalidade que qualifica a pessoa perante a sociedade. Dentro os agressores sexuais, o estado civil foi encontrado em 114 dos 151 sujeitos identificados durante a pesquisa, representando porcentagem de 75%. Isto faz com que, na outra ponta, haja 37 agressores sem a definição deste tipo de informação.¹³

De início, percebemos uma variedade de expressões presentes nos processos judiciais para identificar as situações de vínculo conjugal definidas legalmente por união estável,

¹³ Para a caracterização das diferentes modalidades de estado civil foi utilizada a conceituação de Dias assim disposta: “solteiro é quem nunca casou, e casado é aquele que contraiu núpcias e se mantém na relação marital. Separado judicialmente é aquele cujo vínculo de casamento se mantém apesar de a sociedade conjugal estar rompida, e o divorciado teve o vínculo conjugal dissolvido. O viúvo perdeu a condição de casado em decorrência do falecimento do cônjuge.” (2007: 153) Em relação à união estável não há uma caracterização ou conceituação única, preferindo-se remeter ao disposto no Código Civil Brasileiro, de 2002, que apenas indica as características que este tipo de entidade familiar precisa conter para assim ser classificada: convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família.

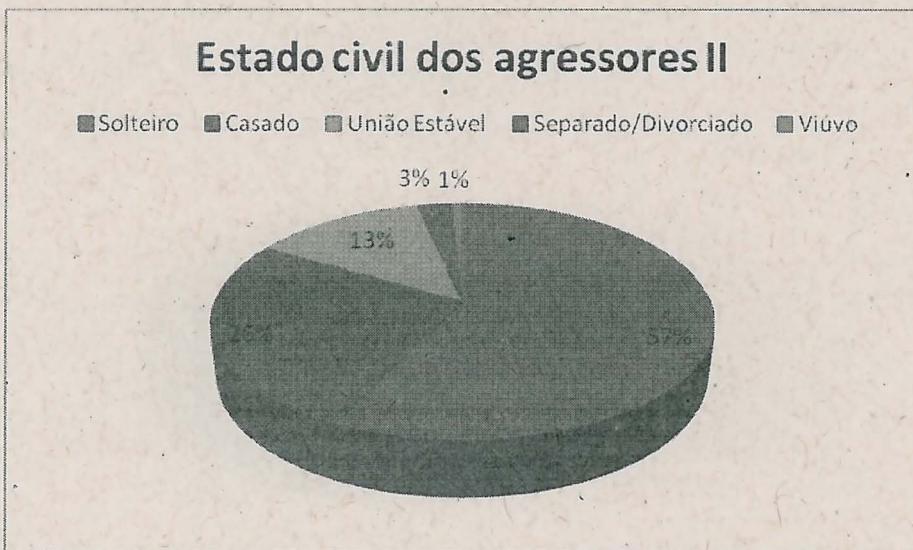
sendo: convivente, amigado/a e a própria união estável. Por serem termos utilizados enquanto expressões culturais e espécies do mesmo gênero (união estável) preferimos aglutinar este conjunto de expressões no termo união estável para a definição dos gráficos de sistematização dos dados, conforme apresentados abaixo.

Gráfico 36. Estado Civil dos Aggressores I



Os dados indicam a predominância de agressores solteiros, representando quantidade maior do que a soma das outras quatro modalidades. Esta hegemonia fica mais bem expressa quando estes dados são traduzidos em porcentagens e retiramos a somatória dos sujeitos sem identificação do estado civil, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 37. Estado Civil dos Aggressores II



O domínio dos agressores sexuais solteiros representa proporção de quase seis para cada dez sujeitos. No entanto, a porcentagem de agressores casados ou em uniões estáveis é considerável, da ordem de 39%, e não pode ser desmerecida na investigação sobre o perfil dos agressores.

5.8.4.5. Local de moradia dos agressores

Outro aspecto importante para a definição do perfil dos agressores é a identificação dos seus locais de moradia. Do total de 151 agressores sexuais em apenas 84 deles havia dados relativos aos locais de moradia (bairros, comunidades e/ou endereços), o que indica proporção percentual de apenas 56%. Logicamente, isto significa que os dados relativos aos outros 67 agressores sexuais não possuem a caracterização processual do local de moradia, tratando de porcentagem de 44%, cujas consequências podem ser apreendidas do próprio fato de haver grande quantidade de réus foragidos ou em local incerto e não sabido. Logo, se não há definição de onde esses agressores sexuais residem, diminui muito as possibilidades de localização e intimação dos mesmos para participação nos estágios do processo judicial.

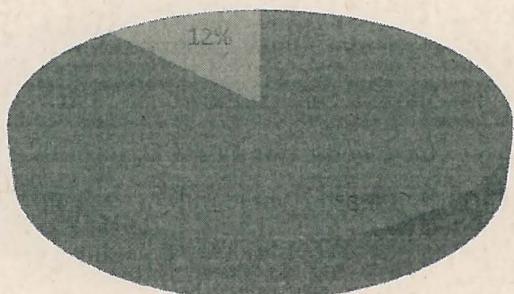
A análise dos dados relativos aos agressores sexuais com local de moradia identificados revelou que 74 deles possuem bairro/endereço no município de Altamira e 10 fora do município. Isto representa porcentagem de 88% dos agressores residindo em Altamira e apenas 12% em locais externos ao município.

Do mesmo modo como feito para o perfil das vítimas, abaixo apresentamos o gráfico da divisão urbano/rural dos locais de moradia dos agressores.

Gráfico 38. Divisão Urbano e Rural dos Agressores

Divisão Urbano e Rural

■ Urbano ■ Rural



Percebemos uma definição percentual muito próxima daquela identificada nos dados das vítimas. Se lá a proporção era de 86% residentes no espaço urbano e 14% no rural, aqui a delimitação dos 74 agressores residentes no município é de 65 agressores morando no espaço urbano, correspondente a 88%, enquanto apenas nove agressores possuem moradia fixa no espaço rural, correspondendo a 12% do total.

Isto reforça o aspecto de os casos judicializados serem essencialmente urbanos, porém sem deixar de relativizar estes dados ante a quantidade expressiva de agressores a respeito dos quais não conseguimos obter dados precisos sobre local de moradia e, de maneira ainda mais importante, a compreensão de que as dimensões geográficas e socioculturais do município trazem barreiras adicionais para o acesso à justiça nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, sobretudo, esta é a hipótese, quando tais volências ocorrem no espaço rural.

O aprofundamento dos dados referentes ao espaço urbano para delimitar os bairros de residência dos agressores sexuais possibilitou a definição dos gráficos abaixo.

Gráfico 39. Bairro de Moradia dos Agressores I

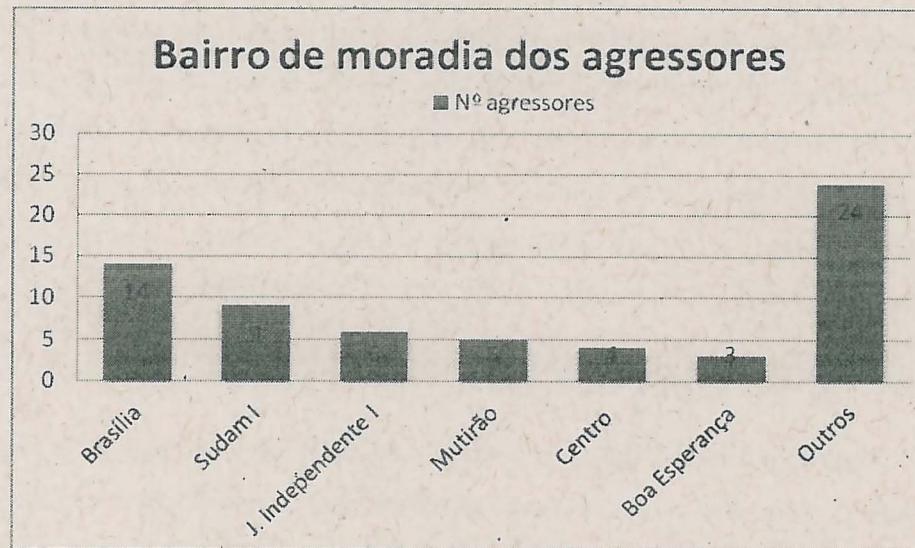


Gráfico 40. Bairro de Moradia dos Agressores II



Os dados apontam que entre os 24 atuais bairros da cidade de Altamira ocorre concentração de maior incidência de moradia dos agressores sexuais em seis deles, totalizando 63% do total de agressores. Foram identificados nos gráficos acima apenas os bairros com três ou mais agressores, mas enquanto no perfil das vítimas este mesmo critério originou a catalogação de 15 bairros, no perfil dos agressores este número se reduziu para menos da metade, demonstrando ser maior a concentração do bairro de moradia dos agressores numa comparação com o das vítimas.

Novamente, assim como no perfil das vítimas, os bairros Brasília e SUDAM I são os que apresentam a maior quantidade de moradia de agressores, na proporção de 35% ou mais de três para cada dez agressores identificados. A partir do terceiro colocado há mudança dos bairros na comparação com o perfil das vítimas, pois enquanto os bairros de moradia das vítimas foram Centro (oito vítimas), Premem (sete vítimas), Mutirão e Primavera (seis vítimas cada um) e Jardim Independente I (cinco vítimas), no caso dos bairros dos agressores são Jardim Independente I, Mutirão, Centro e Boa Esperança.

5.8.4.6. Profissão dos agressores

Para 117 dos 151 agressores sexuais havia alguma informação a respeito de suas profissões, sendo que estas, ao serem sistematizadas, possibilitaram a identificação de 52 tipos de profissões. Além disso, havia 35 qualificações de agressores em que não constava nenhuma informação a respeito da profissão e quatro qualificações que diziam apenas que eles não tinham profissão, sem informar, no entanto, se isto significa desemprego ou negativa da resposta a esta informação quando indagados. A somatória total foi de 156, número maior do que o de agressores, devido haver agressores com mais de uma profissão identificada.

O gráfico abaixo apresenta as profissões identificadas em pelo menos três casos de agressores, definindo aquelas com maior quantidade de agressores.

Gráfico 41. Profissão dos Agressores



As profissões identificadas no quadro acima apresentam 63% da quantidade total de agressores, se levarmos em conta apenas os números absolutos das profissões, ou 47% do total se incluirmos também os agressores sem profissão e aqueles em que esta informação não consta nos autos dos processos judiciais.

As três profissões com maior incidência de agressores (agricultor, lavrador e trabalhador rural) estão ligadas à atividade no meio rural, representando total de 30 agressores. Tendo em vista o fato comprovado nesta pesquisa de que a maior parte dos locais de moradia dos agressores sexuais é no espaço urbano, ou seja, na cidade de Altamira, os dados das profissões dos agressores parecem indicar que eles realizam suas atividades laborais em locais definidos como sendo meio rural, porém residem e praticam as violências no âmbito urbano, isto representa uma dinâmica de mobilidade da violência que necessita de aprofundamento para que se possa detalhar, ainda mais, as problemáticas extraídas dos dados apreendidos.

Outra observação relevante a respeito dos dados obtidos na sistematização do gráfico é relativa às profissões de *status* social mais elevado, como comerciante, gerente de empresa, médico e policial militar, constatando a transversalidade da violência sexual entre todas as classes sociais e numa ampla variedade de profissões.

5.9. História de vida de uma vítima de abuso sexual

No âmbito da presente pesquisa foi realizada uma investigação qualitativa pelo método da história de vida com duas vítimas de abusos sexuais, atendidas pelo CREAS da cidade de Altamira. Escolhemos reproduzir o depoimento e a reflexão a respeito de parte da história de vida de uma destas entrevistadas.

Priscila¹⁴, atualmente com 18 anos de idade, estudante de 8ª série supletivo, nascida na região Transamazônica, enfrentou no decorrer de três anos a violência sexual intrafamiliar, com situações semelhantes ao indicado pela literatura: mãe ausente, passiva, pouco participativa e sem poder de proteger a filha; sistema de violência doméstica com agressões físicas e ameaças, além da utilização do “poder de pai” para violentar de maneira dissimulada, como se pretendesse proteger.

Garota simples, pobre, gostava de brincar com os colegas no portão da escola antes da entrada em sala de aula às 13 horas, mas quando fez 13 anos seu pai começou a proibir as brincadeiras e encontros com os amigos. A proibição perpassou recomendações e alcançou

¹⁴ Os nomes da entrevistada e de seus familiares foram modificados para preservar as identidades das mesmas.

as agressões físicas, com mais frequência e mais violência à medida que ela resistia ao controle e investidas do pai.

Quando eu saía [da escola] ele já tava no portão me esperando pra eu ir pra casa, eu não saía na porta de casa pra falar com minhas amigas que ele já tava brigando, apanhei muito, gostaria de entender o motivo, entendeu? Sempre queria ter entendido o motivo (pausa e lágrimas nos olhos). Eu tenho, quase num dá pra perceber, eu tenho uma cicatriz no rosto, quase num dá pra ver, é desse lado assim (ela passa a mão do lado direito, ao lado do nariz, na bochecha), ele quebrou um prato no meu rosto, eu tinha uns quatorze anos de idade. Sempre me batia, era direto e eu não entendia o porquê entendeu? Eu não poderia conversar com ninguém, na rua assim, ele ficava olhando quando eu tava conversando com meus amigos e na hora que eu entrava dentro de casa a “pisa” comia, eu já não tinha mais amigos, nada, não podia ir ninguém lá em casa, se eu saísse na janela quando a pessoa saísse, aí “pisa”. Minha mãe também gostava de entender e ele sempre inventava “ah, num sei o que, tem que aprender quando chegar gente”, entendeu? Sempre isso. (silêncio e choro). (Priscila)

Destaca-se que a violência doméstica e sexual ocorreu ao longo da vida escolar, sem que esta instituição de formação percebesse as incontinências vivenciadas pela aluna. O fazer escolar se restringia à formação básica das disciplinas curriculares passadas aos alunos sem mobilização interna, sem efeito formativo, pois meramente técnico, sem sentido e significado na vida prática, como a identificação e combate à violência sofrida pela aluna.

O relato seguinte apresenta bem a forma de denúncia, revelando um contexto de pobreza, insegurança e violência.

Eu nunca tinha contado, sempre jurou, se eu falasse alguma coisa minha mãe morria, eu cheguei a falar, eu sempre falava “um dia num dá, esse dia ainda não chegou, mas vai chegar... (Pesquisadora: e sua mãe não desconfiava de nada?) sim, da reação dele, do jeito que ele me tratava, mas minha mãe sempre foi na dela, quieta, sempre, minha mãe tinha medo dele também. Nesse dia eu nem falei nada pra minha mãe não, eu peguei e liguei pro meu tio, contei pro meu tio primeiro. Marido da irmã da minha mãe... sei lá assim, eu tava... a mãe tava lavando roupa, aí eu peguei e saí da onde minha mãe tava e entrei pra dentro de casa, ele tava com um facão na mão, hora que eu entrei ele arriou em cima de mim, era pra matar mesmo, eu peguei e sei lá eu criei tanta coragem assim que eu voei no braço dele e tomei o facão e saqueei ele na parede, aí eu gritei pela mãe, a mãe pegou e entrou e perguntou que que tava acontecendo, eu peguei e falei, ele pegou e saiu, sumiu, disse que nesse dia ele me matava, rapidamente eu peguei e liguei pro meu tio e contei tudinho, aí meu tio foi no Conselho [Tutelar], aí pegou e foi com o Conselho [Tutelar], Polícia ... (Priscila).

Embora no seu inconsciente e na sua vida prática pulse a necessidade da mãe, a figura do desejo recebe pouca projeção nas suas falas, justamente porque representa pouco.

Destaca-se, que a figura materna foi preenchida durante algum tempo pela avó com quem viveu na infância. Depois se perde, justamente entre os 10 e 17 anos, período em que sofreu violência psicológica, maus tratos e abuso sexual. Durante as narrativas sobre sua vida e as violências sofridas, a mãe aparece como “quietinha, na dela”. Entretanto, a figura da mãe aparece representada na patroa, de nome Amanda, mulher que ela conheceu há pouco tempo;

A patroa facilmente ocupou o lugar da mãe no seu imaginário, pois bastou oferecer cama, comida e um quartinho, com um “incentivo” para estudar, que se tornou a pessoa mais importante de sua vida. Observe que o local de trabalho com tudo o que o compõe como território físico e simbólico, onde a jovem dorme, come e bebe, é confundido com o espaço da família, justamente pela ausência desta. Na realidade, mais uma vez essa pessoa passa por um processo de violência e exploração, pois, via de regra, nem conta a sua carga horária de trabalho, devendo estar sempre disponível, inclusive a noite, quando vez ou outra falta à aula para cuidar das crianças da patroa.

A rede de apoio se encontra relativamente frágil, a despeito do trabalho do CREAS e do irmão. O irmão constitui-se uma pessoa com quem pode conviver abertamente, situando-se como seu grupo familiar do momento. A fragilidade pode ser percebida pela lacuna de acesso a políticas que atendam as suas necessidades, como a educação e a geração de renda. Ela também não se encontra inserida em espaços culturais juvenis de dança, teatro, contação de história ou esportes.

Observe que seus contatos com membros da família são bem escassos, com pouco ou nenhum significado efetivo para sua vida cotidiana. Ela vê um tio (motorista) esporadicamente em seu ponto de trabalho.

Após passar pelo processo de acompanhamento no CREAS, Priscila começou a trabalhar de empregada doméstica na casa de uma família em Altamira, conforme se descreveu anteriormente. Mas busca por algo melhor, tanto pela volta aos estudos, paradoxalmente, em uma escola particular, como pela busca de um curso profissionalizante. Destaca-se que o dia em que ela atendeu ao chamado do CREAS para nos dar entrevista estava na expectativa de que fosse um chamado para matrícula em um curso profissionalizante que a coordenadora pedagógica combinou de articular para ela – frustração que a deixou decepcionada.

Concordamos com Ferreira e Azambuja (2011) que o importante no processo de superação na violência sexual não pode ser o esquecimento, pois a superação supõe aprender lidar com a violência sofrida no sentido de empoderamento da vítima para que esta não mais

seja violentada, nem perca o potencial de proteger seus filhos futuramente ou se torne um agressor. A jovem precisa de acompanhamento, senão vejamos:

Eu vim me embora, se eu ficasse lá eu tinha certeza que eu ia matar ele, e antes deu sair eu falei, deixei bem claro, trisca um dedo na minha mãe eu volto e te mato, e eu mato mesmo. (Priscila).

Pesquisadora: Você encontrou com ele então...

Topei cara a cara, e até direto quando eu vou lá. Bato é de cara, se é pra superar, vamos superar, mas vamos levar tudo junto, passado... diz que passado é museu, mas na cabeça de muitos não é não (silêncio). Sei lá, eu só vou lá por causa da minha mãe, mas quando eu olho o nojo que eu sinto. Vontade de olhar e cuspir na cara entendeu? (Priscila)

O trabalho do CREAS se constitui fundamental e único no processo de acompanhamento com vistas à proteção e inserção social das crianças e jovens que enfrentam este tipo de violência. Porém, a parceria em relação à formação e trabalho tão fundamental – especialmente no caso de Priscila que está, agora, com 18 anos e almeja sua autonomia como pessoa – ainda não funciona pela falta de uma política pública de geração de emprego para jovens no município de Altamira.

A coordenadora pedagógica combinou que arranjava uma vaga no SESI, mas ainda não havia conseguido, pois estava à espera de uma colocação adequada para a jovem. No entanto, a busca da realização profissional é um esforço pessoal que se manifesta como uma ação isolada no bojo da ausência de uma política e da omissão do poder público local em estabelecer parcerias com escolas e empresas com a finalidade de atender esses jovens. Dessa forma, a rede se fragiliza, pois atender as necessidades das jovens usuárias do CREAS implica considerar questões complexas, inclusive as relativas ao trabalho, que fogem um pouco do campo do CREAS, mas se inserem no campo de atuação da SEMUTS, que poderia assumir esse compromisso, já que esse é o seu papel social.

6. PARTICIPAÇÃO E SUGESTÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS INSTITUIÇÕES

Neste capítulo procuramos apresentar e analisar os últimos dados do formulário DRP aplicado junto aos representantes institucionais, definindo aspectos ligados ao conhecimento e à forma de participação no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (doravante Plano Municipal), assim como a participação de crianças e adolescentes na condução das ações institucionais e as sugestões para a melhoria do enfrentamento deste tipo de violência.

6.1. Conhecimento e participação no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

No âmbito exclusivo das instituições de defesa e responsabilização, apenas a PF respondeu não saber da existência do Plano Municipal, o que se justifica devido ao fato de que esta Instituição não participa da Comissão Municipal, apesar dos insistentes convites encaminhados para que haja a representação de um membro nas reuniões quinzenais. Com isso, a PF acaba por se isolar da articulação político-institucional potencializada pela Comissão Municipal e perde oportunidade de formular estratégias interinstitucionais de enfrentamento deste tipo de violação de direitos.

A forma de participação das instituições no Plano Municipal está vinculada à intensidade da participação na Comissão Municipal, o que varia pouco entre as instituições. Pelo fato de o atual Plano Municipal ter sido elaborado entre abril e maio de 2012, a pergunta relativa à participação no Plano Municipal acaba tendo que abranger o processo de elaboração do novo Plano e a forma de concretização dos objetivos, ações e metas definidos no conteúdo interno do documento.

A maior parte das instituições (DPE, GM, MPE, PM, PRF e VIJ) afirma ter participado da elaboração e/ou da execução do Plano Municipal, coincidentemente são também estas as instituições que, atualmente, estão presentes na Comissão Municipal. Dentre estas, algumas preferiram detalhar a forma como participam das ações definidas no Plano Municipal.

A PM relatou que sua participação no Plano Municipal situa-se na parceria com a VIJ para fortalecimento da atuação dos agentes de proteção, fiscalizando bares, restaurantes

e casas de espetáculo para proibir a permanência de crianças depois das dez horas da noite e de adolescentes ingerindo bebidas alcoólicas. Tal ação está em consonância com o objetivo estratégico nove do Plano Municipal que define a necessidade de intensificação da fiscalização de estabelecimentos comerciais por meio de ações de equipe de fiscalização que inclua os agentes de proteção e elaboração de cronograma de atividades.

A GM informou apoiar o Conselho Tutelar nas atividades em que este demanda acompanhamento, enquanto a PRF relatou dar apoio à orientação do trânsito quando ocorrem manifestações e passeatas ligadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. As duas medidas contribuem para a realização do objetivo estratégico dois do Plano Municipal, de articulação permanente das instituições e entidades do SGD e da rede de atendimento para a promoção de campanhas trimestrais de sensibilização da sociedade sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente os direitos sexuais, ligadas aos eventos ou às datas pré-fixadas no próprio Plano Municipal (carnaval, 18 de maio, férias escolares de julho e semana do dia da criança em outubro).

No ano de 2012, tanto a campanha do 18 de maio quanto a das férias escolares de julho tiveram ampla adesão da PRF e da GM na tarefa de monitorar o trânsito para dar segurança às passeatas e/ou caminhadas, além de atuarem nas ações de fiscalização de bares, restaurantes e casas de espetáculo e de participarem das atividades educativas informando a sociedade sobre a competência dos seus serviços e sobre os direitos das crianças e dos adolescentes.

Por último, o MPE afirmou participar da apuração das denúncias, do desenvolvimento de palestras nas escolas com fins preventivos à violência, abuso sexual, entre outros. Cabe informar que o MPE, assim como a PRF e a GM, constitui-se como um dos mais ativos parceiros da Comissão Municipal, atuando em todas as ações propostas e em outras de sua própria competência e organização, ajudando a concretizar o Plano Municipal.

Em relação às instituições de atendimento e prevenção, exceto as escolas públicas, o quadro a seguir delineia o grau de conhecimento e a forma de sua participação na concretização do Plano Municipal.

Quadro 19. Conhecimento e participação no Plano Municipal: instituições de prevenção e atendimento

Instituição	Tem conhecimento da existência do Plano Municipal?		De que forma participa no Plano Municipal?
	SIM	NÃO	
CMDCA	X		Oficina, atuação com a UFPA, CMDCA, MMTCC,

			MPE, DPE, PF, etc. Envolvimento de todas as entidades governamentais e não governamentais que compõem o CMDCA de Altamira.
CREAS	X		Atuante no processo da elaboração do Plano. Ações diante da temática, como palestras, panfletagens e capacitação. Reuniões mensais com todos os representantes da Comissão.
CRAS I	X		Não, participa somente da execução. Participa da operacionalização através do encaminhamento e assistência social.
CRAS II	X		Participa somente da execução. Atende quando há falta de informação do usuário, sobre onde procurar atendimento específico para esse fim.
CAPS II	X		NR
CAPSi	X		NR
ECOM	X		NR
PETI Urbano	X		NR
Conselho Tutelar	X		A instituição, junto com os demais interessados, organiza a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como realiza atendimentos corriqueiros no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
Fundação Tocaia	X		NR
Centro Cultural Francisco Melo	X		NR

Já as instituições diretamente ligadas à atividade educacional informaram suas respostas, conforme sistematizado no quadro abaixo.

Quadro 20. Conhecimento e participação no Plano Municipal: instituições educacionais

Modalidade de Ensino	Instituição	Resposta
Ensino Infantil	Creche Aldenira Profa.	Participa sim. Há sempre um representante da creche. Há também a participação em eventos relacionados, como, por exemplo, a “Semana do Bebê” que a instituição foi liberada para todos participarem e se informarem.
	Creche Irmã Serafina	Sim. Eles sempre são convidados para manifestações e palestras, nas quais a escola envia um representante de cada sala.
	Creche Ruth Passarinho	Não participou.
	Creche São Sebastião	NR
	EMEI Girassol	A escola participa de algumas ações do Conselho Tutelar e CREAS. Há também palestras dos psicólogos destas instituições para as mães envolvidas com a escola.
	EMEI Florêncio Filho	Essa mobilização não chegou até a escola.
	EMEI Profa. Eulália S. de Oliveira	Não. E não participa, mas ouviu falar do Plano.

	EMEI Vovô Bezerra	Não participou da elaboração, também não participa da operacionalização.
Ensino Fundamental	EMEF João Rodrigues da Silva	Através de palestras ministradas pelos profissionais da saúde.
	EMEF Dom Clemente Geiger	Sim. Participa das caminhadas e palestras. Quando vão montar um plano de ação há sempre um representante da escola.
	EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda	Sim. Tem representantes da escola. As caminhadas e elaboração de documentos. Divulgação. Chamada para as caminhadas pelo bairro.
	EMEF Esther Figueiredo de Ferraz	Não, e também não participa da operacionalização.
	EMEF Ulysses Guimarães	Sim, mas não participa da operacionalização.
Ensino Médio	EMEF Prof. Antônio Gondim Lins	Não, também não participa da operacionalização.
	EEEM Dulcila de Almeida	Não.
	EEEM Nair Lemos	Sim. A escola participa das caminhadas contra o abuso sexual e faz seminários entre eles.
	EEEM Polivalente	NR
	EEEM Instituto Maria de Mattias	NR

6.2. Participação de crianças e adolescentes nos trabalhos desenvolvidos

Os questionamentos acerca da identificação, pelos representantes entrevistados, de experiências bem sucedidas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em âmbito municipal e, dentre estes, das que valorizam o protagonismo infanto-adolescente, configuram-se suporte interessante para compreender o conhecimento das instituições a respeito das atividades existentes no município e obter avaliação sobre elas.

Em relação às instituições de defesa e responsabilização, os trabalhos bem sucedidos foram especificados ou detalhados, em termos de referência de instituições e ações, por apenas três das instituições pesquisadas. A GM indicou a articulação entre o Conselho Tutelar e outros órgãos de segurança pública como sendo uma experiência exitosa no enfrentamento da violência sexual, supomos que o entrevistado esteja afirmando serem positivas as ações de fiscalização de bares, restaurantes e casas de espetáculo realizadas pelo Conselho Tutelar em parceria com os órgãos policiais, especialmente a PM e a GM.

A PRF definiu como experiência bem sucedida as abordagens em pontos de concentração de viajantes, a exemplo, conforme explicitou a entrevistada, dos postos de combustíveis e restaurantes, dentre outros. Percebe-se que o indicativo assume muita

semelhança com o trabalho desenvolvido pela própria PRF de monitoramento dos pontos vulneráveis ao longo da BR-230, o que leva a crer que a representante estava a sugerir a própria ação da PRF como sendo uma experiência exitosa, e que deveria ser seguida por outras instituições de segurança, fiscalizando pontos vulneráveis localizados em espaços que não dos arredores das rodovias federais.

A VIJ identificou as atividades desenvolvidas na campanha do dia 18 de maio como sendo uma experiência exitosa de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Trata-se de ação educativa realizada pela atuação conjunta das instituições que compõem a Comissão Municipal e que têm caráter preventivo e conscientizador.

Outras duas instituições (PC e PM) apenas indicaram, de maneira genérica, a divulgação e a prevenção como ações bem sucedidas, mas não detalharam quais seriam estas formas de divulgação ou de prevenção que poderiam ser avaliadas como eficazes. Por outro lado, a 5^a Vara, a PF, a DPE e o MPE afirmaram não conhecer trabalhos bem sucedidos em âmbito municipal.

O recorte dos trabalhos bem sucedidos que priorizam o protagonismo infanto-adolescente é mais estarrecedor, indicando que oito das nove instituições de defesa e responsabilização afirmam não conhecer experiências atuais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes que deem prioridade ao protagonismo infanto-adolescente.

Apenas a PC fez referência, ainda que vaga, ao trabalho da Delegacia de Atendimento ao Adolescente (DATA) e do PRO PAZ, com indicativo da existência de palestras e sensibilização por meio de campanhas socioeducativas e preventivas. No entanto, no município de Altamira não existe nenhum destes serviços, o PRO PAZ realiza, de maneira episódica e não continuada, ações a partir de sua matriz localizada na cidade de Belém/PA, deslocando funcionários para mutirões, mas não se pode dizer que estas experiências sejam desenvolvidas no município de Altamira de maneira continuada.

Ademais, a GM recordou as atividades desenvolvidas num projeto em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, executado no ano de 2008, voltado à “inclusão de adolescentes e crianças com atividades de judô, balé e vôlei”. O projeto encerrou suas atividades em 2009, e desde então a GM não elaborou outra proposta de atuação social.

A quase inexistência de indicações de trabalhos bem sucedidos que priorizem o protagonismo infanto-juvenil e a baixa referência aos trabalhos bem sucedidos de forma geral parecem definir que as instituições de defesa e responsabilização não avaliam como positivos ou bem sucedidos os trabalhos existentes na atualidade, seja governamentais ou

não governamentais, mas também podem indicar desconhecimento (ou falta de interesse por conhecer) destas experiências, acarretando avaliações que pecariam pelo não aprofundamento na realidade sócio-institucional local.

No âmbito das instituições de atendimento e prevenção (incluindo as instituições educacionais), o quadro abaixo apresenta o indicativo dos trabalhos existentes que priorizam o protagonismo infanto-adolescente e as sugestões de melhoria dos mesmos.

Quadro 21. Trabalhos bem sucedidos de protagonismo infanto-adolescente

Instituição	Trabalhos desenvolvidos
CMDCA	Caminhadas, palestras e o projeto que é desenvolvido pela Escola Municipal José Edson Burlamaqui de Miranda, que atua na prevenção ao abuso sexual.
Conselho Tutelar	O trabalho de apuração das denúncias juntamente com o CRAS, a partir daí são tomadas as devidas providências em favor da criança e de penalização do acusado.
CREAS	Todos que já realizamos foram bem sucedidos. Sendo que a intenção é sensibilizar e conscientizar a sociedade em geral para a prevenção do problema. O 18 de Maio é um dia de Combate a Exploração Sexual contra crianças e adolescentes, e nesse mês são executadas várias ações diante do tema. O sucesso das ações se dá com o apoio, a participação, a interação e o compromisso que cada instituição tem pela causa. Percebemos que após as ações desenvolvidas crescem o número de denúncias.
CRAS I	O suporte à família: psicológico, assistência social, oportunidade no mercado de trabalho, oficinas e gerações de renda.
CRAS II	Existe uma parceria com o CREAS e com as instituições da rede de enfrentamento a esta demanda.
CAPS II	NR
CAPSi	Seria viável que a rede funcionasse e que não mandassem as crianças para a instituição apenas para consulta com os psicólogos e sim para ter acompanhamento sistemático com acompanhamento de uma equipe multidisciplinar.
ECOM	NR
PETI Urbano	A ação do Conselho Tutelar e do CREAS, porque inibe a ação maléfica do abuso e exploração.
Fundação Tocaia	NR
Centro Cultural Francisco Melo	Em desenvolvimento.
FUNAI	NR
Creche São Sebastião	NR
Creche Professora Aldenira	Há um chamamento de toda a sociedade para o que está acontecendo e isso faz com que as pessoas se informem melhor sobre o assunto. Há uma procura da própria comunidade em relação a esse tema.
Creche Municipal Irmã Serafina	O do Conselho Tutelar quanto à responsabilização dos próprios pais com as crianças. O Conselho também sempre está presente nas reuniões da escola. E também o da Secretaria de Saúde, pois eles sempre estão contribuindo para a

		conscientização das crianças e pais.
Creche Ruth Passarinho		As caminhadas, as palestras envolvendo o fundamental maior.
EMEI Vovô Bezerra		Sabe que existe, mas não sabe se é bem sucedido, pois não existe parceria com os órgãos competentes que lidam com esse tipo de demanda.
EMEI Florêncio Filho		Não conhece de perto nenhum trabalho das instituições que seja bem sucedido.
EMEI Girassol		A conscientização através de palestras e caminhadas, pois punindo isoladamente não é possível. O trabalho de conscientização tem que ser constante.
EMEI Profª Eulália S. de Oliveira		NR
EMEF José Edson Burlamaqui de Miranda		Alguns casos de alunos que devido à orientação não largaram os estudos. O acompanhamento pedagógico proporciona casos bem sucedidos. Nestes oito anos de trabalho na escola mudou-se a "cara" do bairro. Mas com a Belo Monte a "coisa" piorou muito. Há uma tentativa de minimizar esses problemas.
EMEF João Rodrigues da Silva		Através dos trabalhos que os movimentos sociais apresentam constantemente sobre abusos sexuais contra crianças e adolescentes.
EMEF Dom Clemente Geiger		O Conselho Tutelar e o CMDCA são bem atuantes. Os movimentos sociais também. Isso não resolve, mas ajuda na conscientização da sociedade. E também na tomada de atitude mesmo em relação à denúncia dos casos, até pelas próprias crianças.
EMEF Profª Esther de Figueiredo Ferraz		O trabalho de conscientização da população em denunciar casos de violência desta natureza.
EMEF Ulysses Guimarães		Ainda tem poucos frutos, devido à grande demanda.
EMEF Profº Antônio Gondim Lins		Desconhece algum trabalho bem sucedido.
Instituto Maria de Mattias		NR
Escola Estadual de Ensino Médio Dulcila de Almeida		O trabalho do Conselho Tutelar mesmo. Porque quando é denunciado eles fazem algo para coibir.
EEEM Polivalente		NR
EEEM Nair Lemos		Na verdade já há uma consciência do abuso quanto à denúncia. Isso é devido à divulgação das instituições e da mídia também.

6.3. Sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

O último questionamento presente no formulário aplicado aos representantes das instituições existentes no município colocava uma pergunta aberta para que houvesse a

indicação de sugestões para o aprimoramento do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. As propostas das instituições de defesa e responsabilização foram as seguintes:

1. Maior integração entre órgãos de segurança.
2. Investimento do poder público e mais compromisso dos órgãos de segurança pública.
3. Criação de um banco de dados integrado com esses órgãos.
4. Maior disponibilidade dos órgãos responsáveis no período noturno e finais de semana, quando geralmente ocorrem os casos.
5. Implementação das equipes da rede de atendimento com mais agentes.
6. Implantação de ações para evitar a re-vitimização das crianças e dos adolescentes.
7. Criação de sistema de informações (cadastro) que permita obter estatísticas e monitoramento da política.
8. As crianças e os adolescentes devem ter orientação na escola. Deveria ter uma disciplina nas escolas que tratasse da violência sexual.
9. Visita aos centros que trabalham e atendem crianças e adolescentes.
10. Trabalho educacional com pais, crianças e adolescentes, falando sobre como evitar situações de risco.
11. Atividades socioeducativas junto aos pais.
12. Aumento da fiscalização e repressão.
13. Nesta região a maior dificuldade encontrada é convencer as pessoas a testemunharem nesses tipos de crime. Muitos, por medo de represálias ou vergonha, deixam de falar o que sabem, comprometendo a produção de provas.

Por outro lado, as instituições de atendimento e prevenção definiram da seguinte forma as sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes:

1. Envolver mais as escolas por meio da mobilização e capacitação para os funcionários das escolas, principalmente os professores que vivenciam muito isso.
2. É necessário um chamamento das instituições para a conscientização das escolas e da comunidade.
3. O trabalho da conscientização do tema.

4. Deve-se ter o acompanhamento com o profissional capacitado para atender as necessidades da criança violentada.
5. É necessário começar por ações nas escolas, como palestras educativas para as crianças de: como se defender, como agir em situações de risco, conhecimentos sobre seus direitos, para a partir dali ir para a comunidade.
6. Necessita-se de muito apoio para saber e pensar no que fazer. Esse apoio seria um suporte para as escolas para enfrentamento dos casos que surgissem. Apoio de instituições e secretarias que trabalham com isso de forma direta.
7. A mídia deve ser mais participativa, para chamar atenção da comunidade, pois não há uma prevenção.
8. Os órgãos que trabalham com essa temática deveriam fazer acompanhamento mais frequente com as famílias que sofrem esse tipo de abuso.
9. O Conselho Tutelar precisa ser mais atuante principalmente nos bairros periféricos.
10. O que está sendo feito tem que continuar. Pra que haja uma melhora o Conselho Tutelar e o CMDCA precisam estar mais presentes, principalmente nas escolas, que é onde aparecem tantos casos. Um melhor retorno dos casos encaminhados, pois essa falta de retorno nos deixa inseguros quando temos que tomar atitudes, encaminhando crianças para lá.
11. Melhorar o atendimento. Esses promotores e defensores têm que sair dos seus gabinetes e ir para os bairros. Melhorar quanto à morosidade nas decisões dos casos e encaminhamentos.
12. O poder público deveria investir mais em políticas públicas relacionadas a essa questão da violência sexual contra nossas crianças e jovens.
13. Ter mais acesso ao tema, podendo falar mais sobre o tema. Ter informação, prevenção e quebra de tabus relacionados à sexualidade.
14. Palestras com os pais e familiares; conscientização das crianças.
15. Que haja um trabalho mais efetivo dos órgãos responsáveis com as escolas que atendem a esse público alvo.
16. Ser mais presentes nas escolas através de palestras e seminários. E mais cursos, formação e orientação para os professores.
17. Deve-se ter o acompanhamento com o profissional capacitado para atender as necessidades da criança violentada.

18. Mais participação social, que o plano municipal de enfrentamento a violência sexual se torne de fato uma proposta de política pública e que haja uma rede de financiamento mais eficiente.
19. Conscientização da população com palestras nas escolas e instituições públicas e maior divulgação midiática.
20. Mais apoio financeiro do governo federal e estadual para execução das ações.
21. Ações com palestras sobre o tema para sensibilizar os empresários do município.
22. Penalizar os donos de estabelecimentos que aceitam esse tipo de conduta (violência contra crianças e adolescentes) dentro de seu local de trabalho.
23. Responsabilizar a família que negligencia nos cuidados da criança e do adolescente. Responsabilizar os diretores e professores de escolas e faculdades para o compromisso da prevenção nas questões da violência sexual contra crianças e adolescentes.
24. Campanhas a respeito da temática, palestras e entrega de folhetos nas ruas. Tornar a mídia mais articulada com os programas e as entidades, para juntos tentar minimizar a violência sexual contra crianças e adolescentes.
25. A prevenção deste problema no município e atividades para as crianças e adolescentes que sofrem este tipo de situação.

7. BAIRROS DA CIDADE DE ALTAMIRA

A cidade de Altamira possui atualmente 31 bairros¹⁵ e, destes, a pesquisa abarcou 15, representando 48% do total. A coleta de dados nos bairros ocorreu entre abril e maio de 2012, sendo que a análise possibilitou a sistematização das informações de modo a abordar tanto as condições de vida dos moradores quanto as situações que envolvem mais diretamente a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

7.1. Breve contextualização dos bairros participantes da pesquisa

7.1.1. Jardim Independente I

Bairro com baixo número de ruas pavimentadas, as que possuem o asfalto é de péssima qualidade, com muitos buracos nas vias públicas. Nele existe a Associação dos Moradores do Bairro Independente I (AMBAJI-I) que se originou há 20 anos e hoje conta com 2.190 filiados. Esta associação oferta atividades para idosos toda terça-feira; possui um laboratório de informática com internet grátis aos adolescentes, jovens e população em geral; oferta cursos de artesanato, além de atividades recreativas.

Na área periférica do bairro conhecida como Lagoa, a qual foi invadida por famílias carentes, segundo alguns entrevistados, aumentou o número de casos de doenças, exploração sexual e uso de entorpecentes. O bairro possui três escolas de ensino fundamental, duas escolas de ensino infantil, duas quadras de esporte, uma praça, várias igrejas, um posto de gasolina. Não há posto de saúde. Limita-se com os bairros Jardim Independente II, Sudam II, Bela Vista, Premem e Ibiza.

7.1.2. Jardim Independente II

Este bairro tem 75% de suas ruas pavimentadas e conta com uma associação de moradores que, porém, não possui uma sede ou estrutura e desenvolve atividades de articulação e mobilização da comunidade em torno das ações desenvolvidas no bairro. A associação existe há mais de 20 anos. O bairro possui uma Unidade de Saúde da Família que disponibiliza os serviços básicos de saúde, conta com serviços de seis Agentes Comunitários de Saúde (ACS), número insuficiente diante da grande demanda local, pois além da

¹⁵ Os bairros são: Alberto Soares, Morada Forte, Colina, Catedral, Aparecida, Jardim Primavera, Mutirão, Centro, SUDAM I, SUDAM II, Uirapuru, Premem, Esplanada do Xingu, Jardim Copacabana, Jardim Independente I, Jardim Independente II, Bela Vista, Jardim dos Estados, Ibiza, Liberdade, Baixão do Tufi, Olaria, Invasão dos Padres, Liberdade, Jardim Altamira, Boa Esperança, Brasília, Jardim do Sol, São Sebastião, Orla do Cais e Loteamento Parque Ipê.

população do bairro a Unidade de Saúde da Família (USF) ainda atende os bairros Ibiza, Jardim Independente I, Jardim do Sol e São Sebastião.

7.1.3. Bela Vista

O bairro está situado ao norte da Avenida Perimetral na saída para Brasil Novo, com uma vista privilegiada para o restante da cidade e para o rio Xingu. A povoação do bairro se deu em função da invasão da área da Cooperativa no final dos anos 2000 por famílias carentes. Depois de uma longa discussão na Justiça entre sócios da antiga Cooperativa (que se diziam donos da área) e famílias, estas acabaram ganhando o direito de permanecer no local. Hoje existem aproximadamente quatro mil famílias residindo no bairro. O mesmo não possui estruturas adequadas para atender a população, faltam rede de esgoto, asfalto, escolas, creches, espaços de lazer e cultura.

Apesar de o bairro possuir uma unidade de saúde construída recentemente, a mesma não atende a demanda em decorrência da falta de profissionais de saúde para atuarem nas unidades da cidade. Um dos principais problemas do bairro é o abastecimento de água, devido ao fato de a área situar-se sobre uma imensa rocha que dificulta a perfuração de poços. A Comunidade Católica São Domingos atende os bairros de Bela Vista e Parque Ipê, oferecendo atividades pastorais, catequese, celebrações para crianças e adolescentes, assim como uma área que serve como espaço de lazer porque no bairro não há estruturas para estes fins.

7.1.4. Sudam I

Trata-se de um bairro com uma grande área de risco social e endêmico por estar situado às margens do igarapé Altamira; faz limites com os bairros Centro e Uirapuru. Uma grande parte do bairro fica na área baixa da cidade que sofre com frequentes alagamentos e inundações por ocasião das cheias do rio Xingu e do igarapé Altamira. A população, em grande maioria, vem de famílias carentes.

É um bairro aparentemente bem estruturado, com duas escolas públicas que atendem o nível fundamental e médio, além de uma escola particular que atende também fundamental e médio. Há uma Unidade de Saúde da Família que oferece os serviços básicos, porém não atende de maneira satisfatória a demanda do bairro. Não há espaço de lazer e cultura, estas atividades são realizadas nos espaços das escolas, principalmente da Escola Metodista, que dispõe de uma quadra coberta e uma ampla área de lazer que são usadas pelos estudantes do bairro.

7.1.5. Sudam II

É um bairro antigo, tem aproximadamente 30 anos. Está localizado ao norte da Avenida Perimetral, numa área que vai da ponte que dá acesso ao bairro Brasília até o posto Serra Dourada, na divisa com o bairro Bela Vista.

É um bairro com pouca estrutura, com a maioria de suas ruas ainda sem asfalto. Possui uma Unidade de Saúde da Família e uma escola que oferece ensino fundamental e médio, que atende também os bairros Uirapuru, Bela Vista e Parque Ipê. Não há espaços de lazer, cultura e esportes.

7.1.6. Baixão do Tufi

O bairro teve início em 1996. Havia só mata, tinha apenas uma igreja de tábua e duas boates, não tinha asfalto. As ruas eram em forma de trapiches. Sua população é de famílias carentes. Situado às margens do igarapé Altamira, sendo uma área de risco social e de preservação ambiental, porém com a presença das pessoas a área foi sendo aterrada e pontes e casas foram construídas.

O bairro sofre com as cheias do rio Xingu e todos os anos várias famílias têm que se deslocar de suas residências para abrigos devido às estruturas do bairro não serem suficientes e capazes de suportar o volume de água. Com o aumento da população aumentam também os riscos sociais, principalmente os riscos à saúde em decorrência do acúmulo de lixo, falta de saneamento básico e construções irregulares, ficando o rio como destino final de todos os dejetos, lixos e entulho.

7.1.7. Invasão dos Padres

A designação do bairro decorre da forma como ele se constituiu, a partir da ocupação de famílias sem moradia a um terreno da Prelazia do Xingu gerenciada pelos padres das paróquias locais, por isso o nome do bairro “Invasão dos Padres”. As ruas foram aterradas, devido o local ser baixo, com alagamentos no inverno. A energia é de má qualidade devido não haver estrutura da rede elétrica no bairro. Não existem espaços de esporte e lazer, assim como unidade de saúde e educação.

7.1.8. Alberto Soares

Localizado no subúrbio de Altamira, é um bairro carente e sem muita infraestrutura. Inicialmente as ruas não eram pavimentadas e a escola era de madeira. Com a construção de casas financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF) foi aumentando o número de

residências. Havia um carro pipa que fornecia água, depois construíram um poço artesiano para toda a comunidade. Nos últimos anos houve pequenas melhorias.

7.1.9. Aparecida

Esta comunidade surgiu a partir do loteamento dos terrenos doados e vendidos pelos padres da Prelazia do Xingu. Há apenas uma rua, a qual já era asfaltada e tinha iluminação, porém sem rede de esgoto e quando chove alaga tudo. Faz limites com o bairro Brasília e Jardim Primavera e sofre uma carência muito grande de infraestrutura em geral.

7.1.10. Centro

O Bairro foi um dos primeiros de Altamira a ser construído, tendo um grande valor histórico. Os moradores falam que o bairro já foi mais calmo, que a população aumentou muito e que ocorrem muitos acidentes de trânsito pela má sinalização. Atualmente concentra grande parte do setor comercial da cidade e das moradias das classes média e alta.

7.1.11. Boa Esperança

Originou-se com a ocupação dos moradores e de um loteamento feito pela Prelazia do Xingu. Não tinha asfalto, o posto de saúde era precário e às águas das chuvas inundavam os quintais. Segundo entrevistados, a violência aumentou nos últimos anos, com grandes conflitos decorrentes do tráfico de drogas, exploração sexual e apatia da comunidade em relação à barragem. O crescimento do bairro ocorreu de forma moderada, mas com o início da construção da UHE Belo Monte o crescimento vem ocorrendo de forma acelerada e desordenada.

7.1.12. Brasília

Um dos bairros mais antigos de Altamira, antes chamado de Vila Brasília, hoje é bairro Brasília. No passado, era considerado como um dos locais mais perigosos da cidade – devido à bandidagem, ao alto número de roubos, assaltos e ponto de drogas – e as pessoas de fora do bairro tinham medo de ir até lá; havia um forte preconceito contra o lugar. O bairro se expandiu, ganhou infraestrutura e tornou-se sede de várias instituições públicas, tornando-se local de abertura para eventos de massa públicos e privados, devido à grande concentração demográfica. Hoje, o bairro Brasília também concentra quantidade considerável de pontos comerciais.

7.1.13. Orla do Cais

De acordo com as resposta dos entrevistados, é um bairro antigo localizado próximo às margens do rio Xingu, atualmente com ruas pavimentadas. É um espaço de encontro e lazer da cidade, com vários restaurantes, peixarias, espaço para eventos de massa, academias e sorveterias, além da bela vista do rio Xingu.

7.1.14. Uirapuru

O bairro Uirapuru é resultado da divisão do bairro SUDAM I. É um bairro residencial e comercial; tem escolas, igrejas (católicas e protestantes), mas poucos espaços para lazer, só uma quadra de futebol de salão e basquete. Nele existem vários órgãos públicos, como Delegacia da Mulher, Polícia Federal e Guarda Municipal.

7.1.15. Jardim Primavera

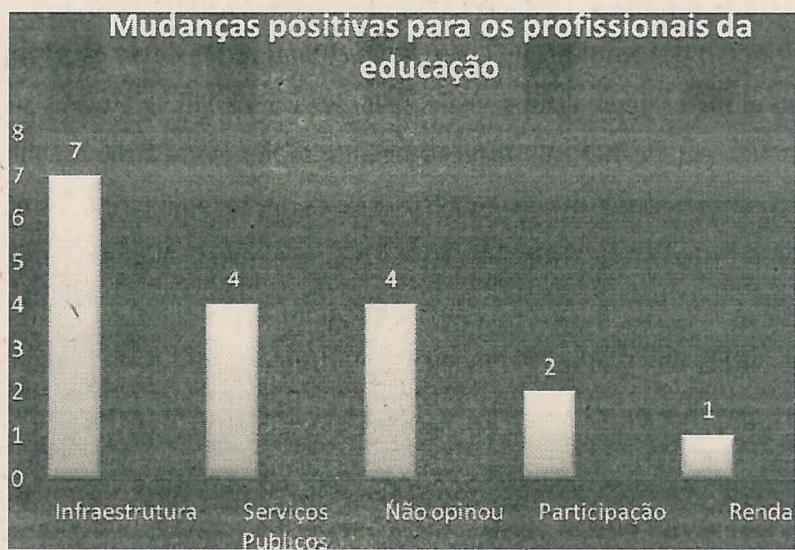
No início havia muito mato, não havia asfalto, farmácia, escolas, açougue e praça. O bairro ao longo dos anos foi se modificando na infraestrutura, aumento da população e residências. Quando chove as ruas ficam alagadas dificultando o tráfego dos pedestres.

7.2. Principais mudanças percebidas nos últimos anos nos bairros

Para analisar este item sobre a percepção dos entrevistados das mudanças ocorridas nos últimos anos nos bairros adotamos o critério de divisão dos 81 entrevistados em cinco categorias: profissionais da educação; profissionais da saúde; moradores; lideranças comunitárias (presidentes de associações de bairros); adolescentes (estudantes ou moradores dos bairros).

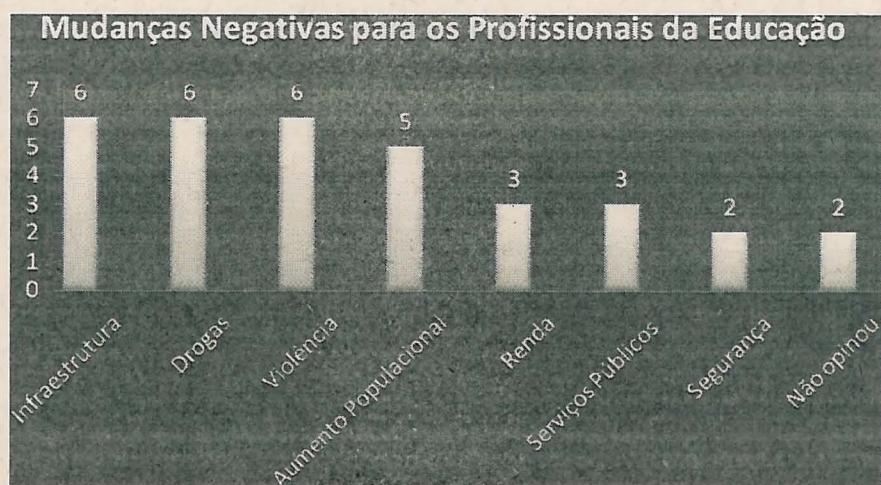
O item foi dividido em dois tópicos – mudanças negativas e positivas – tentando observar o que as pessoas detectaram de transformação social nos locais em que vivem. A diretriz de análise buscou agrupar o que havia em comum entre as respostas de todos, categorizando-as para uma melhor compreensão comparativa do ponto de vista de cada entrevistado. Logo, os números representam o total de vezes que cada item foi mencionado pelos entrevistados de cada categoria.

Gráfico 42. Mudanças Positivas para os Profissionais da Educação



Podemos observar que, na opinião dos profissionais da educação, as mudanças aconteceram mais na área da infraestrutura, englobando com isto: pavimentação das vias públicas, construção de residências, pontos comerciais e estruturas referentes às escolas. Os serviços públicos estão ligados ao acesso a serviços educacionais e programas sociais e foram mencionados quatro vezes como mudanças positivas. Quatro pessoas não opinaram em relação às mudanças positivas, duas responderam que a participação da comunidade junto à escola avançou e uma considerou que a renda das famílias do bairro melhorou.

Gráfico 43. Mudanças Negativas para os Profissionais da Educação

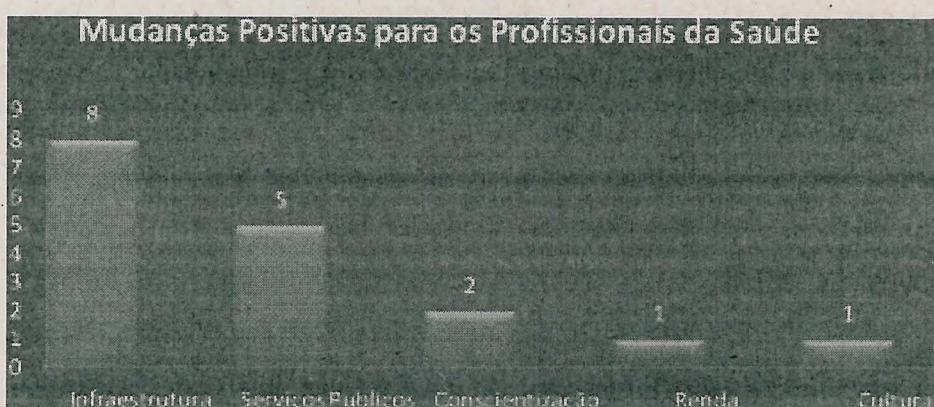


Em se tratando das mudanças negativas, os entrevistados não apenas informaram aquilo que, em sua opinião, impede o desenvolvimento do bairro. Interessante notar que a categoria infraestrutura aparece, novamente, como a mudança negativa mais comentada. Esta recebeu menos indicações, numa análise comparativa, com sua inscrição no enfoque positivo, agora tendo na mesma dimensão as questões ligadas à violência e às drogas.

Na avaliação dos entrevistados a falta de infraestrutura e políticas adequadas contribui para o aumento do consumo e tráfico de drogas e para a violência em geral e, mais especificamente, para a violência contra as crianças e os adolescentes.

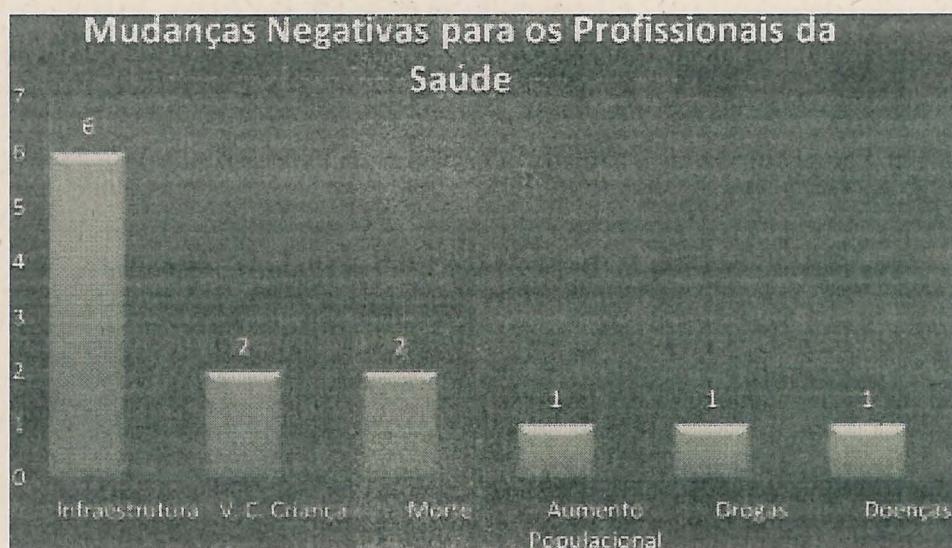
O aumento brusco da população é um fator negativo de acordo com os entrevistados e isto se reflete diretamente em alguns aspectos avaliados, como inflação do preço de alimentos e aluguéis, assim como a precarização dos serviços de saúde e segurança, que já não conseguem atender a demanda local. Duas pessoas desta categoria não opinaram a respeito das mudanças negativas.

Gráfico 44. Mudanças Positivas para os Profissionais da Saúde



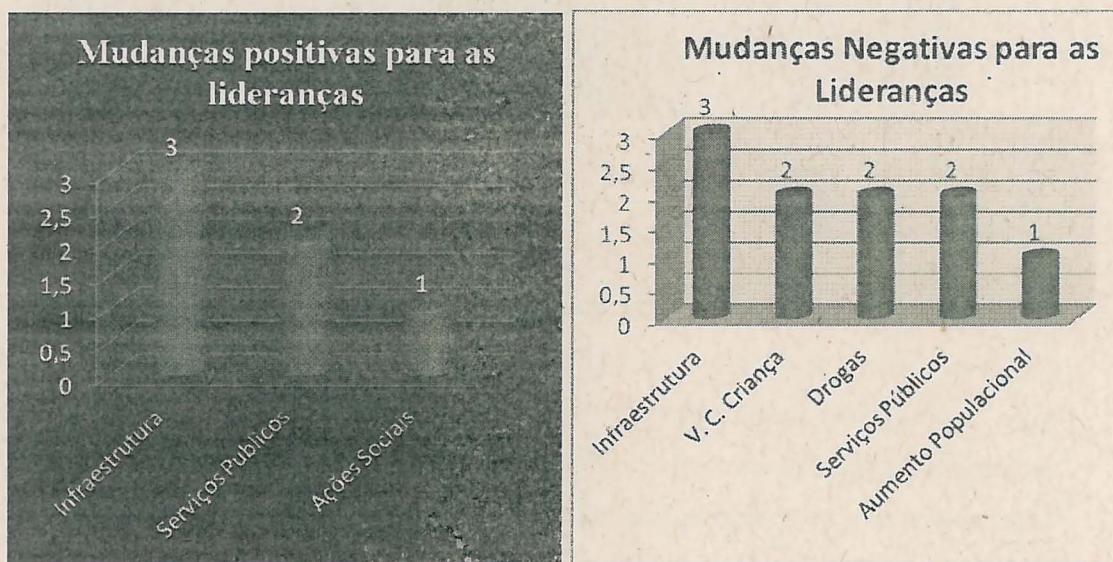
Como na categoria anterior, a infraestrutura sobressaiu novamente, com destaque para construções, ampliações e reformas de unidades de saúde, escolas e pavimentação de ruas. Em seguida, aparecem como avanços positivos os serviços públicos ofertados, especialmente os relativos à saúde. Segundo os entrevistados, a participação e sensibilização das famílias, no que se refere às campanhas de prevenção realizadas pelos ACS e USF, têm melhorado nos últimos anos. O fato de que várias famílias estejam empregadas também foi citado como positivo, assim como a implantação do cinema, casa da cultura e atividades de balé que atendem, em sua maioria, crianças e adolescentes.

Gráfico 45. Mudanças Negativas para os Profissionais da Saúde



Segundo os representantes desta categoria, o aumento de casos de doenças e epidemias como a dengue, por exemplo, morte em geral, drogas, aumento populacional e a violência contra crianças e adolescentes é o reflexo da ausência de políticas de infraestrutura ou da insuficiência e inadequação das mesmas, resultando em sérias consequências para a população, por isto a infraestrutura aparece como positiva e, ao mesmo tempo, negativa.

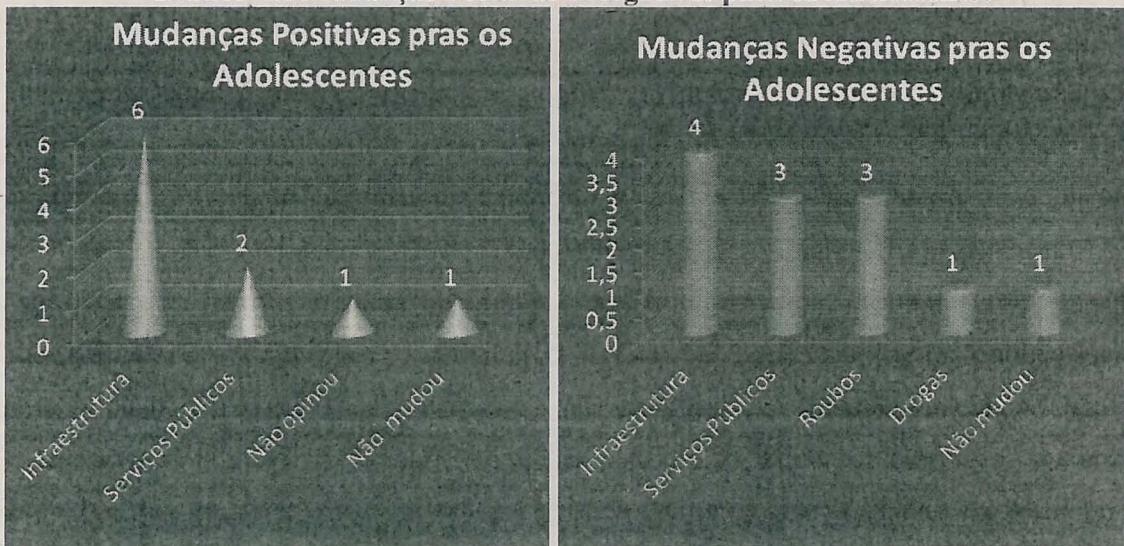
Gráfico 46. Mudanças Positivas e Negativas para as Lideranças



Na opinião dos quatro presidentes de Associações de Moradores de Bairros, as mudanças positivas aconteceram com destaque para os investimentos em infraestrutura, como pavimentação, construção de postos de saúde, escolas e o crescimento dos bairros. Obviamente que nem todos os bairros foram contemplados com os investimentos. Os entrevistados citam a expansão dos bairros como positiva, porém advertem que este crescimento está acontecendo sem planejamento e com a anuência do poder público quando este deveria evitar que áreas impróprias ou de preservação ambiental fossem habitadas.

Com isto as mudanças positivas, de acordo com as lideranças comunitárias, findam contribuindo com situações negativas de condições de vida deste público não proporcionando os resultados esperados, como é o caso da área da Lagoa, no bairro Independente I que não recebe obras de saneamento básico, aumentando assim os casos de doenças, entre outras situações adversas. Esta área foi citada pelo presidente da AMBAJI-I como vulnerável, pois além do aumento de casos de doenças, há também casos de violência contra crianças e adolescentes e consumo de drogas.

Gráfico 47. Mudanças Positivas e Negativas para os Adolescentes



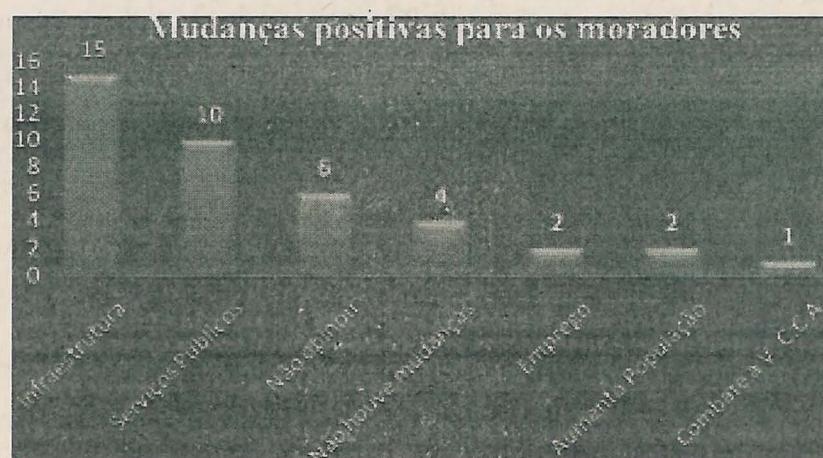
As mudanças positivas percebidas pelos adolescentes dizem respeito às construções e às reformas de escolas e pavimentação das ruas, ampliação do número de residências e pontos comerciais nos bairros, além de serviços e programas sociais que as escolas onde estudam desenvolvem, como o Programa Mais Educação, que atende o nível fundamental, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) que trabalha com alunos do ensino médio oferecendo cursos de cunho profissionalizante nas áreas de auxiliar administrativo, recepcionista e auxiliar de pesca, entre outros.

Como mudanças negativas as avaliações são bem particulares: o que pode ser um avanço em um bairro no outro é uma ausência, logo este item é considerado negativo. Dos cinco adolescentes entrevistados, três vivem em bairros com menos estruturas e serviços públicos e dois em bairros mais bem estruturados.

A falta de pavimentação de ruas e carência de escolas nestes três bairros foram considerada aspectos negativos, pois dois dos três adolescentes têm que se deslocar de seus respectivos bairros para estudar em escolas localizadas em outros bairros da cidade, devido não haver escola que atenda o ensino fundamental maior e o ensino médio no bairro Bela Vista. Aliado a isto, eles questionaram a qualidade das salas de aula da escola que funcionam numa espécie de contêineres muito quentes e pequenos.

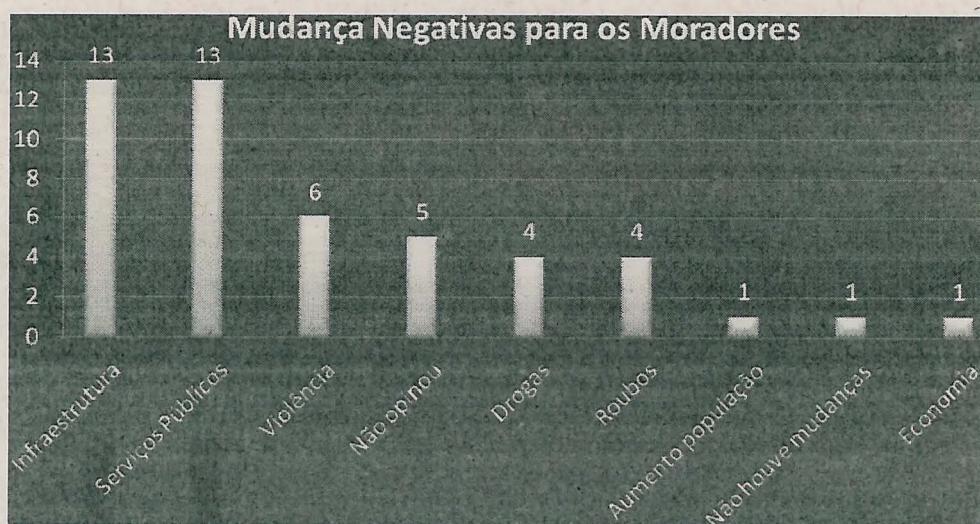
Os demais adolescentes elegeram como negativos os serviços públicos de saúde e segurança pública devido à falta de remédios nos postos, baixo número de pessoas atendidas diariamente, além da falta de profissionais para atender a demanda atual. A deficiência de segurança pública contribui com a violência em geral e, em particular, com a violência sexual contra crianças e adolescentes, inclusive uma destas adolescentes relatou que ela, a mãe e o irmão foram vítimas de roubo, tendo seus celulares e bicicletas subtraídos pelos assaltantes. Esta adolescente disse ainda conhecer uma vítima de violência sexual (na modalidade estupro), conta também que presenciou cenas de assédio de um professor a uma aluna e a tentativa de homens forçando adolescentes a ficarem com os mesmos em uma casa de espetáculo da cidade. As drogas também foram citadas por esta categoria como um ponto negativo.

Gráfico 48. Mudanças Positivas para os Moradores



De acordo com o gráfico, as mudanças positivas na infraestrutura receberam quinze citações, seguido dos serviços públicos que, na opinião dos moradores, melhorou nos últimos anos. Seis pessoas não opinaram sobre o tema, enquanto quatro disseram que não perceberam mudanças. Dois entrevistados disseram que as condições financeiras melhoraram em função de várias famílias terem conseguido empregos e duas pessoas consideraram que o aumento populacional é um fator positivo, sem aprofundar no assunto. Para um morador, nos últimos anos várias atividades se intensificaram no combate à violência contra crianças e adolescentes e observa isto como ponto positivo.

Gráfico 49. Mudanças Negativas para os Moradores



Observamos que todos os gráficos apontam a infraestrutura e os serviços públicos como avanços positivos, porém os mesmos aparecem no topo das reclamações de todas as categorias, justamente porque muitas das ações são efetivadas sem conexão com as demais, exemplo: pavimentação das vias sem instalação da rede de esgoto ou implantação de posto de saúde sem existência de médico, assim como a construção de escolas em locais impróprios. Segundo os participantes da pesquisa, se estes aspectos estruturais não funcionam, certamente contribuem para o crescimento da violência, do consumo de drogas, roubos, crescimento demográfico desordenado, impossibilitando o desenvolvimento com justiça social.

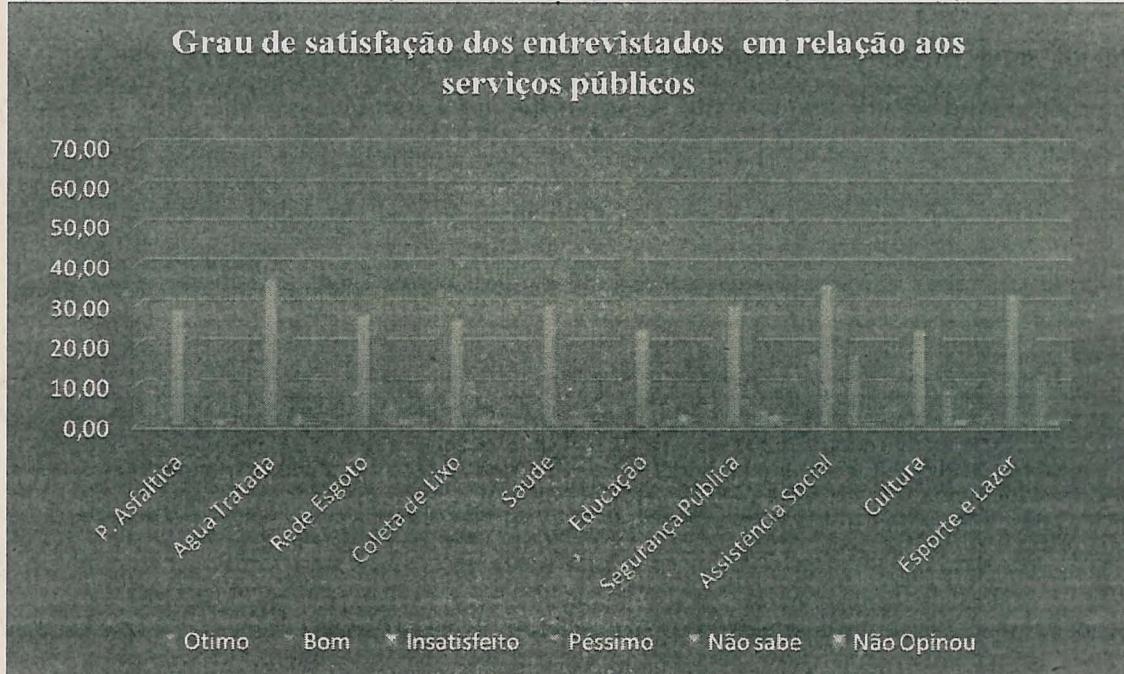
Apesar dos avanços percebidos, a categoria de moradores pontuou ainda muitas ações negativas por dois fatores: (1) a ausência de políticas apropriadas, principalmente os serviços e ou programas sociais incapazes de atender a demanda existente; (2) os

investimentos realizados foram, na sua maioria, em infraestrutura sem a preocupação com a manutenção, continuação e/ou a qualidade dos serviços de atendimento.

7.3. Grau de satisfação da comunidade em relação às condições de infraestrutura

A avaliação da infraestrutura ganha novos contornos com a indagação objetiva e direta sobre quais serviços têm uma percepção satisfatória ou insatisfatória. Neste aspecto, o formulário é expresso em delimitar as categorias de infraestrutura a respeito das quais as pessoas precisam emitir posição subjetiva: pavimentação asfáltica, água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo, saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, esporte e lazer. O gráfico abaixo faz um comparativo entre essas políticas e serviços disponibilizados ou não nos bairros e consequente avaliação dos entrevistados sobre os mesmos.

Gráfico 50. Grau de Satisfação dos Entrevistados em Relação aos Serviços Públicos



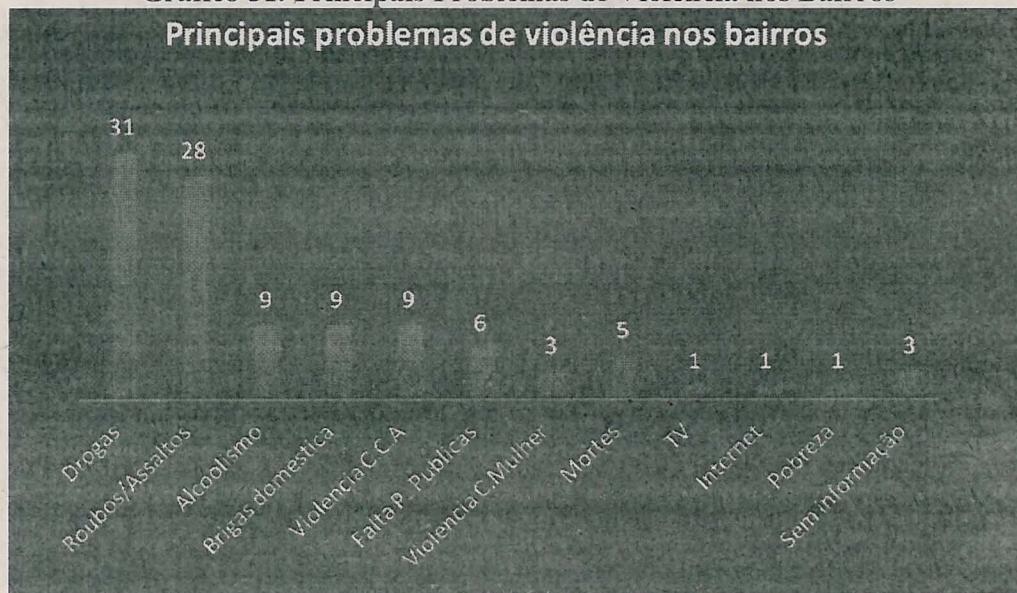
Como avaliação positiva, as políticas que receberam o conceito **bom** foram: educação, coleta de lixo, cultura e pavimentação asfáltica. Como **insatisfatórias**, foram avaliadas as políticas de: água tratada, assistência social, esporte e lazer – em razão de estas não contemplarem todos os bairros, além de a qualidade dos serviços não satisfazer os anseios da população.

Um fator importante nesta avaliação está relacionado aos itens segurança, pavimentação, esporte e lazer. No item pavimentação, o conceito insatisfatório está entre bom e péssimo, que receberam as mesmas porcentagens de indicações. O mesmo acontece com a segurança pública, a qual foi avaliada com conceito bom, no entanto a diferença entre bom, insatisfatório e péssimo é mínima; já esporte e lazer foram avaliados como insatisfatórios numa proporção comparativa um pouco maior entre os itens conceituais. Por fim, a saúde e a rede de esgoto tiveram as piores avaliações, consideradas péssimas por grande parte dos pesquisados.

7.4. Identificação dos principais problemas de violência nos bairros

O questionamento dos principais problemas relacionados à violência ou criminalidade nos bairros de Altamira gerou um grupo de respostas que precisam ser compreendidas como conjunto de violências em que a violência sexual aparece enquanto parte e, portanto, só pode ser enfrentada, de maneira mais eficaz, se houver o enfrentamento concomitante destas outras formas de violação de direitos. O gráfico abaixo procura sistematizar as respostas obtidas com a aplicação do formulário nos bairros.

Gráfico 51. Principais Problemas de Violência nos Bairros
Principais problemas de violência nos bairros



As drogas foram classificadas como a principal causa de violência existente nos bairros, quase sempre em conjunto com o alcoolismo. O uso de um destes torna-se, na opinião dos entrevistados, combustível para a prática dos roubos/assaltos que geralmente

culminam em agressões e homicídios, destruindo famílias e fazendo vítimas as mulheres, crianças, adolescentes e jovens, principalmente em bairros e lares onde a pobreza impera.

Um cenário gravíssimo e triste segundo os relatos dos participantes da pesquisa é o fato de crianças e adolescentes estarem sendo usadas para o tráfico e consumo de drogas, levando-os a trilharem o caminho da prática da violência – ato infracional – e do ingresso no mercado da exploração sexual e do trabalho infanto-adolescente de caráter exploratório, ceifando o direito de terem uma vida digna.

Esta relação entre drogas, ato infracional e violência sexual, apesar de ter sido reiterada nos discursos dos entrevistados, precisa ser mais bem investigada em futuras pesquisas para que haja a identificação das formas como estes três marcadores se relacionam e se concretizam na realidade local.

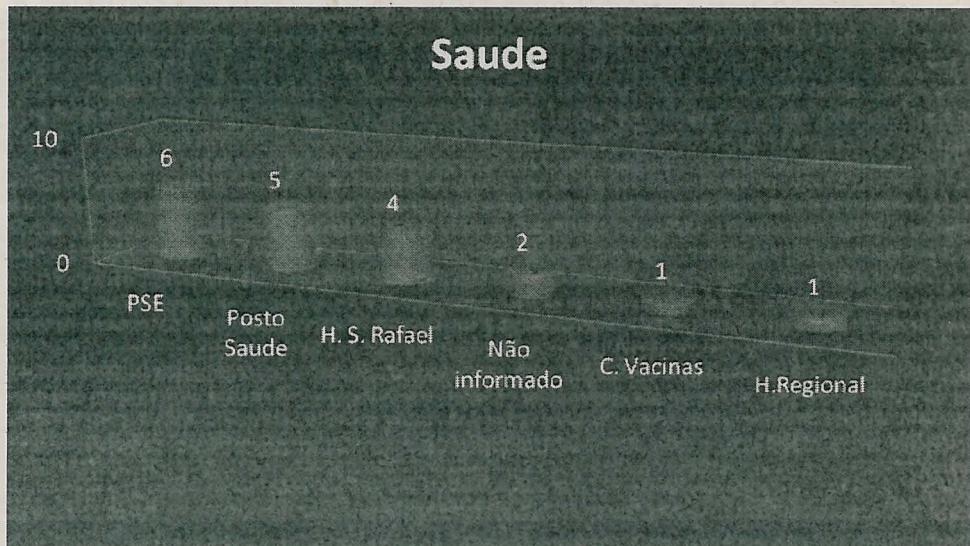
As pessoas entrevistadas relataram os principais problemas de violência nos bairros sinalizando, em determinados momentos, explicações que variavam entre causas e consequências da violência. Segundo alguns entrevistados, a falta de políticas públicas é uma violência, pois viola os direitos humanos garantidos em lei e, ao mesmo tempo, é a causa, porque permite que outras situações de violência se intensifiquem e propaguem, como roubo/assalto devido às condições precárias da segurança pública.

Interessante notarmos a presença de problemas de violência ligados aos conteúdos existentes nos canais televisivos e na internet, os quais, segundo os entrevistados, seriam causas da violência por motivarem as pessoas a agirem de maneira mais agressiva.

7.5. Serviços/programas frequentados por crianças e adolescentes nos bairros

Neste tópico trataremos da participação de crianças e adolescentes nos diversos serviços e programas sociais implantados pelo poder público e pelas entidades sociais nos bairros da cidade de Altamira, procurando identificar quais são estes espaços e como ocorre esta participação. Os dados coletados foram distribuídos e analisados em cinco categorias – saúde, escola, assistência social, cultura, esporte e lazer – que correspondem ao mesmo grupo de categorias existentes no formulário DRP.

Gráfico 52. Saúde



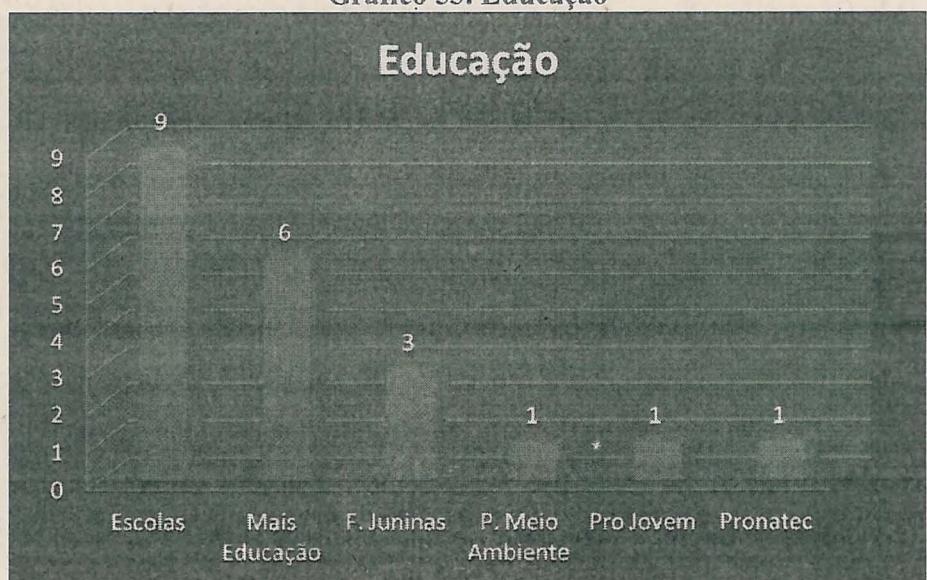
Observamos que em relação à saúde o Programa Saúde na Escola (PSE) é o mais citado pelos entrevistados, este consiste numa ação de orientações básicas de prevenção em saúde com as crianças e adolescentes devidamente matriculados nas escolas, é citado em seis dos 15 bairros.

Os postos de saúde são citados em cinco bairros como serviços de saúde utilizados não só pelas crianças e adolescentes, assim como pela população em geral. Evidentemente que nem todos os bairros possuem postos de saúde, geralmente a Unidade de Saúde de um determinado bairro atende vários outros, como é o caso da Unidade dos Bairros Jardim Independente II, Premem, Sudam I e II, e Bela Vista.

O Hospital Municipal São Rafael, apesar de aparecer em quatro citações, é um serviço de saúde pública que atende todos os bairros. As campanhas de vacinação são um serviço que atende determinados públicos vinculados aos tipos de vacinas e à prioridade de atendimento. Dois bairros aparecem sem nenhuma informação sobre os serviços e programas, no entanto não podemos afirmar que os mesmos não possuam tais serviços e programas.

O Hospital Regional da Transamazônica aparece em último, com apenas uma referência, possivelmente em decorrência de atender casos mais complexos e, segundo entrevistados, existe muita burocracia para acesso ao mesmo.

Gráfico 53. Educação



O gráfico mostra os serviços e programas de educação em que as crianças e adolescentes estão inseridos. Escola é uma categoria que representa as instituições de ensino que oferecem os serviços de educação, os entrevistados fizeram questão de ressaltar a presença de determinadas escolas existentes nos bairro ou em que as crianças/adolescentes estudam. Vale ressaltar que estas instituições de ensino não estão necessariamente implantadas nos bairros dos entrevistados que as citaram.

O Programa Mais Educação aparece como referência em seis bairros. O projeto Meio Ambiente e o Pronatec são políticas do Governo Federal executadas em convênio com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e estão ligadas às escolas municipais que envolvem crianças e adolescentes, oferecendo atividades extracurriculares.

As festas juninas são ações promovidas pelas escolas, igrejas e associações dos bairros, das quais as crianças e os adolescentes participam, sempre no período de junho do ano. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que tem como finalidade formação básica para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional, foi citado em um único bairro como sendo espaço de participação de crianças e adolescentes.

Gráfico 54. Assistência Social

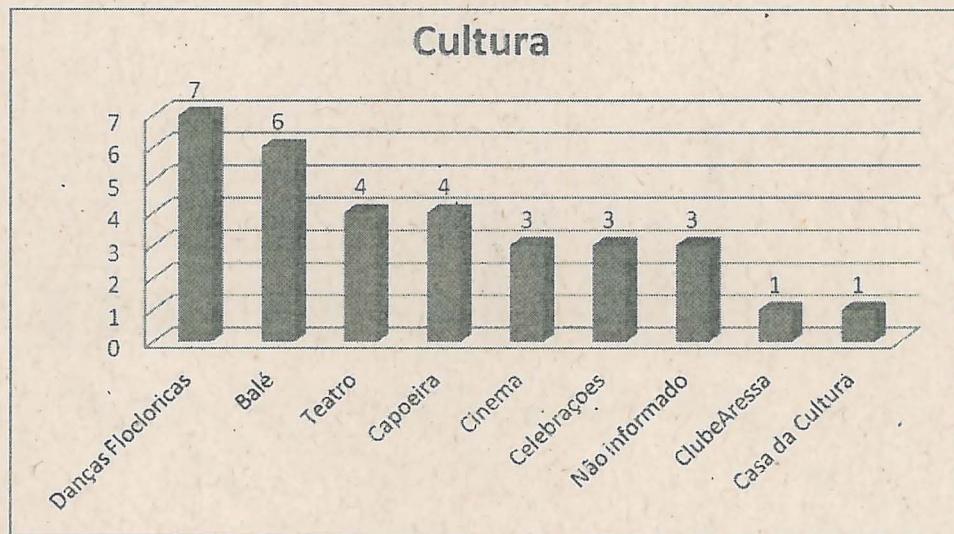


Nesta categoria um detalhe que requer atenção é o fato de os entrevistados de cinco bairros não indicarem nenhuma informação relativa aos serviços e/ou programas relacionados à assistência social. Destes cinco bairros, três estão localizados em áreas periféricas (Baixão do Tufi, Invasão dos Padres e Jardim Primavera) com pouca infraestrutura, contudo dois são da área central da cidade (Orla do Cais e Uirapuru).

Os demais itens são os programas e serviços relacionados à assistência social, aos quais as crianças e adolescentes frequentam, com destaque para o índice de referenciais para o CRAS, o CREAS e o PETI.

Além disso, o PROJOVEM foi citado neste item da assistência social, assim como no da educação, os quais, somados, dariam uma boa representatividade numa análise comparativa entre os bairros. Devemos lembrar que a comparação analítica é feita exclusivamente em relação aos 15 bairros pesquisados.

Gráfico 55. Cultura



As danças folclóricas são indicadas por representantes de sete bairros da cidade, sendo uma das atividades culturais em que crianças e adolescentes participam. Nestas atividades estão inclusas as festas juninas, danças de catimbó e quadrilhas organizadas nas escolas, mas o carro-chefe desta são os grupos folclóricos existentes nos bairros (como Explosão Bela Vista, Cisne Branco, entre outros) que têm o reconhecimento, pelos entrevistados, do importante trabalho cultural desempenhado com crianças e adolescentes, sobretudo nos ensaios e na atuação no festival folclórico promovido pela Prefeitura, sempre no mês de junho.

A atividade de balé está também ligada, segundo os entrevistados, ao programa social Balé Arte, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, assim como o cinema, este sendo o único existente na cidade. A atividade de capoeira que aparece, segundo os dados obtidos, é realizada no âmbito do Programa Mais Educação executado pelas escolas que, além das atividades de capoeira, contempla atividades de teatro, futebol, música, entre outras.

Em três bairros foi citado que as comunidades ligadas às paróquias da Igreja Católica e templos das Igrejas Evangélicas desenvolvem atividades de celebração de datas religiosas, como as festas dos santos padroeiros de cada paróquia, nas quais as crianças e adolescentes participam. Em outros três bairros não há informações a respeito das atividades culturais. Por fim, aparece a sede da associação recreativa ARESSA, que é um clube de festa e recreação do bairro Brasília criado há muitos anos, onde são realizadas atividades culturais.

Gráfico 56. Esporte e Lazer



Em relação ao Esporte e Lazer, o programa mais citado foi a Escola do Zico 10, uma parceria da Prefeitura com o ex-jogador de futebol Artur Antunes Coimbra, popularmente conhecido por Zico, que seleciona crianças para participar da escolinha de futebol, desde que estejam efetivamente matriculadas nas escolas pública do município.

7.6. Ações desenvolvidas pela comunidade

No formulário DRP, este item aparece como opção de pergunta livre ou aberta para os entrevistados, direcionado para a identificação de quais ações a comunidade de cada bairro tem envolvimento e, num segundo momento, se nestas ações há participação de crianças e adolescentes. Uma terceira questão, já voltada para relacionar a participação de crianças e adolescentes com atividades pré-fixadas no formulário DRP, aparece para dar visibilidade e detalhamento mais específico das formas de participação.

O gráfico abaixo apresenta a divisão em categorias das respostas obtidas com a passagem do formulário DRP da metodologia PAIR em relação aos tipos de ações desenvolvidas em cada bairro.

Gráfico 57. Ações Desenvolvidas nos Bairros



O gráfico representa de forma sistematizada as diferentes ações indicadas pelos agentes entrevistados. Para uma melhor compreensão, as respostas foram distribuídas em oito categorias. O destaque fica para as atividades de cultura e lazer que obtiveram 10 indicações, seguidas das ações de participação política, educação e religião.

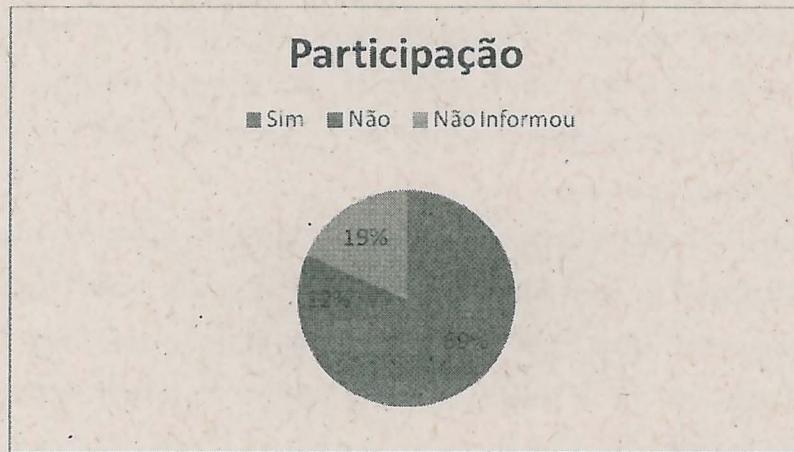
As atividades de cultura e lazer são, em sua maioria, desenvolvidas pelas escolas por meio dos programas sociais que desenvolvem atividades de danças, capoeira, teatro e futebol. As igrejas católicas e evangélicas desenvolvem trabalhos diretamente com crianças, adolescentes e jovens através de atividades pastorais como palestras, música e teatro.

As ações de emprego e renda, saúde e assistência social estão na responsabilidade das associações de moradores de bairro e do poder público, por meio das secretarias municipais, que desenvolvem atividades como Projovem, cursos de capacitação em informática, pintura em tecidos, manicure e pedicure, assim como ações sociais com idosos.

7.7. Participação dos grupos de crianças e adolescentes nas ações dos bairros

Quanto à participação de crianças e adolescentes nas ações definidas no item anterior, o gráfico abaixo apresenta o resultado sistematizado.

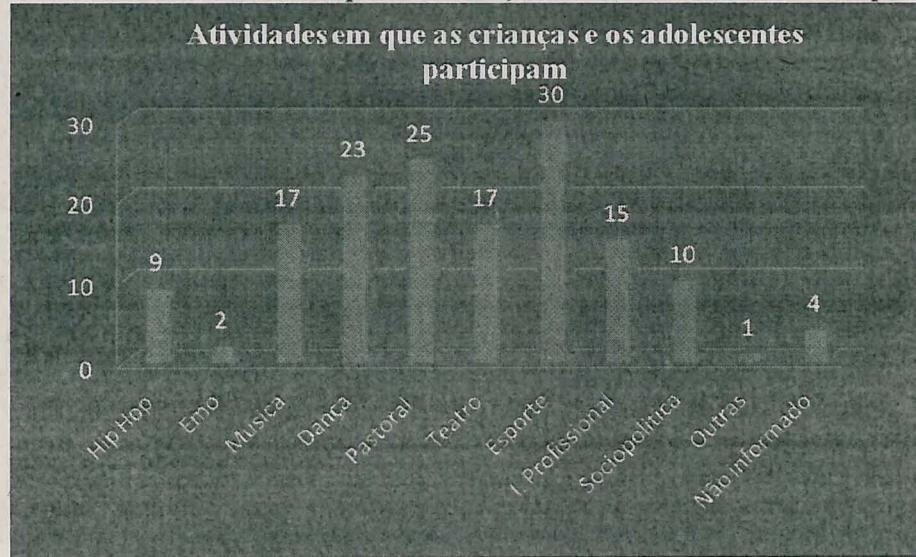
Gráfico 58. Participação de crianças e adolescentes



As informações coletadas representadas no gráfico demonstram que 69% dos entrevistados responderam que há participação das crianças e adolescentes nas ações desenvolvidas nos bairros, enquanto 12% disseram que não há participação, e 19% não opinaram ou não souberam responder.

O gráfico abaixo procura sistematizar as respostas absolutas referentes à participação dos grupos de adolescentes detalhando as atividades que compõem cada categoria apresentadas anteriormente.

Gráfico 59. Atividades em que as Crianças e os Adolescentes Participam



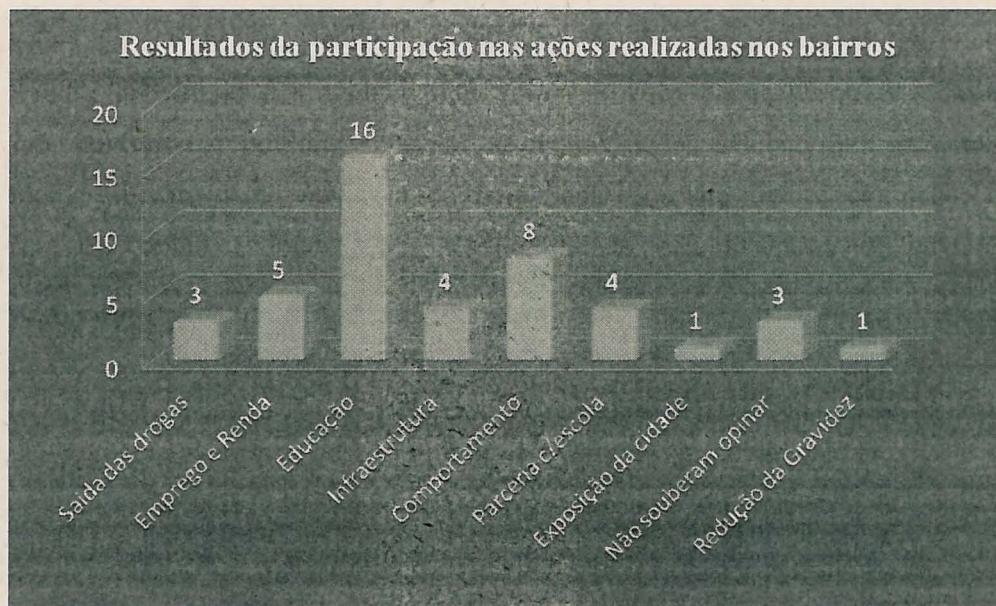
As atividades como hip hop, danças, esporte, teatro e capoeira estão relacionadas à categoria educação e são desenvolvidas pelas escolas por meio do Programa Mais Educação.

As atividades sociopolíticas e de inserção profissional, como palestras de sensibilização, abaixo-assinados e passeatas, são desenvolvidas pelas associações de moradores, sindicatos e movimentos sociais em parceria com as escolas, igrejas e unidades de saúde, visando à sensibilização da comunidade em geral em temas como dengue, violência e melhorias socioeconômicas dos bairros.

Nas atividades pastorais executadas pelas igrejas católicas e evangélicas destacam-se as ações ligadas à música, teatro, festas juninas, festas de padroeiros, catequese, retiros, grupos de orações, cultos e Pastoral da Juventude, as quais contribuem para a formação de caráter e educação da fé cristã, com participação de grande quantidade de crianças, adolescentes e jovens.

Também incluímos no gráfico abaixo, para visualização de forma sintética, o que cada entrevistado destacou como resultado da inserção destes grupos infanto-adolescentes nas atividades desenvolvidas nos bairros.

Gráfico 60. Resultados da Participação nas Ações Realizadas nos Bairros



A categoria educação aparece no topo e isto se justifica por reunir o conjunto de instituições de ensino que incluem a participação do maior número de crianças e adolescentes, também por desenvolverem programas e ações sociais de caráter sociocultural, esportivo, educativo e político, com isso os entrevistados avaliam que são muitos os resultados positivos, como melhoria do rendimento escolar, melhor convivência entre colegas e na família, e mudança no comportamento, este último com quantidade de

indicações tão expressiva que foi necessário criar uma categoria específica, com oito referências.

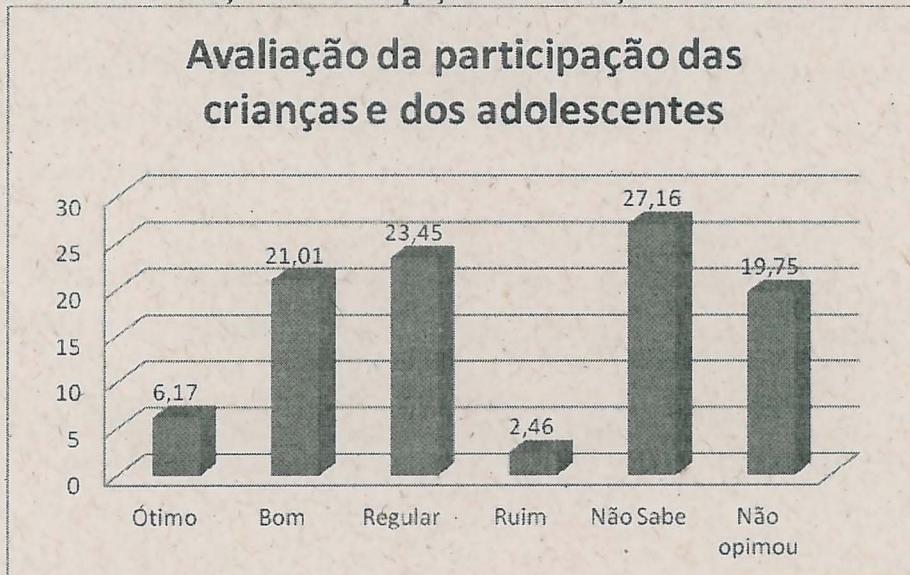
A categoria emprego e renda envolve a participação em cursos profissionalizantes em parceria com associações, escolas e poder público, os quais proporcionaram aos jovens o primeiro emprego.

As melhorias da infraestrutura, como construção de poços artesianos e ampliação do atendimento à saúde são vistas, pelos entrevistados, como saldo das ações de mobilização e reivindicação política realizadas nos bairros, em que crianças e adolescentes também participam.

Palestras sobre gravidez e drogas, principalmente no bairro Jardim Independente II, têm contribuído para a redução dos casos de gravidez precoce, assim como para a saída das drogas. De acordo com os relatos dos participantes da pesquisa, a participação deste público nas ações tem refletido diretamente na vida das crianças, adolescentes e da família como um todo. No entanto, lembram que, mesmo com tantos frutos percebidos, é preciso ampliar e melhorar esta participação, pois a análise comparativa geral dos dados mostra que os programas sociais desenvolvidos pelas escolas são os principais responsáveis pelos êxitos alcançados.

A avaliação dos entrevistados da participação das crianças e dos adolescentes nas ações desenvolvidas em cada bairro está sistematizada no gráfico abaixo.

Gráfico 61. Avaliação da Participação das Crianças e Adolescentes



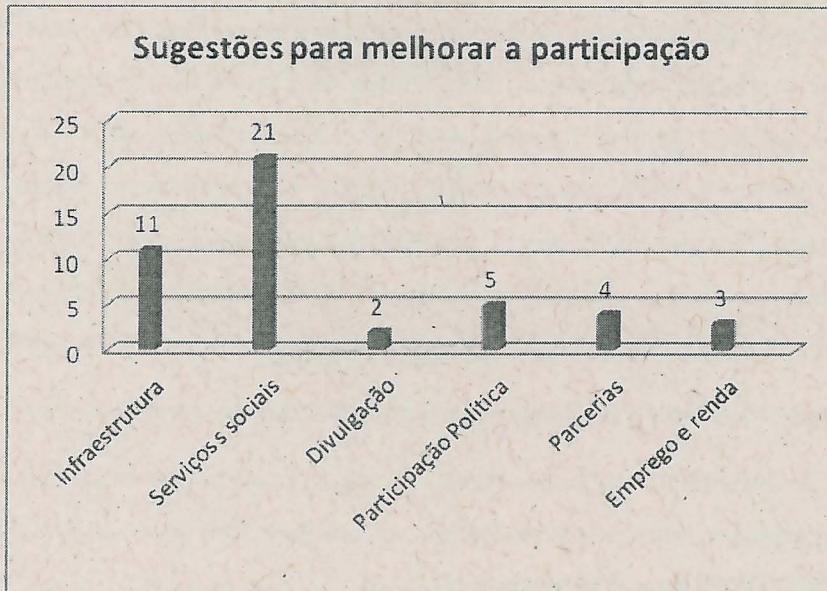
Segundo os entrevistados, a participação se dá de forma pontual por meio das atividades que as escolas, associações, igrejas, movimentos sociais e poder público promovem em datas, eventos ou ocasiões especiais. De acordo com as informações apuradas, vários fatores contribuem para que a participação das crianças e dos adolescentes não tenha um caráter continuado: (1) falta de investimento nas políticas públicas de infraestrutura nos bairros, sobretudo nas áreas de lazer e esporte, como praças e quadras esportivas; (2) falta melhor articulação entre os agentes – públicos e privados – que trabalham direta ou indiretamente com políticas relacionadas às crianças e adolescentes; (3) falta de articulação entre CRAS, CREAS, CAPS II, CAPSI, PROJOVEM, escolas e famílias; (4) a escola não consegue aprofundar e problematizar temas sobre violência contra criança e adolescente na sala de aula; (5) insuficiência dos programas sociais atuais de atendimento da demanda existente na atualidade, beneficiando apenas uma parte das crianças e dos adolescentes que estão na escola, e sem perspectiva concreta para abranger aquelas que estão fora da escola.

O gráfico também mostra uma percepção entre ótimo, bom e regular por 41 pessoas dos 81 entrevistados, representando aproximadamente 50% do total de pessoas pesquisadas, configurando-se numa quantidade satisfatória de pessoas avaliando que a participação das crianças e dos adolescentes tem aspectos positivos e construtivos.

No entanto, a somatória das pessoas que disseram não saber responder a pergunta e as que não quiseram opinar a respeito chega a um índice 46,91%, isto é, 38 pessoas. Tal constatação pode indicar a necessidade de debater mais sobre este tema, questionar e problematizar as ações cotidianas dos moradores de cada bairro, para que a sociedade não fique alheia aos assuntos e às políticas voltadas para crianças e adolescentes. Uma quantidade mínima de duas pessoas avaliou a participação como ruim, porém sem aprofundar reflexão sobre a avaliação feita.

Por último, temos o gráfico com a sistematização das sugestões para melhoria da participação de crianças e adolescentes nas ações desenvolvidas nos bairros.

Gráfico 62. Sugestões para Melhorar a Participação



O principal foco de sugestões informadas pelos entrevistados diz respeito à melhoria da inclusão de crianças e adolescentes em serviços e programas sociais como o Programa Mais Educação, e em atividades socioculturais e esportivas, com a apresentação de várias sugestões sintetizadas na importância da ampliação dos programas e serviços sociais existentes, elaboração de novas propostas em escolas e bairros ainda não contemplados, ampliando o número de participantes com atividades que envolvam pais e responsáveis.

Como melhorias na parte de infraestrutura, foram sugeridas a construção de praças, quadras esportivas, adequação das escolas e construção de centros de formação integrada nos bairros onde serão desenvolvidas atividades socioeducativas, esportivas e culturais, além de ações voltadas para a profissionalização e inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

Segundo alguns entrevistados, as atividades que envolvem e valorizam o protagonismo infanto-adolescente devem ser mais bem divulgadas, daí haver um tópico específico para a categoria “divulgação”. Conforme informações coletadas, existe o reconhecimento da atuação das associações de bairro e dos movimentos sociais na promoção de ações incentivadoras da participação política de crianças e adolescentes contribuindo para o desenvolvimento dos bairros e mobilização dos moradores, mas a sugestão é de que é preciso que o público infanto-adolescente esteja mais inserido neste processo, ajudando a discutir os assuntos relevantes e incluindo, entre os pontos de discussão e mobilização, os assuntos de seus próprios interesses.

Os participantes da pesquisa indicaram ainda que as escolas com maior envolvimento dos profissionais da educação têm uma melhoria do nível de participação das crianças e adolescentes, assim como outros resultados de comportamento, aprendizado, convívio social e familiar. Isto só é possível, conforme indicativo dos entrevistados, quando ocorre efetiva parceria entre escola, família e comunidade. Como sugestão para o fortalecimento e ampliação destas parcerias, foi indicada a necessidade de maior integração entre todos os agentes envolvidos direta ou indiretamente com a causa infanto-juvenil para garantir a efetiva promoção e proteção dos direitos da criança e adolescente.

7.8. Conhecimento de violência sexual contra crianças e adolescentes

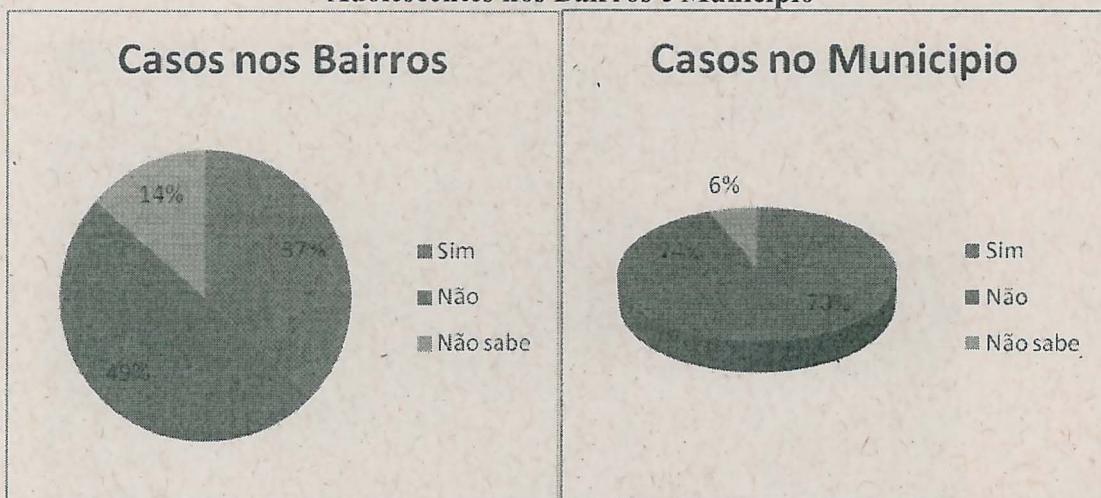
As informações básicas sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes foram problematizadas junto aos participantes da pesquisa apenas na parte final de aplicação do formulário DRP, isto por dois motivos.

O primeiro, por uma questão de estratégia de pesquisa, com o intuito de diminuir as resistências advindas da entrada em pauta de um tema tão polêmico como o da violência sexual, fazendo com que os entrevistados primeiro respondessem perguntas de caráter mais amplo e, somente depois, houvesse o aprofundamento nas questões centrais da pesquisa.

Segundo, devido ao fato de o liame de estruturação das perguntas do formulário DRP se preocupar com o contexto e as condições sociais dos bairros, tomando-os, ainda que não explicitamente, referenciais obrigatórios para o questionamento da ocorrência e das formas de ocorrência da violência sexual em cada bairro, definindo, assim, o argumento de que os cenários dos crimes sexuais contra crianças e adolescentes estariam articulados, direta ou indiretamente, à falta ou ao déficit da intervenção sócio-estatal nos bairros.

Os primeiros questionamentos a respeito da violência sexual se inserem na percepção ou conhecimento, por parte dos entrevistados, de casos ocorridos no bairro e no município, tomando, portanto, dois referenciais de abrangência territorial de maneira autônoma. Os gráficos a seguir explicitam a somatória dos dados obtidos para cada território.

Gráfico 63. Conhecimento de Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes nos Bairros e Município



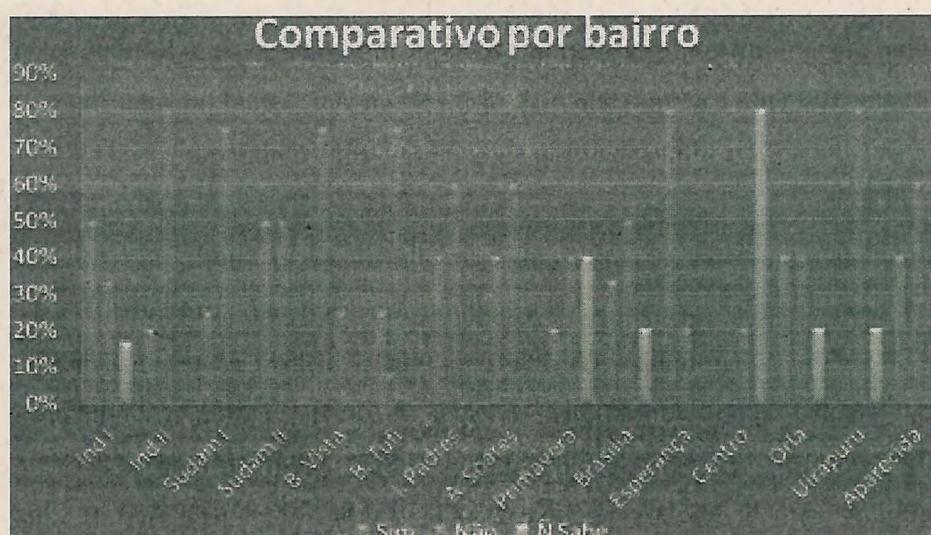
A análise comparativa entre os gráficos demonstra que a quantidade de pessoas que responderam, de maneira afirmativa, sobre conhecimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é maior no tocante à dimensão municipal do que à dos bairros, numa quantidade de 57 e 30 pessoas, respectivamente, o que gera uma quantidade 52% maior de entrevistados com conhecimento em nível de município.

O gráfico relativo aos casos por bairro revela, também, que a maior parte dos entrevistados, ou seja, 49%, disse não saber da existência destes casos em seus bairros, e 14% não souberam opinar. Esta margem considerável de respostas negativas ou omissas precisaria de aprofundamento na problematização e na investigação dos motivos destas respostas, questões que os dados obtidos pelos formulários DRP não conseguiram abranger.

No âmbito municipal a predominância de respostas afirmativas à indagação também está ligada ao fato de que uma ampla quantidade de pessoas que disseram não saber de casos nos bairros responderam que sabiam de casos que haviam acontecido no município através dos meios de comunicação local.

Abaixo apresentamos uma análise comparativa das respostas obtidas estritamente com relação ao conhecimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes nos bairros de moradia dos entrevistados, procurando agrupar o grupo de entrevistados por bairro.

Gráfico 64. Comparativo por Bairro do Conhecimento de Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes



Os bairros que apresentam maior índice de respostas afirmativas são Boa Esperança, Bela Vista e Jardim Independente I. Com exceção deste último bairro, os outros dois figuram entre aqueles mais carentes em serviços públicos e infraestrutura, segundo os dados apurados e analisados no item 7.3 deste relatório. Isto nos remete a uma reflexão mais ampla que possibilita fazer um paralelo entre ausência de políticas públicas e os índices de casos de violência sexual contra as crianças e adolescentes.

Os bairros próximos ou localizados na área central da cidade, notadamente Orla do Cais, Centro e Uirapuru, que possuem melhores estruturas sociais e acesso às políticas públicas, assim como uma presença mais constante dos aparatos dos órgãos de segurança pública, acabam por ter número menor de casos conhecidos pelos entrevistados.

Os bairros que possuem maior quantidade de respostas negativas são Jardim Independente II, Uirapuru, SUDAM I, Baixão do Tufi, Invasão dos Padres, Alberto Soares e Aparecida. Em todos estes, pelo menos 60% dos entrevistados responderam de maneira negativa à indagação. No entanto, relatos oriundos dos próprios pesquisadores da equipe dão conta de que, em alguns destes bairros, especificamente no Baixão do Tufi, Invasão dos Padres e Aparecida, houve resistência (ou, na opinião do entrevistador, medo) por parte dos entrevistados em responderem a esta e as demais perguntas relativas à violência sexual, pois nestes bairros vários entrevistados afirmaram que não saberiam responder a pergunta e indicavam uma vizinha para obtermos os dados, além de dizerem que moravam há pouco tempo no local. Somente depois de explicar, novamente, e de maneira mais detalhada, os

objetivos da pesquisa e o sigilo dos nomes dos entrevistados, é que alguns entrevistados se mostravam mais confiantes em responder as perguntas, porém, na maioria das vezes, de forma negativa ou reiterando que não sabiam de nada a respeito disto.

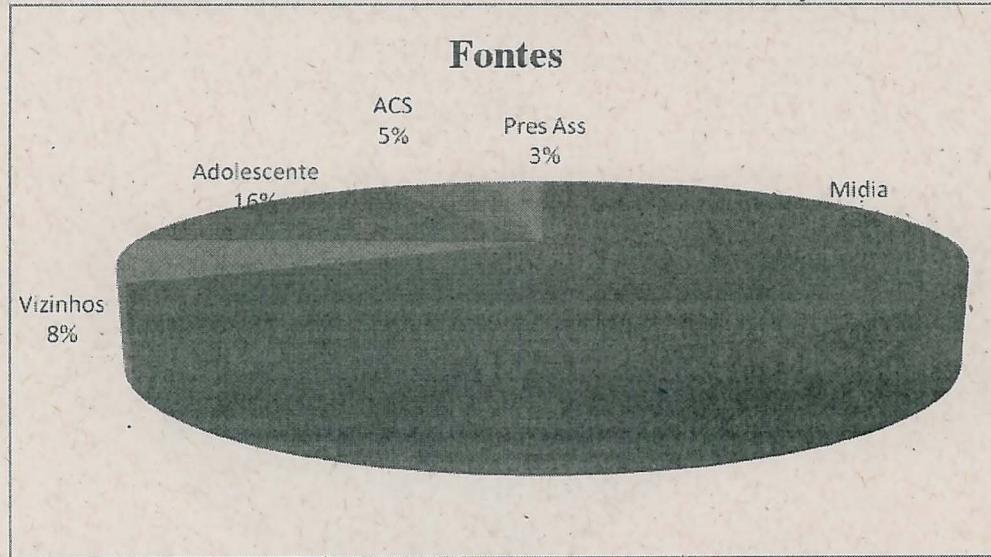
Dentre os entrevistados que informaram de maneira positiva terem conhecimento de casos de violência sexual, a maioria relatou que eles geralmente tiveram por agressores e vítimas pessoas com vínculos familiares, dificultando a denúncia. Os entrevistados também relataram a existência de locais “fora da família” em que meninos e meninas ficam expostos facilitando a ação dos agressores, como os postos de combustíveis, ruas com maior concentração de bares, restaurantes e supermercados, assim como os arredores de escolas públicas.

7.9. Fontes e locais de denúncia dos casos de violência sexual

No formulário DRP, as “fontes da informação” são consideradas as formas como as pessoas souberam dos casos de violência sexual, melhor perceptível pela ideia de com quem souberam destes casos. Em seguida, indagava-se em qual local haviam denunciado os casos.

O gráfico abaixo apresenta a sistematização das fontes informadas pelos entrevistados.

Gráfico 65. Fontes dos Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes



O gráfico mostra as categorias das fontes que acabaram se convertendo nas pessoas ou nos meios que detinham a informação a respeito dos casos e transmitiram para os entrevistados tomarem conhecimento.

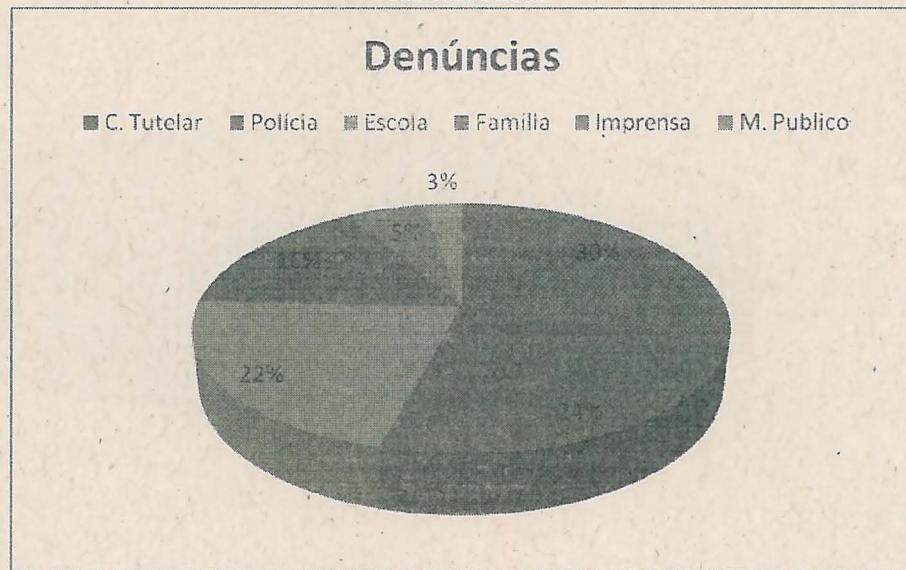
A maior quantidade de fontes são a mídia e os professores, detendo 68% da quantidade total dos dados computados. Com isso, comprova-se o papel de difusores das informações para os meios de comunicação e de interlocutores estratégicos do espaço escolar para os professores. Cada qual detém uma posição social que lhes permite acesso às informações que circulam pela sociedade e, no caso dos docentes, pelos bairros e escolas de sua atuação profissional, tornando-os agentes fundamentais na tarefa de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

O terceiro grupo mais citado de “fonte de informação” são os adolescentes, este grupo se constitui de estudantes que repassaram as informações a respeito de casos de violência sexual.

Por último, alguns disseram ter ouvido dos vizinhos, dos presidentes de associações de moradores e dos ACS, estes últimos enquanto pessoas que, ao trabalharem com visitas domiciliares às famílias para atendimento preventivo ou emergencial de saúde, puderam diagnosticar situações suspeitas de violência, sexual ou não, contra crianças e adolescentes e fazerem as denúncias.

O próximo gráfico é relativo aos locais ou instituições para as quais foram denunciados os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Gráfico 66. Locais de Denúncia dos Casos de Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes



As informações representadas no gráfico mostram a importância estratégica de três órgãos centrais no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: Conselho

Tutelar, Polícia e Escola. Os três detêm 76% das referências de local para o qual os casos foram denunciados, na apuração dos dados apresentados pelos entrevistados.

A escola, apesar de não ser uma instituição de defesa e proteção, exerce papel fundamental no recebimento de denúncias. A família também apresenta quantidade considerável de indicações pelos entrevistados, porém o MPE é o que possui menos indicações de local de denúncia, algo que precisa ser mais bem trabalhado junto à sociedade para que possa aumentar o reconhecimento do papel do MPE no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

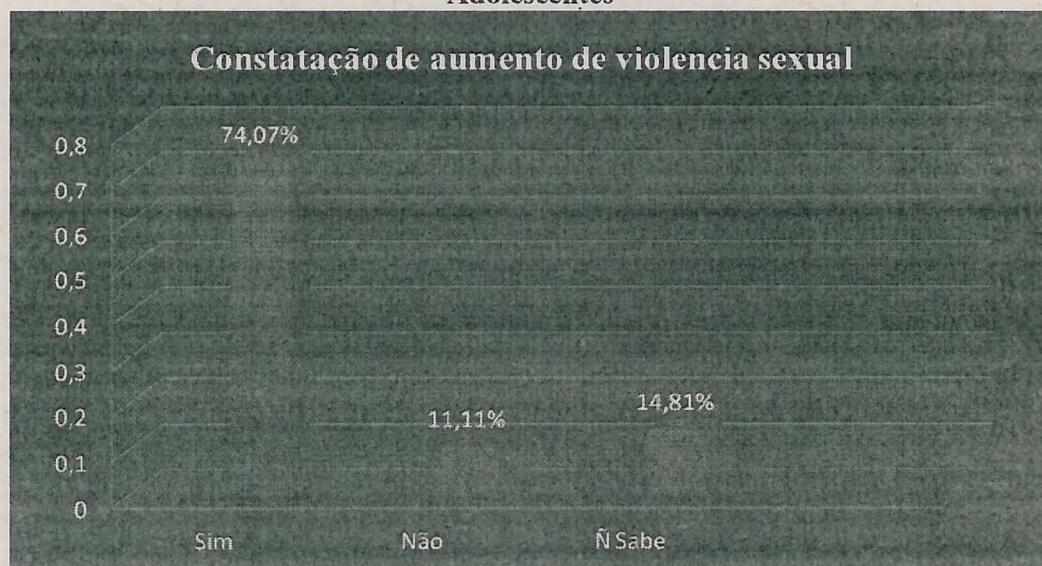
7.10. Eventos que contribuem para o aumento da violência sexual

Uma das últimas perguntas do formulário DRP aplicado nos bairros diz respeito à definição objetiva, por parte dos entrevistados, sobre se têm observado o aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes quando ocorrem eventos no município, como carnaval, festividades folclóricas, atividades esportivas e grandes empreendimentos.

Os entrevistados não precisavam responder quais eventos estavam relacionados à sua afirmação, apenas se tinham a impressão de que o aumento de casos estava ocorrendo em decorrência destes eventos locais.

O gráfico abaixo sistematiza as respostas obtidas dos entrevistados entre afirmações positivas, negativas e de desconhecimento de informações que possibilitem posicionamento sobre esta questão.

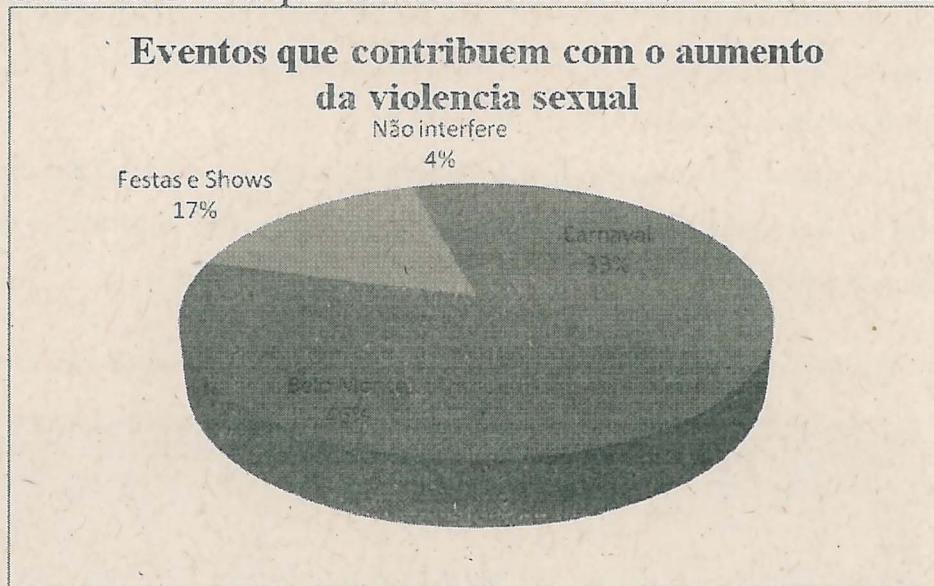
Gráfico 67. Constatação do Aumento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes



Segundo os dados apurados, aproximadamente sete de cada dez pessoas entrevistadas indicaram ter observado aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira durante os eventos. Este índice é o mais alto dentre todos os setores participantes da pesquisa e configura-se como informação importante para compreensão da maneira pela qual a população em geral tem vivenciado a questão, estando acima, inclusive, da quantidade de pessoas que responderam afirmativamente terem conhecimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do município (70%), conforme apresentado no item 7.8 deste relatório.

Para um grupo mais restrito de 24 entrevistados, moradores dos bairros Independente I e II, Bela Vista, Sudam I e Sudam II, foi sugerido que detalhassem quais eventos sociais estariam ligados à sensação de aumento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. O gráfico abaixo apresenta a computação dos resultados obtidos.

Gráfico 68. Eventos que Contribuem com o Aumento da Violência Sexual



Segundo os dados apresentados, quase metade dos 24 entrevistados que detalharam a relação entre eventos sociais e violência sexual definiram o empreendimento da construção da UHE Belo Monte como sendo a causa do aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Segundo boa parte destes entrevistados, o empreendimento não está apenas contribuindo para o aumento da violência sexual contra este público específico, mas para o crescimento da violência de maneira geral e em todas as suas acepções fáticas.

O segundo evento social mais indicado, por 33% dos entrevistados, é a festividade do carnaval, que tradicionalmente ocorre entre os meses de fevereiro e março, onde há, com frequência, a constatação de fatos envolvendo a violência sexual.

As festas e shows também aparecem como fatores que contribuem para o aumento da violência sexual, principalmente, segundo os entrevistados, para os crimes de assédio e exploração sexual comercial, pois são locais em que há intenso consumo de bebidas alcoólicas, falta de fiscalização mais rigorosa dos órgãos competentes e forte presença de adolescentes.

7.11. Sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município

A última pergunta do formulário DRP aplicado nos bairros da cidade de Altamira solicitava a apresentação de sugestões para melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

As diversas respostas obtidas foram reunidas e analisadas de maneira comparativa para identificação daquelas que possuíam semelhanças de ideias, de modo a apresentar no relatório respostas que não se repetissem ou que tivessem a mesma finalidade.

Desse modo, os indicativos inseridos abaixo trazem as 40 sugestões oriundas dos entrevistados e sistematizadas pela equipe de pesquisa do projeto.

1. Os ACS trabalharem em conjunto com as famílias e a comunidade.
2. Mais segurança nas festas e eventos sociais.
3. Investimento em programas sociais que envolvam os adolescentes e as famílias.
4. Medidas que possam punir esses indivíduos que cometem qualquer tipo de violência contra as crianças e adolescentes.
5. Mais interação entre as instituições e fortalecimento da rede que atua com crianças e adolescentes.
6. Oferta de cursos que trabalhem a sensibilização junto às escolas e famílias para que haja maior número de denúncias e, consequentemente, punição aos infratores.
7. Investimento na estrutura familiar e em projetos que visem a formação para a cidadania. O poder público tem que estar mais próximo dos cidadãos.
8. Maior controle nas festas impedindo que crianças as frequentem e adolescentes fiquem até altas horas da madrugada.

9. Envolvimento de todos que trabalham no serviço público, além das famílias, ACS e professores, todos têm que ter a capacidade de discutir estes temas melhorando a interação entre os envolvidos.
10. Mais diálogo entre as famílias e palestras para sensibilizar a população para denunciar os casos.
11. Mais segurança nas escolas, leis mais rigorosas, punição severa aos agressores e mais compromisso da escola em relação a este tema.
12. Mais oportunidades aos adolescentes e jovens, formação profissional, construção e implementação de escolas de ensino médio, além de melhoria da estrutura dos bairros.
13. Democratização dos órgãos de segurança, as autoridades devem sair dos gabinetes e ir ao encontro das comunidades. Todos os profissionais do setor público e privado, principalmente os da educação, devem se envolver com esse tema. A escola tem que trabalhar as questões relacionadas aos valores fundamentais da vida
14. Mais punição para os agressores, denúncias dos casos e mais investimento da Prefeitura nos bairros.
15. Mais policiais fiscalizando os bairros e melhoria da iluminação pública.
16. Realizacao de um trabalho junto às famílias por meio das escolas, igrejas, poder público e sociedade.
17. Participação da assistência social nas escolas por meio de palestras de profissionais especializados no assunto.
18. Envolvimento das crianças nas atividades socioeducativas e esportivas. Espaços de lazer com estrutura adequada.
19. Capacitação para os profissionais dos setores públicos e privados para trabalharem com crianças e adolescentes.
20. Programas Sociais com mais atividades sócio-esportivas e aproveitamento do tempo ocioso das crianças e dos adolescentes.
21. Maior frequência de atuação da Ronda Escolar da Polícia Militar, mais cursos e comunicação.
22. Mais agilidade no andamento e julgamento dos processos judiciais sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes.
23. Mobilização dos órgãos: Conselho Tutelar, Polícia, Juizado da Infância, Promotoria Pública e outros, para juntos promoverem ações com as famílias nos bairros e palestras nas escolas para os alunos, visando a prevenção.

24. Criação de um local de apoio para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.
25. Eliminação do carnaval e das festas folclóricas do calendário festivo do município.
26. Cursos para adolescentes.
27. Responsabilização dos pais pelo abandono e falta de acompanhamento aos filhos.
28. Mais policiamento nas ruas.
29. Mais conselheiros tutelares, mais acompanhamento dos pais.
30. Construção de locais para abrigar essas crianças e adolescentes que vivem nas ruas das cidades.
31. Trabalho de conscientização na família, mais salas de aula, mais projetos educacionais nas escolas, apoio às famílias carentes.
32. Mais participação pública voltada para enfrentamento da violência sexual, conscientização por parte da comunidade e pelos pais de vítimas pra evitar a violência.
33. Aumento da renda das famílias mais carentes da cidade pelo governo, para não ser preciso que as mães trabalhem fora de casa.
34. Maior investimento governamental em educação, lazer, dança, música e cultura.
35. Mais divulgação nas ruas com banners, avisos na imprensa, TV, rádio e também nos balneários da cidade. Descentralização do trabalho no centro indo para os bairros.
36. Mais denúncias ao Conselho Tutelar que protege os adolescentes, ser mais rigoroso com suas leis punindo mais severamente os culpados.
37. Campanhas contra a violência, medidas severas de punição dos acusados, disponibilização de mais profissionais na área, participação ativa da sociedade, melhoria da estrutura dos órgãos que trabalham com crianças e adolescentes e mais segurança.
38. Que o governo dê prioridade aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e a criação de mais programas públicos voltados aos mesmos.
39. Que os pais evitem que seus filhos participem do carnaval.
40. Mais policiais honestos nas ruas para lidarem principalmente com adolescentes usuários de drogas que acabam se envolvendo no mundo do crime cometendo assaltos e homicídios.

8. MOVIMENTOS SOCIAIS

8.1. Informações básicas sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade (MMTA - CC) surgiu em 05 de março de 1991, com o objetivo de combater as violências praticadas contra mulheres do campo e da cidade, e de lutar pelos direitos das crianças emasculadas nesse período.

Sua sede está localizada na Rua União, nº 2208, bairro Boa Esperança em Altamira-PA. O imóvel onde a instituição se localiza é próprio, com espaço físico adequado para atender as necessidades do órgão, porém no que se refere ao mobiliário e aos equipamentos há necessidades de cadeiras para acomodar os participantes nas reuniões, armário para arquivar os documentos, computadores, máquina fotográfica, Datashow, impressora, aparelho de som e audiovisual, mídia, materiais didáticos entre outros equipamentos imprescindíveis para a funcionalidade adequada da instituição. O MMTA-CC não conta com profissionais disponíveis como contratados para desenvolver as atividades, pois a coordenação é composta por apenas seis pessoas. A direção é formada por uma coordenadora, vice-coordenadora, tesoureira, vice tesoureira e uma secretária, além das comissões de trabalho que desenvolvem suas atividades de forma voluntária. E também é acompanhada por uma pedagoga que desenvolve, com os demais componentes do movimento, ações pedagógicas que garantam a participação da comunidade, principalmente dos jovens.

A missão institucional do MMTCC é trabalhar a cidadania da mulher, da criança e do adolescente, lutando pela implantação e implementação das políticas públicas que dizem respeito a sua cidadania; atua também no combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes e trabalha com a formação das lideranças sobre gênero e participação no controle social por meio dos conselhos setoriais.

As importantes mudanças percebidas nos últimos anos na comunidade, ditas positivas, são: a de conquista da Delegacia de Atendimento a Mulher (DEAM); a implantação do Instituto Médico Legal (IML); o auxílio pensão para mulheres vítimas de agressão. E as negativas são: com a chegada da UHE Belo Monte a demanda aumentou, e consequentemente as políticas públicas não chegam a todas as mulheres.

Os principais problemas de violência e criminalidade percebidos e enfrentados pelo MMTA-CC são os de violência contra as mulheres no ano de 2011, pois foram denunciados 545 casos praticados por maridos, namorados e pais, no que se refere a estupros, assassinatos e agressões físicas.

Para desenvolver ações contra esta realidade a entidade se organiza e faz a mobilização e participação do público alvo que é a sociedade em geral, atentando-se para o tema. Assim, realiza assembleias e encontros para discutir propostas que garantam os direitos das mulheres, crianças e adolescentes em todos os âmbitos: saúde, educação, moradia, emprego, lazer e cidadania.

Nos itens abaixo, verificam-se as ações desenvolvidas pelo MMTA-CC com grupos de adolescentes e o modo como se dá a participação dos mesmos.

Quadro 22. Ações Desenvolvidas pelo MMTA – CC com Grupo de Adolescentes

Pergunta do Formulário DRP	Resposta
Nas ações desenvolvidas há participação de grupos de adolescentes?	Sim.
Se sim, identifique-os (hip hop, “emo”, músicos, dança, teatro, bandas e fanfarras, pastorais, igrejas, grupos esportivos, iniciativas voltadas à profissionalização de adolescentes e inserção sociopolítica)	Danças folclóricas (quadrilha do grupo Flor da Juventude), Infocentro com acesso a internet para alunos da E.M.E.F Bulamarqui.
Caso sejam identificadas ações que envolvam a participação de adolescentes como classifica? Por quê?	Regular.
Quais as sugestões para ampliação dos canais de participação?	Aproximação, entender a linguagem dos adolescentes, tornar a participação mais atrativa.
Como classifica as ações de organização, mobilização e participação?	Bom.

8.2. Informações básicas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes

O MMTA-CC tem conhecimento sobre casos de violência sexual de crianças e adolescentes por meio de ligações anônimas e visitas realizadas aos bairros da cidade. Estes são posteriormente denunciados ao Conselho Tutelar, Ministério Público e Polícia Civil.

É relatado que se observa aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes quando ocorrem eventos festivos (carnaval, festividades folclóricas, atividades esportivas, grandes empreendimentos etc.) no município. Tem conhecimento de ações desenvolvidas no município para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, onde o CREAS é o único órgão que apoia a luta. Acredita que outras

secretarias municipais, estaduais e federais, deveriam ter participação ativa nesta mobilização de combate à violência.

O MMTA-CC indica propostas para aprimorar o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município, tais como: comprometimento das comissões e organizações criadas para o combate à violência; punição para os agressores; e não aceitação pela sociedade da impunidade dos culpados.

9. SETOR CORPORATIVO

O trabalho com o setor corporativo foi entrevistar pessoas que fazem parte de empresas localizadas na cidade de Altamira, como lojas, postos de gasolina e hotéis, para saber informações a respeito das ações voltadas para responsabilidade social e aquelas direcionadas para a constatação e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A primeira parte da coleta de dados nas empresas, por meio do preenchimento dos formulários de padrão nacional da metodologia PAIR, foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) da Prefeitura Municipal de Altamira, a qual se disponibilizou em realizar o preenchimento dos formulários com os representantes das empresas que fossem solicitar o licenciamento ambiental na Secretaria, num total de cinco formulários preenchidos.

Devido à necessidade de se ampliar o número de pessoas/empresas entrevistadas, foi definida segunda etapa desta pesquisa, feita por bolsistas do projeto. Foram procuradas dez empresas, sendo que seis ficaram com os formulários, deixados em três lojas, dois postos de gasolina e um hotel, porém todos os que foram procurados e ficaram com os formulários recusaram-se a responder no momento do contato, alegando falta de tempo ou que estavam muito ocupados, e pediam que deixássemos o formulário no estabelecimento para responderem quando tivessem um tempo, marcando posteriormente a data da entrega. Estes foram alguns dos argumentos utilizados para não responderem o formulário na presença do entrevistador.

Nesta segunda etapa da pesquisa foram preenchidos apenas dois formulários, apesar dos vários retornos aos locais para receber as respostas, mas a reação era de que “ainda não tivemos tempo” ou “não é do conhecimento dos donos das empresas”, por isso eles não podiam responder. Ainda assim, os que responderam procuraram saber qual eram as instituições que coordenavam a iniciativa e parabenizaram a proposta da ação, colocando-se a disposição se precisássemos deles.

9.1. Informações básicas sobre as empresas

A empresa Líder em Madeira tem oito anos de existência, seu ramo de atuação é comércio, beneficiamento e armazenamento de madeira. Tem três funcionários e não possui empresas subsidiárias e nem parcerias com outras empresas.

A empresa Avenida tem dois anos de existência, seu ramo de atuação é a serralheria, tem dois funcionários e não tem empresas subsidiárias e nem parcerias com outras empresas.

A empresa Grupo Buriti tem 11 anos de existência, seu ramo de atuação é o setor imobiliário, tem 5000 funcionários e empresas subsidiárias, há mais de vinte anos, com atuação no ramo imobiliário, varejo e siderúrgica.

A empresa Passarell tem 30 anos de existência, seu ramo de atuação é a extração de piçarra, tem dez funcionários e não tem empresas subsidiárias e nem parcerias com outras empresas.

A empresa Capetinga tem dois anos de existência, seu ramo de atuação é depósito de madeira, tem cinco funcionários e tem parceria com outras empresas no ramo do comércio varejista de madeira.

A empresa Orinoco tem onze anos de existência, seu ramo de atuação é hotelaria, tem nove funcionários e não tem empresas subsidiárias e nem parceria com outras empresas.

A empresa Maverik tem um ano de existência, seu ramo de atuação é posto de combustível, tem treze funcionários e parceria com a empresa Petrobrás.

9.2. Ações sociais de responsabilidade social e aquelas voltadas para crianças e adolescentes

Na pergunta relativa à constatação de se as empresas realizavam ações de responsabilidade social, das sete participantes da pesquisa cinco disseram que desenvolvem tais tipos de ações.

Quando perguntado se, dentre estas ações, havia alguma voltada para crianças e adolescentes, as mesmas cinco empresas afirmaram de maneira positiva, indicando que todas trabalham com a temática e o público em suas ações de responsabilidade social.

Quatro delas informaram, também, para onde são destinadas suas ajudas e como: a metalúrgica Avenida ajuda o projeto da Associação de Pais e Amigos das Crianças Excepcionais (APAE), por meio de recursos financeiros; o Grupo Buriti ajuda os projetos da República de Emaús e GREL, mas não citou como faz essa ajuda; a Capetinga ajuda uma creche com recursos financeiros, porém não detalhou ou citou o nome preciso da creche; a Marverik ajuda a creche Instituto Educacional Batista Independente (IEBI), mas também não cita como faz essa ação. A empresa Passarell não detalhou a forma de ajuda que oferece e nem a quem oferta.

Duas dessas sete empresas não têm ação destinada a crianças e adolescentes, são elas: a Líder em Madeira e o hotel Orinoco.

Segundo os dados coletados, podemos observar que nenhuma dessas ações está relacionada à temática do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A única empresa que se envolve nesse tipo de ação é o hotel Orinoco, apenas de maneira indireta por meio da fixação de cartazes no seu recinto sobre a temática da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Apesar de as empresas não estarem envolvidas diretamente nas ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, percebem os aspectos positivos e negativos vivenciados na cidade a respeito desta temática.

O ponto positivo mais citado foi o desempenho do Conselho Tutelar no trabalho de acolhimento e encaminhamento dos casos de violência sexual. Os pontos negativos foram a falta de maior incentivo à população, excesso de apoio sem procurar saber a origem do problema e a falta de centros especializados.

9.3. Participação de crianças e adolescentes nas ações desenvolvidas pelas empresas e destas nas campanhas de sensibilização

Das sete empresas que contribuíram com a pesquisa somente duas falaram que não desenvolvem ações que envolvem a participação de grupos de crianças e adolescentes (Líder Madeiras e o hotel Orinoco), as outras cinco empresas disseram que as suas ações desenvolvidas têm participação de grupos de jovens.

Sobre o conhecimento das ações desenvolvidas no município para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, apenas três empresas (Líder Madeiras, Capetinga e Orinoco) revelaram saber que elas existem.

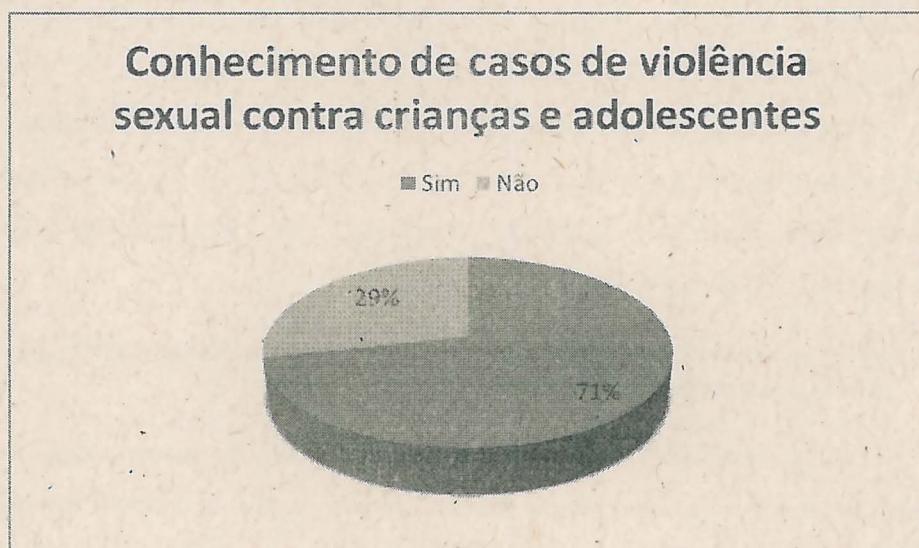
A esse respeito, o representante da empresa Líder Madeiras expressou-se da seguinte forma: “[s]im, por meio do Conselho Tutelar, embora o Conselho não esteja recebendo apoio suficiente por parte do poder público para desenvolver um trabalho melhor.” Já empresa a Capetinga informou que tem conhecimento de passeatas e daquilo que a televisão noticia, enquanto o hotel Orinoco informou que tem visto “muitas manifestações das escolas”, sem indicar de maneira mais detalhada quais seriam estas manifestações.

Esse desconhecimento das ações de enfrentamento existentes no município pela maioria das empresas pesquisadas se reflete na própria possibilidade de participação das mesmas nas campanhas de sensibilização para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A pergunta sobre se realizam algum tipo de participação obteve resposta positiva de apenas uma das empresas, o hotel Orinoco, informando que apoia com a divulgação de cartazes e panfletos das campanhas.

9.4. Constatação dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes

O gráfico abaixo sintetiza o cômputo das empresas que informaram ter conhecimento ou não de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Gráfico 69. Conhecimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes



O gráfico demonstra em porcentagem o cômputo de cinco empresas que afirmaram terem conhecimento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira.

Estas empresas relataram que os principais problemas desta violência são o assédio sexual e o incentivo ao uso de drogas, gerando vulnerabilidade à exploração sexual infanto-adolescente, além do fato de a criança não ter noção exata do que é certo e errado.

A forma como ficaram sabendo destes casos, isto é, as fontes de informação são bem diversas. A mídia ou televisão local foram citadas duas vezes, a Polícia uma e o “desabafo familiar” também uma vez. Aliás, é interessante percebermos a presença desta terceira categoria – “desabafo familiar” – pois ela poderia indicar que esta empresa assumiu o papel de receptora de uma denúncia e passou a ter a responsabilidade social de encaminhá-la para os órgãos competentes apurarem a situação e sanarem a violência.

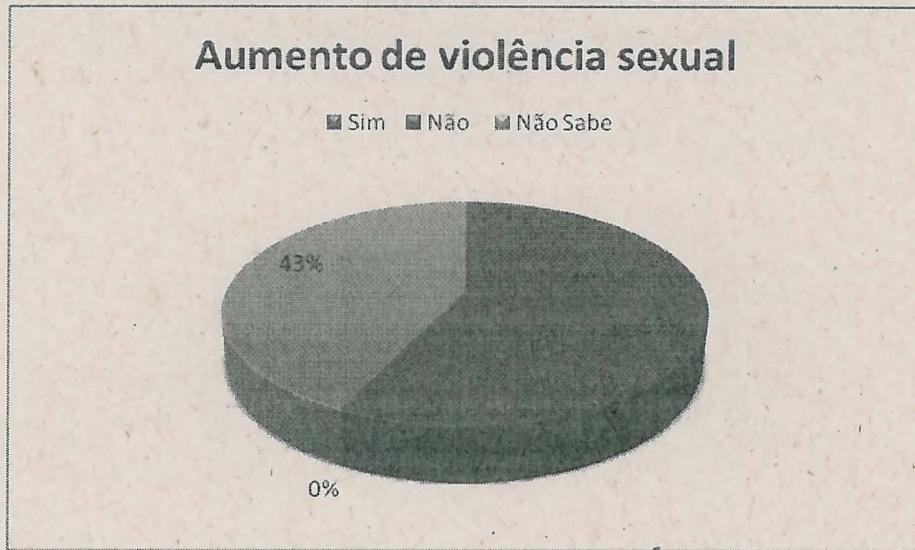
9.5. Percepção do aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes

O formulário DRP aplicado às empresas também apresenta pergunta similar à existente nos formulários aplicados nos bairros e nas instituições públicas, relativa à observação do aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes em

decorrência da existência de alguns eventos sociais, como carnaval, festividades folclóricas, atividades esportivas e grandes empreendimentos.

A pergunta é objetiva e não permite o detalhamento de quais seriam esses eventos sociais ligados à observação do aumento ou não dos casos. O gráfico abaixo apresenta a sistematização das respostas obtidas.

Gráfico 70. Aumento da Violência Sexual



Quatro das sete empresas (Líder Madeiras, Grupo Buruti, João Passarell e Maverik) indicaram perceber aumento da violência sexual contra crianças e adolescentes relacionado à ocorrência de eventos locais no município. Porém, destas, apenas a Maverik detalhou quais eventos estariam relacionados à percepção do aumento de casos, indicando tratar-se do carnaval e das festas folclóricas, o primeiro ocorrendo em fevereiro ou março e o segundo nos meses de junho e julho.

Nenhuma empresa afirmou categoricamente que não está ocorrendo o aumento de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, somente que não possuem informações adequadas para precisarem se está ou não ocorrendo, razão pela qual três empresas preferiram sinalizar que não sabem nada a respeito desta pergunta.

9.6. Sugestões para a melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes

O último item do formulário DRP aplicado às empresas solicitava sugestões para a melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Das sete empresas participantes da pesquisa, apenas o hotel Orinoco preferiu não responder a esta pergunta. As sugestões das demais empresas estão elencadas abaixo.

1. Intensificar as fiscalizações nas ruas e criar políticas públicas que realmente se preocupem com o problema da violência sexual contra crianças e adolescentes.
2. Que o Governo invista mais em relação ao enfrentamento da violência sexual.
3. Aumento de fontes de denúncia e do quadro de funcionários para constatar a violência.
4. Dedicação dos pais e familiares, com mais cuidado e atenção.
5. Promoção de reuniões nos bairros aconselhando os moradores e monitorando os casos.
6. Incentivo à orientação familiar.

10. MAPAS DE IDENTIFICAÇÃO DA GEOGRAFIA DAS INSTITUIÇÕES E DA VIOLENCIA SEXUAL

O mapeamento via georeferenciamento das instituições e dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes tem o intuito de possibilitar a visualização espacial da distribuição geográfica dos aparelhos institucionais por área de atuação (prevenção, responsabilização, atendimento e defesa) e a compreensão dos locais de ocorrência de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Neste último caso, os locais identificados como de ocorrência de casos de violência sexual são tratados nesta pesquisa enquanto territórios de vulnerabilização, ou seja, locais que precisam ser analisados dentro de um contexto mais amplo que envolve a verificação do grau de inserção das instituições públicas nestes espaços e a conexão espacial dos casos.

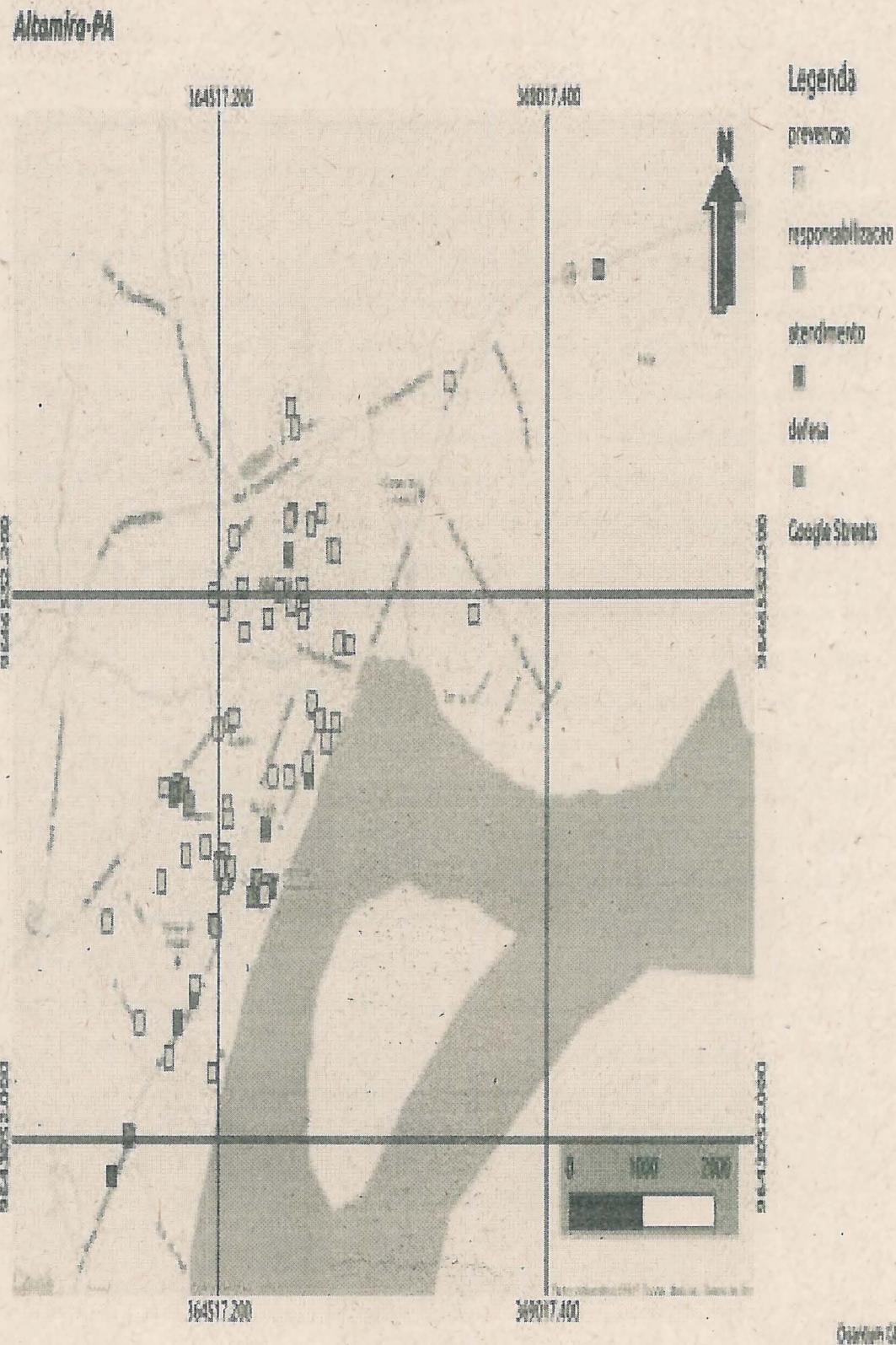
É preciso entender, também, que a quantidade de locais identificados nos mapas é menor do que a quantidade real de casos obtidos nas diversas instituições pesquisadas. Isto se deve, em primeiro lugar, ao fato de muitas instituições não permitiram o repasse de informações a respeito dos locais de ocorrência de violência sexual, e, em segundo, ao fato de os dados dos locais obtidos em outras instituições nem sempre serem passíveis de identificação no mapa do município, devido à falta de informações mais detalhadas.

Espera-se que a disponibilização destes mapas possa colaborar com o trabalho de planejamento preventivo e investigativo das instituições públicas responsáveis, oferecendo a sistematização visual da distribuição geográfica destas instituições e dos casos de violência sexual de modo a fortalecer o grau de compreensão das possibilidades de enfrentamento da situação-problema.

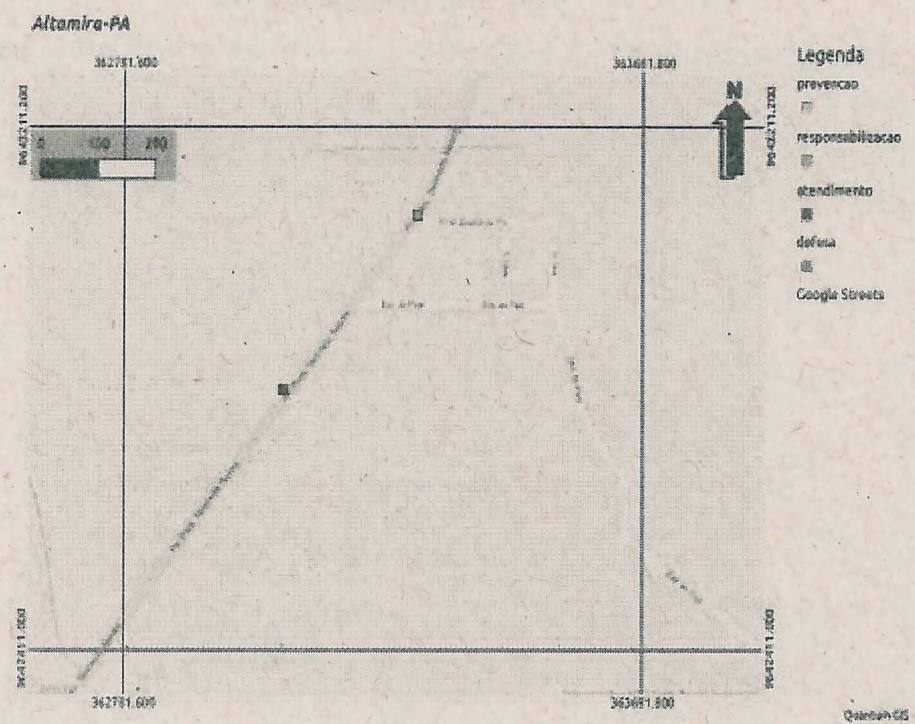
Inicia-se pela disponibilização dos mapas de localização das instituições e posteriormente apresentam-se os mapas de violência sexual contra crianças e adolescentes. Em ambos, o primeiro mapa procura apresentar o total de dados sistematizados no âmbito da cidade de Altamira, sendo que os mapas posteriores a estes fazem o recorte por determinadas regiões da cidade e de algumas áreas rurais do município.

10.1. Localização das instituições na cidade de Altamira

Mapa 2. Vista geral das instituições na cidade de Altamira

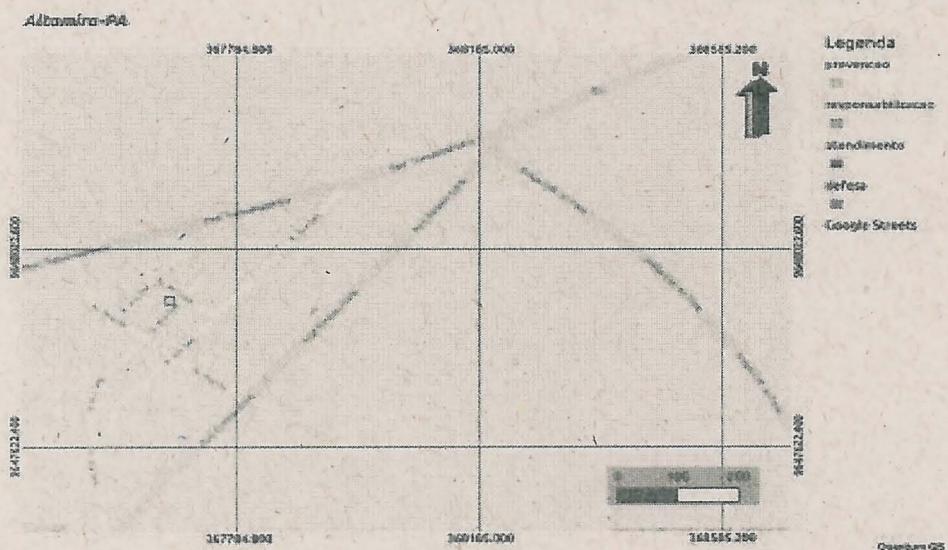


Mapa 3. Região na estrada do aeroporto



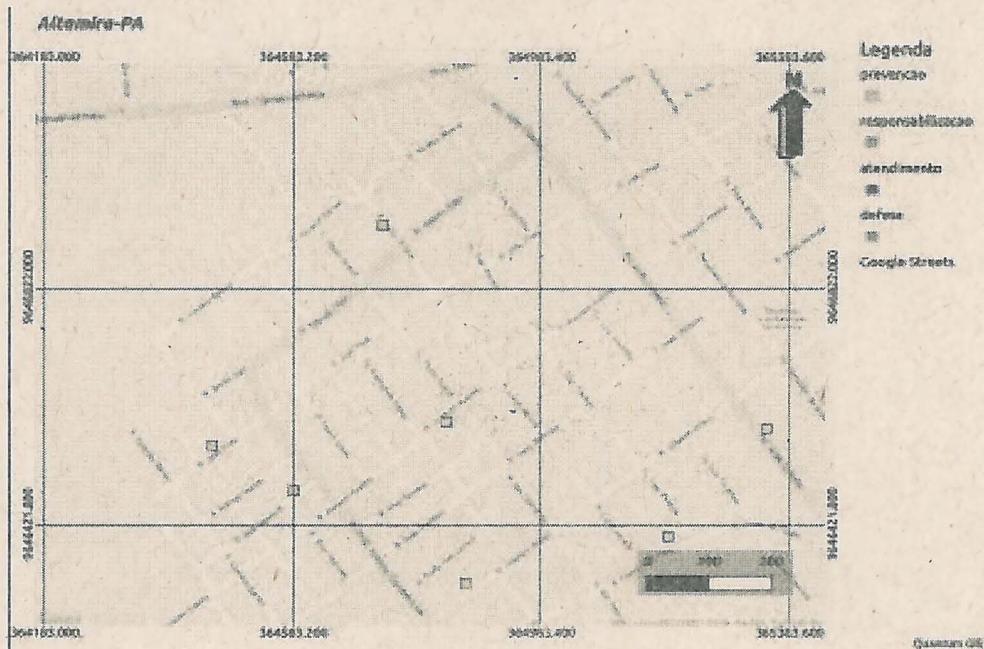
No mapa 3, a instituição de defesa identificada é a Polícia Militar e a de atendimento é o CAPSI.

Mapa 4. Região do bairro Alberto Soares



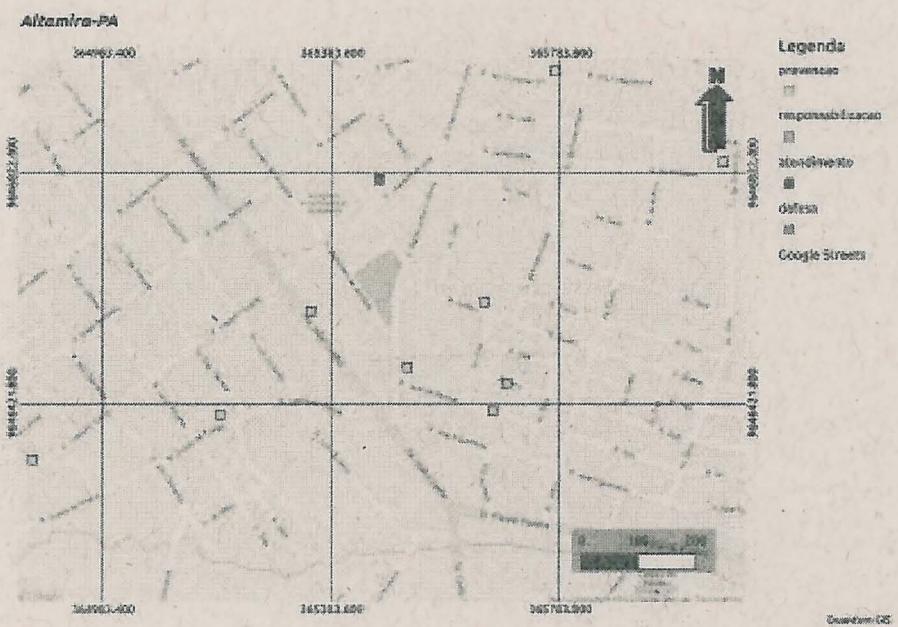
No mapa 4, a instituição de prevenção é uma escola pública.

Mapa 5. Altos do bairro Brasília próximo a nova feira do Mercado Municipal



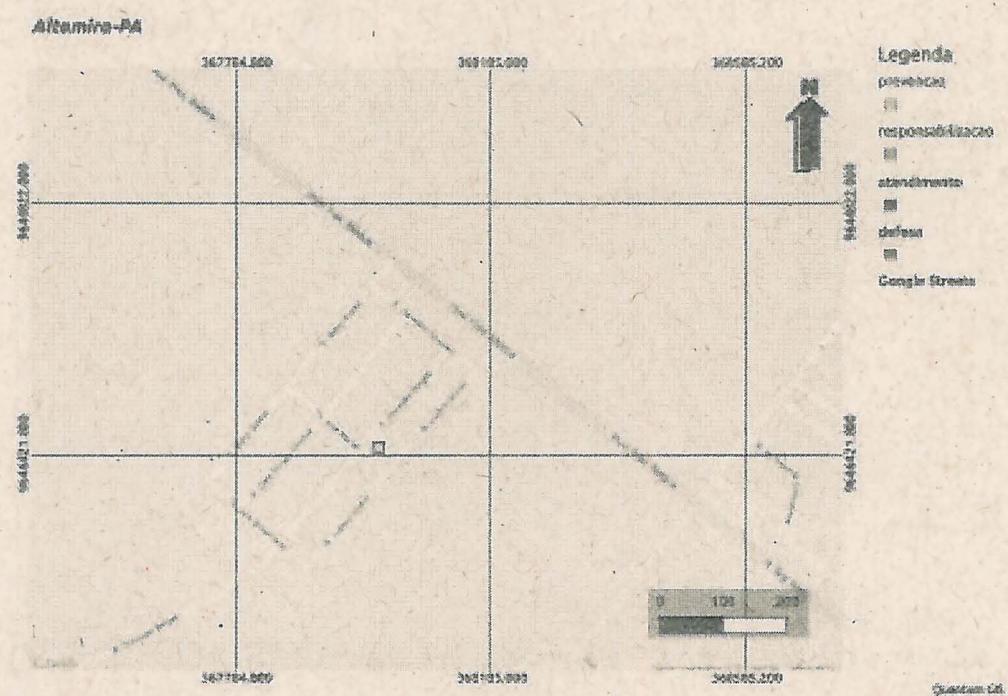
Neste território da cidade percebe-se a existência unicamente de instituições de prevenção, sendo que todas elas são escolas públicas.

Mapa 6. Bairro Brasília próximo ao Ginásio Poliesportivo



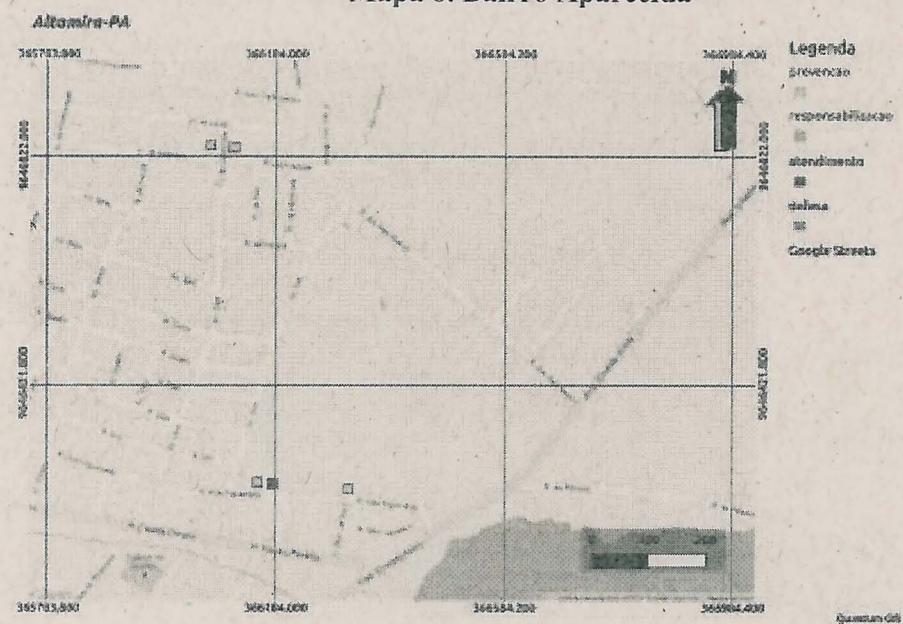
Nesta região, que engloba o bairro Brasília e alguns outros bairros próximos, há a identificação de instituições de prevenção (escolas públicas e MMTA-CC) e de uma instituição de atendimento, o CRAS II.

Mapa 7. Bairro Liberdade, próximo a rodovia que dá acesso à estrada da Serrinha



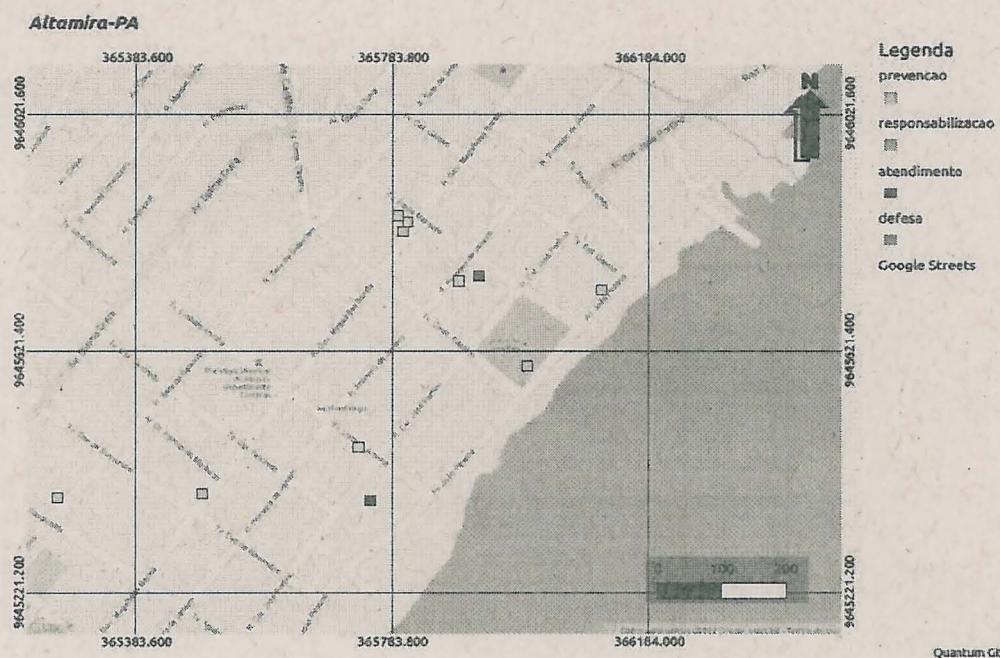
Neste mapa, novamente a única referência de instituição é de uma escola pública.

Mapa 8. Bairro Aparecida



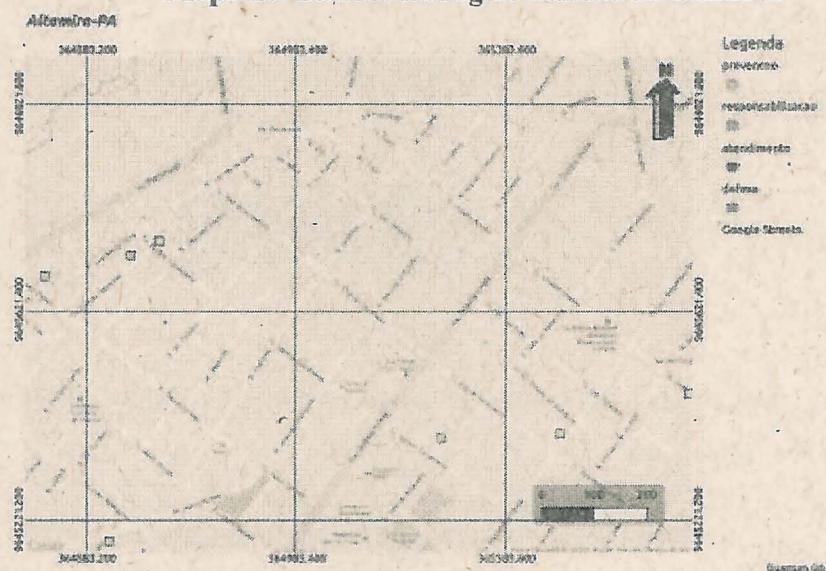
No mapa acima estão representadas quatro escolas e uma instituição de atendimento que é o Corpo de Bombeiros.

Mapa 9. Bairros na região central da cidade I



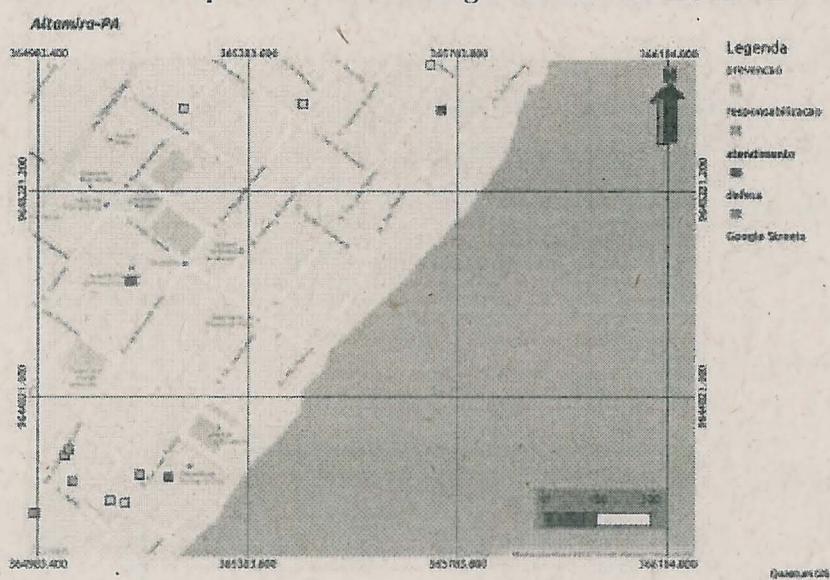
A região identificada no mapa acima possui alguns dos bairros da área central da cidade de Altamira, há a identificação de instituições de prevenção, a maioria delas sendo escolas públicas, como o Instituto Maria de Mattias, mas também a Secretaria Municipal de Saúde e a Câmara Municipal de Altamira, e instituições de atendimento como o Hospital Municipal e o Conselho Tutelar.

Mapa 10. Bairros na região central da cidade II



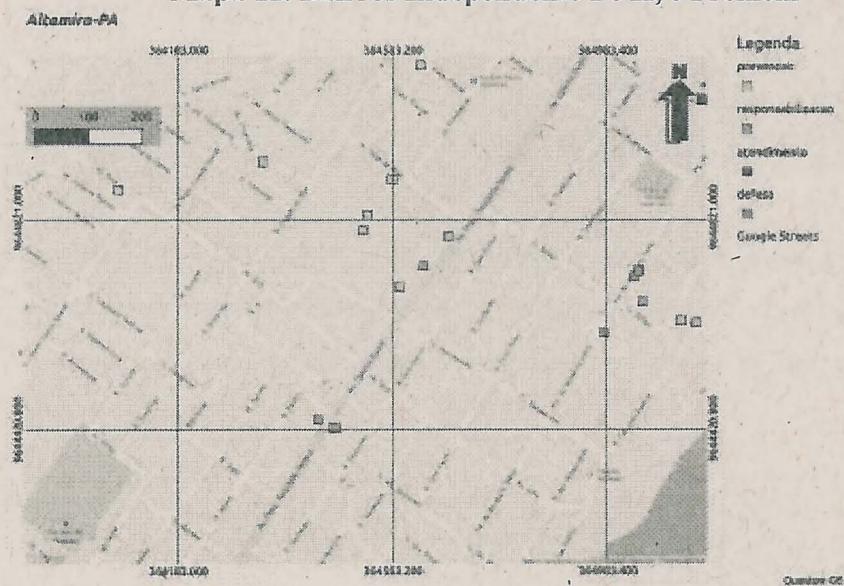
Nesta área da região central de Altamira há somente a identificação de instituições escolares.

Mapa 11. Bairros da região central da cidade III

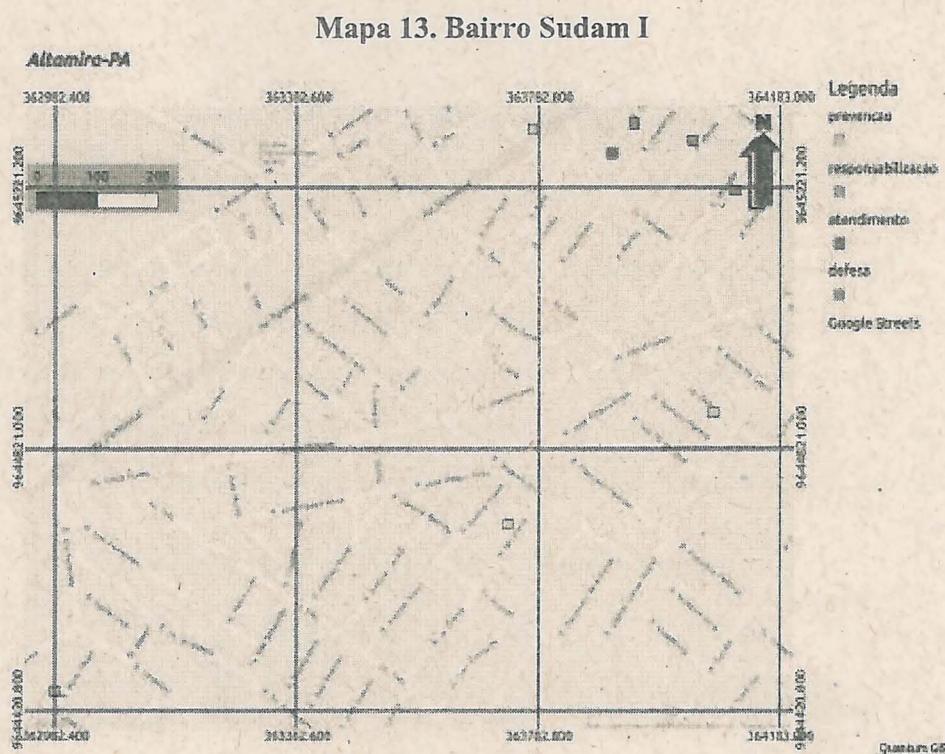


No mapa acima, ainda da região central da cidade, mais focado no bairro São Sebastião, há, novamente, a identificação do Hospital Municipal, mas também diversas instituições do setor de defesa e responsabilização, sendo elas: Delegacia da Polícia Civil, Fórum da Comarca de Altamira, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público do Estado, assim como instituições de atendimento como o Conselho Tutelar de Altamira.

Mapa 12. Bairros Independente I e II, e Premem

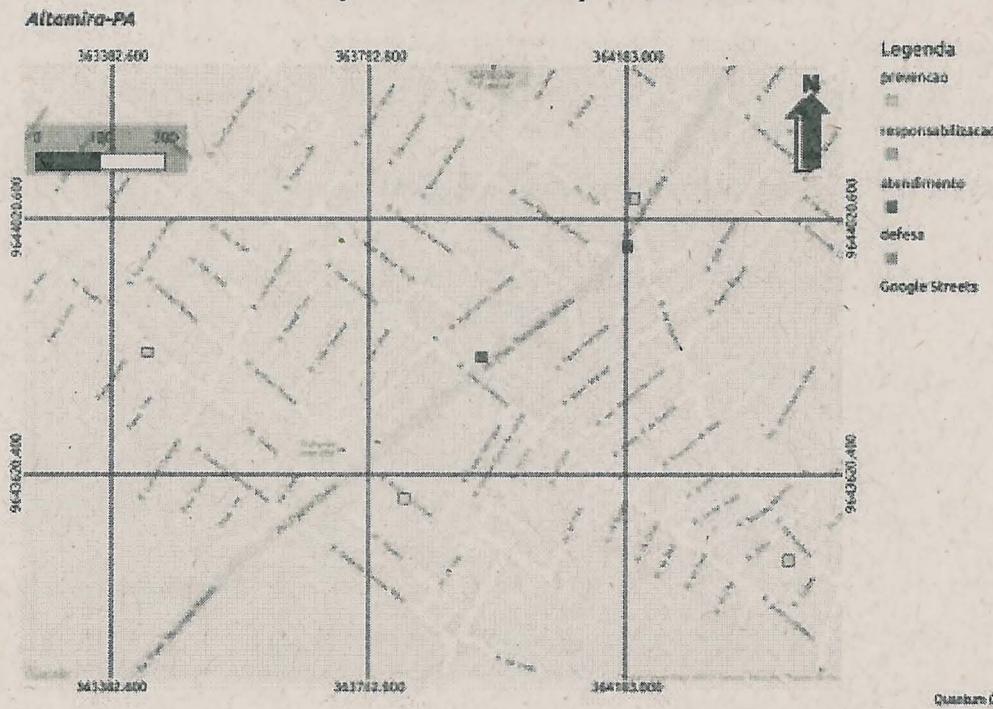


O mapa acima apresenta ainda a identificação das instituições na região central da cidade de Altamira, mas agora voltando-se para uma aproximação com o lado oeste da cidade, mais precisamente os bairros Jardim Independente I e Jardim Independente II. As instituições presentes são basicamente escolas públicas, da área de prevenção; a Justiça Federal, o Ministério Público Federal, o CAPS II e o CREAS, instituições da área de atendimento. Aqui novamente aparecem, na ponta direta do mapa, instituições presentes no mapa 10, como a Delegacia de Polícia Civil, o Fórum da Comarca de Altamira e a Defensoria Pública do Estado.



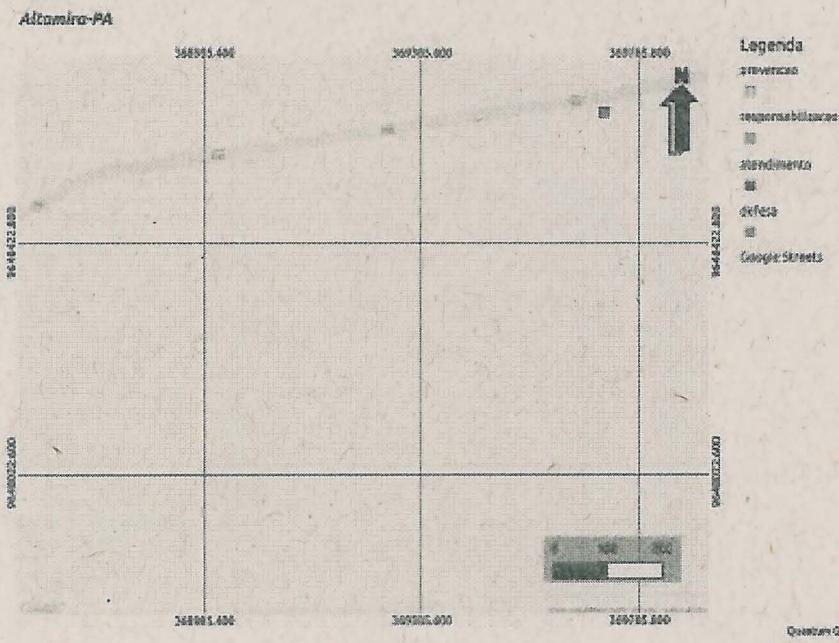
Neste mapa os três pontos em verde são a Delegacia de Atendimento à Mulher, a Polícia Federal e a Guarda Municipal. O ponto de atendimento em vermelho é o ECOM, enquanto as instituições de prevenção são escolas públicas.

Mapa 14. Bairro Independente II



Neste mapa há a continuação da identificação das instituições no bairro Jardim Independente II, com a presença de instituições preventivas da área educacional, mais precisamente as Escolas Otacílio Lino e Ulysses Guimarães, o CAPS II e o CREAS.

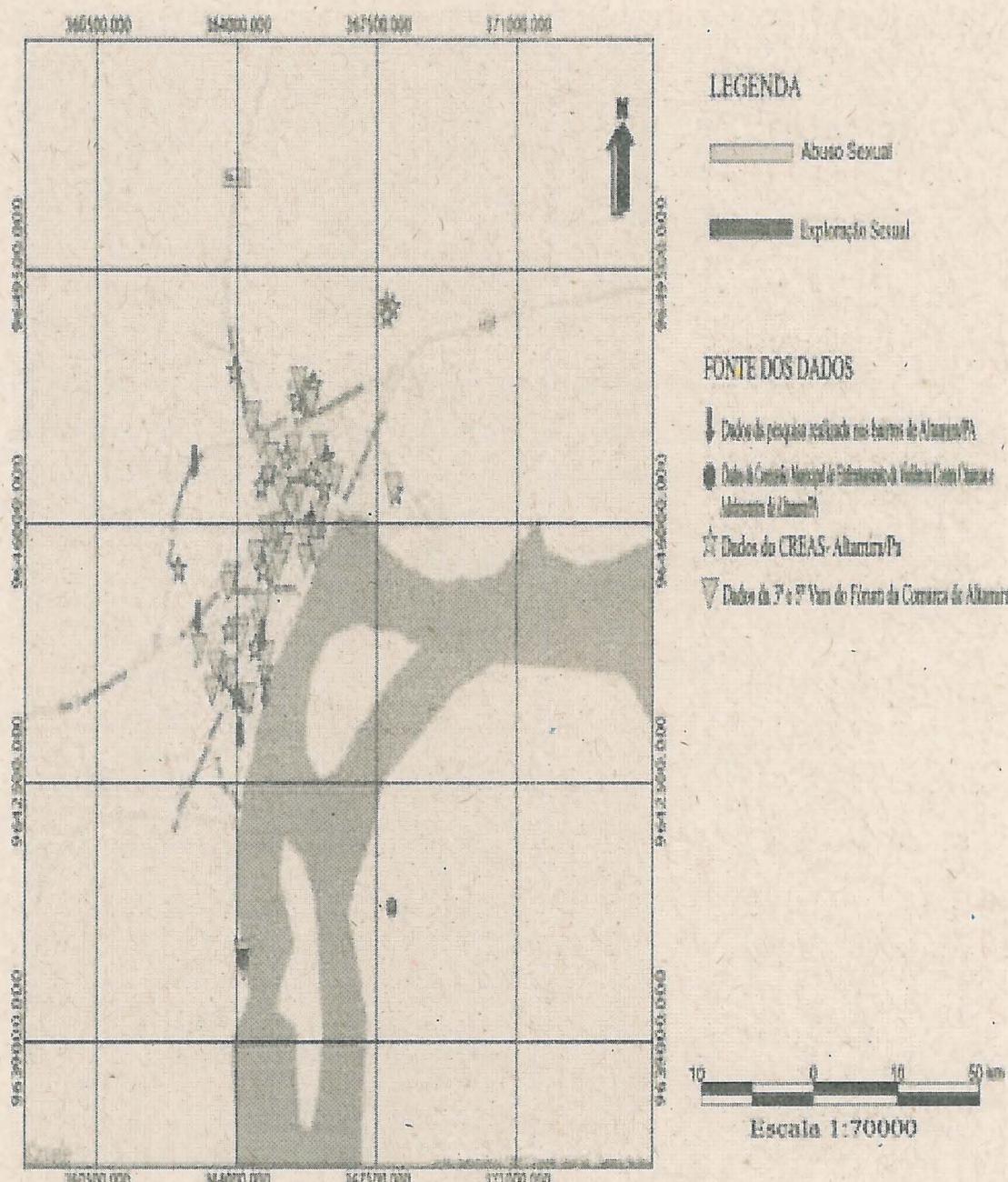
Mapa 15. Saída da cidade, sentido Marabá



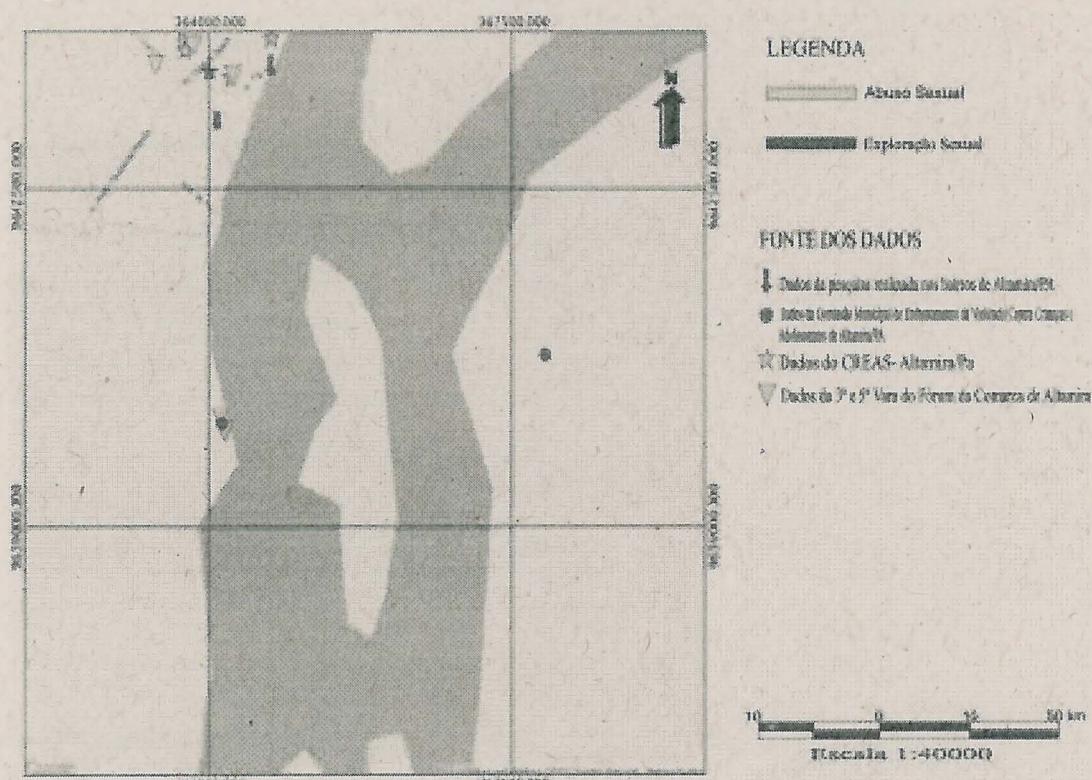
No mapa acima aparece a BR-230, conhecida por Rodovia Transamazônica, no ponto de saída da cidade de Altamira, na direção de Marabá, em que foi identificada apenas uma instituição, da área de defesa, que é a Polícia Rodoviária Federal.

10.2. Localização geográfica dos casos de violência sexual

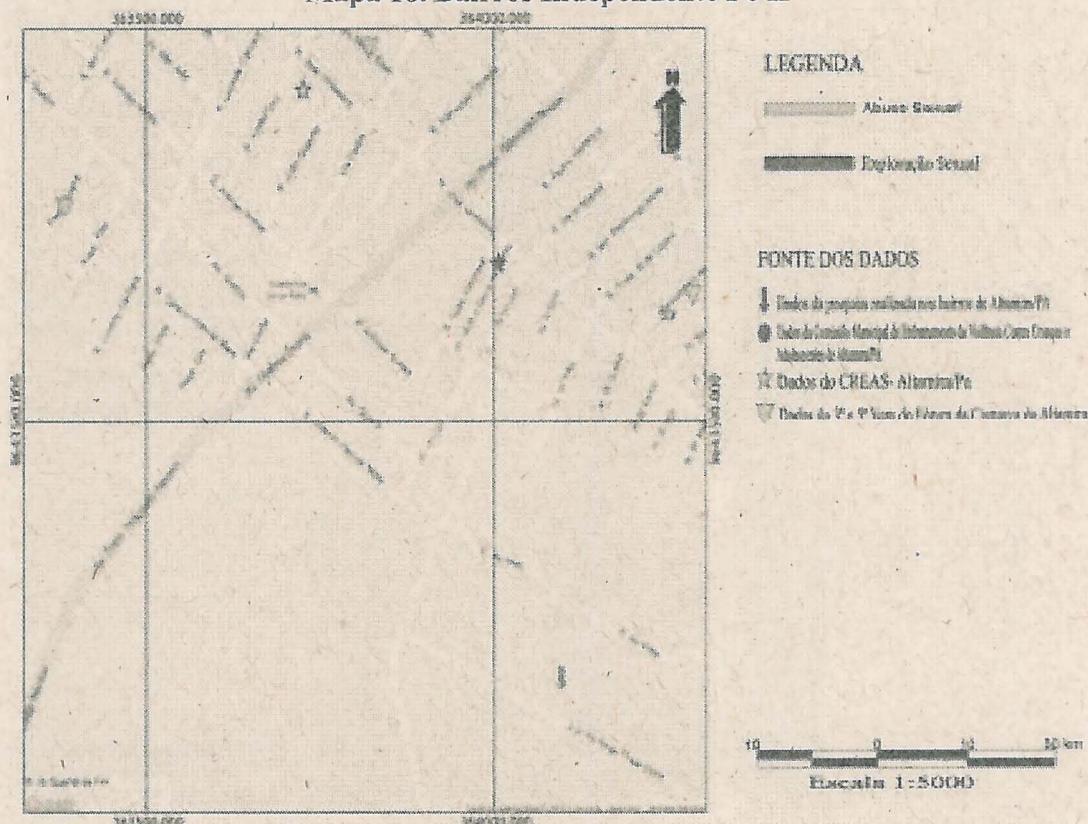
Mapa 16. Vista Geral dos pontos de violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Altamira



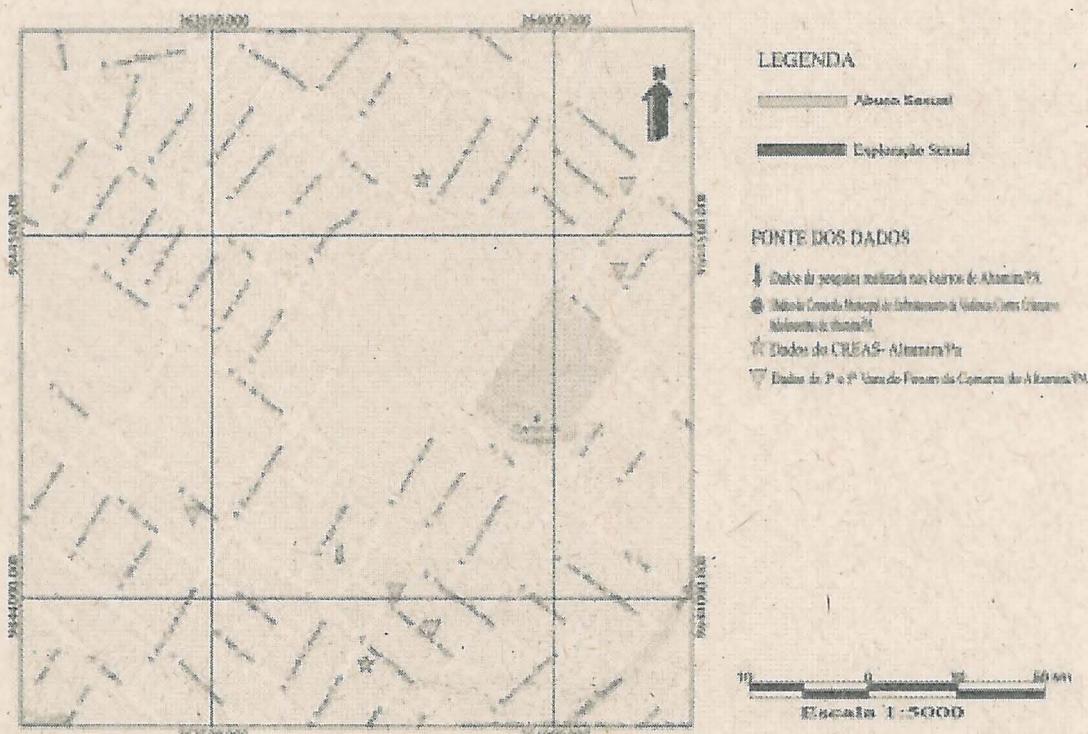
Mapa 17. Balneário do Pedral e região da balsa do Projeto de Assentamento Assurini



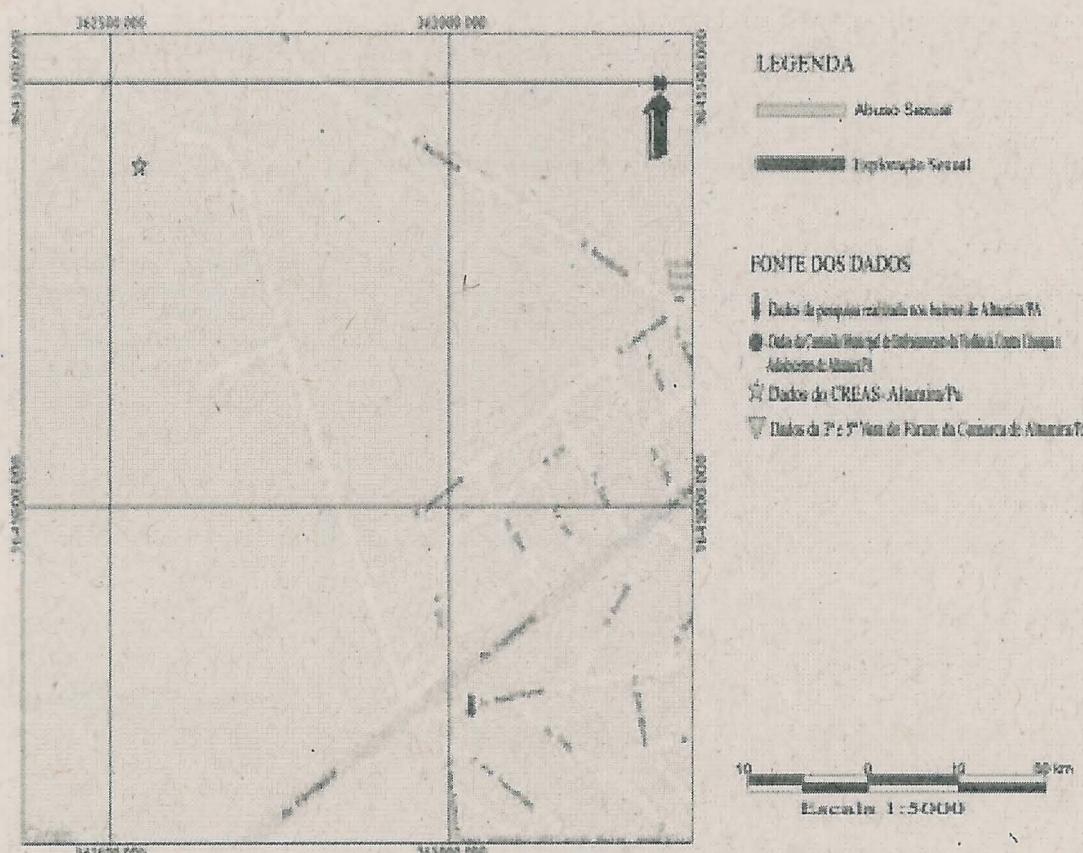
Mapa 18. Bairros Independente I e II



Mapa 19. Região do Estádio Municipal de Altamira no bairro Jardim Independente I



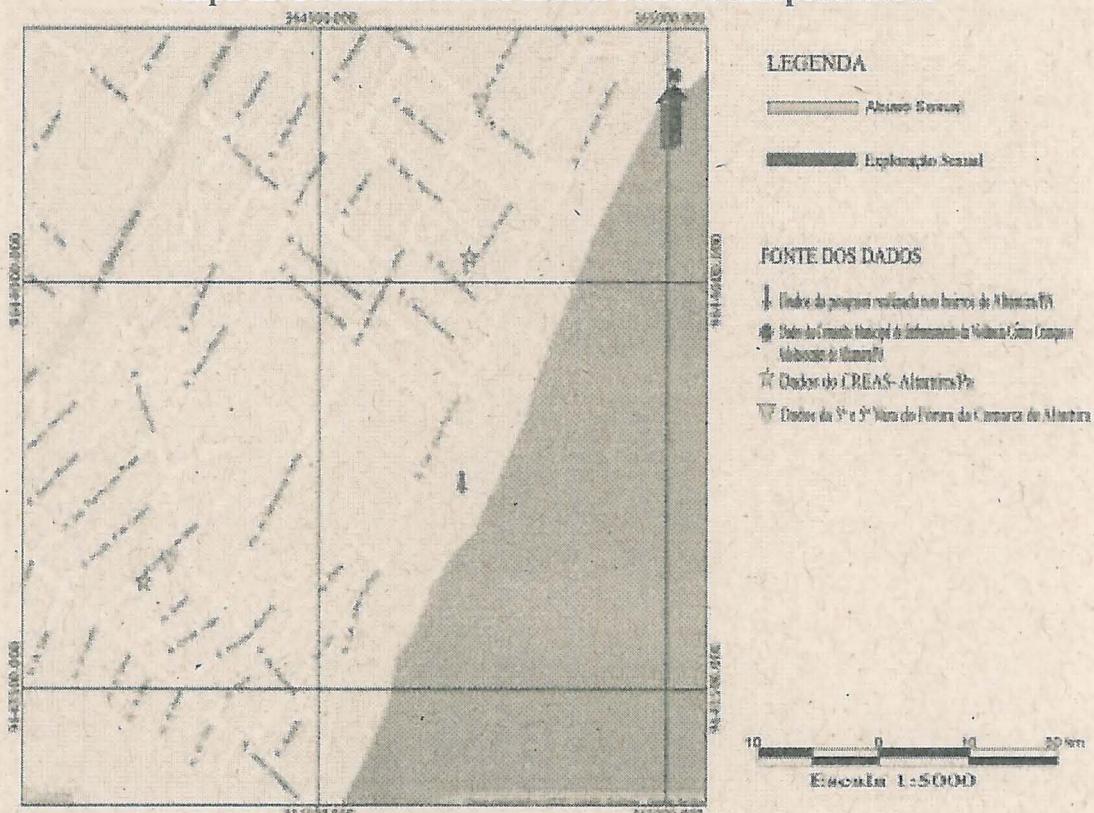
Mapa 20. Bairro Bela Vista e proximidades do posto de gasolina na saída da cidade, sentido Brasil Novo



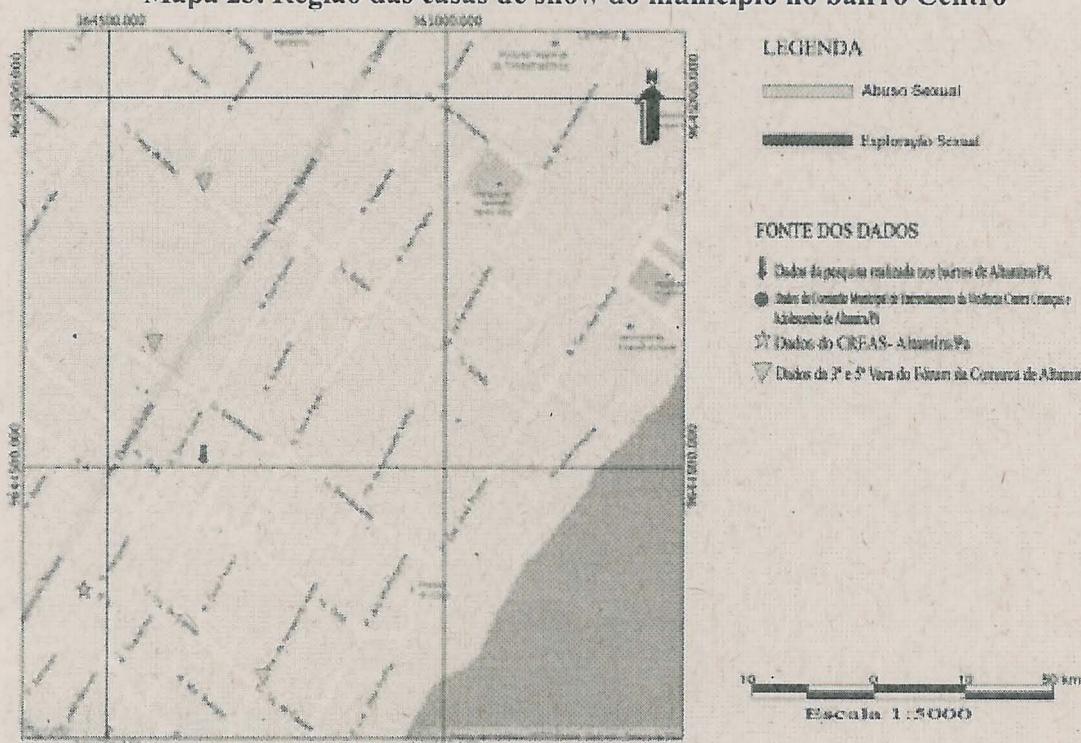
Mapa 21. Região da Avenida Perimetral no bairro Sudam I



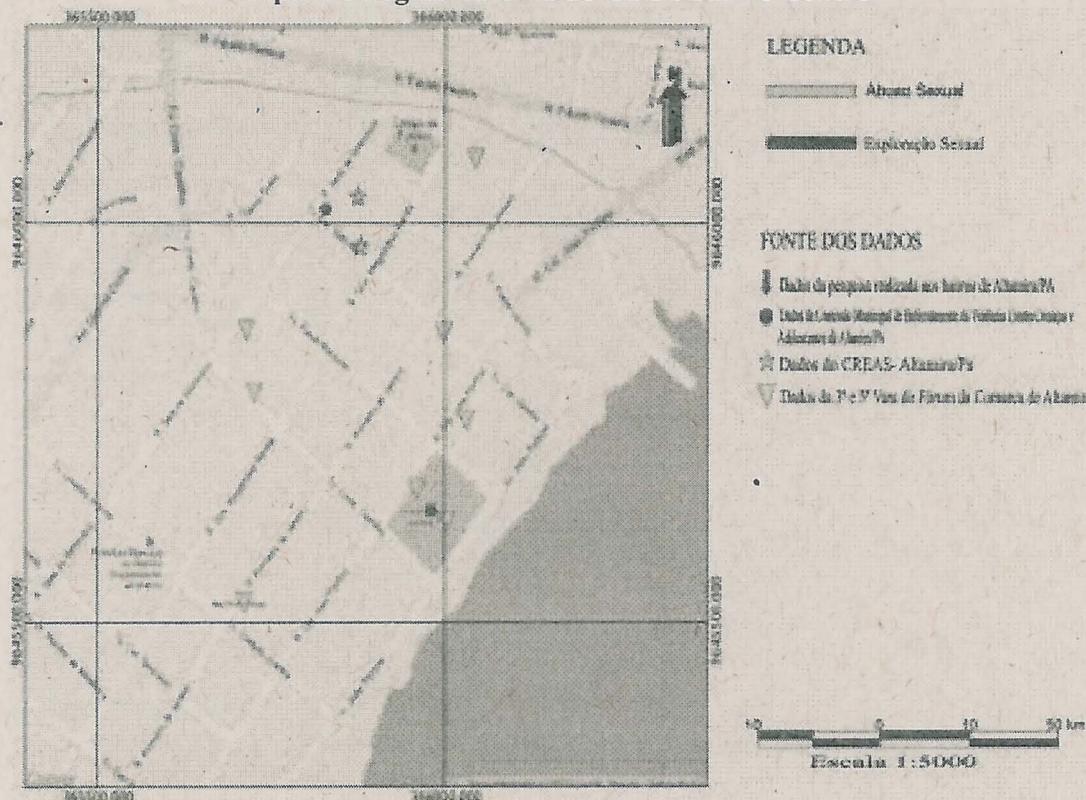
Mapa 22. Proximidades do Ibama e bairro Independente II



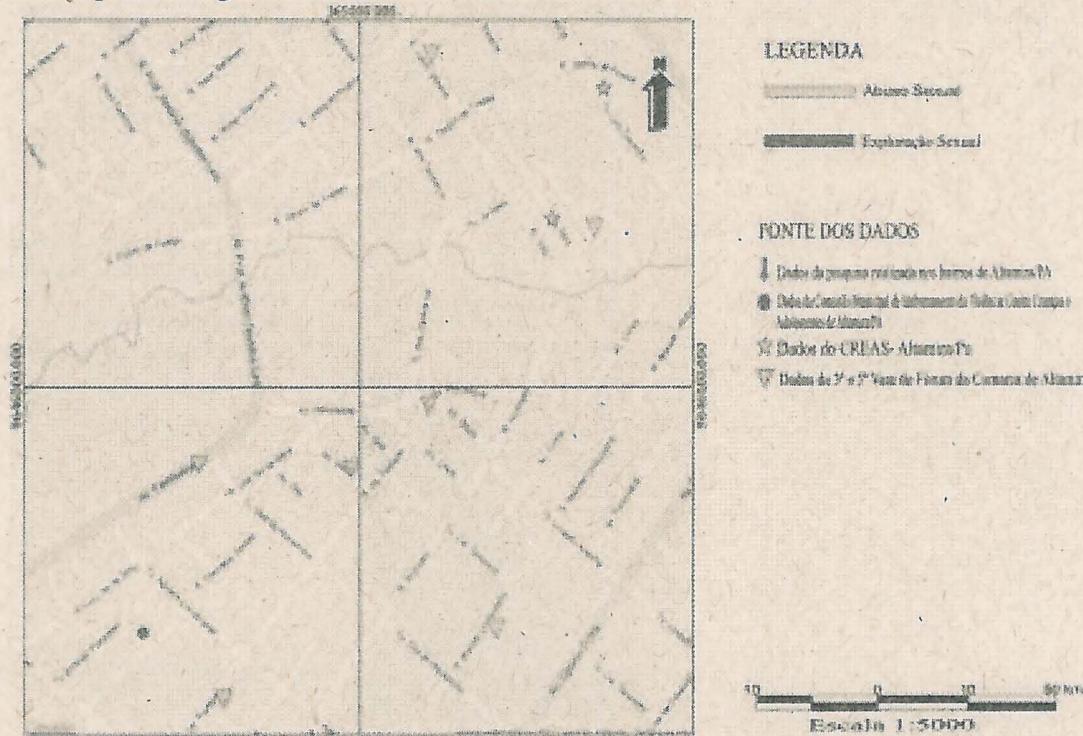
Mapa 23. Região das casas de show do município no bairro Centro



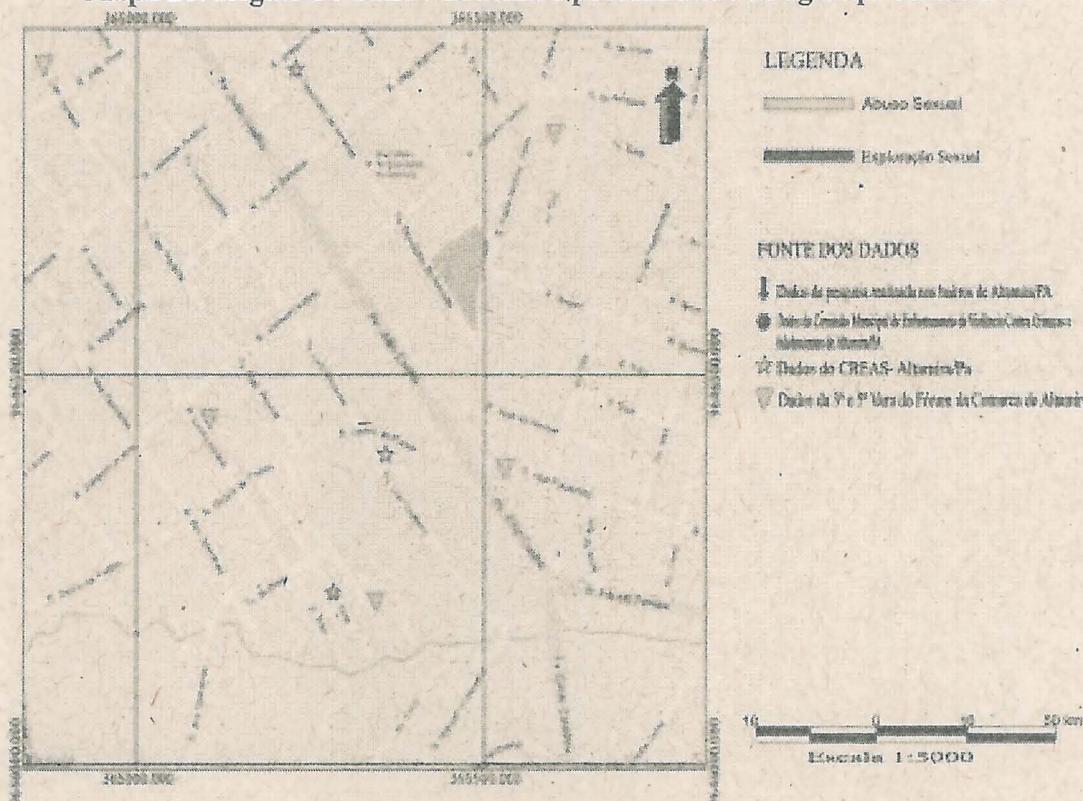
Mapa 24. Região da Orla do Cais e bairro Centro



Mapa 25. Região entre os bairros Baixão do Tufi, Sudam I, Centro e Brasília



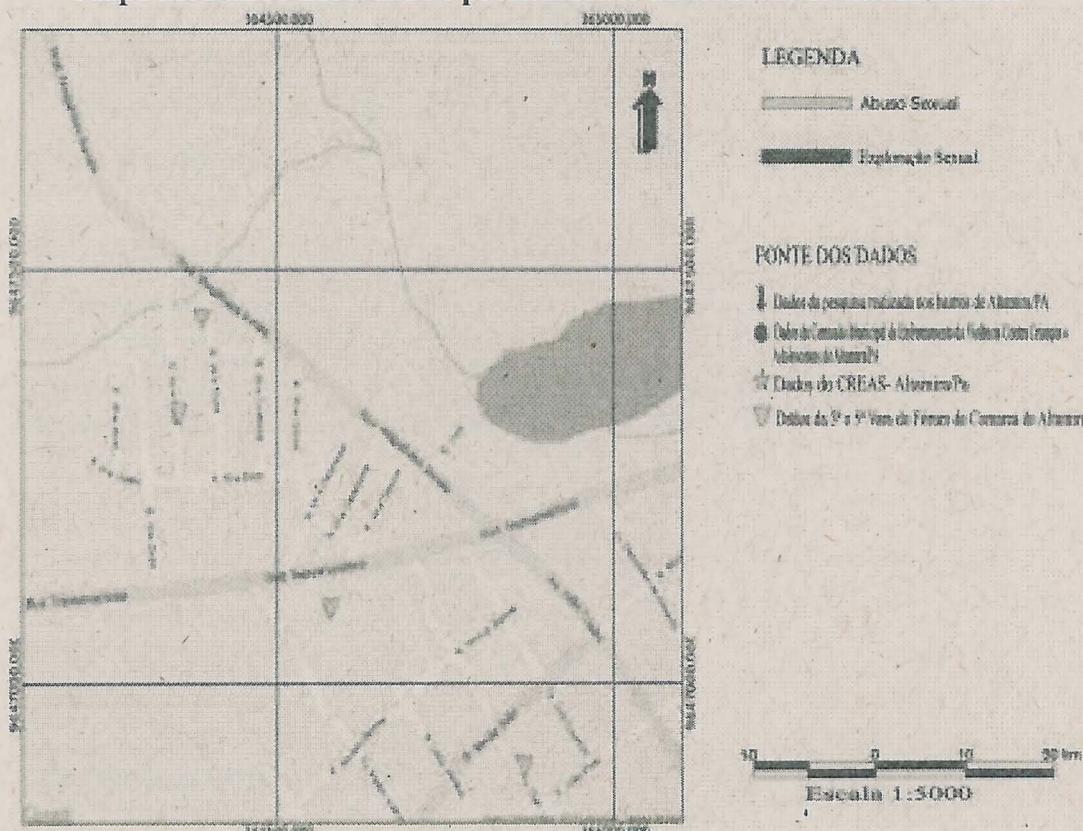
Mapa 26. Região do bairro Brasília e proximidade do Igarapé Altamira



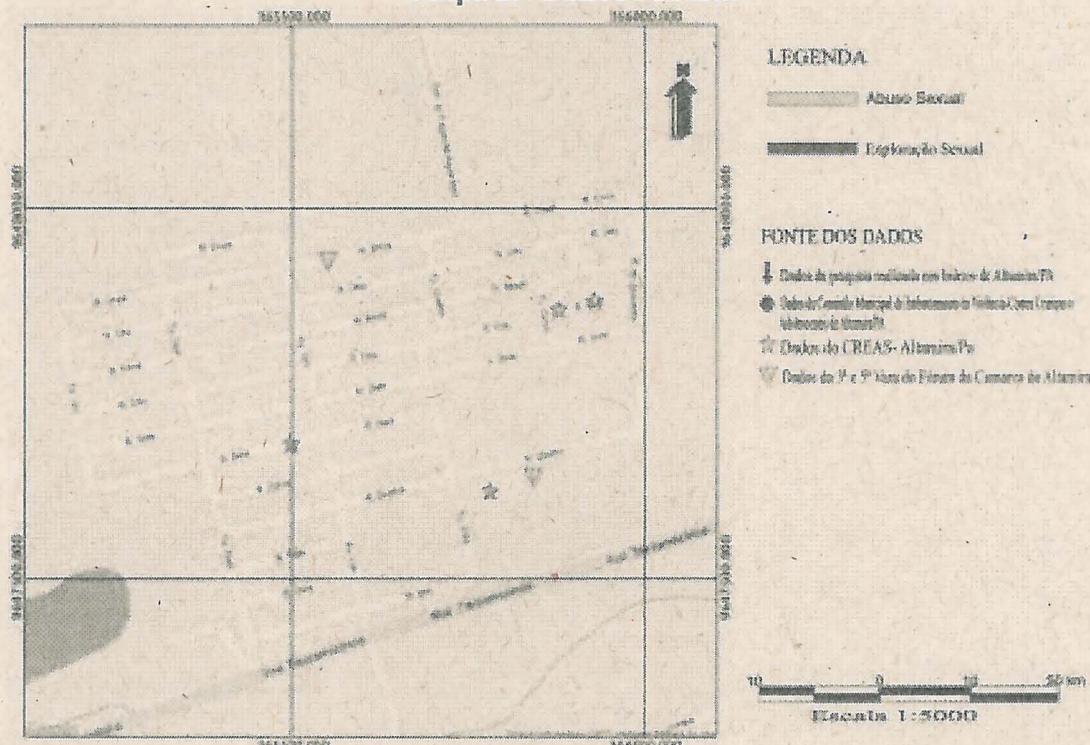
Mapa 27. Bairro Brasília e região do Mirante e da rodovia Transamazônica



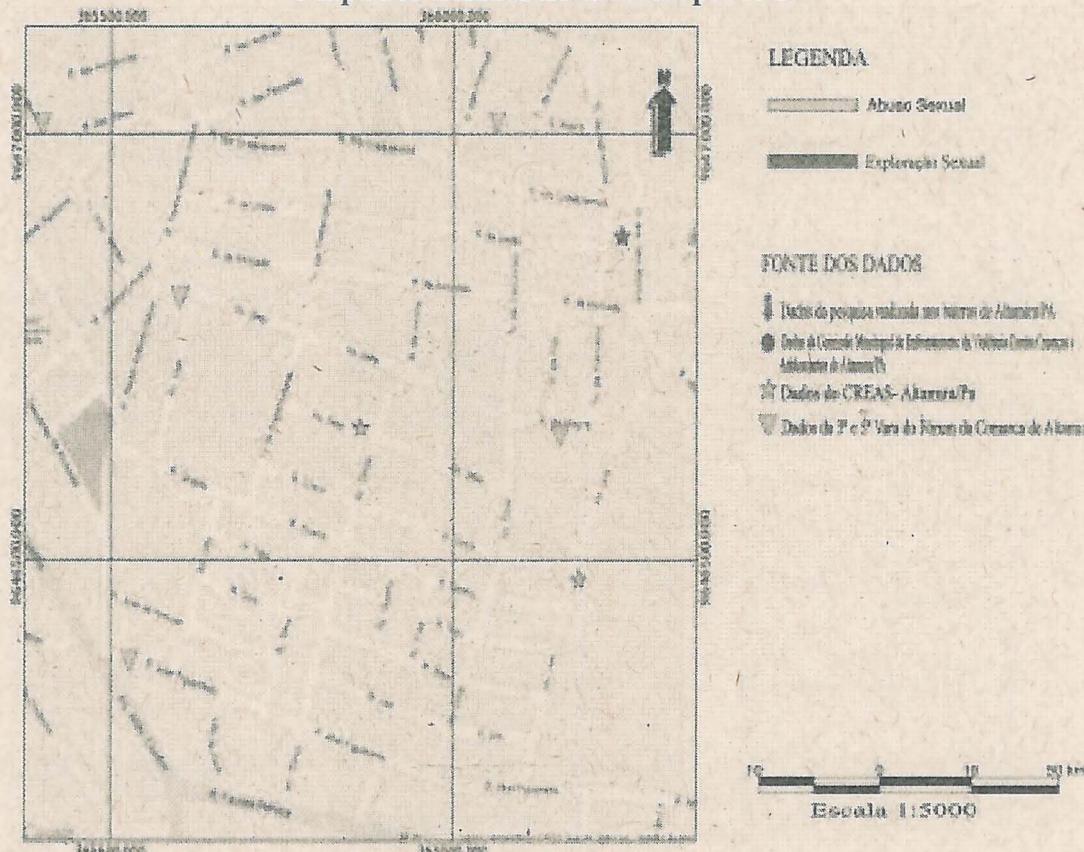
Mapa 28. Bairro Liberdade e proximidades da Rodovia Transamazônica



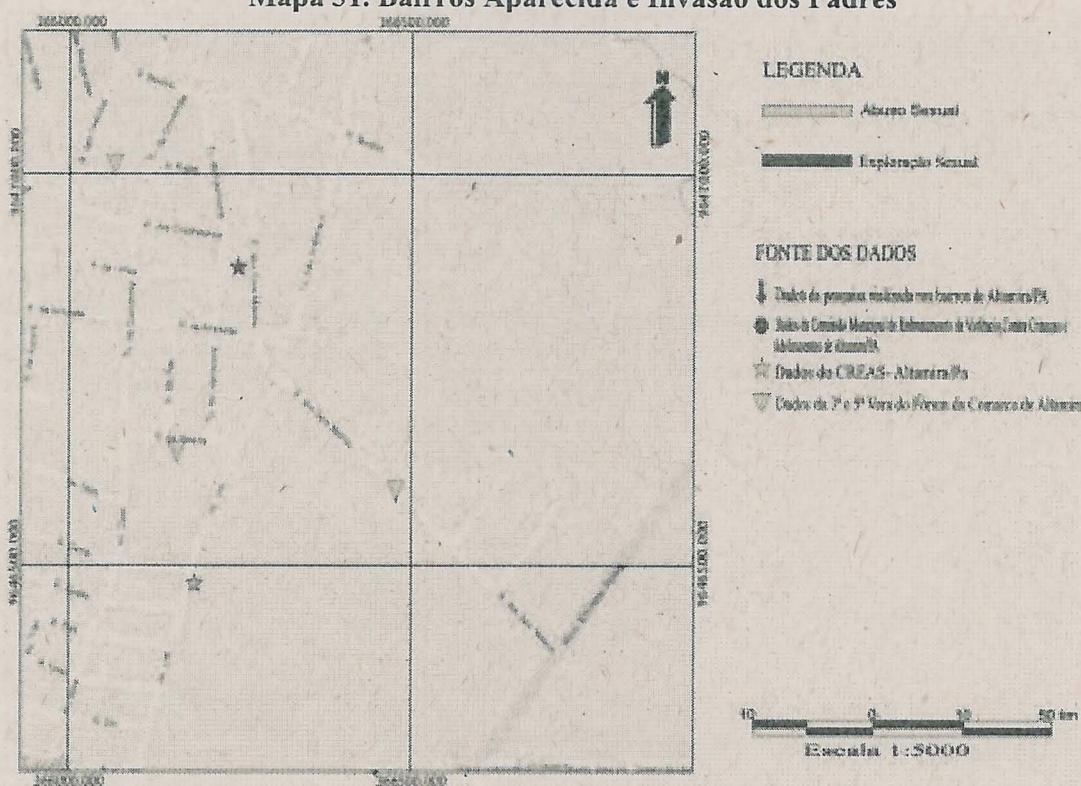
Mapa 29. Bairro Mutirão



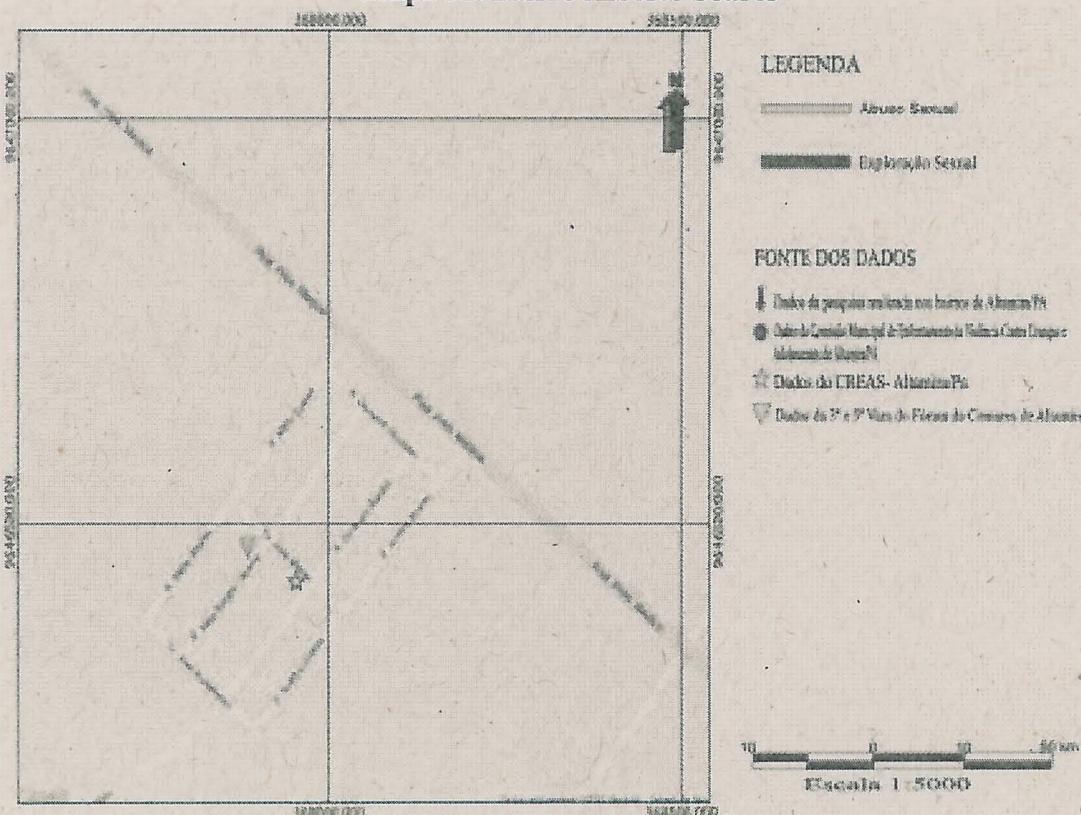
Mapa 30. Bairros Brasília e Aparecida



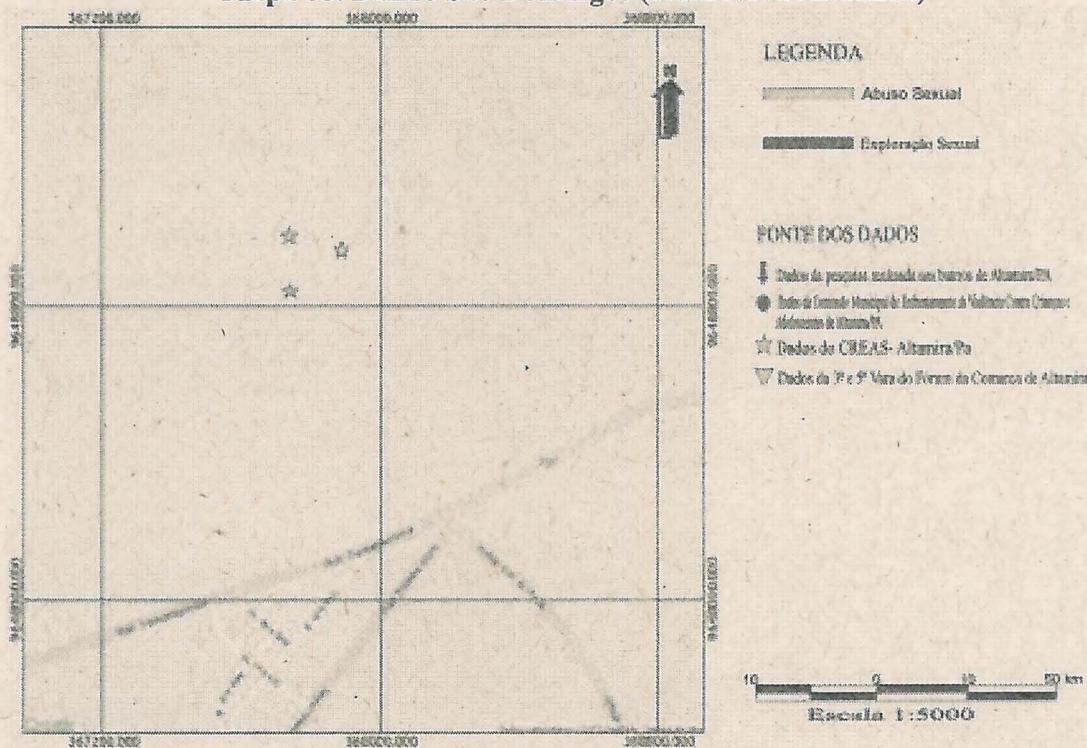
Mapa 31. Bairros Aparecida e Invasão dos Padres



Mapa 32. Bairro Alberto Soares



Mapa 33. Bairro São Domingos (atual Nova Altamira)



11. PROPOSIÇÕES FINAIS

A finalização deste relatório é a culminância de trabalho de pesquisa que procurou sistematizar informações necessárias para garantir a melhoria do entendimento sobre o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira e as condições das instituições do SGD de promoverem ações de enfrentamento.

Este trabalho de coleta, sistematização e análise dos dados possibilitou a definição de informações importantes para a compreensão dos casos de violência sexual, porém, uma autocritica necessária indica a limitação dos dados quanto ao cenário de exploração sexual comercial no município, haja vista a pouca quantidade de casos atendidos pelas instituições pesquisadas e a resistência de parcela da população em prestar informações mais detalhadas acerca dos casos/locais existentes.

Faz-se, com isso, uma conclusão geral, já anunciada anteriormente, de que a computação dos dados aponta para o crescimento acelerado dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira, sobretudo nos últimos três anos, mas não aponta, em contrapartida, aumento das situações de exploração sexual comercial, o que talvez indique menos uma condição fática do que uma limitação da pesquisa e das instituições em produzirem dados a esse respeito, de modo a melhor instruir as estratégias de enfrentamento.

Com isto, fica o indicativo de que a continuidade da pesquisa é fundamental, focando-a, agora, num recorte orientado especificamente para a compreensão do fenômeno da exploração sexual comercial no município.

Além disso, a pesquisa também objetiva deixar algumas propostas finais para a melhoria do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira, tendo em vista as discussões apresentadas ao longo do relatório:

1. Ampla divulgação e efetivo cumprimento dos objetivos, atividades e metas presentes no Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de Altamira (Triênio 2012-2014), o qual segue anexado a este relatório e cuja garantia material precisa ser continuamente reforçada e monitorada para o sucesso do plano e responsabilização das instituições competentes.
2. Garantia do cumprimento das medidas relativas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes presentes no Plano de Ação do CMDCA/Altamira (Triênio 2011-2013), no Pacto pela Infância e Adolescência para as Eleições 2012

(assinado por todos os candidatos a Prefeitura Municipal de Altamira) e no Pacto estabelecido na 211ª Assembleia Ordinária Descentralizada do CONANDA: crianças e adolescentes no contexto das grandes obras, com prioridade emergencial de construção de mais dois Conselhos Tutelares no município de Altamira (um na cidade, outro no distrito de Castelo dos Sonhos), instalação da DATA, do PROPAZ, do abrigo municipal e do CAPS AD, assim como o repasse de recursos financeiros municipais para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ligado ao CMDCA/Altamira.

3. Assinatura, pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), do Pacto de Compromisso entre CCBM e CMDCA/Altamira, o qual contém diversas medidas para garantir o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na região em que se localizam os canteiros de obra da UHE Belo Monte, mas ainda não foi assinado pelo CCBM.
4. Realização de oficinas para a padronização das fichas de registro utilizadas pelas instituições da rede socioassistencial, saúde e Conselho Tutelar, de modo a padronizar as categorias, evitar a duplicação de dados e a re-vitimização das vítimas de violência sexual.
5. Promoção de uma política de incentivo, fixação e expansão no município dos profissionais das instituições públicas municipais, estaduais e federais, garantindo atratividade salarial e condições de moradia que consigam diminuir a carência e/ou a rotatividade desses profissionais nas instituições de defesa, responsabilização e atendimento, especialmente de Policiais Civis, Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais, Promotores de Justiça, Defensores Públicos, Psicológicos e Assistentes Sociais, de modo a garantir o efetivo de profissionais necessário a cada instituição para dar conta das demandas atuais e futuras.
6. Adequação dos horários e dos procedimentos de atendimento das instituições para agilidade nos encaminhamentos das vítimas e dos agressores.
7. Articulação permanente entre as instituições de defesa e responsabilização para o aprimoramento do trabalho investigativo e repressivo no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, assim como o estabelecimento de uma agenda de trabalho conjunta.
8. Realização da máxima caracterização dos agressores no âmbito do Inquérito Policial, principalmente da informação de endereço de moradia, para possibilitar a localização/intimação dos mesmos e diminuir a quantidade de réus foragidos.

9. Garantia da obrigatoriedade da coleta de informações pelas instituições a respeito de raça/cor e etnia de vítimas e agressores.
10. Garantia da presença de equipes multiprofissionais nas instituições de atendimento, especialmente o CREAS, ECOM e CRAS, e nas de responsabilização, com atenção à DPE e ao MPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1987.
- BRASIL. **Mapeamento dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras: mapeamento 2011-2012.** Brasília: Childhood Brasil; OIT; PRF; SDH/PR, 2012a.
- BRASIL. **Relação dos pontos vulneráveis a prostituição da 19ª SRPRF/ 4ª Del.** Altamira: PRF, 2012b.
- COMITÊ EM DEFESA DA VIDA DA CRIANÇA ALTAMIRENSE. **Mobilização pela Vida.** (brochura), 2001.
- CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTAMIRA. **Relatório do I Seminário de Diagnóstico e Avaliação das Políticas de Atendimento à Criança e ao Adolescente.** Altamira: mimeo, 2003.
- CONDACK, Cláudia Canto. Dos crimes. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 891-943.
- DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL DE ALTAMIRA. **Ofício nº 0347/2012 – DPF/Altamira.** Altamira: mimeo, 13 de março de 2012.
- DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direitos das Famílias.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- FERRAZZA, Cristrina Barcaro & VERONESE, Josiane Rose Petry. Violência e exploração sexual infanto-juvenil na legislação brasileira. In VERONESE, Josiane Rose Petry (Org.). **Violência e exploração sexual infanto-juvenil: crimes contra a humanidade.** Florianópolis: OAB/SC, 2005, p. 23-93.
- FERREIRA, Maria Helena Mariante & AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Aspectos jurídicos e psíquicos da inquirição da criança vítima. In AZAMBUJA, Maria Regina Fay de & FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência sexual contra crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 48-66.
- LACERDA, Paula Mendes. **O “caso dos meninos emasculados de Altamira”: Polícia, Justiça e Movimento Social.** Rio de Janeiro: UFRG/Museu Nacional, 2012. 328 fls.
- MAEKAWA, Adriana & CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. **Disseminação da Metodologia PAIR – Aula 3: Diagnóstico Participativo.** Brasília: SDH/PR; Instituto Aliança, 2011.

- MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo. Editora Hucitec, 2004.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Estatísticas sobre Usuários de Drogas em Altamira.** Altamira: mimeo, 2011.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **OF.PRM/ATM/GAB 2/Nº. 0299/2012.** Altamira: mimeo, 19 de abril de 2012.
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- POLÍCIA MILITAR DO PARÁ. **Relatório de ocorrências envolvendo menores no ano de 2011.** Altamira: mimeo, 2012.
- THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Relatório das ações da infância e juventude 2011.** Altamira: mimeo, 2012.
- UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga & UMBUZEIRO, Ubirajara Marques. **Altamira e sua história.** 4^a ed. rev. ampl. Belém: 2012.
- WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Introdução ao estudo do abuso sexual infantil e análise do fenômeno no município de São Carlos. In WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque & ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha (Orgs.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar.** Curitiba: Juruá, 2011, p. 21-40.

APÊNDICE

Novo Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (Triênio 2012-2014)

I. Análise de Situação

Objetivo Geral: construir diagnóstico quantitativo e qualitativo da realidade, permanentemente atualizado, que aporte a gravidade e abrangência do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e as condições dos serviços de prevenção, atendimento e repressão no município, priorizando a publicidade das informações à sociedade.

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
1. Diagnosticar e divulgar para a sociedade as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes e os dados estatísticos no que tange ao abuso e à exploração sexual e as políticas de prevenção, atendimento e repressão no âmbito municipal.	<p>1. Realização de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a incidência, modalidades, causas, consequências da violência sexual no município de Altamira.</p> <p>2. Criação de site oficial para divulgação de dados importantes a respeito dos serviços, das situações e dos direitos ligados ao enfrentamento da violência sexual.</p> <p>3. Estruturação de banco de dados dos documentos institucionais alocados no CMDCA.</p>	<p>1. Realização de 01 (uma) pesquisa sobre a situação da violência sexual e as condições de enfrentamento, com atualização permanente.</p> <p>2. Criação de 01 (um) site oficial mantido e administrado pelo CMDCA.</p> <p>3. Estruturação de 01 (uma) banco de dados alocado no CMDCA.</p> <p>4. Publicação ou divulgação de 02 (duas) matérias por</p>	<p>1. Quantidade e duração (em semanas e meses) da pesquisa realizada.</p> <p>2. Número de acessos nas páginas oficiais.</p> <p>3. Quantidade de documentos institucionais encaminhados e instituições envolvidas com a alimentação do banco de dados</p> <p>4. Quantidade de matérias públicas por semestre nos meios de comunicação locais.</p>	2012 até 2014.	<p>UFPA, IFPA e UEPA, CMDCA, Conselho Tutelar, Setor de Comunicação da PMA de Altamira e SEMUTS.</p>	<p>1. SDH/PR, FIA e editais de fomento a pesquisa.</p> <p>2. FIA.</p> <p>3. FIA.</p> <p>4. Orçamento público municipal.</p>

	<p>4. Publicação ou divulgação de matérias nos meios de comunicação locais.</p>	<p>semestre, ligada à temática dos direitos sexuais e da violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>				
<p>2. Informar a sociedade e agentes do Sistema de Garantia de Direitos envolvidos no enfrentamento da violência sexual sobre a estrutura de funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de serviços especializados para as vitimas da violência sexual.</p>	<p>1. Identificação de situações cotidianas que visualizem as condições de acesso e utilização das políticas públicas e da rede de atendimento.</p> <p>2. Levantamento da estrutura física e dos recursos técnicos e materiais existentes para a implementação e manutenção do sistema de garantia de direitos e da rede de serviços especializados para as vitimas da violência sexual</p> <p>3. Realização de campanha de publicidade das competências dos serviços nos meios de comunicação locais.</p>	<p>1. Criar um canal direto de denúncia das falhas/lacunas nas políticas públicas e da rede de serviços, em nível municipal, alocado no CMDCA.</p> <p>2. Realizar um levantamento municipal da infraestrutura física e recursos técnicos e materiais necessários e disponíveis para implementação e manutenção do sistema de garantia de direitos e da rede de serviços especializados para o enfrentamento da violência sexual.</p>	<p>1. Número de denúncias feitas por mês no canal direto.</p> <p>2. Quantidade de instituições participantes do levantamento municipal.</p> <p>3. Quantidade de campanhas desenvolvidas.</p>	<p>2012 até 2014.</p>	<p>CMDCA, MPE, SÉMUTS, UFPA, IFPA e UEPA, SEJUDH, Setor de Comunicação da PMA.</p>	<p>Orçamento público municipal e estadual.</p>

		3. Realização de 01 (uma) campanha desenvolvida por semestre nos meios de comunicação locais.				
3. Garantir levantamento e o inventário dos recursos financeiros necessários à execução do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.	<p>1. Realização do levantamento das dotações orçamentárias (anuais e plurianuais), fundos e recursos financeiros, públicos e privados, disponíveis no município para o enfrentamento da violência sexual, divulgando-os à sociedade e aos meios de comunicação.</p> <p>2. Efetivação da aplicação de recursos orçamentários da União, do Estado e do Município, assim como de outras fontes, como a empresarial, para a execução do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, assim como do</p>	<p>1: Inventariar os recursos financeiros e orçamentários destinados à execução do Plano Municipal em cada ano orçamentário.</p> <p>2. Divulgar à sociedade e aos meios de comunicação informações relativas aos recursos financeiros e orçamentários destinados à execução do Plano Municipal.</p> <p>3. Monitorar o processo de destinação e execução dos recursos financeiros e orçamentários</p>	<p>1. Quantidade de levantamentos realizados.</p> <p>2. Quantidade de recursos financeiros e orçamentários aptos a serem aplicados no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.</p> <p>3. Quantidade de recursos efetivamente utilizados nos programas, projetos e políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.</p>	2012 até 2014.	CMDCA UFPA.	e FIA.

	seu monitoramento.	destinados aos programas, projetos e políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	4. Número de ações realizadas para divulgação e monitoramento dos recursos financeiros e orçamentários destinados ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.		
--	--------------------	---	--	--	--

2. Mobilização e Articulação

Objetivo Geral: Promover a articulação e mobilização da sociedade e do Sistema de Garantia de Direitos, em relação ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município.

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
4. Articulação e mobilização permanente das entidades do Sistema de Garantia de Direitos e da rede de atendimento.	<p>1. Realização de campanhas trimestrais que envolvam a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes e estejam ligadas a eventos ou datas marcantes do calendário (carnaval, 18 de maio, férias escolares de julho e dia das crianças no 12 de outubro).</p> <p>2. Realização de seminários,</p>	<p>1. Realização de 04 (quatro) campanhas por ano, uma a cada trimestre.</p> <p>2. Realização de 01 (um) seminário por ano para articulação do SGD e da rede de atendimento sobre a situação da violência sexual da criança e do</p>	<p>1. Número de campanhas realizadas.</p> <p>2. Quantidade de entidades do SGD participando das campanhas.</p> <p>3. Número de seminários realizados.</p> <p>4. Quantidades de</p>	2012 até 2014.	SEMUTS, SEMAT, CREAS, SEJUDH, CMDCA e Comissão.	Orçamento público municipal e estadual. FIA.

	<p>passeatas, blitz e panfletagens.</p> <p>3. Engajamento crescente das entidades do SGD para participação nas reuniões e atividades da Comissão Municipal de Enfrentamento da violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.</p>	<p>adolescente no município e sobre os seus direitos, vinculando o mesmo a uma das campanhas trimestrais.</p> <p>3. Realização de 02 (duas) passeatas, blitz e panfletagens por ano, vinculadas a uma das campanhas trimestrais.</p>	<p>entidades do SGD participando dos seminários.</p> <p>5. Número de passeatas, blitz e panfletagens realizadas.</p> <p>6. Quantidade de entidades do SGD participando das passeatas, blitz e panfletagens.</p>		
5. Comprometer a sociedade, empresas e os meios de comunicação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	<p>1. Fomento à participação crescente de pessoas e entidades da sociedade e dos meios de comunicação local nas campanhas trimestrais e na Comissão Municipal de Enfrentamento da violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>2. Adesão da Norte Energia S.A, Consórcio Construtor Belo Monte, hotéis, motéis, postos de gasolina, bares e restaurantes, entre outras empresas, às campanhas trimestrais, à elaboração e ao uso dos materiais informativos no espaço da empresa e de</p>	<p>1. Participação de, no mínimo, 100 (cem) pessoas em cada campanha trimestral.</p> <p>2. Aumento de 05 (cinco) entidades da sociedade e meios de comunicação participando das reuniões da Comissão.</p> <p>3. Realização de 01 (uma) oficina por ano para qualificação da atuação profissional dos agentes dos meios de comunicação local.</p>	<p>1. Número de pessoas e entidades da sociedade e dos meios de comunicação local participando de cada campanha trimestral e das reuniões da Comissão.</p> <p>2. Quantidade de empresas que aderiram às campanhas trimestrais e ao uso dos materiais informativos.</p> <p>3. Quantidade de oficinas realizadas.</p> <p>4. Número de</p>	<p>2012 até 2014.</p>	<p>SEMUTS, CMDCA, SEMAT, SEMA, SEJUDH, ACIAPA e Pastoral da Criança.</p> <p>Orçamento público municipal, FIA e recursos privados.</p>

	realização dos serviços.		participantes da oficina.			
6. Promover a formalização de Pacto de Compromisso com a NESa e o CCBM para assegurar medidas de enfrentamento da violência sexual.	<p>3. Promoção de oficina com os meios de comunicação local para mudança nas práticas e atitudes que estigmatizam a criança e o adolescente, assim como o estímulo ao protagonismo infanto-juvenil.</p> <p>1. Reunião com dirigentes da Norte Energia S.A e Consórcio Construtor Belo Monte para estabelecimento das medidas e os recursos necessários para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do município de Altamira e tendo em vista os impactos socioambientais decorrentes da construção e implantação da UHE Belo Monte.</p> <p>2. Estabelecimento de Pacto de Compromisso formalizando as ações que devem ser cumpridas pela Norte Energia S.A e o Consórcio Construtor Belo Monte para o</p>	<p>1. Realização de 02 (duas) reuniões.</p> <p>2. Formalização de 01 (um) Pacto de Compromisso.</p> <p>3. Monitoramento do cumprimento das ações e recursos definidos no Pacto de Compromisso.</p>	<p>1. Número de reuniões realizadas.</p> <p>2. Quantidade de ações e recursos definidos no Pacto de Compromisso.</p> <p>3. Quantidade de ações e recursos efetivamente realizados/aplicados a cada ano.</p>	2012 até 2014	CMDCA, MPE, NESa e CCBM.	PBA, recursos próprios da NESa e CCBM.

	enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito do município de Altamira.				
--	--	--	--	--	--

3. Defesa e Responsabilização

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
7. Garantir a efetiva operacionalização da Vara da Infância e da Juventude, da 5ª Vara Criminal de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, da Promotoria da Infância e da Juventude do Ministério Público	1. Definição de promotor de justiça, defensor público e juiz de direito para atuar exclusivamente ou prioritariamente no atendimento/julgamento dos casos judiciais e extrajudiciais que envolvam violência sexual contra crianças e adolescentes e outras violações de direito.	1. Definição de 01 (um) promotor, defensor e juiz para atuar, de forma exclusiva ou prioritária, na temática da violação dos direitos de crianças e adolescentes, num total de, pelo menos, 03 (três) profissionais.	1. Número de promotores, defensores e juízes definidos para atuar, de forma exclusiva ou prioritária, com a temática da violação dos direitos de crianças e adolescentes. 2. Quantidade de profissionais compondo as equipes	2012 até 2014	MPE, Fórum da Comarca de Altamira, DPE e CMDCA.	Orçamento público estadual e recursos próprios do MPE, DPE e Vara da Infância e Juventude.

Estadual e do NAECA da DPE.	<p>2. Composição de equipe multidisciplinar em cada órgão para atendimento de vítimas e agressores.</p> <p>3. Condições físicas e materiais adequadas para a atuação profissional em cada órgão.</p>	<p>2. Composição de 01 (uma) equipe multidisciplinar em cada órgão, num total de 04 (quatro) equipes, sendo 01 (uma) no MPE, 01 (uma) na DPE, 01 (uma) na Vara da Infância e da Juventude e 01 (uma) na 5ª Vara.</p> <p>3. Investimento crescente na melhoria dos espaços físicos e aquisição de recursos materiais para os órgãos.</p>	<p>multidisciplinares.</p> <p>3. Identificação e sistematização das formas de atuação multidisciplinar em cada órgão.</p> <p>4. Quantidade de recursos definidos e de espaços físicos e recursos materiais adquiridos.</p>		
8. Assegurar a apuração, o julgamento e a responsabilização dos agressores que cometem violência sexual contra crianças e adolescentes.	1. Celeridade nas investigações e julgamentos dos casos que envolvam a violação dos direitos sexuais de crianças e adolescentes.	1. Casos investigados e julgados com celeridade e respeitando os prazos legais.	1. Número de casos investigados e julgados por ano.	2012 até 2014	Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, 5ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher,

					Justiça Federal, Polícia Rodoviária Federal.	
9. Intensificar a fiscalização nos estabelecimentos comerciais estratégicos de proteção contra a violência sexual.	<p>1. Definição de equipe de fiscalização, que inclua os agentes de proteção, e elaboração de agenda intersetorial de fiscalização de motéis, bares, postos de gasolina, hotéis, casas de espetáculo, festas e outros espaços.</p> <p>2. Cadastramento dos espaços na VISA e SEMAT repassando os dados ao CMDCA, e sensibilização de donos e funcionários para a realização de denúncias junto aos órgãos competentes.</p>	<p>1. Estruturar 01 (uma) equipe que atue diretamente na fiscalização dos estabelecimentos comerciais.</p> <p>2. Definir, pelo menos, 02 (duas) ações de fiscalização por mês.</p> <p>3. Cadastro de 100% (cem por cento) dos estabelecimentos comerciais existentes na cidade, com atualização permanente.</p>	<p>1. Quantidade de pessoas participantes da equipe.</p> <p>2. Quantidade de ações realizadas por mês.</p> <p>3. Quantidade de estabelecimentos comerciais visitados em cada ação e ao longo de cada mês e ano.</p> <p>4. Quantidade de estabelecimentos comerciais cadastrados por ano.</p>	2012 até 2014	SEMAT, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, 5ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, Justiça Federal, Polícia Rodoviária Federal, DEMUTRAN, DENTRAN, Guarda Municipal e Conselho Tutelar, VISA.	Orçamento público municipal e estadual.
10. Assegurar a implantação de mais 02 (dois) Conselhos Tutelares no	1. Reuniões com a Prefeitura Municipal de Altamira para planejar e executar as ações e recursos necessários para	1. Implantação de 02 (dois) Conselhos Tutelares.	<p>1. Número de reuniões realizadas.</p> <p>2. Quantidade de</p>	2012 até 2014	SEMUTS; Prefeitura Municipal de Altamira.	Orçamento público municipal.

município de Altamira para melhor atender o crescimento da demanda populacional e as distâncias geográficas.	<p>implantação mais 01 (um) Conselho Tutelar na cidade de Altamira e 01 (um) Conselho Tutelar no distrito de Castelo dos Sonhos.</p> <p>2. Efetivação da construção e implantação dos novos conselhos tutelares.</p>		<p>recursos disponibilizados para a construção dos novos conselhos tutelares.</p> <p>3. Tempo de duração (em meses) para a construção e entrada em operação dos novos conselhos tutelares.</p>		CMDCA; Ministério Público Estadual; Conselho Tutelar.	
11. Proporcionar a formação continuada dos profissionais da área de defesa e responsabilização.	1. Planejamento e execução de curso de formação de agentes direcionado para o aprimoramento da atuação com as diversas situações de violência sexual de crianças e adolescentes.	Realizar (01) curso de formação por ano para formação continuada de equipes multiprofissionais e de profissionais da área de defesa e responsabilização.	<p>Quantidade de cursos de formação realizados por ano.</p> <p>Quantidade de profissionais participantes e certificados nos cursos de formação por ano.</p>	2012 até 2014.	CMDCA; SEMUTS; UFPA; SEJUDH; Policia Civil; Policia Militar; MPE; MPF; Fórum de Justiça da Comarca de Altamira.	Orçamento público municipal e estadual. Recursos provenientes de editais e próprios das entidades responsáveis.
12. Fortalecimento da Ronda Escolar da Polícia Militar e do programa “Cadê seu filho?” da Polícia Civil.	<p>1. Estruturação de equipe e de condições materiais para atuação da Ronda Escolar e do programa “Cadê seu filho?”.</p> <p>2. Planejamento de ações continuadas pela Ronda Escolar e projeto “Cadê seu filho?”.</p>	<p>1. Ronda escolar com equipe de, pelo menos, 12 (doze) policiais militares e 02 (dois) carros à disposição.</p> <p>2. Realização de 02 (duas) incursões por dia em bairros/escolas distintas.</p>	<p>1. Número de profissionais atuando na Ronda Escolar e no programa “Cadê seu filho?”.</p> <p>2. Número de operações realizadas (por mês) na Ronda Escolar e no programa “Cadê seu filho?”.</p>	2012 até 2014.	Polícia Civil e Polícia Militar.	Orçamento público estadual. Recursos próprios da Polícia Civil e Polícia Militar.

		3. Projeto “Cadê seu filho?” com, pelo menos, 01 (uma) operação mensal.				
13. Implantar e consolidar o Sistema SIPIA nas instituições do município de Altamira.	<p>1. Reuniões com gestores municipais e agentes do sistema de Garantia de Direito (SGD) para planejar a implantação do Sistema SIPIA no município.</p> <p>2. Capacitação dos agentes do SGD sobre o uso e a alimentação do Sistema SIPIA.</p> <p>3. Garantia de equipamentos e equipe para instalação, uso e integração dos dados do Sistema SIPIA.</p>	<p>1. Realização de, no mínimo, 01 (uma) reunião.</p> <p>2. Realização de, no mínimo, 01 (um) curso de capacitação sobre o Sistema SIPIA.</p> <p>3. Destinação de equipamentos e profissionais para atuarem no uso do Sistema SIPIA em cada órgão.</p>	<p>1. Número de reuniões realizadas.</p> <p>2. Quantidade de instituições presentes nas reuniões.</p> <p>3. Quantidade de cursos de capacitação realizados.</p> <p>4. Quantidade de participantes nos cursos de capacitação.</p> <p>5. Quantidade de instituições com o Sistema SIPIA instalado e em uso.</p>	2012 até 2014.	SEMUTS; SEJUDH; CMDCA.	Orçamento público municipal.

4. Atendimento

Objetivo Geral: Garantir o atendimento integral e especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, assim como às suas famílias e aos agressores.

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
14. Fortalecer e	1. Reunião com gestores	1. Realização de, no	1. Quantidade de	2012 até	SEMUTS,	Orçamento público

<p>descentralizar o Protocolo de Assistência à Criança e ao Adolescente em situação de violência sexual e a Ficha Única para a notificação dos casos pela rede de atendimento, bem como criar um banco de dados do município.</p>	<p>municipais e agentes da rede de atendimento para planejar o fortalecimento, a descentralização e a informatização do Protocolo de Assistência e a Ficha Única.</p> <p>2. Capacitação dos agentes da rede de atendimento para saber operar o Protocolo de Assistência e a Ficha Única.</p> <p>3. Adesão por todos os órgãos da rede de atendimento na utilização do Protocolo da Assistência e da Ficha Única.</p> <p>4. Criação e alimentação do banco de dados do município.</p>	<p>mínimo, 02 (duas) reuniões.</p> <p>2. Realização de, no mínimo, 01 (um) curso de capacitação.</p> <p>3. Descentralização do Protocolo de Assistência e da Ficha Única em 100% (cem por cento) das instituições da rede de atendimento.</p> <p>4. Criação e alimentação permanente de 01 (um) banco de dados do município.</p>	<p>reuniões realizadas.</p> <p>2. Quantidade de instituições da rede de atendimento participantes do curso de formação.</p> <p>3. Quantidade de instituições da rede de atendimento que aderiram ao Protocolo da Assistência e à Ficha Única.</p> <p>4. Quantidade e percentual dos casos atendidos e notificados por mês/ano.</p> <p>5. Número de casos registrados no Banco de Dados do município a cada ano.</p>	<p>2014.</p>	<p>SEMSA, SESPA, SEMED e SEDUC.</p>	<p>municipal.</p>
<p>15. Capacitar os profissionais da rede de atendimento do município para identificar, atender e encaminhar os casos de violência</p>	<p>1. Capacitação dos profissionais da rede de atendimento em curso de formação.</p>	<p>1. Realização de, pelo menos, 01 (um) curso de formação, por ano, para a capacitação dos agentes da rede de atendimento para identificar, atender e</p>	<p>1. Quantidade de cursos de formação oferecidos por ano.</p> <p>2. Quantidade de instituições da rede de atendimento com</p>	<p>2012 até 2014.</p>	<p>SEMUTS, CMDCA, SESPA, SEMSA, SEMED e SEDUC.</p>	<p>Orçamento público municipal e estadual. Recursos próprios da SESPA, SEMSA, SEMUTS, SEMED e SEDUC.</p>

sexual infanto-juvenil de maneira corretamente.		encaminhar os casos de violência sexual infanto-juvenil de maneira corretamente.	representantes nos cursos de formação a cada ano.			
16. Ampliar o atendimento integral e especializado às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, às suas famílias e aos agressores.	<p>1. Reforma e ampliação do Espaço de Convivência de Meninos e Meninas (ECOM).</p> <p>2. Aumentar a cobertura do CREAS, CAPSi e CRAS, e demais instituições da rede de atendimento, para possibilitar a inclusão de mais crianças e adolescentes em situação de violência sexual, suas famílias e os agressores no atendimento psicossocial e pedagógico.</p> <p>3. Criação de espaços de acolhimento para as crianças e os adolescentes em situação de violência sexual e outras violações de direito.</p> <p>4. Implantação do PRO-PAZ Integrado e do CAPS AD.</p>	<p>1. ECOM sendo espaço adequado para atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco psicossocial e vulnerabilidade sócio-familiar.</p> <p>2. Aumento de 25% (vinte e cinco por cento) na capacidade de cobertura das instituições da rede de atendimento.</p> <p>3. Criação de, pelo menos, 01 (um) espaço de acolhimento para as crianças e os adolescentes em situação de risco psicossocial e vulnerabilidade sócio-familiar.</p>	<p>1. Quantidade de tempo e de recursos utilizados para reforma e ampliação do ECOM.</p> <p>2. Quantidade e percentual de crescimento anual da capacidade de cobertura das instituições da rede de atendimento.</p> <p>3. Quantidade de espaços de acolhimento e de atendimento-psicossocial criados.</p>	2012 até 2014.	SEMUTS; SEJUDH; CMDCA.	Orçamento público municipal e estadual.

		4. Garantir a criação de do PROPAZ Integrado e do CAPS AD no município.				
17. Intervir junto a famílias que vivem situações de violência sexual em que crianças e adolescentes são vítimas.	1. Informação, orientação e apoio a famílias envolvidas em situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.	<p>1. Priorizar o trabalho psicossocial e pedagógico com as famílias por meio dos serviços e programas de atendimento a situação de violência sexual.</p> <p>2. Prestação de apoio jurídico e auxílio econômico a famílias em situação de violência sexual.</p>	1. Quantidade de famílias incluídas nos serviços e programas de atendimento a situação de violência sexual, por mês/ano.	2012 até 2014..	SEMUTS, CREAS, CAPSI, CRAS.	Orçamento Público Municipal

5. Prevenção

Objetivo Geral: Promover ações de prevenção à violência sexual e de educação sobre os direitos humanos junto às crianças, adolescentes, empresas, meios de comunicação, sociedade e agentes do SGD e da rede de atendimento.

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
17. Incluir na educação de crianças e adolescentes o ensino dos seus direitos, visando o de maneira transversal nos	1. Inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência sexual	1. Inclusão de conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência	1. Quantidade de escolas e programas sociais que abordem conteúdos sobre os direitos da criança e do	2012 até 2014.	SEMUTS; SEMED; SEDUC; CMDCA, SESMA.	Recursos próprios da educação e saúde pública municipal e estadual e dos

<p>fortalecimento do protagonismo infanto-adolescente e da prevenção contra as violências.</p>	<p>currículos da educação básica, conforme prevê a Lei nº. 11.525/2007, e nos programas sociais desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Altamira.</p> <p>2. Mobilizar coordenadores pedagógicos e diretores para que organizem campanhas semestrais com temas que abordem as medidas preventivas necessárias à proteção e conscientização das crianças e dos adolescentes.</p> <p>3. Realizar cursos de formação com coordenadores pedagógicos e diretores sobre os direitos das crianças e dos adolescentes, com base na Lei Nº. 11.525/2007.</p>	<p>sexual em 100% (cem por cento) das escolas públicas e programas sociais municipais.</p> <p>2. Realização de 01 (uma) campanha semestral em 100% (cem por cento) das escolas públicas.</p> <p>3. Realização de 01 (um) curso de formação por ano.</p>	<p>adolescente e de prevenção à violência sexual.</p> <p>2. Quantidades de crianças e adolescentes de escolas e programas sociais que participam das atividades pedagógicas que abordem conteúdos sobre os direitos da criança e do adolescente e de prevenção à violência sexual.</p> <p>3. Quantidade de reuniões com coordenadores pedagógicos e diretores.</p> <p>4. Número de campanhas semestrais realizadas.</p> <p>5. Quantidade de pessoas participantes.</p> <p>6. Quantidade de cursos de formação realizados por ano.</p>		<p>programas sociais municipais.</p>
--	---	---	---	--	--------------------------------------

18. Combater os fatores de risco da violência sexual.	1. Acesso de crianças e adolescentes em situação de risco e suas famílias às políticas públicas e aos programas sociais.	1. Incluir crianças e adolescentes em situação de risco de violência sexual e suas famílias nos programas de saúde, educação, renda mínima, erradicação do trabalho infantil, cursos de educação profissionalizante, geração de emprego e renda, entre outros.	1. Quantidade e características das políticas públicas e programas sociais existentes no município. 2. Quantidade de crianças, adolescentes em situação de risco de violência sexual e suas famílias incluídas, anualmente, nas políticas públicas e programas sociais.	2012 até 2014.	SEMUTS, SEMED, SEMAT, SEMUC e SEMEL.	Orçamento público municipal.
19. Promover atividades de formação continuada periódica dos presidentes/as de associações de bairro, dos presidentes/as de associações de bairro, agentes comunitários de saúde e profissionais de educação sobre a prevenção e a proteção contra a violência sexual.	1. Capacitação continuada e periódica dos presidentes/as de associações de bairro, agentes comunitários de saúde e profissionais de educação sobre a prevenção e a proteção contra a violência sexual.	1. Qualificação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos presidentes/as de associações de bairro, agentes comunitários de saúde e profissionais de educação sobre a prevenção e a proteção contra a violência sexual.	1. Quantidade de cursos de formação realizados. 2. Quantidade de participantes presentes. 3. Percentual de dos presidentes/as de associações de bairro, agentes comunitários de saúde e profissionais de educação qualificados em relação ao total existente no município.	2012 até 2014.	SEMUTS; SESMA; UFPA; CMDCA, Guarda Municipal e DEMUTRAN.	Orçamento público municipal.
20. Divulgar assuntos, serviços e ações voltadas para a	1. Elaboração de projeto para operacionalização do “Minuto da Criança”.	1. Criação e operacionalização de 01 (um) programa de	Número de programas realizados por mês e ano.	2012 até 2014.	Setor de comunicação da PMA;	Orçamento público municipal. Editais de agencias de

promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente em relação ao enfrentamento da violência sexual.	2. Criação do “Minuto da Criança” na rádio e TV.	audiovisual.			SEMUTS; UFPA.	financiamento.
--	--	--------------	--	--	------------------	----------------

6. Protagonismo Infanto-Juvenil

Objetivo Geral: Fortalecer o protagonismo de crianças e adolescentes nos espaços de garantia de seus direitos.

Objetivos Específicos	Atividades	Metas	Indicadores das atividades	Prazos	Responsáveis	Recursos
21. Promover levantamento que identifique e caracterize as organizações e movimentos infanto-juvenis existentes no município.	1. Elaboração de mapa identificando e caracterizando as organizações e os movimentos infanto-juvenis existentes no município. 2. Cadastramento das organizações e movimentos infanto-juvenis no CMDCA.	1. Realização de 01 (um) levantamento.	1. Quantidade de levantamentos realizados e tempo de duração (em meses). 2. Quantidade de organizações e movimentos infanto-juvenis existentes no município. 3. Quantidade de organizações e movimentos infanto-juvenis cadastradas no CMDCA.	2012 até 2014.	CMDCA; UFPA.	FIA.
22. Mobilizar as	1. Conselhos setoriais com	1. Garantir que 100%	1. Número de vagas	2012 até	CMDCA, CMS,	Orçamento público

entidades inscritas nos Conselhos Setoriais (Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Merenda Escolar e Meio Ambiente) do município para indicação de representantes infanto-juvenis.	<p>representação infanto-juvenil.</p> <p>2. Reforma nas regulamentações normativas com inclusão da obrigação de adolescente participando ativamente dos Conselhos Setoriais do município.</p>	<p>(cem por cento) dos conselhos setoriais tenham, pelo menos, 01 (um) representante infanto-juvenil.</p> <p>2. Reforma em 100% (cem por cento) das regulamentações normativas.</p>	<p>garantidas para adolescentes nos Conselhos Setoriais.</p> <p>2. Propostas encaminhadas para alteração da regulamentação normativa</p>	2014.	CME, CMAS, CMSP, CMMA, Conselho da Merenda Escolar e Câmara Municipal de Altamira.	municipal.
23. Envolver crianças e adolescentes participantes de programas e projetos sociais nas discussões sobre políticas públicas destinadas à elas, incentivando o protagonismo.	1. Incentivo à participação ativa de crianças e adolescentes nos fórum, plenárias, audiências públicas, "Vereador Mirim" da câmara municipal e secretarias municipais no processo de planejamento e avaliação das políticas públicas voltadas a elas.	Atingir 02 (dois) programas sociais que atendam crianças e adolescentes, incluindo ONGs e atividades comunitárias.	<p>1. Número de entidades com parceria efetuada.</p> <p>2. Número de participante das ações de mobilização.</p> <p>3.Número de crianças e adolescentes participando dos espaços de discussão sobre suas políticas públicas.</p>	2012 até 2014.	SEMUTS, SEMEL, SEMUC, SEMAT, SEMED E Conselho Tutelar.	Orçamento público municipal.
24. Proporcionar mecanismos permanentes de escuta e participação de crianças e adolescentes no CMDCA.	<p>1. Criação do Conselho Infanto-Juvenil ligado ao CMDCA.</p> <p>2. Alteração no regulamento normativo do CMDCA para inclusão da instância no quadro institucional de</p>	1. Criação de 01 (um) Conselho Infanto-Juvenil ligado ao CMDCA.	<p>1. Quantidade de reuniões realizadas no CMDCA para discutir a questão.</p> <p>2. Quantidade e frequência de crianças e adolescentes participantes do</p>	2012 até 2013.	CMDCA, Câmara dos Vereadores de Altamira.	Orçamento público municipal.

	caráter permanente e com eleições próprias.		Conselho Infanto-Juvenil.			
--	---	--	---------------------------	--	--	--